



BOLETIM

ENSINO | INVESTIGAÇÃO

SEMESTRAL

maio | 2012

ISSN - 1647-9645

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

BOLETIM

ENSINO E INVESTIGAÇÃO



Autores

António Cordeiro Menezes
Pedro Passos Coelho
Luís Vasco Valença Pinto
Jorge Nunes dos Reis
João Jorge Vieira Borges
Jorge Filipe Côrte-Real Andrade
António Martins Pereira
António Coelho Cândido
Maurício Simão Tendeiro Raleiras
Lúcio Barreiros dos Santos
António Gonçalves Covita
Mário Rui Aguiar dos Santos

Copyright © IESM, 2012

ISSN:1647-9645

Pré-Impressão, Impressão e acabamento: Publidisa

Depósito legal n.º 300896/09

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

Publicação Semestral

ANO VII

NÚMERO 12 – MAIO DE 2012

Diretor

Tenente-General António Carlos Mimoso e Carvalho
(Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares)

Propriedade/Edição

Instituto de Estudos Superiores Militares

Rua de Pedrouços – 1449-027 LISBOA

Telefone: 213 025 250 – Fax: 213 025 062

Correio eletrónico: biblioteca@iesm.pt

Internet: www.iesm.pt

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente – Diretor do IESM

– Tenente-General António Carlos Mimoso e Carvalho

Editores

– Diretor do Centro de Investigação de Segurança e Defesa do IESM – Coronel PILAV
Joaquim Fernandes Soares de Almeida

– Diretor do Departamento de Cursos – Major-General Carlos Henrique de Aguiar Santos

– Diretor do Departamento de Ensino – Contra-Almirante Aníbal José Ramos Borges

– Subdiretor do Centro de Investigação de Segurança e Defesa do IESM – Coronel ENGAED
João Carlos Lopes Barbosa

CONSELHO CIENTÍFICO

– Professor Doutor Adriano Alves Moreira

– Professor Doutor Jorge Manuel Moura Loureiro de Miranda

– Professor Doutor João Luís César das Neves

– General José Alberto Loureiro dos Santos

– Almirante Nuno Gonçalo Vieira Matias

– General Gabriel Augusto do Espírito Santo

– Almirante Francisco António Torres Vidal Abreu

– Tenente-General Alípio Tomé Pinto

– Tenente-General Abel Cabral Couto

– Tenente-General António de Jesus Bispo

– Vice-Almirante Alexandre Daniel Cunha Reis Rodrigues

– Tenente-General José Eduardo Martinho Garcia Leandro

– Vice-Almirante Henrique Alexandre Machado da Silva da Fonseca

– Tenente-General Carlos Manuel Mourato Nunes

– Major-General Pedro Júlio de Pezarat Correia

– Tenente-General António Martins Rodrigues

– Major-General Manuel António Lourenço Campos de Almeida

– Major-General Rui Mora de Oliveira

– Contra-Almirante António Manuel Fernandes Silva Ribeiro

– Coronel Gil Herberto Edgar de Freitas Armada de Menezes

– Tenente-Coronel Abílio Augusto Pires Lousada

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
BOLETIM N.º 12 (MAIO 2012)

ÍNDICE

Nota de abertura	5
O Diretor do IESM	
Tenente-General António Carlos Mimoso e Carvalho	7
Abertura Solene do Ano Letivo 2010-2011: Discurso do Diretor do IESM	
Tenente-general António Carlos Mimoso e Carvalho	11
Lição Inaugural – “Guerra Subversiva e Contra-Subversão. O saber Português”	
Major António Cordeiro de Menezes	17
Discurso do Sr. Primeiro-ministro	25
1. “Strategic Resources and the Future”	
General Valença Pinto	31
2. Guerra Subversiva – lições aprendidas e contributos para o reajustamento da doutrina nacional	
Coronel Tirocinado Jorge Manuel Lopes Nunes dos Reis	37
3. A Importância da Formação em Liderança nas Forças Armadas: Subsídios para um modelo renovado	
Coronel Tirocinado João Jorge Botelho Vieira Borges	67
4. A Inovação como Alavanca da Sustentabilidade e Valorização das Forças Armadas	
Coronel Tirocinado Jorge Filipe M. Moniz Côrte-Real Andrade	89
5. Reconstrução e Edificação do Pilar Defesa Nacional	
Coronel Tirocinado António Martins Pereira	111
6. Utilização de Armamento Não-Letal: Um vector de desenvolvimento de capacidades para as Forças Armadas	
Coronel Manuel Fernando Rafael Martins	133
7. A Convenção de Montego Bay e Portugal – Delimitação das Zonas Marítimas da Madeira	
Capitão-de-mar-e-guerra António Manuel de Carvalho Coelho Cândido	165
8. O Doutoramento em Ciências Militares. Um fim ou uma fase do processo educativo das Forças Armadas	
Coronel Tirocinado Maurício Simão Tendeiro Raleiras	185
9. A Situação Estratégica Internacional: Implicações para um novo Conceito Estratégico de Segurança e Defesa	
Coronel Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos; Coronel António Inácio Gonçalves Covita; Coronel Mário Rui Aguiar dos Santos	221
Autores	269
Política Editorial, Normas de Autor e Processo de Arbitragem	285

O Boletim do IESM constitui um espaço diversificado, que visa promover a partilha de conhecimentos, a circulação de ideias e opiniões e a troca de experiências entre os que ensinam, os que investigam e todos os que se preocupam com as questões de segurança e defesa.

Na continuação da nossa linha editorial, trazemos, para além das comunicações associadas com a Cerimónia Solene de Abertura do ano letivo 2011-2012, um conjunto de artigos que versam assuntos como estratégia, organização, operações militares, liderança, doutrina, formação e ensino e inovação, abrindo portas para uma reflexão alargada e profunda sobre os temas referenciados, com o desígnio de continuarmos a investigar, debater, refletir e partilhar os saberes e valores em torno das ciências militares.

Continuamos a pugnar por tornar o Boletim numa revista de reconhecido valor científico. Damos a maior atenção aos processos de revisão, de forma a salvaguardar princípios científicos e éticos de edição e divulgação. Ajustar as normas de autor e clarificar as regras para submissão de artigos, em função dos padrões das melhores revistas de âmbito científico, é para nós essencial.

Todos os artigos apresentados são originais, exibem profundidade científica e pretendem-se que demonstrem relevância para o avanço científico da problemática em estudo a nível nacional e internacional. Os artigos são publicados sob a forma de artigos de revisão (*review papers*), artigos de investigação (*research papers*) e artigos teóricos sobre história e memória.

Convidamos todos os leitores a viajarem por estas escritas com aguçado sentido crítico e a enviarem comentários e opiniões que permitam enriquecer o Boletim com outros olhares e sentidos, processo incontornável para progredir e cumprir melhor a nossa missão.

A Comissão Editorial

Tenente-general
António Carlos Mimoso e Carvalho

Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares



O Tenente-General António Carlos Mimoso e Carvalho é o Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) desde 07 Julho de 2011.

Nasceu em Lisboa, em Janeiro de 1953 e foi promovido ao atual posto em Janeiro de 2007.

Entrou para a Força Aérea em 1972. Após terminar o curso de pilotagem em HARVARD / T6 passou a desempenhar funções de instrutor de voo na Esquadra de Instrução de Pilotagem Básica, em Aveiro.

Em 1976 terminou o Curso Superior de Ciências Militares e Aeronáuticas, na Academia Militar, entrando para o Quadro Permanente de Pilotos Aviadores. Efetuou de seguida o curso de FOUGA MAGISTER, na *École de L'Air*, em França e o Curso Complementar de Aviões de Combate no avião T33, na Base Aérea n.º 5, em Monte Real.

Em 1978, iniciou a sua carreira de piloto operacional em FIAT G91, na Esquadra de Ataque 301 – Jaguares, sediada na Base Aérea n.º 6, no Montijo. Foi promovido a Capitão em 1980. Chefiou o Gabinete de Prevenção de Acidentes da Base Aérea n.º 6, em 1983/84. Em 1985, após o Curso Geral de Guerra Aérea recebeu o Comando da Esquadra, tendo sido promovido a Major no final do mesmo ano.

Em 1988, ao deixar o comando da Esquadra 301 foi nomeado, por um período de três anos, para o cargo de Oficial de Planos da Divisão de Planos e Programas do Comando da Força *NATO Airborne Early Warning* (NAEW), localizado em Mons, Bélgica. Em 1989 foi promovido ao posto de Tenente-coronel.

Em 1991 foi colocado no Comando Operacional da Força Aérea, como Administrador de Dados / Sistemas de Informação da Área Operacional e Chefe do Gabinete de Prevenção de Acidentes, ficou ainda responsável pela Repartição de Pessoal e Logística e pela gestão do Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca – Componente aérea, (SIFICAP).

Em 1994 desempenhou as funções de 2.º Comandante da Base Aérea de Beja, em acumulação com o Comando do Grupo Operacional. Obteve a qualificação em avião ALPHA JET e ocupou estas funções até Julho de 1996, data em que foi nomeado sub-diretor da Direção de Instrução. Nesse mesmo ano foi promovido ao posto de Coronel.

Em 1998 foi nomeado Diretor dos Cursos de Chefia em Estado-maior, Geral de Guerra Aérea e Básico de Comando no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA), em Sintra. Desempenhou estas funções até 2000, data da sua colocação como Comandante da Base Aérea n.º 1, também em Sintra.

Frequentou o Curso Superior de Guerra Aérea no ano letivo 2001/2002, após o qual foi promovido a Major-general e assumiu as funções de Diretor de Instrução da Força Aérea e de Delegado do CEMFA para a Cooperação Técnico-Militar, cargo que ocupou até Março de 2004. A partir desta data e durante dois anos foi Comandante do Comando da Zona Aérea dos Açores.

Em Março de 2006 foi nomeado para chefiar a Divisão de Planeamento Estratégico Militar do Estado-Maior-General das Forças Armadas, cargo que desempenhou até Dezembro de 2006, quando assumiu as funções de Adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas para as áreas de Planeamento e de Operações.

Em Novembro de 2009, passou a desempenhar exclusivamente as funções de Chefe do Estado-Maior Conjunto do Estado-Maior-General das Forças Armadas, cargo que ocupou até Julho de 2010.

Entre Março e Junho de 2011 exerceu as funções de Comandante da Instrução e Formação da Força Aérea.

Ao longo da sua carreira participou ou desenvolveu atividades no âmbito de Exercícios Nacionais e NATO, nos programas “NATEVAL”, “Open Skies” e visitas CSBM/CSCE, foi ainda assessor operacional para o desenvolvimento do Sistema de Comando e Controlo Aéreo de Portugal (SICCAP) entre 1992 e 1994. Em 1997 e 98 desenvolveu (Moçambique) e ativou (Angola e Guiné) projetos de Cooperação Técnico-Militar com os PALOP, tendo sido o primeiro Diretor Técnico do Projeto da Escola de Aviação do Lobito.

Em 1999 desempenhou funções de *Senior National Representative* no CAOC Vicenza, junto do Comandante da Componente Aérea da Operação Allied Force (Kosovo). Foi membro da Comissão Bilateral Permanente, no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, no período de 2004/2006.

Participou em diversas reuniões do âmbito NATO, UE e *Coalition Forces*, foi o Presidente da Comissão Portuguesa às 51.ª, 52.ª e 53.ª Reuniões dos Estados-Maiores Peninsulares.

Com cerca de 3500 horas de voo em diversos tipos de aeronaves, voou durante 23 anos, em paralelo com a carreira de piloto operacional, as aeronaves HARVARD / T6 e TIGER MOTH do Museu do Ar.

Tem como interesses Fotografia e História da Aviação Militar em Portugal, tendo publicado diversos artigos sobre o tema em revistas nacionais e internacionais.

Na sua folha de serviço constam várias condecorações, a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis, duas Medalhas de Ouro e uma Medalha de Prata de Serviços Distintos, as Medalhas de Mérito Militar de 1.^a e 2.^a Classes, Mérito Aeronáutico de 1.^a Classe, Comportamento Exemplar (Ouro e Prata), a Legião de Mérito dos Estados Unidos da América (Grau de Oficial) e a Medalha de Mérito Aeronáutico de Espanha (Grã-Cruz).

É casado e tem duas filhas e um filho.

ABERTURA SOLENE DO ANO LECTIVO 2011-2012 EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011

11

DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO GENERAL DIRETOR DO IESM

Senhor Primeiro-Ministro
Senhor Ministro da Defesa Nacional
Senhor General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República
Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional
Senhor Secretário de Estado do Mar
Senhor Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna
Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército
Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada
Senhor General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
Altas Individualidades Civas e Militares
Excelentíssimos Convidados
Membros do Conselho Científico, Professores, Auditores e Alunos, Militares e Funcionários Civas do IESM
Minhas Senhoras e meus senhores

Seis anos de existência do Instituto de Estudos Superiores Militares é um período extremamente curto se analisado no panorama do ensino universitário em Portugal.

No entanto, foram anos de excepcional valia:

permitiram-nos usufruir das transformações introduzidas por Bolonha, habituaram-nos a tirar partido do ambiente de mudança que permanentemente nos envolve,

forçaram-nos a funcionar independentemente da conjuntura e impuseram-nos objetivos elevados, que se constituíram como desafios e oportunidades que foram superados e devidamente aproveitados.

Temos hoje um único Instituto, num único local, dependente do mais elevado nível da estrutura militar, o Estado-Maior General das Forças Armadas, com uma organização militar mas completamente inserido no ensino superior público universitário, com um novo formato, que é único e exclusivo no seu âmbito e que dá resposta integral a todos os requisitos de formação de carreira dos oficiais no contexto da educação militar profissional.

Somos uma Instituição por onde passam ao longo da vida, sem exceção, todos os oficiais dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana.

Este Instituto posiciona-se, sem dúvida, como exemplo de eficácia, coerência e determinação ao serviço de Portugal.

Senhor Primeiro-Ministro,

Este é hoje o nosso Instituto! Onde se labora com toda a normalidade, de forma integrada, respeitando a especificidade de cada um, mas visando a ação conjunta e combinada.

A presença de Vossa Excelência nesta cerimónia é o claro reconhecimento institucional, por parte do governo, da validade e singularidade do nosso projeto educativo e da importância da nossa missão e constitui, igualmente, um fortíssimo estímulo para todos nós, militares e funcionários civis, que aqui prestamos serviço, que nos engrandece, mas também nos fortalece para todos e qualquer um dos desafios que forem necessários enfrentar no caminho rumo ao futuro.

Senhor Ministro da Defesa Nacional,

Não esquecemos: que a ação deste Instituto, nos âmbitos científico e pedagógico se subordina às grandes linhas da política de segurança e defesa nacional, que o Instituto está orientado para, ao mais alto nível, criar, transmitir e difundir a cultura, o saber e a ciência.

Não esquecemos a especificidade da nossa missão no contexto das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, revemo-nos no universo dos nossos discentes: militares experientes, todos com formação superior em áreas diversificadas, com espírito de serviço e que reconhecem a necessidade da formação aqui ministrada. São eles as futuras chefias das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, e que, em situações de paz, perante ameaça ou conflito têm uma missão a cumprir, honrando a Condição Militar.

É por isto que queremos o melhor para os nossos oficiais, é por isto que queremos o melhor nível de ensino que há em Portugal e que só pode ser o Ensino Superior Universitário com os saberes que lhe são inerentes.

É por isso que queremos ser um Estabelecimento de Ensino Superior Universitário de parte inteira, em plena articulação com as universidades civis e sujeitos às mesmas regras da avaliação do ensino superior.

É por isto que queremos e vamos continuar a edificar um IESM plenamente reconhecido e vamos prosseguir porque temos a certeza que este é o caminho a trilhar, sem desvirtuar o carácter militar que lhe é intrínseco.

Senhor Ministro, a presença de Vossa Excelência nesta cerimónia não podia ser mais oportuna porque é prova do interesse no trabalho que aqui se tem vindo a realizar, do reconhecimento da especificidade militar e das particularidades deste Instituto no contexto do ensino superior universitário e significa, certamente, a disponibilidade para nos apoiar neste esforço que, acreditamos, só será bem sucedido com a superior ação de Vossa Excelência.

Senhor General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas,

Com as orientações e apoio de Vossa Excelência vamos continuar a consolidar a integração do IESM na estrutura do Estado-Maior General, reconhecendo que alguns passos fundamentais têm ainda que ser dados para o cumprimento cabal da nossa Missão!

Também continuaremos a direcionar o nosso maior esforço e dedicação para garantir a qualidade e o rigor no ensino, que pretendemos se reflitam de forma efetiva na formação dos oficiais que frequentam os nossos cursos.

Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército, Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, Senhor General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Senhor General 2.º Comandante da Guarda Nacional Republicana,

Os Ramos das Forças Armadas e a Guarda Nacional Republicana são a razão da existência deste Instituto e da sua missão, e ao serem os mais interessados na qualidade do trabalho aqui produzido e os mais determinantes na definição e disponibilização dos recursos críticos são, também, por inerência, os avaliadores finais.

Neste sentido, a presença de Vossas Excelências fortalece o Instituto, enquanto herdeiro do prestígio, das tradições e das práticas dos antigos Institutos Superiores Militares, constitui motivo de orgulho, esperança e incentivo para todos os que aqui servem as Forças Armadas e a Guarda.

Excelências

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Vocacionados que estamos para o corpo discente, o centro de gravidade do Instituto, começo por referir o esforço de atualização e consolidação efetuado tendo presente o desafio do novo ano letivo, de onde soblevam mais de 400 discentes, dos quais 275 permanecem durante um ano letivo no Curso de Promoção a Oficial General, no Curso de Estado-Maior Conjunto e nos diversos Cursos de Promoção a Oficial Superior.

Neste âmbito, relevo o aumento substancial de 25% dos discentes no Curso de Estado-Maior Conjunto, motivado pelo aumento do número de alunos da Marinha e pela primeira vez, de oficiais da Guarda Nacional Republicana. É com grande satisfação que o Instituto vê esta evolução, a qual apesar de dar origem a novos e exigentes desafios constitui uma oportunidade de satisfazer as expectativas e necessidades dos Ramos e da Guarda, e demonstra que é possível congregar os vários requisitos e encontrar soluções.

Gostaria, também, de salientar que, recentemente, a Academia de Ciências de Lisboa reconheceu o conceito de Ciências Militares. Este reconhecimento permite-nos dar uma orientação aos esforços que desenvolvemos, seja quanto à organização das áreas do conhecimento, seja quanto à delimitação do que pode ser considerado estritamente militar e através desta clarificação definir e distribuir os esforços evitando sobreposição de objetivos e projetos.

Ainda de realçar que, no passado mês de Outubro, o IESM alargou a sua oferta educativa e científica, tendo submetido à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior o pedido de acreditação prévia do ciclo de estudos conducente a Mestrado, concretamente em “Ciências Militares – Segurança e Defesa”.

Este ciclo de estudos constitui um desafio e um passo fundamental e decisivo para o ensino e para a afirmação do carácter inovador e interdisciplinar das competências que se pretendem potenciar, e também, um reforço nas iniciativas de Investigação e Desenvolvimento no IESM. Este, é ainda um caminho que estamos a desbravar para garantir também as condições de acesso a um relacionamento profícuo com a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

De referir igualmente, a cooperação, o intercâmbio de conhecimento e as ligações contínuas estabelecidas com o exterior, em especial com o ambiente educacional nacional e internacional, que se mantêm em elevada prioridade com incidência nos estabelecimentos de ensino congêneres de países aliados e amigos, revestindo-se estes de particular importância tendo em atenção a preparação dos oficiais para exercer funções em forças conjuntas e combinadas e em organizações internacionais ou em apoio à política externa do Estado.

Para finalizar, quero manifestar o meu profundo respeito, consideração e apreço por todos os militares e funcionários civis que prestam serviço no IESM. Sem esta equipa competente, dedicada, com espírito de missão e esforço coletivo, dificilmente se poderia responder com o mesmo vigor e convicção, preservando a qualidade e a quantidade do nosso produto, cientes de que neste sucesso está a garantia de um futuro melhor e mais promissor.

Uma última palavra para os auditores e alunos do Instituto, espero que o ambiente educativo que vos proporcionamos seja facilitador da aprendizagem e do desenvolvimento intelectual, desperte ou acentue o gosto pela aprendizagem continuada e pelo estudo, amplie o corpo de conhecimentos comuns às atividades militares, assim como o vosso *Ethos Militar*, só assim poderão estar preparados para a inconstância da mudança e para o cumprimento da missão!

Termino, reiterando a todos os presentes em nome do Instituto de Estudos Superiores Militares o mais vivo agradecimento por se associarem à abertura solene do ano letivo, nesta Instituição Militar de Ensino Superior Público Universitário, fundamental para o futuro de excelência que Portugal exige das suas Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana.

Senhor Primeiro-Ministro,
Senhor Ministro da Defesa Nacional,
Senhor General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas,

Todos os que aqui servem vão continuar a dar o seu melhor, de acordo com os valores da Qualidade, do Rigor e da Inovação, em síntese, da Cultura Militar.

O Instituto sempre se posicionou como parte da solução e é com otimismo, energia e entusiasmo que assumiremos os desafios e abraçaremos as oportunidades!

Cientes da situação difícil que Portugal atravessa e que temos que ultrapassar, com realismo não podemos fazer mais, mas podemos fazer melhor! Vamos fazer melhor, no sentido da afirmação do IESM pela qualidade, como instituição militar de ensino superior universitário que se quer, de referência nacional e internacional na área das Ciências Militares, sempre ao Serviço da Segurança dos Portugueses e da Defesa de Portugal!

Disse!

O Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares
António Carlos Mimoso e Carvalho
Tenente-General

LIÇÃO INAUGURAL: GUERRA SUBVERSIVA E CONTRA-SUBVERSÃO.

17

O SABER PORTUGUÊS

António Cordeiro de Menezes

Major de Infantaria Pára-quedista
Docente da Área de Ensino de Estratégia no IESM
menezes.apvsc@iesm.pt

O tema que nos traz aqui hoje é a contra-subversão.

Quando nos foi proposto o desafio de proferir a lição inaugural do Instituto de Estudos Superiores Militares, para marcar o início formal do ano letivo 2011-2012, a busca de um assunto que nos fosse familiar e que, de certa forma, se mostrasse inovador conduziu-nos à história militar e a um autor americano, John Cann, que, referindo-se à experiência ultramarina portuguesa, na segunda metade do século XX, assume que (passo a citar) “O facto de Portugal ter perdido a guerra por não ter conseguido encontrar uma solução política para o conflito não nega as suas proezas militares, nem a lição que pode constituir para outros conflitos” (fim de citação). É, de facto, uma frase que encerra um sentimento forte ligando a experiência das Forças Armadas Portuguesas (através das proezas) à comunicação de conhecimento (a lição), fator que sintetiza a razão de ser deste Instituto, a transmissão de conhecimento, primordialmente, aos oficiais das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana.

É, então, expectável que, em escolas da natureza do IESM, se apoie a construção de estruturas que permitam aos oficiais apreender e interpretar a realidade. Concomitantemente, as relações com escolas congéneres possibilitam, na conceção de Pierre Bourdieu, uma transferência de capital, que pode e deve ser maximizada, tornando o IESM num veículo de disseminação e assimilação de conhecimento cujo fito será um nível elevado de eficácia das Forças Armadas e das Forças de Segurança Portuguesas.

Nesse sentido, a noção de eficácia militar excede os elevados níveis de moral, dos estudos sociológicos ou grandes quantidades de meios e tecnologia, patente numa abor-

dagem puramente atricionista do problema. É, em nosso entender, e partilhando da noção transmitida por Risa E. Brooks, a capacidade para criar poder militar a partir da influência que os recursos básicos do Estado, que a autora limita à saúde, tecnologia, dimensão da população e capital humano produzem nas atividades militares. Porém, de modo a concretizar este conceito, aquela autora transmite que o mesmo pode ser percebido através da análise de quatro atributos principais, a saber: a integração; a capacidade de resposta; a competência; e a qualidade.

Assim, e uma vez que o tempo é ditador, o exercício que nos propomos fazer, perante tão ilustre audiência, é o de perceber como a experiência portuguesa pode contribuir para as operações de contrassubversão na atualidade.

Atualidade que, entre outros, é marcada pela alteração, profunda, do paradigma de segurança dos Estados. Assim, com a falência do bloco soviético e o derrube do muro de Berlim, o mundo viria a perceber que o fim dos conflitos, inter-estatais, tal como se conheciam desde Vestefália, não representava um retorno à Organização das Nações Unidas ou tampouco a operacionalização das teses da paz perpétua, de Emmanuel Kant. O mundo, pós-paradigma bipolar estava mais próximo das observações de Zaki Laidi, isto é, parecia “privé de sens”. De facto, se a guerra do Golfo de 1991 manteve características de uma guerra inter-estatal, as que se lhe seguiram vieram demonstrar o oposto. Recordemos, por exemplo, o processo de extrema violência que culminou com a desagregação da Jugoslávia ou os contínuos conflitos que grassaram, na África sub-sahariana durante a última década do século passado.

As guerras na atualidade parecem obedecer cada vez menos ao “modelo” Clausewitziano de matriz trinitária (Estado, Forças Armadas, População). São guerras “fundamentalmente acerca das pessoas (...) que para além dos Estados envolvem organizações de um novo tipo que se opõem entre si. Conforme a circunstância qualificamos os seus elementos como bandidos, terroristas, guerrilheiros, mercenários ou milícias. Estes não representam um Estado, não obedecem a um governo e misturam-se/confundem-se com a população. Nestes conflitos é normal a generalização da violação do direito aplicável aos conflitos armados (internacionais e não internacionais), bem como do regime de proteção dos direitos humanos”.

Para além do mais, o fim da guerra fria marca o desaparecimento da ameaça do bloco de Leste ao mundo democrático, originando uma diminuição nos efetivos militares dos Estados ocidentais na ordem dos cerca de 7 milhões, em 1990, para cerca de metade, em 1997, e com tendência global a diminuir. Este facto, conjuntamente com as alterações das características do conflito e os requisitos daí decorrentes, torna as projeções de forças militares mais complexas e abre, inclusivamente, espaço para o ressurgimento das Empresas Militares Privadas, enquanto ator no conflito.

Contudo, no mundo Ocidental, democrático e desenvolvido tem prevalecido o racional da segurança cooperativa e a procura do estabelecimento de uma ordem através do equilíbrio, que permita evitar, atenuar ou controlar os conflitos, caso eclodam. As

intervenções militares não procuram, hoje, a conquista ou defesa de território, mas alcançar um patamar político desejável: a estabilidade de determinado território e, se possível, a democracia.

Não estranha, então, que o padrão dos conflitos travados pelo “mundo ocidental” seja com recurso a forças multinacionais contra entidades não-estatais. Por certo, este fenómeno deve-se à escolha dos objetivos e da interoperabilidade, necessários à conduta das operações, que implicam necessidades acrescidas de forças, pretensões de legitimidade de número, o *burden sharing* (nos fracassos, recursos, responsabilidades e baixas) e um lugar na mesa de negociações.

É neste contexto que a Aliança Atlântica se encontra empenhada, pela primeira vez na sua existência, num conflito militar terrestre cujas operações no terreno são desenvolvidas no quadro da contra-subversão.

Genericamente, uma aliança é definida como acordos entre dois ou mais Estados no sentido das relações de cooperação. No que concerne às contingências militares, variam de acordo com o grau de institucionalização.

Em tese, as operações militares conduzidas por alianças são tão eficazes quanto aquelas conduzidas unilateralmente. Assume-se que congregam sinergicamente as capacidades dos seus membros. Contudo, de acordo com o modelo apresentado, assume-se que as alianças nem sempre agregam o poder dos seus membros de forma eficaz, o que pode ter como resultado uma redução da proficiência operacional e tática, com consequências estratégicas.

Primeiro, porque a integração é um desiderato difícil de concretizar. De facto, em operações desenvolvidas por alianças é normal desenvolverem-se múltiplas cadeias de comando que, por norma, se sobrepõem entre si. Para além disso, coexistem com a força da aliança várias organizações internacionais, com agendas próprias, nem sempre integráveis.

Atualmente, no Afeganistão encontram-se a operar cerca de 50 estados e três das maiores organizações internacionais – Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia (EU) e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – para além de uma miríade de Organizações Não Governamentais (ONG). Estes atores encontram-se mais ou menos alinhados com uma ou duas missões cujas prioridades são, por vezes, conflituais e que evoluíram ao longo do tempo, como por exemplo a *International Security Assistance Force* (ISAF) e a *Operation Enduring Freedom* (OEF) – *Afghanistan*. A primeira evoluiu de uma força de segurança, centrada na população, com objetivos de contrassubversão. Na segunda, o enfoque estratégico é a disrupção das atividades terroristas cuja ação tática é assente em técnicas de *target killing* ou detenção de indiciados. Para além do mais, cada missão envolve organizações de vários Estados e da comunidade internacional, podendo cada uma perseguir o estado final recorrendo à cooperação com forças afegãs. Viola-se, assim, o princípio da unidade de esforço e o princípio militar chave da unidade de comando. De facto, ante a difícil gestão de agendas a integração torna-se, na prática, um desiderato difícil de alcançar.

Em segundo lugar, tal como a característica anterior, a capacidade de resposta é bastante afetada em contexto multinacional. As alianças requerem debate e discussão no sentido do consenso dos seus membros, o que origina a falta de flexibilidade para orientar ou reorientar os esforços em consonância com os desenvolvimentos, que carecem de resposta imediata. De mais a mais, se a definição de objetivos estratégicos não for conseguida de forma clara o processo de geração de forças torna-se ainda mais complexo, difícil e demorado, o que não se coaduna com as operações de contrassubversão, onde a incapacidade de intervir em tempo pode traduzir-se em resultados nefastos.

Desde 2003, a ISAF tem sofrido de “incoerências na definição de objetivos”, os quais se refletem na falta de uma estratégia consensual. Para além do mais, as operações das alianças dependem de um processo de geração de forças, ficando à mercê dos Estados-membros a tipologia e as capacidades dos contingentes que estão aptos a colocar à disposição da aliança, em concordância com o seu interesse nacional. Esta situação leva, por vezes, à carência de meios, nomeadamente os meios de asa móvel, necessários ao movimento intra-teatro no Teatro de Operações afegão, ou a falta de “uma presença permanente” em parcelas do território, essencial à manutenção da segurança das populações.

Uma forma das alianças gerirem as diferenças entre contingentes que compõem a força é separá-los fisicamente no campo de batalha. Cada contingente poderá conduzir as tarefas que lhe são cometidas, sem que para isso tenham que operar, diretamente, com forças com um nível de competências diferente. Por norma é utilizada a sectorização para delimitar a área de responsabilidade, em termos de segurança, de cada contingente. Contudo, apesar da atração que a sectorização apresenta, pela sua simplicidade, podemos assumir que a característica integração sai bastante fragilizada, principalmente em ações de contrassubversão. De facto, a sectorização vem facilitar abordagens inconsistentes à realização das tarefas, em virtude das competências de cada contingente (podendo, em situações de limite, levar a respostas desproporcionadas ou à inatividade de um contingente). Para além de que não garante que as capacidades estejam disseminadas de forma equitativa por todo o Teatro de Operações, o que dificulta a integração, no contexto de uma ação sinérgica, e facilita a identificação de fragilidades da força, por parte da ameaça que se está a combater.

Finalmente, as competências. Em teoria, uma força multinacional não consegue capitalizar as sinergias dos seus contingentes. Primeiro porque por muitas competências que um contingente possua, o facto de estar enquadrado numa aliança limita a sua forma preferencial de conduzir operações, uma vez que terá de se ajustar aos seus aliados. Em segundo lugar, porque normalmente os aliados com menos competências procuram operar com outros com mais competências, no sentido de poderem daí tirar conhecimentos úteis, para desenvolver os seus contingentes. Porém, esta é uma das falácias no modelo de agregação de capacidades. As diferenças idiossincráticas refletidas nos estilos de comando de cada contingente, nas doutrinas, nos meios e no treino de cada força são os principais fatores constrangedores para uma eficaz cooperação e nivelamento de competências, principalmente se a aliança não possui doutrina, de facto, para o efeito.

Em suma, apesar das operações conduzidas por alianças estarem sujeitas *ab initio* a um menor grau de eficácia, por via da falta de um corpo de doutrina próprio, da variedade de equipamento e tecnologia e da incapacidade de nivelamento de competências, entre outros, o certo é que ao nível político e estratégico oferecem claras vantagens inquestionáveis, facilitando a integração político-militar dos seus membros, o que obvia, de forma clara, os custos da menor eficácia militar.

Centremo-nos, então, naquela que é a experiência portuguesa. Mas, porque o período de análise é vasto, cerca de 900 anos, a nossa análise recairá no período de 1961 a 1974, momento em que Portugal teve de desenvolver um esforço de guerra de contrassubversão nos seus territórios ultramarinos, em três frentes distantes e cuja alteração de paradigma estratégico (operacional, genético e estrutural) no seio das forças armadas veio a demonstrar-se essencial no decurso dos 13 anos de conflito.

É certo que Portugal não foi a única potência ocidental a desenvolver um esforço de guerra de contrassubversão, na segunda metade do século XX. Porém as condições em que o fez são, de facto, merecedoras de um apontamento especial.

Para um Estado de pequenas dimensões cujo Produto Interno Bruto rondaria, no início da guerra, cerca de 28 vezes menos que o Produto Interno Bruto britânico, 24 vezes menos que o francês e cerca de 203 vezes menor que o Norte-Americano, nada levava a crer que tivesse capacidade de sustentar e gerir uma guerra de contrassubversão em três frentes distantes, muito menos por mais de uma década. Contava, para o efeito, com umas Forças Armadas fisicamente pequenas e com um orçamento muito diminuto.

Para além do mais, os compromissos de Portugal eram para com a NATO e, por isso, a maior parte das forças estava vocacionada para o Teatro de Operações Europeu, onde as doutrinas militares vigentes e equipamentos estavam adequados a uma guerra convencional contra o inimigo soviético.

O Portugal dos anos 60 era uma nação (passo a citar) “pluricontinental e plurirracial” uno “e indivisível, desde o Minho até Timor” (fim de citação), ideias que, de alguma forma, assentavam nas teses do Luso tropicalismo, de Gilberto Freyre, e que sustentavam o desiderato do Presidente do Conselho de que nenhuma amputação ou cisão seria consentida. Fossem quais fossem as circunstâncias, dizia-se que “a Pátria não se discute, defende-se!”

A Nação de Camões ver-se-ia confrontada com um inimigo, disseminado por três territórios, que ameaçava, com uma guerra subversiva, a coesão nacional e que, embora se encontrasse algo fragmentado no início, ultrapassadas as dificuldades iniciais e melhorando as relações entre si, tornava-se num obstáculo de elevado valor ao objetivo português de manutenção do império, o qual representava de acordo com Salazar, a trilogia: geografia, heroísmo e comércio. Afinal, aqueles territórios eram parte integrante do Império lusitano desde o século XV.

Em virtude da insuficiência dos recursos, para conduzir uma campanha de contrassubversão, Portugal teria de empregar estratégias diferentes daquelas utilizadas pela

Grã-Bretanha, França ou Estados Unidos. Seria, então, fundamental dividir o “fardo” da guerra e ao mesmo tempo garantir que o ritmo do conflito era suficientemente lento para garantir que os recursos seriam suficientes.

Relativamente ao primeiro, disseminou-se o esforço de guerra às respetivas províncias ultramarinas, quer financeiramente, quer relativamente ao capital humano que, no final do conflito, representava cerca de 50% dos efetivos empenhados.

No que concerne ao segundo, podemos dizer que foi um processo, igualmente, evolutivo com início no final dos anos cinquenta, antevendo o conflito que se aproximava.

Os anos de 1956 a 1959 foram de reflexão sobre a reorganização das Forças Armadas, altura em que se equaciona a transferência do esforço militar da Europa para África. Assim, a 25 de Janeiro de 1960, a Diretiva do General Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, viria provocar uma alteração significativa nos objetivos estratégicos militares nacionais, apontando para uma guerra no Ultramar, face às seguintes ameaças: ação insidiosa dos países vizinhos, guerra subversiva conduzida no interior dos territórios e sublevação. E “a 25 de Novembro daquele ano, o Conselho Superior de Defesa Nacional procedeu a uma readaptação estratégica do emprego de forças: o esforço militar da Europa foi transferido para África, reduziu-se a cooperação com Espanha na Defesa peninsular dos Pirenéus a uma atitude mais política que militar, foi revisto o plano de defesa interno do Território Nacional, e os compromissos da *NATO* sofreram ajustamentos”.

Contudo, em 1960, o estado de prontidão das Forças Armadas era preocupante. Primeiro, estavam lançadas as bases para a fase pré-insurrecional e de rebelião armada no Ultramar, que viria a ser concretizada pelos acontecimentos de 04 de Fevereiro e 15 de Março, em Luanda e Nambuangongo, respetivamente. E, em segundo lugar, porque se dava início às modificações profundas nos dispositivos e formação dos quadros. Impunha-se uma reafecção de meios face à nova orientação estratégica e uma harmonização de mentalidades no seio das Forças Armadas.

Da reafecção de meios para as Forças Armadas surge-nos, na Marinha de Guerra, a aquisição de navios adequados à tipologia do conflito, para além da reativação do corpo de fuzileiros, extinto desde 1890, e da criação das equipas de mergulhadores-sapadores. No exército, adaptação das forças convencionais, pesadas, em unidades mais pequenas e flexíveis, a criação das forças de intervenção (Comandos e Operações Especiais) e a aquisição de armamento ligeiro, em consonância com aquele conflito. Na Força Aérea, para além da aquisição de aeronaves de asa fixa, necessárias às missões de reconhecimento, ataque ao solo e transporte, a aquisição do helicóptero, meio que se viria a mostrar decisivo, no apoio às operações de assalto, e a adequação das tropas pára-quedistas, enquanto força de intervenção.

A instrução, fundamental na harmonização de mentalidades e procedimentos, passou a incorporar as técnicas de contraguerrilha, consignadas nos manuais doutrinários, O Exército na Guerra Subversiva, produzidos no Instituto de Altos Estudos Militares, decorrentes da recolha de ensinamentos e lições aprendidas em conflitos similares. Esta

doutrina, na segunda metade do período em análise, havia de incorporar a experiência adquirida através dos empenhamentos militares portugueses, demonstrando um carácter dinâmico, mas sustentado.

Porém, Portugal tinha a noção que esta era uma guerra que os militares não poderiam vencer sozinhos. A resposta exigia “uma ação coordenada e muito íntima entre as Forças Armadas, as autoridades administrativas e as populações, uma atenta vigilância na retaguarda e uma integração perfeita das ações diplomática, económicas, psicológicas e militares” e uma integração de cinco manobras parcelares: a política/diplomática, socio-económica, psicológica, informações e militar. A última operacionalizava a premissa de que “uma guerra subversiva pode não se ganhar pela ação militar mas perde-se, garantidamente, pela inação militar”.

O racional para a manobra militar era o de atuar punitivamente sobre os grupos armados que prejudicassem a manobra socioeconómica, expulsando-os através de ações de retaliação punitivas, ao mesmo tempo que procurava aliciar alguns dos seus elementos para o lado da autoridade constituída.

Para isso, procurou-se integrar as estruturas civis e militares da forma mais eficiente, de acordo com o solicitado pela situação. Na Guiné o modelo seguido foi o de uma estrutura militar única, que incorporava nas funções de comandante-chefe os deveres do Governador da Província, enquanto nos outros dois Teatros de Operações, se optava por uma estrutura mista com a combinação de organizações militares e civis. De facto, se a primeira favorecia o princípio da unidade de comando, ideal para as situações de contrainsurreição, a segunda diluía aquele princípio, sendo o sucesso alcançado, apenas, a partir do momento em que foi possível harmonizar ambas as funções. Afinal, o cerne da contenda era a luta pela lealdade da população, através da atividade socioeconómica e do, decorrente, apoio militar.

Contudo, qualquer ator que desenvolva ações de contrassubversão terá de ter em consideração que o fator tempo poderá jogar contra si, principalmente na frente doméstica. Além do mais, o fundamento estratégico da contrassubversão é o de ganhar a iniciativa de modo a possibilitar a suficiente margem de manobra para o poder político encontrar uma solução adequada que, neste caso, poderia passar por uma via intermédia entre a integração e a independência.

Nos finais de 1973, Portugal detinha o controlo de cerca de 98% do território angolano. Em Moçambique, as Forças Armadas Portuguesas, detinham uma grande liberdade de ação. No entanto, na Guiné, a declaração unilateral de independência, decorrente da manifesta falta de vontade, do então Presidente do Conselho, em encetar negociações com o Senegal de Léopold Senghor, inviabilizava a sustentação militar do território.

Em síntese, o fenómeno da contrassubversão assenta em princípios e estratégias que transcendem o poder militar, no entanto, carecem de um aparelho militar credível cuja atuação seja eficaz, sendo de isso exemplo a experiência portuguesa. Sobressai, então, a

visão de conjunto, necessariamente sinérgica, operacionalizada no princípio da unidade de esforço, das várias manobras (político-diplomática, socioeconómica, psicológica, informações e militar), as quais materializaram a estratégia total desenvolvida por Portugal.

Da “manobra militar espera-se a neutralização e destruição da estrutura subversiva, (...) a preservação e adesão da população, criando interna e externamente condições que desfavoreçam a eclosão da subversão.”. Nessa ordem de ideias, é-nos, então, possível inferir que o aparelho militar português conseguiu dar resposta às solicitações que o meio impunha, com eficácia.

Procurando uma resposta ao exercício que nos propusemos fazer poderíamos inferir que “qualquer resposta contra-subversiva deve ser contextualizada no espaço e tempo próprios”. Contudo, as análises históricas são fundamentais para a identificação de situações que permitam evitar a repetição de erros.

Assim, centrados na manobra militar, as grandes lições retiradas da experiência portuguesa, passíveis de serem operacionalizadas na atualidade passarão, necessariamente, pela: “disponibilização de forças e meios para a adoção de medidas preventivas e de combate com ações táticas de destruição das capacidades subversivas e dos seus apoiantes, em qualquer localização geográfica; sustentação e divulgação de conhecimentos e da experiência; investigação e produção de doutrina que permita lidar com a subversão”, tendo sempre como enfoque, no quadro da estratégia total, a integração das várias manobras, isto é, o princípio da unidade de esforço, ou, utilizando um vocábulo próprio do século XXI, o *comprehensive approach*.

Terminamos afirmando que Portugal, ao arrepio do expectável no início da guerra, garantiu um elevado nível de eficácia militar durante 13 anos de conflito, obviando as dificuldades iniciais e conseguindo manter o conflito num ritmo controlado, através de uma abordagem *comprehensive*, dando corpo ao que Cann se refere como o “modo português de fazer a guerra”.

António Cordeiro de Menezes
Major de Infantaria

ABERTURA SOLENE DO ANO LECTIVO 2011-2012 EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011

25

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO

Senhor Ministro da Defesa Nacional,
Senhor General Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas,
Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional,
Senhor General Diretor do IESM,
Militares,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Dirijo-me hoje, pela primeira vez, às Forças Armadas.

Daí que comece por manifestar nesta ocasião, como Primeiro-Ministro, o meu profundo reconhecimento pelos relevantes e prestigiantes serviços que as Forças Armadas, os nossos soldados, homens e mulheres, militares ou civis, prestam a Portugal.

As nossas Forças Armadas foram, são e serão um elemento agregador da nossa vontade coletiva. Representam inquestionavelmente um pilar fundamental da afirmação da nossa soberania, da nossa independência e da nossa identidade.

As nossas Forças Armadas assumem-se hoje, num quadro democrático consolidado que ajudaram a construir, como uma força ao serviço de Portugal e dos portugueses.

Importa reconhecer o empenho das Forças Armadas, dentro e fora das nossas fronteiras, na defesa dos interesses nacionais e, sobretudo, dos valores humanistas e civilizacionais em que acreditamos e que nos distinguem.

Hoje, os Portugueses partilham uma comunidade política que se foi edificando ao longo de uma história de quase nove séculos.

As nossas instituições militares fazem parte dessa história comum e partilham a mesma obrigação de honrá-la e de transmiti-la às gerações vindouras. E fazem-no com brio, com profissionalismo e com dedicação.

Quero hoje, aqui e agora, expressar o meu reconhecimento a todos aqueles que por vocação e sentido de entrega colocam as suas vidas ao serviço de Portugal e que fazem do serviço ao País o seu primeiro dever. Estou profundamente convicto de que represento todos os Portugueses ao assinalá-lo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Este é um lugar especial. E um espaço de formação, de preparação e de reflexão sobre os assuntos da segurança e da defesa que respeitam ao todo nacional e à segurança, direta ou remota, dos cidadãos.

Aqui estimula-se o estudo e o conhecimento.

É um lugar privilegiado de abertura das Forças Armadas ao vasto mundo do saber, da técnica e da cultura em sentido amplo.

É um lugar de enriquecimento pessoal e coletivo, onde os três ramos das Forças Armadas se encontram, assimilando os mesmos ensinamentos, confrontando experiências, formulando questões para uma visão integrada e abrangente, e criando uma comunidade de discussão, reflexão e transmissão dos saberes.

Esta partilha e esta comunidade constituem uma referência muito importante para a visão de conjunto que importa recuperar para fazer face aos exigentes desafios que hoje se lhes colocam.

Também aqui a Guarda Nacional Republicana se reúne com os três ramos das Forças Armadas, ampliando esta comunidade com imenso proveito, na medida em que esbate a cada vez mais artificial fronteira entre segurança interna e segurança externa.

As transformações tecnológicas e de informação, por um lado, e a alteração das ameaças à nossa segurança coletiva, por outro, fortalecem ainda mais a ligação entre as dimensões externas e internas das questões da defesa e da segurança.

Ora, esta relação solicita uma visão sistémica e uma resolução integrada, solicita o envolvimento de todos num espírito de cooperação e com um sentido comunitário.

É com grande satisfação que assinalo a presença nesta instituição de oficiais de forças armadas de países aliados e amigos.

Quero, por isso, deixar uma palavra particular de apreço pelos oficiais dos Países de Língua Portuguesa.

São países com os quais queremos construir relações cada vez mais estreitas, partilhar preocupações comuns, explorar oportunidades de ação conjunta, identificar e estabelecer mecanismos práticos de cooperação, sinérgica e complementar, e construir, passo a passo, uma comunidade de interesses e de propósitos para o futuro.

Com efeito, os problemas de segurança do mundo atual apelam a soluções que envolvem consensos internacionais.

Neste contexto, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, com a visão universalista, cooperativa e integradora que a fundou, poderá ter um papel importante no mundo globalizado em que vivemos.

A CPLP é hoje uma comunidade com mais de 250 milhões de pessoas, unida por uma língua e legado histórico comuns, presente em quatro continentes, e que representa um fator enriquecedor para a inserção regional de cada um dos países que a integra.

A CPLP é, neste sentido, uma comunidade entre comunidades, integrada por Estados de grande, média e pequena dimensão, com variados níveis de desenvolvimento socio-económico. Também neste sentido pode considerar-se uma comunidade política, económica, social e cultural emergente. Em certa medida, constitui um laboratório de excelência para o mundo global em que vivemos, gerando novos consensos e promovendo a paz, estabilidade e o desenvolvimento.

É, por isso, natural que a CPLP não negligencie as preocupações de cooperação nas áreas da defesa e da segurança. Deve continuar a assumir, de forma progressiva, uma dimensão na área da defesa, assente num extenso e também pioneiro trabalho de formação realizado a partir dos seus centros de excelência, na interoperabilidade, no reforço da capacidade de atuação em operações de paz internacionais e regionais. Enquanto novo ator internacional, deve também explorar, num processo incremental, o vasto potencial que nos oferecem os domínios das indústrias e economias conexas de defesa e da economia do mar.

A vossa presença neste Instituto bem aponta o caminho que devemos percorrer.

Em síntese, são quatro as linhas orientadoras que as Forças Armadas saberão seguir:

- A transformação e a reestruturação assentes no conhecimento e nos saberes;
- O desenvolvimento de uma visão de conjunto e a operacionalização de um agir comum;
- A integração dos conceitos de segurança interna e externa;
- O aprofundamento da cooperação internacional.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ninguém duvida de que o mundo em que vivemos mudou e continua a mudar. Mas mais do que registar o facto óbvio da mudança, é importante referir que a velocidade da mudança está em plena aceleração.

Todas estas mudanças tiveram, e têm, reflexos imediatos na realidade estratégica.

Os equilíbrios estratégicos mudaram; as fronteiras nalguns casos são diferentes, noutros casos foram eliminadas. Hoje temos novos parceiros e aliados que enriquecem e densificam as nossas tradicionais alianças. Portugal esteve, e está, na linha da frente na defesa da articulação entre a *NATO* e a União Europeia, na promoção de uma parceria estratégica, complementar e sinérgica, preservando a natureza e autonomia de decisão de cada uma daquelas organizações a que pertencemos. Os trabalhos desenvolvidos a

este respeito no quadro europeu e, sobretudo, o novo conceito estratégico da *NATO*, aprovado em Lisboa faz agora um ano, veio dar-nos razão.

Hoje, temos novos riscos e novas ameaças. Mas também temos oportunidades singulares. A globalização económica influencia a realidade estratégica, assim como a realidade estratégica influencia a globalização económica.

Viver num mundo sujeito a um constante processo de transformação obriga-nos a repensar as nossas práticas e as nossas instituições. Insistir em que tudo fique na mesma é a receita certa e segura para sermos ultrapassados pela realidade. E desperdiçar as oportunidades que estas mesmas transformações nos proporcionam. E uma outra forma de desistir de participar nas grandes questões que confrontam a humanidade.

Obriga-nos, também, a repensar as nossas ideias de soberania, de independência e de segurança. Obriga-nos a reponderar os meios de as salvaguardar, num contexto marcado por riscos e ameaças com naturezas, fins e escalas muito variadas, marcado pela interdependência entre os Estados e os povos, e marcado pelas alianças e organizações a que honrosamente pertencemos.

Importa refletir e agir. Repensar e reformar. Claro que esta reforma de que vos falo tem de ser abrangente, sistémica, integrada.

Deve atacar os grandes problemas com que somos confrontados, e não apenas resolver desarranjos superficiais. Por isso é que tenho insistido, desde que tomei posse, na necessidade da reforma das nossas instituições: económicas, políticas, sociais e também militares.

Modernizar o País e abri-lo aos grandes desafios nacionais apela ao sentido de responsabilidade de todos, ao esforço de todos, ao trabalho de todos e à tomada de consciência da necessidade desta grande tarefa comum.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nas últimas décadas, as Forças Armadas fizeram um grande esforço de redimensionamento.

Num primeiro momento, transitando de uma estrutura e importância que decorria inevitavelmente da Guerra do Ultramar.

Num segundo momento, marcado pelo fim da Guerra Fria.

E nos tempos mais recentes, impulsionado pela emergência do terrorismo internacional, pela exacerbação de radicalismos étnicos e religiosos, pela crescente complexidade das relações internacionais, mas também pela assunção mais frequente das nobres tarefas do auxílio humanitário e da manutenção da paz.

Um dos grandes desafios que temos pela frente consiste em racionalizar e otimizar a relação entre o produto operacional e os recursos colocados à disposição da Defesa Nacional, num ambiente de forte constrangimento económico e financeiro à escala europeia e nacional. Também na *NATO* se prossegue este esforço visando alcançar o que se designa por “smart defence”. Mas este é um esforço coletivo: da família militar e de todos os Portugueses.

Sou sensível aos que entendem que os processos, as estruturas e a organização carecem ainda de melhoramentos, para que se prossiga a referida otimização e se atinja um mais elevado produto operacional, medido em prontidão, eficiência, capacidade de projeção e sustentação, face aos atuais e previsíveis recursos. Creio que também neste âmbito o IESM pode dar um contributo importante.

Em tempos de acelerada mudança impõem-se reformas estruturantes no quadro do esforço coletivo nacional. Permitam-me, pois, que indique o caminho da reforma.

Precisamos de umas Forças Armadas muito flexíveis, cientes do momento histórico por que o país atravessa, mas também capazes de responder a um leque alargado de missões, não só de natureza estritamente militar, mas também às que resultam do nosso compromisso e empenhamento em missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz.

Precisamos de umas Forças Armadas articuladas e coordenadas com as forças e serviços de segurança, pois a fronteira entre a ordem externa e interna dos Estados está hoje consideravelmente esbatida.

Precisamos de umas Forças Armadas em cooperação ativa com todos os órgãos do Estado, na proteção e assistência às populações, promovendo o seu bem-estar e a sua segurança.

Por fim, precisamos de umas Forças Armadas ágeis no uso dos seus recursos humanos e eficientes na aplicação dos seus recursos materiais em todas as atividades, segundo uma lógica de não duplicação dos meios do Estado, e sem perder de vista a disciplina orçamental que, nos nossos dias e em virtude da grave situação que o País atravessa, é pedida a todas as esferas da sociedade portuguesa.

A reforma e reestruturação das Forças Armadas também apontam para uma estrutura de comando mais reduzida e mais eficiente.

Apontam para a clarificação, num contexto de graves restrições financeiras do Estado e da economia, de quais são os meios e equipamentos militares essenciais, e recomenda a desativação de tudo aquilo que for acessório e dispensável.

Apontam para o fortalecimento da componente operacional e para a atribuição de efetivos poderes ao general CEMGFA para o seu exercício.

Apontam para a coordenação e exploração das sinergias entre o MDN, o EMGFA e os Ramos.

Apontam para a partilha de tudo o que é, e deve ser, comum, e para a eliminação das duplicações desnecessárias ou eventuais disfunções de sistema.

Apontam para a promoção do reagrupamento geográfico de unidades e comandos.

Apontam para o aperfeiçoamento da prontidão, da capacidade de projeção e da sustentação das capacidades dos meios e dos equipamentos.

Este é o caminho da reforma e da modernização.

É um caminho que se faz discutindo com abertura as opções a tomar, mas que tem de ser percorrido.

Desejamos o mais amplo consenso sobre estas matérias, mas não podemos ficar indiferentes aos interesses gerais do País, nem adiar as grandes e necessárias reformas.

Tenho a certeza de que não poderia ter uma outra plateia mais sensível a estas minhas preocupações, que são afinal as preocupações de todos nós:

superar a emergência nacional e reformar as instituições do País para abrir uma nova página da nossa história democrática.

Neste momento muito sério da nossa vida coletiva, em que tantos sacrifícios são pedidos aos Portugueses, são também pedidos sacrifícios às Forças Armadas.

Estou certo que as Forças Armadas darão, como sempre deram, provas de coesão, de serviço ao interesse comum e de patriotismo. Esses são os valores que estruturam e animam as nossas instituições militares.

Minhas senhoras e meus senhores,

Termino desejando aos oficiais que iniciam o seu ano letivo os maiores sucessos.

Não preciso de recordar que o capital humano é o recurso fundamental e diferenciador nas sociedades modernas. Sem perder a solidez dos valores onde assenta a Instituição Militar incito-vos a manter uma permanente capacidade crítica e reformadora.

Não quero terminar, contudo, sem deixar uma palavra de sentida saudação aos ex-combatentes e, em particular, aos deficientes das Forças Armadas.

Responderam valorosamente quando a pátria os chamou e lhes pediu os maiores sacrifícios. A sua dedicação, o seu sentido do dever, a sua coragem, constituem um exemplo para todos nós. A dívida do País para com eles é imensurável.

Como Primeiro-Ministro, observo com particular atenção todos os homens e mulheres que diariamente, nos nossos quartéis e nas nossas bases, asseguram a defesa da nossa soberania, vigiando o território, os céus e os mares, e desempenhando bem as suas missões. Observo com particular atenção todos aqueles que servem Portugal além das nossas fronteiras. Observo com atenção e com gratidão. Com a gratidão de todos os Portugueses.

Muito obrigado.

O Primeiro-Ministro
Pedro Passos Coelho

1. STRATEGIC RESOURCES AND THE FUTURE¹

31

RECURSOS ESTRATÉGICOS E O FUTURO

Luís Vasco Valença Pinto

General na Situação de Reserva
luisvalencapinto@gmail.com

STRATEGIC RESOURCES AND THE FUTURE p. 31-36

Ladies and Gentlemen

It is for me very pleasant and challenging to intervene in this forum.

I was asked to address you on the topic of strategic resources to be secured in the current political and economic strategic context.

To try to find an answer to that, the first step consists in responding to a basic question: how shall we understand today's world?

Allow me to develop a broad and simple reading.

In today's world the classic fundamental purposes of all organized and structured societies remain unchanged. On one hand, Development and Welfare, and on the other, Security.

This reminds me the request made by US President Truman when he said "Give me a one-handed economist! All my economists say 'on the one hand and on the other hand...'"

But, yes! Development and Welfare on one hand and Security on the other are the permanent essential goals of our societies.

The considerable difference, I would say the progress, is that currently we understand better that these are interlocked objectives, that can be either mutually reinforcing or mutually undermining, depending on the political options.

1 Palestra proferida na Fundação Champalimaud, no âmbito da 3.ª edição da TEDxEdges.

But the conditions we are living in are very special.

We live in a globalized and interdependent world. A world that calls for global perspectives and global options.

Due to the information technologies constant evolution and its amazing pace, distance and time are more contracted and shorter than ever. Distance and time no longer represent relevant limitations.

A key consequence being what I like to designate as the unification of mankind, corresponding to the amalgamation, to a considerable extent, of perceptions, requirements, and trends. Even if we are far from a true sense of global community.

This new proximity generates unprecedented opportunities, including for resource management and for business purposes.

The world is in a process of becoming a single entity.

This is entirely new, and everything suggests that we will go closer and closer, in a movement influenced by humans, and that, simultaneously, will make the human person increasingly central. As it must be! Central as the key resource, as the unavoidable and real driving factor of all political and economic action.

At least in theory, and within a limited scope, this has always been a factor in what concerns Development and Welfare. The difference is that the domain of action is now significantly larger. But the rationale is the same, away from people's legitimate needs and expectations, short time success is eventually possible, but not sustained success. And only sustained success can be taken as real success and named as such.

I am not affirming this solely on a moral and ethical ground that of course must be observed. I am emphasizing this also as a pragmatic condition.

Allow me a telegraphic reference to the fact that in the context of Security we are equally observing a similar and parallel trend, with a clear shift from models based on concerns with the preservation of borders and related aspects, served by a "win-loose" logic, to models based on the need to protect the lives, rights and properties of the human person, models developed through patterns of Cooperative Security, of Human Security, under a "win-win" perspective.

Another key element of the current context is change and its permanence and pace.

In our time, and in order to have enduring success, we need to fully understand that our school knowledge, is nothing else than a background. A useful one if we were good, curious and attentive students. But school knowledge doesn't offer recipes for our action and responsibilities. Those that are prepared to merely repeat what they learned in school will fail in the fast changing conditions of our time.

Today, effectiveness and efficiency require the ability to anticipate the change and to timely adequate our options and solutions to the reality and its demands.

That's why, under these conditions of constant unpredictability if not constant and omnipresent crisis, and regardless its scope and scale, no organization can survive without strategic intelligence and strategic prospective.

To fully understand the present context it is naturally mandatory to consider the current economic and financial crisis.

I am not a specialist on this domain, but I will take the liberty to stress three points that I deem particularly relevant to our purpose.

First of all, the well known fact that the crisis is generating a new geopolitical understanding of the world, with the emergence of nations such as China, Brazil, Russia, and India, with a few others on a second row.

At this purpose the fall of the Lehman Brothers and the associate response are a landmark, making evident both the decline of the G8 and the rise of the G20, with the corresponding shift of the economic gravity center, even if many other political and economic changes are still to happen.

This shift is far more than an expansion or a geographic change. It involves new players, new interests, new people and new ideas. And all that is very promising.

Second, the lesson that, in the long run, we cannot speak of a really good financial performance away from a sound economy. And the same applies vice-versa.

Third point, to recall that we are facing an enduring and long lasting crisis. Certainly because the involved economic and financial factors are imposing that, but also because we need more than short term fixing policies.

We need to reform the current policies and practices with a new and more essential perspective. And that requires proper leadership, an essential feature that we are very much missing today. A vital feature that is dramatically absent in Europe, in our continent.

How does Portugal fit in this scenario?

My answer is rather simple: as every other nation! And that is the foundation of the evidence that we have to be competitive. A competition to which we naturally have specific “pros” and “cons”. Again, as every other nation.

A fantastic Portuguese “pro”, especially when compared with other nations of a similar scale, is that we can benefit from our good knowledge of the world, from important and historic global connections, and, mostly, from a good talent to interact with other societies and to interpret and accommodate their culture, aspirations and requirements. This represents, perhaps, our most valuable and singular asset. An asset that our membership of the European Union makes even more valuable, at the same time that adds value and identity to our membership of the European Union.

Another great asset is the universal value of the Portuguese language, to which we may add the ability to act easily in the Spanish speaking world. Even if none of these eliminates the need to have a good command of the English language. How many people in the world speak German? How many speak or understand Portuguese and Spanish? There is no comparison. This has to represent a great competitive advantage.

In this era of change it is also valuable our natural ability to be creative and fast responders. But this only offers a real added value if placed on the top of good planning,

solid but flexible organization and consistent efforts. Cherries are of particular interest on the top of good cakes.

Five per cent of vision and inspiration combined with ninety five per cent of hard work continues to be a very good recipe to achieve and sustain success.

I include on the list of Portuguese relative advantages our geographic location. Even if I do so under conditions.

We are rather central to this globalized and increasingly multipolar world. But that is merely a passive thing, that by itself means nothing or very little in our dynamic time. Its actual value and the corresponding opportunities can only result from knowledge, willingness and a proactive attitude. Clearly our geography is a “pro” that can easily turn into a “con”.

The same thinking applies to the self-diminishing idea that we are a peripheral country. In our globalized and contracted world, served by fantastic communication tools, periphery is fundamentally a question of knowledge and willingness and no longer a fatal geographic issue.

But of course we do have “cons”.

Perhaps the most important is our difficulty to timely conduct proper planning and to act collectively in an organized and consistent way.

And a few other bad springs of our education system, especially our current difficulties with the indispensable notions of discipline, authority and accuracy, and also the distance between school and society and between school and economy, that unfortunately we observe today.

An eventually excessive balance could be: several good “pros” as to Portugal, but a few “cons” as to the players.

The good news is that the “pros” are there, although we need to preserve and value them, and the “cons” are all workable. We can overcome them. It is entirely up to us to take benefit from the “pros” and to correct or minimize the cons.

My life gave me this perception of the global and national contexts.

I anticipate that the new economy will relate to more regions of the globe than before, and I believe this new economy will be mostly based on domains such as energy, environment, information technologies, health and leisure.

Energy implying great relevance to safe, clean and renewable energies, leisure encompassing the notion of high quality consumption, meaning consumption of high quality goods and services.

If this is true, then the strategic resources to be secured and developed are those pertaining to these areas. In every case giving great importance to the indispensable requirement for high level technology.

All those domains are accessible to us, to Portugal, of course recognizing and observing natural scale limits, thus implying the need to select priority fields of activity.

To better identify these areas of action the key notion is the understanding that, as everybody else, we will only succeed by being intensively and positively competitive.

If we want more than short term survivability, if we want affirmation, in particular long lasting affirmation, then “easy and comfortable” markets, where “state of the art” quality is not required, are to be avoided, at least not looked as our preferred markets. Stagnation and decline are too much associated with them.

And there are no fundamental reasons preventing us from being competitive with high standards of quality and performance.

Only through that we will be able to identify and have success in selected market niches competing by ourselves.

Only with high standards we can make our companies, even if relatively small, attractive to modalities of consortium and association with bigger players.

It is not sustainable that, out of three hundred thousand Portuguese companies, only twenty two thousand export, with ninety four per cent of our exports concentrated in only eight hundred of these companies.

A consequence is that, even if some recent progress is behind this figure, the total amount of our exports poorly represents 33% of our GNP, when the European average is around 50%.

Another consequence relates to the fact that those eight hundred corporations are too few to generate a dynamic and positive grouping process over the others.

In order to be competitive we need skills, realism, pragmatism and collective determination. We have to rely on us. Recognizing our potential and our limitations.

But there is no reason why we cannot create our own success stories, similar, for instance, to those of Nokia, IKEA or Lego, created by our Scandinavian friends.

It is common knowledge that every crisis creates new opportunities.

In my opinion it is for us a fantastic opportunity the fact that we are now facing ourselves as we really are.

No more spices from the Far East, no more silver and precious stones from Brazil, no more significant money sent home by our fellow citizens working abroad, no more significant cohesion funds allocated by the European Union.

Even loans are terribly difficult as we all know.

It is really a moment of truth. A very demanding one. Let’s take it with a positive attitude. As a very challenging but promising opportunity.

I recall as strategic resources to be secured and developed those associated with safe, clean, renewable energy, environment, health, leisure and consumption goods and services of high quality.

But my fundamental message is that the key resource will continue to be the human person. The educated human person as the engine of all progress and transformation. The human person, its inherent dignity and its living conditions, as the ultimate “raison d’être” of the economy.

The edge is on fair ambition, on willingness, knowledge, and coherent and consistent efforts.

Nothing will be achieved without proper and continuous education, in a context of collective discipline, seriousness and objectivity.

Nothing durable will be achieved without the understanding that open competition and free market require confidence and cooperation. An equation to which the human person is essential.

Innovative, creative and open minded leaders are indispensable in all fields.

Success is not compatible with politicians that are not able to provide a vision, a positive and realistic collective dream, and offer the corresponding guidance.

Success is not compatible with entrepreneurs that mostly enjoy swimming in shallow waters or can't swim at all.

I fully subscribe the notion that ideas are the most valuable commodity of the 21st century. There is no other source for ideas than the human brain.

We the Portuguese, we are quite good on ideas. We can make them really sound and effective if we put them on the top of timely and adequate planning, solid and dynamic organization and hard and responsible work.

In society marathoners are more dear to success than sprinters.

Currently we hear a lot of noise announcing new or renewed so-called collective destinies to our nation, basing them on geography and area, regrettably disregarding the unavoidable fact that our development, our progress and our future have to be based on collective effort, carried out in every corner of our country. Where we are born, live, love, have children and die.

We only have a common destiny. And it is not a new one. It is nine centuries old. It is named Portugal. It has a very rich History of community and resilience. It doesn't exist in isolation and it is now facing new conditions that need to be identified, recognized and understood.

I am absolutely confident that success is in our hands. To be more accurate on the hearts, minds and hands of the new generation.

I challenge you to this road, fully convinced that you will be able to win the journey.

Thank you for your kind attention.

01 October 2011

2. GUERRA SUBVERSIVA¹ – LIÇÕES APRENDIDAS E CONTRIBUTOS PARA O REAJUSTAMENTO DA DOCTRINA NACIONAL

37

SUBVERSIVE WARFARE – LESSONS LEARNED AND CONTRIBUTIONS TO THE READJUSTMENT OF NATIONAL DOCTRINE

Jorge Manuel Lopes Nunes dos Reis

Coronel de Administração Militar
reis.jmln2@mail.exercito.pt

Resumo

Portugal enfrentou, de 1961 a 1974, uma campanha de contrainsurreição (COIN²) nos seus territórios africanos de então, muito diferente das anteriores campanhas de pacificação. Portugal foi a primeira potência europeia a instalar-se em África e a última a sair, depois de conduzir uma campanha de contrainsurreição em três distantes e diferentes Teatros de Operações.

A compreensão precisa desta campanha, que constituiu um extraordinário feito de armas, requer o conhecimento da estratégia e doutrina militar prosseguidas pelas Forças Armadas portuguesas que, treinadas e preparadas para enfrentarem uma guerra convencional contra o Pacto de Varsóvia, se transformaram numa Forças Armadas especialistas em COIN. Resta a percepção de que das inúmeras análises e estudos internacionais elaborados sobre campanhas de contrainsurreição, a maioria se esquece de referir as portuguesas.

As guerras recentes vêm confrontando cada vez mais atores não-estatais e menos os estados, num quadro de ameaças difusas e diversificadas, exigindo que a *NATO* esteja capacitada e pronta para efetuar operações em todo o espectro dos conflitos. Um novo

1 Síntese adaptada do Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General 2010/2011, concluído em Abril de 2011.

2 Abreviatura da expressão inglesa de *counter-insurgency* ou *counterinsurgency*.

documento sobre a COIN, o AJP-3.4.4 *Counterinsurgency*, foi apresentado para ratificação de todos os Países membros da Aliança sem que, contudo, alguma referência tenha sido efetuada sobre a experiência e doutrina portuguesa de contrainsurreição.

Portugal enfrenta o dilema de optar entre a sua já testada e consolidada doutrina de contrainsurreição e a doutrina da NATO, ou de optar apenas nos aspetos não comuns com as inerentes vantagens a nível de incremento da interoperabilidade e identidade com a dos Aliados.

O presente estudo pretende avaliar e comparar a doutrina portuguesa de COIN com a da NATO, tendo sempre como referência os diferentes contextos em que se desenvolveram as campanhas africanas. Aborda também os modos de melhorar a doutrina, de incorporar as lições aprendidas e as repercussões ao nível de DOTMLPFI³, da legislação e da governação portuguesa.

Na sequência, este estudo conclui sobre a necessidade de adotar a doutrina da NATO, desde que se salvguarde a incorporação das lições aprendidas, experiência, idiossincrasias, dinâmicas culturais e demais variáveis que construíram uma tão eficaz doutrina portuguesa de COIN.

Palavras-chave:

Contrainsurreição, Contrassubversão, Doutrina, Insurreição, Subversão.

Abstract

From 1961 until 1974 Portugal conducted successfully a war of counterinsurgency in its African territories, quite different from the former traditional pacification campaigns it had undergone. As the first imperial power in Africa, Portugal was also the last to withdraw, after carrying out by itself a simultaneous counterinsurgency campaign in those three distant and different Theatres of Operations (TO).

An accurate understanding of the campaign, that was an astonishing feat of arms, requires the knowledge of the strategy and military doctrine adopted by the Portuguese military forces, then trained and prepared to fight a conventional war against the Warsaw Pact, that were successfully transformed in forces specialized in COIN. One may observe that among all the international analyses made on counterinsurgency, the large majority forgot to study the Portuguese campaign.

As recent war is more and more fought among non-state actors rather than among nation states, in a framework of several and diffuse threats, NATO must be prepared and capable to conduct operations across the entire spectrum of operations. A new AJP-3.4.4 Counterinsurgency (COIN) has been submitted to ratification by the Nations of the Alliance, but no particular mention was made to the Portuguese experience and doctrine.

3 DOTMLPFI: Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança e Formação, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade.

Portugal faces the dilemma of choosing between its tested and consolidated way of conducting counterinsurgency operations or the NATO COIN doctrine, not forgetting the advantages of enhancing the interoperability and commonality with the Allies.

This paper aims to evaluate and compare the Portuguese COIN doctrine with NATO's, bearing in mind the distinct contexts of the previous and contemporaneous African wars. It also addresses the best ways to improve the doctrine, to integrate lessons learned and to depict the consequences on the DOTMLPFI⁴, as well as on the Portuguese law and governance.

Finally, this paper concludes on the need to Portuguese Armed Forces to adopt NATO doctrine, with the provision to include the national lessons learned, experience, idiosyncrasies, cultural factors and variables that shaped a so effective Portuguese COIN doctrine.

Keywords:

Counterinsurgency, Countersubversion, Doctrine, Insurgency, Subversion.

Introdução

Dry the swamp rather than try to catch the mosquitoes.

Gat, 2006: 651

A situação geopolítica atual, com dois marcos relevantes consubstanciados no fim da Guerra Fria e nos atentados de 11 de Setembro de 2001, repercutiu-se com um impacto significativo na doutrina militar e no emprego das Forças Armadas (FFAA). Uma realidade subsequente foi a erupção de movimentos ou ações insurrecionais com características diferentes dos anteriores. Das guerras de pacificação de territórios coloniais ou de insurreições dos séculos XIX e XX, a que os exércitos se adaptaram em termos de Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança e Formação, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade (DOTMLPFI), irromperam outras atuações insurrecionais com alcance global.

Entre 1961 e 1974, Portugal enfrentou, no seu Território Nacional (TN) em África, lutas armadas de movimentos independentistas, em três Teatros de Operações (TO) diferentes e separados. As suas FFAA prepararam-se antes da eclosão da fase de luta armada, estudando as práticas existentes de contrassubversão/insurreição, desenvolvendo doutrina própria adaptada à natureza do território e do inimigo que defrontava.

Perante os desafios que Portugal atualmente enfrenta, interessa estudar a resposta mais adequada do ponto de vista da contrassubversão/contrainsurreição, bem como alterações, inovações e experiências a incorporar, atentos à sua inserção na NATO e em outras organizações internacionais. A necessidade de uma elevada capacidade de adaptação e de renovação doutrinal que acompanhe a própria dinâmica do fenómeno insurrecional, associada à exigência da sua elaboração e teste, conduz também a indagar sobre qual a

4 *Doctrine, Organisation, Training, Materiel, Leadership and Education, Personnel, Facilities and Interoperability.*

melhor opção de produção de Doutrina Nacional. Isto é, se a Doutrina deverá ser elaborada a partir de uma fonte *NATO*, procurando adequar-se às nossas especificidades, ou se deverá ser própria e compatibilizá-la, *a posteriori*, com as de Alianças e Aliados.

1.1. Importância do estudo

As referências doutrinárias que determinaram a condução das campanhas nacionais contra os movimentos independentistas africanos a partir de 1961 encontraram a mais conhecida expressão escrita na publicação do Estado-Maior do Exército, intitulada “O Exército na Guerra Subversiva” (EGS), datada de 1963 e revista em 1966. Terminadas estas campanhas, Portugal focou a sua atenção na guerra convencional, cuja ocorrência pareceu esbater-se com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, em 1991. Seguiu-se a participação nas denominadas Operações de Manutenção da Paz e em missões de Cooperação Técnico-Militar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Com os atentados de 11 de Setembro de 2001 e as intervenções de forças militares portuguesas que posteriormente ocorreram, particularmente no Afeganistão, foram trazidos à ordem do dia a adequação, renovação ou desenvolvimento dos nossos fundamentos doutrinários no âmbito da Guerra Subversiva, especialmente da Contrassubversão e Contrainsurreição.

Este assunto pode ser abordado de quatro pontos de vista diferentes, combinando o território onde a Campanha se desenrola, no País (interno) ou no Estrangeiro (exterior), e a sua natureza, Subversão (Insurreição) ou Contrassubversão (Contrainsurreição). Por razões de atualidade e economia de espaço optou-se por focalizar na Contrassubversão (Contrainsurreição) no Exterior, num ou mais países, acompanhando também, nesta opção, a perspetiva da *NATO* e de países Aliados e a realidade que se verifica neste momento, com Portugal integrado numa missão *NATO*, num ambiente de Contrainsurreição (COIN) no exterior (Afeganistão).

As exigências do TO do Afeganistão, a desatualização do referencial e das experiências doutrinárias portuguesas, o aparecimento de novos manuais doutrinários em países amigos e o recente desenvolvimento doutrinário a nível *NATO*, assinalam e acentuam a importância, atualidade e urgência do estudo da temática da Subversão e Insurreição, da Contrassubversão e Contrainsurreição.

Interessa também apreciar, para além da adequabilidade à situação atual e aos potenciais desafios futuros, o modo como as lições aprendidas devem ser incorporadas na doutrina, os seus reflexos na sua implementação e na formação dos quadros e a interoperabilidade com a doutrina *NATO* e dos nossos Aliados.

1.2. Objetivos e delimitação do estudo

O objetivo fundamental desta investigação é o de permitir alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre as questões que se enquadram no âmbito da Guerra Subversiva, ao nível das doutrinas, nacional e *NATO*, e das perspetivas de inserção de lições aprendidas na renovação e atualização dessa mesma Doutrina.

2. A Guerra Subversiva

2.1. Enquadramento Conceptual

Importa, por uma maior facilidade de entendimento, precisar alguns conceitos que serão empregues neste estudo.

Doutrina, segundo a *NATO*, são “princípios fundamentais que têm por finalidade orientar a ação de forças militares conjuntas, em apoio à consecução dos respetivos objetivos operacionais. É prescritiva exigindo, contudo, julgamento na sua aplicação.” (Moura, 2010:1).

A doutrina permite, assim, oferecer um quadro de referência e orientar uma organização na passagem de “declarações políticas e normativas para as ações físicas” (Mitchel, 2008: 11).

Outro conceito que necessita de definição precisa é o de Guerra. O Manual de Operações do Exército Português definia a Guerra como um “ato de violência organizada entre Estados, quási-Estados ou Coligações em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, possibilidade potencial, visando um determinado fim político, em que cada um dos adversários procura obrigar o outro a submeter-se à sua vontade, ou seja, capitular.” (RC 130-1, 1987:1-2). Para o General Barrento, “a Guerra é o estado de confronto entre grupos políticos, em que se emprega a força armada e se usa a violência de uma forma organizada, para a obtenção de fins determinados pela política” (Barrento, 2010: 85). A definição para o Reino Unido (RU) é mais abrangente, considerando-a como “uma relação violenta entre dois ou mais estados ou grupos” (JDP 0-01, 2008: 2-2). Não existe pois, uma definição universalmente aceite, designadamente quanto à natureza, grau de violência e entidades em confronto. Para efeitos práticos adotaremos o conceito britânico, por mais lato, possibilitando um enquadramento doutrinário do tema desenvolvido.

Interessa, igualmente, elaborar sobre os conceitos de Subversão e Insurreição. A referência doutrinária mais conhecida consta no EGS que, curiosamente, se abstém de definir Guerra ou Subversão, passando diretamente para a de Guerra Subversiva (GS)⁵. Esta definição é abordada pelo General Cabral Couto, neste caso inserindo a GS no Espectro da Guerra, como uma “Guerra Interna” (Couto, 1988: 152, 158).

No AAP-6⁶ encontramos definida Subversão como “a ação destinada a enfraquecer o poder militar, económico ou político corroendo o moral, lealdade ou fiabilidade dos seus cidadãos” (T.A.), conceito também assumido pela doutrina francesa (DIA – 3.4.4.: 16)⁷. Tendências mais recentes consideram a Subversão como uma ação sem expressão de violência armada, podendo porém, a violência manifestar-se sobre a forma de tumultos, greves e boicotes (Rosenau, 2007: 4-5).

5 Guerra Subversiva “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação” (EGS, 1966: cap.I-1).

6 AAP – *Allied Administrative Publication* (NATO).

7 DIA – *Doctrine interarmées* (França).

Por outro lado, a Contrassubversão é considerada como a ação destinada a detetar e neutralizar a Subversão ou, de outro modo, “consiste no esforço conduzido pelas Autoridades de facto no sentido de conservar ou reconquistar a aceitação, pela população, do regime e sistema político vigentes “ (Couto, 1989: 295). A Contrassubversão é tratada pelos EUA no contexto da Contrainformação (JP 1-02, 2011: 86), dificultando a desejável identidade (*commonality*) conceptual entre aliados.

No EGS, a guerra insurrecional⁸ tem um aspeto bivalente, podendo ser considerada por um lado, num sentido mais lato e abrangente que a guerra subversiva e, por outro, num sentido mais restritivo⁹. Esta dicotomia do conceito dificulta uma maior precisão de linguagem, especialmente com interlocutores não conhecedores daquele manual. Acresce, ainda, que são consideradas como formas de ação subversivas as ações clandestinas, psicológicas e violentas. Estas últimas poderão englobar, por exemplo, o terrorismo e ações de bandos armados ou de guerrilhas (EGS, 1966: cap. I 15-16). Para a *NATO*, o terrorismo é englobado no âmbito da “atividade irregular” e a sua definição é mais abrangente que a de Guerra Subversiva do manual de 1966.

Já o termo Insurreição (*insurgency*)¹⁰ assume um consenso de emprego e entendimento mais alargado, tornando-se igualmente a Contrainsurreição o termo mais comumente empregue e em especial, o seu acrónimo COIN (*Counterinsurgency*)¹¹.

Em Portugal desenvolveu-se e estabilizou-se uma doutrina estratégica sobre subversão e áreas afins, numa consonância com o pensamento doutrinário francês e não totalmente coincidente com o pensamento anglo-saxónico. Com a intenção de garantir uma maior interoperabilidade entre países aliados, parece, no nosso entendimento, ser necessário acomodar as diferentes perspetivas ajustando-a, pelo menos na sua formulação ao nível tático ou mesmo operacional, à doutrina COIN utilizada pela *NATO*. A Espanha é clara ao assumir pragmaticamente que “a necessária interoperabilidade doutrinária com os nossos aliados obriga-nos a mudar o título de Subversão e Contrassubversão por o mais comumente utilizado de Insurreição e Contrainsurreição” (Contrainsurgencia, 2008: XI). A França publicou recentemente a sua doutrina *Contre-rébellion*, que ela própria traduz para inglês como *Counterinsurgency (at tactical level)*, com os objetivos de preparar os batalhões e brigadas para este tipo de conflito e providenciar aos escalões mais elevados, de comando operacional, uma apreciação da finalidade das operações em que a COIN pode ocorrer (DCTL, 2010: 9).

8 Guerra insurrecional designa “uma luta armada, de carácter político, levada a efeito num dado país, contra o poder político constituído” (EGS, 1966: cap.I-4).

9 Deste modo: certas guerras insurreccionais serão subversivas, mas outras não; certas guerras subversivas serão insurreccionais, mas outras não. (EGS, 1966: cap.I-5).

10 *Insurgency – An organized movement aimed at the overthrow of a constituted government through use of subversion and armed conflict.* (AAP-6).

11 *Counter-insurgency – Those military, paramilitary, political, economic, psychological, and civic actions taken to defeat insurgency.* (AAP-6).

Na elaboração deste estudo e, a fim de ultrapassar diferentes concepções que por si só mereceriam uma reflexão mais alargada, assumiremos como “equivalentes” os conceitos Subversão e Insurreição, considerando esta última como tradução do atual conceito de *Insurgency* da NATO.

2.2. O Estado da Arte

As atuais correntes doutrinárias de COIN têm assumido nos últimos anos uma enorme exposição nos *media* e nos *fora* científicos e militares, principalmente pela ocorrência de COIN nos conflitos do Iraque e Afeganistão. A inexorabilidade de empregar o exército convencional dos EUA em COIN, sem uma base doutrinária consolidada e contra a corrente do pensamento dominante da “American way of war”, impôs a rápida revisão da sua doutrina. Este assumir público de insuficiência doutrinária, associada à publicação do FM 3-24/MCWFP 3-33.5, foi igualmente acompanhado por revisões doutrinárias de Países Aliados e da própria NATO.

2.2.1. As Escolas de COIN *Enemy-centric warfare versus Population-centric warfare*

Dois “escolas” de pensamento ganharam reconhecimento doutrinário e são diferenciadas por serem centradas no inimigo (*enemy-centric warfare*) ou na população (*population-centric warfare*)¹². De um modo sintético a primeira considera que o fulcro do problema e a sua resolução, está no inimigo, sendo necessário identificá-lo e neutralizá-lo pela coerção, ao passo que a segunda perspectiva considera importante entender a natureza da insurreição, proteger a população e retirá-la da influência do inimigo por meios militares e/ou não militares. Ressalva-se que esta separação não é consensual, especialmente quanto à sua aplicação real num TO (Gentile, 2009: 30-31). A escolha da melhor abordagem ou das combinações possíveis está dependente de fatores como a análise do TO e da insurreição específica, da política superiormente definida e do pragmatismo e não de ajustamentos a classificações doutrinárias.

2.2.2. Estado da Arte em Países Aliados (de referência)

França

A França colonial viu-se envolvida em conflitos de pacificação nos quais, o seu exército assumiu o papel de polícia do império. Após a 2.^a Grande Guerra (2^aGG) enfrentou um outro tipo de guerra, independentista e de raiz ideológica, nos territórios da Indochina e da Argélia. A reação francesa, mais propriamente dos militares perante a omissão do poder político, criou um estilo próprio que influenciou o estudo e a prá-

12 Moyar considera ainda haver um “*leader-centric warfare*”, que se traduz em “*a contest between elites in which the elite with superiority in certain leadership attributes usually wins*” (Moyar, 2009: 3).

tica de COIN. Na Argélia, de 1954 a 1962, cientes do poder da ação psicológica, de que tinham recolhido ampla experiência na Indochina, aplicaram-na extensivamente com o fim de contrariar ou anular a ação psicológica dos insurgentes. Focalizaram os seus meios na procura do inimigo e na sua destruição. Acentuaram o controlo sobre as populações, isolando-as quando necessário, conjugando o emprego de forças de quadrícula com forças de intervenção, incrementaram a utilização de helicópteros e, construíram um “muro” nas fronteiras com Marrocos e Tunísia, a linha Morice. A administração do território passou a ser executada ou fiscalizada pelos militares, a fim de facilitar o seu controlo. A coerção foi aplicada contra os “insurgentes” ou, se necessário, sobre a população. As informações foram consideradas fundamentais para permitir a sua posterior exploração, nomeadamente por forças de intervenção de regimentos de elite. Os militares tornam-se os principais condutores da COIN, em ambiente urbano e rural. A vivência destas experiências moldaria duas correntes opostas de como conduzir a COIN: a do Coronel Trinquier, mais centrada no inimigo, e a do Tenente-coronel Galula, mais centrada na população.

Reino Unido (RU)

O fim da 2ªGG não significou o fim das guerras para o RU, estando até hoje este país permanentemente envolvido em ações e conflitos armados, de natureza convencional ou de COIN. Como potência colonial, com vasta experiência em campanhas de pacificação, defrontou uma série de insurreições, das quais algumas seriam posteriormente referenciadas como casos de sucesso e foram objeto de estudo aprofundado. A metodologia empregue, pese algumas exceções, diferenciou-se da francesa, passando a ser conhecida como uma doutrina de conquista de “hearts and minds”, empregando o mínimo de força e fomentando a cooperação entre militares e entidades/agências civis, coadjuvada pela propaganda. A campanha mais destacada é a da Malásia (1948-60), havendo outras não tão exemplares como a da Palestina (1945-48) e de Aden (1964-67). A doutrina britânica prescrevia retirar os apoios aos insurgentes, conquistar a população e considerar sempre a insurreição como um caso de polícia, com a campanha subordinada ao poder civil, procurando a manutenção da lei e ordem. No entendimento de não se queimarem etapas, de permitir conduzir a campanha no período de tempo mais adequado e aliviar a pressão da opinião pública, empregavam-se forças profissionais (voluntários).

Estados Unidos da América

Os EUA participaram, desde a chegada dos primeiros colonos até à atualidade, em confrontos armados, internos e externos, regulares e irregulares, nas mais diversas configurações, *e.g.* guerra da independência, guerra com os índios, intervenções militares na América Central, Caraíbas e Vietname. Apesar deste passado histórico, a ligação convencional e não convencional foi sendo relegada para plano secundário, especialmente a partir da 2ªGG, havendo apenas um nicho no Exército, as *Special Forces*, que assumiram

essa ligação. Só em Dezembro de 2006, 20 e 25 anos após a edição de um manual pelo Exército e outro pelos *U.S. Marines* (FM 3-24, 2006: Foreword), surgiria um novo manual de COIN, agora conjunto. A guerra no Iraque e Afeganistão influenciaram esta renovação doutrinária e a COIN passa a ser visivelmente também uma tarefa do “big Army”, agora com claro suporte doutrinário.

2.2.3. O caso de Portugal

Portugal recolheu ensinamentos das escolas francesa e inglesa e adaptou-os à sua situação específica e aos três TO que surgiram a partir de 1961. O envio de missões à Argélia, o estudo da doutrina francesa e dos casos de estudo britânicos, nomeadamente a Malásia, deram origem a uma doutrina própria que permitiu combater durante 13 anos naqueles territórios. Nalguns aspetos aproximou-se mais da conceção francesa, nomeadamente na utilização de forças de quadrícula, na existência de forças de intervenção, na aplicação da ação psicológica e administração civil realizada por militares e no emprego de forças de recrutamento local. No entanto, divergiu na área das informações com uma solução original, não seguindo nem o modelo inglês nem o francês (responsabilidade da polícia ou dos militares, respetivamente). As informações foram cometidas essencialmente a uma polícia especial, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) que, por sua vez, tinha possibilidades de atribuir missões a forças “próprias”, caso dos Flechas. A conquista de “hearts and minds” passou a ser um objetivo a alcançar, conforme o preconizado pela escola britânica, para o que foram expressamente alocados recursos. A descentralização das forças militares assegurava uma maior cobertura de área e permitia o contacto com a população e a respetiva recuperação. Para além das tarefas convencionais atribuídas, o esforço dos militares noutras áreas foi significativo, designadamente na educação, saúde e bem-estar das populações. O recurso ao recrutamento local foi empregue, quer por razões demográficas (incapacidade do Continente em mobilizar mais homens), quer por opção política de africanização do conflito.

O documento doutrinário produzido pelo Exército – dada a prevalência deste ramo em efetivos, operações e ocupação de território nos TO – foi designado por “O Exército na Guerra Subversiva” (EGS) e revestiu grande importância, constituindo ainda hoje documento obrigatório de referência para o estudo daquelas Campanhas.

A Marinha e a Força Aérea Portuguesa (FAP) reconfiguraram também o seu dispositivo e capacidade de atuação e passaram a dedicar atenção ao esforço de guerra. A Marinha, para além das unidades de Fuzileiros, empenhou-se no isolamento de fronteiras marítimas, rios e águas interiores, para além de ações de flagelação e de evacuação. A FAP atuou com as unidades de Pára-quedistas, então integradas no ramo, como força de intervenção terrestre nos TO e, para além das suas funções no apoio logístico às forças terrestres, distinguiu-se na evacuação sanitária aérea, no reconhecimento aéreo e no apoio aéreo próximo por aeronaves de asa fixa ou helicópteros.

3. O Ambiente de Insurgência no Séc. XXI

3.1. Caracterização

3.1.1. O Presente

No atual panorama geopolítico, a existência de Estados Falhados e o aparecimento de guerras transnacionais e conflitos armados, onde atores não-estatais assumem relevância particular, vieram alterar a visão clássica dos conflitos armados. A ameaça e o combate assimétrico surgem como a estratégia mais aconselhável para determinados atores procurarem alcançar os seus objetivos sem se exporem a um confronto de natureza convencional que dificilmente poderiam vencer. O caso do Afeganistão em 2006 (Branco, 2008: 15), demonstrou aos atores insurgentes a dificuldade da opção convencional, lições que reconheceram e aprenderam. Embora não afastando a possibilidade de ocorrerem confrontos de natureza convencional no início dum conflito, ou no culminar duma escalada, os confrontos assimétricos estarão sempre presentes, nem que sejam como opção derradeira após uma derrota convencional (*e.g.*, Iraque – 2003).

A natureza insurrecional que os conflitos podem atualmente assumir, com características diferentes dos ocorridos durante a Guerra Fria de movimentos mais hierarquizados e de base ideológica, põe em causa um tipo de resposta apoiada numa doutrina de contrainsurreição datada dos anos 60. A tipologia dos conflitos atuais deixou de ser “estado-cêntrico” para se “centrar” em atores não-estatais. Os movimentos insurrecionais tendem a apresentar-se com uma natureza mais fluída, dispersa e associada amiúde com atividades criminosas e terrorismo, “híbridas”, com alcance global e, também, mais com narrativas religiosas e antiocidentais do que com ideologias políticas revolucionárias.

Contudo, é importante não afastar a hipótese de poderem ocorrer no futuro conflitos de natureza convencional, apesar da perspetiva futura do ambiente operacional apontar para um acentuado aumento na prevalência de atividades irregulares. O estudo duma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva (DNGS) permite equacionar melhor as implicações que a COIN trará a nível cultural, doutrinário, de organização, de formação e treino, nos equipamentos e infraestruturas e nos sistemas interoperáveis, ao nível conjunto e combinado. Permite-se assim definir melhor qual o espaço da COIN, possibilita ajustar a proporção Convencional/COIN e, ainda, a repartição de recursos que devem ser alocados, obrigando a uma decisão e comprometimento político, face às repercussões estratégicas que as alterações a efetuar nessa repartição poderiam provocar na política e estrutura da defesa nacional.

3.1.2. Os Desenvolvimentos mais Prováveis

Portugal, como membro da *NATO*, da *EU* e da *ONU* encontra-se, e perspetiva-se que permaneça no futuro, envolvido em Operações de Manutenção da Paz ou de Estabilização, designadamente no Afeganistão. Fator relevante é a capacidade das nossas forças militares se integrarem e operarem com as aliadas, já que o seu emprego

independente é improvável e daí a importância da existência de uma doutrina conjunta e combinada¹³.

3.2. Lições Aprendidas

3.2.1. Situação Atual

Uma doutrina precisa de ser revista e mantida em permanência para ser útil para a tomada de decisões e a condução de ações militares. Esta preocupação foi claramente expressa no EGS quando refere que “a experiência de operações futuras demonstrará, sem dúvida, que alguns dos princípios e procedimentos nele estabelecidos estão errados e que outros assuntos lhe devem ser acrescentados” (EGS, 1966: XII). Cingindo-se apenas ao âmbito do trabalho, constatamos que em Portugal não existe uma Doutrina Militar Conjunta (DMC) aprovada (Moura, 2010: 18) e que a nível do EMGFA, não foi elaborado qualquer manual sobre GS/COIN, facto que impede, obviamente, a integração de lições aprendidas.

Não existe um sistema conjunto eficaz de lições aprendidas, que siga o percurso conceptual normalmente estabelecido de observação – lição identificada – ação corretiva – lição aprendida, apesar dos Ramos desenvolverem alguma atividade nesta área. A existência de um processo fluido de recolha e elaboração de lições, que ligue e alimente cada fase, desde as operações em curso, a experimentação, a sua testagem e treino ainda não é uma realidade, a nível conjunto.

3.2.2. Tendências Globais Influenciadoras

A tendência dos países membros da *NATO* e nossos Aliados é de produzirem DMC ao nível dos seus Estados-Maiores Conjuntos e, a partir dessa base, os Ramos desenvolverem as suas TTP (Moura, 2010: 1,2). Este é o caminho lógico, tanto mais que o desenvolvimento de Conceitos e Experimentação Conjuntos só será possível de ser alcançado “conjuntamente” e, a este nível, Portugal revela de facto, carências e fragilidades (*e.g.* princípios da guerra diferentes por Ramo).

3.2.3. O Risco de Não Mudar ou Adaptar

Podem-se identificar algumas razões teóricas para se proceder ou não, ao reajustamento da nossa doutrina. Seja porque se considera de tal maneira desatualizada, que não se justifica o esforço de se trabalhar sobre a mesma ou porque, pelo contrário, está “perfeitamente” atualizada, não carecendo de alterações. Obviamente que nenhuma destas assunções corresponde à realidade. A doutrina EGS tem permitido dar resposta, mas os seus criadores conceberam-na para enfrentar uma insurreição específica “com os escasos meios de que realmente se dispõe, num ambiente físico e humano que nos é próprio”

13 O RU assume frontalmente essa posição, particularmente no que respeita aos EUA, CAN e AUS. (BA, 2010: foreword).

(EGS, 1966: XIII), limitação assumida que é razão suficiente para a atualização, considerando as alterações ocorridas no “ambiente” desde então.

Um risco de não mudar é a possibilidade de perda da filosofia, do modelo de referência para a condução da contrainsurreição, facilitando a aplicação de experiências e lições de cada unidade sem um fio condutor comum (Galula apud Grant, 2007: 2).

3.3. Razões para Portugal ajustar a COIN

A DNGS tem respondido, na prática com constante adaptação “ad-hoc”, às realidades das missões e respetivos TO. Os documentos doutrinários com maior projeção não são reeditados e necessitam, no mínimo, de uma atualização de terminologia. Aspectos mais carentes de revisão serão os que se revelam direcionados para uma realidade geopolítica passada, destinando-se a uma guerra no interior do TN e em África, no contexto dos anos 60. Hoje, o cenário de atuação é global, não se restringindo a um continente, tendo Portugal deixado de fazer contrassubversão em TN para passar a fazê-la no exterior, em estados frágeis ou falhados, integrado ou sob mandato da *NATO*, *ONU*, *EU*. Contudo, a capacidade das ameaças também é global, podendo atingir o TN, o que levanta a questão do eventual emprego das FFAA dentro das nossas fronteiras e consequente necessidade de revisão da legislação em vigor. Aos atores tradicionais de movimentos de libertação acrescem os não-estatais, de raiz religiosa, criminosa ou outros, de natureza tentacular interestados e com alcance ou projeção global.

Em África, na década de 60, a insurreição era de natureza rural. No entanto, atualmente, mais de 40% da população africana encontra-se nas cidades, evolução que acompanha a crescente urbanização mundial. As ações de insurreição mais recentes têm ocorrido sobretudo em ambiente rural, contudo, têm sido desencadeadas ações urbanas que, apesar de até agora se manifestarem com consequências humanas e materiais mais reduzidas, mediática e politicamente tendem a assumir maior projeção.

Associadas a insurreições, desenvolveram-se também atividades criminais de natureza rural e urbana. A “insurgência” ligada ao narcotráfico e a outras atividades criminosas associadas, na América Latina ou no Afeganistão, é também uma realidade frequente.

Outra situação, igualmente grave, é o crescimento de *gangs* urbanos, sendo difícil às forças de segurança aplicar a lei e manter a ordem nas áreas onde aqueles atuam. O exemplo de Los Angeles, onde estatisticamente o nível de ataque violento é superior ao de Kabul¹⁴ (Lonsdale, 2008: 132), ou de algumas favelas brasileiras, são claros exemplos de situações que necessitam de uma atuação tipo COIN, por vezes, para a sua supressão e neutralização e, para a qual, o emprego das forças militares poderá ser uma opção. À semelhança de Portugal, a utilização de forças militares nestas ações internas poderá levantar problemas jurídicos, que deverão ser antecipados e resolvidos pelo poder político.

14 “Los Angeles County has over 800 gang-related killings each year, and 2,500 homicides, 75% of which go unsolved.” (Lonsdale, 2008: 132).

A necessidade de rever a doutrina COIN foi sentida de uma forma geral e reforçada com a adoção do novo Conceito Estratégico da NATO de 2010, que dá importância ao desenvolvimento de parcerias e ao aumento de uma capacidade civil de gestão de crises. Esta revisão doutrinária da NATO foi acompanhada também por países com larga experiência em COIN, caso do Reino Unido (2009) e da França (2010) constituintes da matriz doutrinária influenciadora da nossa, ou ainda os EUA (2006), a Índia (2006), o Canadá (2008) e a Espanha (2008).

4. Contributos para um reajustamento da Doutrina Nacional de Portugal

4.1. Elementos Essenciais

4.1.1. Visão, Valores e Objetivos

Assumindo como pressuposto que a formalização escrita da DNGS se inserirá numa hierarquia de publicações doutrinárias, é importante que a integração *top-down* e horizontal sejam alcançadas desde o início.

A afirmação do que se pretende da doutrina, os valores que persegue e os objetivos a alcançar são aspetos relevantes, frequentemente esquecidos. Neste tipo de guerra, quiçá de uma forma mais exigente, o comportamento das forças de acordo com os valores defendidos pela Instituição Militar e reconhecidos pela população civil do TO, determinará também a forma como as forças atuarão e como serão recebidas e, porventura, ajudadas ou hostilizadas por essa mesma população.

4.1.2. O Desafio Cultural

Ao longo dos tempos, os exércitos prepararam-se para a última guerra que defrontaram. Isto traduz em parte o receio da mudança¹⁵, mas também a incapacidade de antecipar o futuro. O homem tem tentado limitar o número de baixas em combate e os efeitos colaterais na população civil, tais como mortos e feridos, destruição de propriedades, de colheitas, etc.. Estabeleceram-se tréguas e convenções que garantiam esse objetivo e se determinava a forma como se combatia em cada espaço cultural ou sociedade. A influência da procura da batalha decisiva, da proibição de utilização de certas armas ou a sua restrição a uma classe de sociedade, fortaleceram a estabilidade das doutrinas, do armamento e equipamento e, não menos importante, das lideranças.

As forças armadas não se podem dar ao luxo de escolher o tipo de guerra que serão chamadas a lutar (Kiszely, 2006b: 20) pelo que a mudança se impõe. Portugal, nos fins dos anos 50 do século passado, ciente dos conflitos, manteve o mínimo de investimento na NATO e iniciou a preparação para a GS. Após 1974, o esforço reorientou-se novamente

15 Tem havido exceções, resultantes de uma cultura organizacional mais aberta e inovadora: *“It says something for the broadmindedness of the German Army in the 1920s that Guderian was officially acknowledge as a leading expert on tank tactics years before he first set foot in a tank”*. (Guderian, 1995:10).

para a Aliança Atlântica, ficando a GS, à exceção de pequenos nichos de instrução, relegada para um plano secundário. Com a queda do Muro de Berlim, o desenvolvimento de outro tipo de operações e a própria evolução doutrinária nos EUA, RU e NATO, reintroduziram algum dinamismo no estudo da doutrina da GS.

A relutância dos portugueses em escrever, originou que a doutrina fosse transmitida de forma oral, mais do que através dum esforço orientado e articulado de produção escrita. O facto de já terem decorrido 37 anos desde o fim dos combates africanos, significa também, que a quase totalidade dos militares que a viveram transitaram entretanto para a situação de reserva ou reforma, correndo-se o risco de não se aproveitar a sua experiência na renovação doutrinária.

Assinale-se que a criação dos exércitos modernos ocidentais é muito o produto do Positivismo (Gat, 2001: 389). A racionalidade, as estruturas lineares e a ordem convivem bem com essa corrente e garantem a estabilidade. E “o que as pessoas pensam não pode ser separado da questão como elas pensam, ou das circunstâncias em que elas atuam e às quais reagem” (Gat, 2001: 256). A subversão, a guerra irregular, etc. fogem a esse padrão “científico” e “previsional” e de conservação do *status quo*, em particular da nobreza e aristocracia que historicamente alimentou e influenciou o corpo de oficiais num passado mais longínquo. Veja-se o exemplo da experiência e dos ensinamentos das guerras francesas de Pacificação, que “pouco influenciaram o pensamento metropolitano francês”, visto acreditarem “que a guerra colonial não teria quaisquer lições úteis para oferecer à Europa” (Porch, 1986: 404). A guerra convencional passa a assumir a posição de *primus inter pares* da arte e ciência da guerra (O’Neill, 2009: 51), alicerçada também no peso que constituía a ameaça convencional do Pacto de Varsóvia (PV) durante a Guerra Fria. A GS é vista como uma guerra desinteressante (Couto, 1989: 294)¹⁶ e secundária, com menor exigência intelectual e de liderança, carecendo “apenas de ajustamentos menores nas forças e táticas convencionais” (COINTF2010a Enclosure 2: 5), limitando também as expectativas de carreira para quem se orienta para o não convencional.

É legítimo questionar-se, então, se uma força convencional é capaz de executar a COIN, apontando-se, por exemplo, a campanha britânica na Palestina (1945-48) como uma resposta negativa a essa questão (McInnes, 1996: 114)¹⁷. Alguns autores consideram que é difícil uma força estar igualmente preparada para os dois tipos de conflitos (Blanco, 2009: 20). Uma das causas será uma qualidade do militar “convencional”, o “warrior ethos”, tornar difícil a uma força convencional substituir uma política de *hard power* pela de *soft power* (Kiszely, 2006b: 19) (McChrystal, 2009: 7) e a aplicação de TTP e, por vezes, racio-

16 Erros frequentes [...] o desinteresse dos estados-maiores pelo estudo de uma forma de Guerra considerada “menor” e que não se presta a manobras espetaculares de grandes conjuntos de forças. (Couto, 1989: 294).

17 Opinião diferente apresentava-se no FM 8-2, *Counterinsurgency Operations*, dos *Marines* americanos de 1980 que prescrevia em “1001.a. The establishment of a separate and distinct training program for preparing personnel and units for counterinsurgency operations is not necessary nor desirable.” (FMFM 8-2: 103).

cínios válidos para um contexto convencional (Couto, 1989: 294). A *NATO* considera que “a cultura da Guerra Convencional é parte do problema” (COINTF2010a Enclosure 2: 4) e que para o resolver há necessidade de “quebrar com a mentalidade da Doutrina Terrestre Conjunta” (COINTF2010a Anex B Enclosure 2: B-2).

A realidade mostra-nos, contudo, que as forças convencionais estão a mudar. A introdução da Teoria da Manobra, na década de 1980, numa evolução natural face à percepção do poder convencional do PV, dava destaque às ordens tipo missão (*mission command*), ao apoio à descentralização, à delegação de autoridade e à assunção do erro, permitiu elevar o grau de flexibilidade e adaptabilidade das forças, como foi demonstrado nas inúmeras participações em Operações de Apoio à Paz. Os exércitos deixaram de ser tão “jomínianos” e passaram a ser mais capazes de enfrentar TO não lineares, permitindo a análise do fenómeno insurreccional com instrumentos e um quadro mental para além dos oferecidos pela perspetiva convencional.

O aparecimento da doutrina *AirLandBattle*, em 1981 e, a introdução do nível Operacional, revelaram-se momentos doutrinários importantes também para uma melhor compreensão do fenómeno insurreccional. A percepção dos diferentes níveis e efeitos que em cada um deles podem ser repercutidos, facilitou o entendimento de se poder perder estrategicamente, ganhando taticamente, designadamente, quando se enfrenta uma insurreição.

Em Portugal, a doutrina do Exército parece retroceder. De uma doutrina de GS aplicada a três TO com descentralização aos escalões mais baixos, elemento essencial para o sucesso, o Exército adota, em 1987, um Manual de Operações com uma perspetiva atricionista, que só seria revogado em 2005 por um Manual abertamente influenciado pela *NATO* e mais atualizado com as novas correntes doutrinárias (RC Operações 2005: Nota Prévia).

Poderemos concluir que, só com uma alteração cultural, orientada para um maior estudo e discussão doutrinária, para a apresentação de experiências operacionais recentes, para a participação em seminários doutrinários e para a criação de um Sistema de Doutrina Militar Conjunta (SDMC)¹⁸, com uma hierarquia de produtos doutrinários definida e estabilizada, se poderá ter em Portugal uma doutrina atualizada que acompanhe a dos nossos aliados.

4.1.3. A Renovação e Atualização Doutrinária

A elaboração ou renovação de uma doutrina implica analisá-la como um todo, sendo aconselhável considerá-la segundo as perspetivas oferecidas pelos diferentes níveis estratégico, operacional e tático. Poderemos dizer que a apresentação e publicação do *corpus* doutrinário pela *NATO* e países Aliados (*e.g.*, EUA; RU; CAN; FRA ...) procuram seguir aquelas perspetivas.

18 Para a análise de contributos para a criação de uma DMC ver Moura, 2010:22-31.

Faz todo o sentido publicar-se em Portugal um documento doutrinário acessível e de fácil consulta, destinado aos decisores políticos e detentores de altos cargos da administração e responsáveis por decisões a nível estratégico. A COIN – ou outra área como o Contra-Terrorismo – seria partilhada e facilitaria o entendimento e coordenação de políticas sectoriais dos órgãos da Administração Pública.

Os AJP¹⁹ da NATO, os CIA²⁰ (FRA), os JDP²¹ (RU), os JP²² (EUA) destinam-se à difusão da doutrina conjunta, ao nível Operacional, que eventualmente poderão originar TTP e FM orientados para o nível Tático.

Considerando o exposto, analisa-se a doutrina portuguesa, comparando-a com a da NATO e Aliados segundo estes níveis, procurando identificar lacunas, desatualizações ou assuntos a justificarem maior desenvolvimento. É importante realçar que a doutrina NATO é uma doutrina de Aliança, necessariamente generalista, padronizada, de compromissos e consensos, com marca mais saliente dos países com mais capacidade de influenciar designadamente os EUA (COINTF2010a Enclosure 2:3).

Pergunta-se, acompanhando a classificação mais comum, como se poderá melhor enquadrar a DGSN? Será fundamentalmente *enemy-centric approach* ou *population-centric approach*? O primeiro princípio “a luta contra a subversão é uma luta pela população e nunca uma luta contra a população” (EGS: Cap II-Pag 1)²³ é taxativamente confirmado²⁴. Embora o EGS não afaste uma linha “dura” quando necessária, distancia-se duma visão convencional de derrotar ou destruir o inimigo numa perspectiva atricionista, para procurar combater a subversão se possível com a população²⁵, ou que parte dela se “empenhe ativamente na referida luta” (EGS: Cap II-Pag 2). Não parece restarem dúvidas que a DNGS considerava a população o centro de gravidade (Ramalho, 2010: 327), tal como sugere, 44 anos depois, a NATO, coerente com a sua perspectiva *population-centric*, atualmente em prática no Afeganistão.

Outra diferença crucial resulta do facto das populações nos TO de Angola, Guiné e Moçambique, serem consideradas portuguesas tratando-se, na pior situação, de a “reconverter a favor das autoridades estabelecidas” (EGS, 1966: CapII-1). O entendimento português era de que defrontava uma insurreição interna, enquanto nos documentos da NATO

19 AJP – Allied Joint Publication (NATO).

20 CIA – Concepts interarmées (França).

21 JDP – Joint Doctrine Publication (Reino Unido).

22 JP – Joint Publication (EUA).

23 Comparar com “The Afghan people are the Objective. Protecting them is the mission. Focus 95% of you time building relationships with them, together with the Afghan government, meeting their needs.” (McChrystal, 2009: 7).

24 “Este princípio é fundamental porque demonstra que estão condenadas ao insucesso quaisquer ações de carácter repressivo exercidas sobre a população em geral.” (EGS, 1966: CapII-2).

25 “Que se beneficiem as picadas existentes e se abram novas. Que se destruam as lavras por todos os processos possíveis, que se reordenem as populações e se inicie uma bem planeada promoção social das populações, sem o que estaremos a protelar no tempo, ou até a tornar impossível, a resolução de uma situação que, de momento, ainda se nos apresenta favorável”. Relatório Operação Golpe de Flanco. (Catarino, 2010: Vol. IV-25).

e de Aliados considera-se a COIN desenvolvida noutro país, na *host nation*. Esta lacuna do EGS de não contemplar a COIN em país terceiro, pode ser justificada pelo enquadramento geopolítico da altura.

Na NATO, considera-se conquistar a população com o apoio da *host nation*, não se questionando a legitimidade do regime e a natureza da insurreição, atendendo-se à conformidade com a lei internacional e não se essa insurreição é resultante da prática de injustiças, agravos, perspetiva ideológica, revolucionária, étnica, religiosa ou outra.

Existe também, nos textos modernos, a supremacia da política sobre a ação estritamente militar. O primeiro atributo da NATO é a primazia dos objetivos políticos, coincidente com o expresso pela doutrina americana e inglesa, não constituindo a derrota militar do insurgente o objetivo da campanha COIN. O EGS não identifica expressamente objetivos políticos, embora os assuma indiretamente (EGS, 1966: Cap. II-12). Também na luta contra a subversão, considera: primeiro, “neutralizar a organização político-administrativa do inimigo e das suas redes” detetando e destruindo “os elementos das referidas redes” e “assegurar o controlo da população”; segundo, “neutralizar a ação psicológica da subversão”; finalmente, “neutralizar as ações violentas” destruindo “os elementos inimigos que as pretendem levar a efeito” e ainda “proteger as instituições, os serviços, as pessoas e os seus bens contra essas ações” (EGS, 1966: Cap. II-II). Sobressai aqui uma lógica de atuação política, psicológica e militar (proteção e segurança) e uma aproximação à doutrina francesa.

Há, igualmente, uma diferença significativa entre a DNGS e as atuais doutrinas, relativamente à legitimidade política. Para Portugal, esta legitimidade não se questionava então e entendia-se que a subversão era causada do exterior, inserindo-se na manobra de expansão do comunismo para o Ocidente.

Encontramos no cumprimento do princípio da Unidade de Comando, uma outra diferença da prática portuguesa, em que os militares se subordinavam a uma cadeia hierárquica e chefia estabelecidas para a atual doutrina. Atualmente a campanha faz-se numa Aliança ou Coligação e, não sendo possível a Unidade de Comando, resta a Unidade de Esforços. O contributo de cada país é diferente, todos com a sua dependência nacional e agendas próprias, colocando-se problemas de entendimento, de interoperabilidade e de “reflexos” das políticas nacionais na condução das operações (Smith, 2006: 302).

À não existência de Unidade de Comando associa-se a dificuldade de coordenação das ações com as “agências” e outras ONG, situação que não existia em tal profusão, que merecesse um tratamento especial no EGS.

A necessidade de otimizar os recursos escassos e de aumentar a eficiência da campanha conduziu à aceitação, pela NATO, do *Comprehensive Approach*²⁶. A congregação de esforços e recursos na COIN era uma das características da doutrina nacional (EGS, 1966: Cap. II-5, 12). A comparação entre a situação económico-cultural, sanitária, infraes-

26 Cimeira de Bucareste em Abril de 2008.

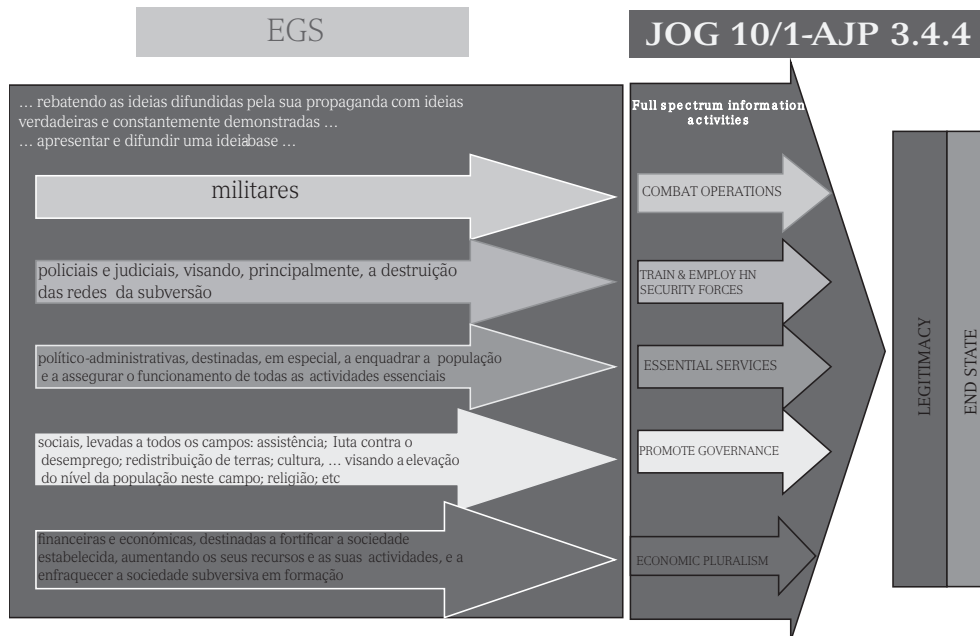
truturas no início das campanhas portuguesas e no final, aquando da independência dos territórios, demonstra a procura do cumprimento desse desiderato (Carneiro, 2000: 92). Construíram-se escolas, aldeamentos, estradas, locais de abastecimento de água potável, fornecimento de sementes, zonas para guarda de gado e o sempre presente esforço de apoio sanitário (Tisseron, 2010: 43). Mais de quatro décadas depois, exemplos semelhantes realizados no Afeganistão são indicados como boas práticas, confirmadoras da validade e eficácia destes princípios.

A ação global COIN portuguesa considerava também a utilização no exterior do território de todos os meios, diplomacia, propaganda, economia e outras “ações mais concretas levadas a efeito por elementos especiais que neutralizem certos organismos ou determinados indivíduos” (EGS, 1966: CapII-6). Foram, de facto, desencadeadas várias ações, apesar da reprovação de certos sectores internacionais. Atualmente, a NATO considera importante negar aos insurgentes o acesso a santuários, mas sem especificar uma ação direta sobre elas ou sobre a execução de *hot pursuit*.

Fator em evidência na DNGS portuguesa é a chamada Ação Psicológica (APsico). Sendo a sua condução da responsabilidade dos militares, ela inseria-se na luta global e incluía, entre outras, atividades hoje incluídas nas categorias denominadas por Assuntos Civis-Militares e por Operações Psicológicas (PSYOPS). Como tal, mereceu cuidado especial no EGS, tendo-lhe sido destinado o III Volume, abordando-se a ação sobre o IN, mas também sobre a população e as NT. Para tornar o guia mais compreensível, houve a preocupação de associar, em anexo, notas complementares de psicologia e sociologia. Outras informações, designadamente resultantes de estudos etnográficos e socioeconómicos, já existentes ou elaborados na altura, integraram-se e foram exploradas no processo de APsico. A polémica ocorrida, 40 anos depois, pela utilização de especialistas, como antropólogos, na feitura do FM 3-24 e na preparação e construção dos *Human Terrain Teams* (HTT) (FFI, 2009: 15), apenas retoma um procedimento anteriormente conhecido e aplicado por Portugal. O EGS considerava, como ponto fulcral, recuperar as populações que estivessem subvertidas, de forma voluntária ou forçada. Esta ação permitiu na prática até reverter elementos inimigos e atrair refugiados integrando-os, inclusive, em forças de contrassubversão. Este tipo de atuação encontra-se previsto mas não muito desenvolvido na NATO, nem no FM 3-24, nem sobre um problema associado, o do desarmamento e desmobilização dessas forças. Existe, no entanto, a adoção de programas de treino da NATO como são as políticas de “Train&Equip” para a Bósnia-Herzgovina e o Iraque, ou as “Operational Mentor Liaison Teams” (OMLT) e as “Police Operational Mentor and Liaison Team” (POMLT) para o Afeganistão.

O EGS refere um conjunto de medidas, através das quais se poderia exercer o esforço da luta contra a subversão. Apesar de serem apenas um dos exemplos possíveis de encontrar, consegue-se facilmente equipará-las com as linhas de operações sobre a condução de uma campanha de COIN definidas na doutrina NATO, não existindo nesta área diferenças substantivas, conforme se apresenta na figura 1.

CAMPAÑA DE COIN- LINHAS DE OPERAÇÃO E ESTADO FINAL



Adaptado de EGS Vol I Generalidades Cap II – Pág 4,13 e de JOG 10/1, 2010:4 -10 e AJP 3.4.4,2011:4 -9

Figura 1 – Linhas de Operações

As Operações de Paz permitiram obter alguma experiência operacional mas estas apresentam características próprias que não permitem a sua transposição, sem adaptação, para a situação de COIN. No caso nacional, o desarmamento, desmobilização e reintegração inseriam-se numa política objetiva de contrassubversão, num estado com uma estrutura administrativa civil presente, por vezes ténue, ou sob controlo militar.

Nível tático

O EGS percorre os níveis Estratégico, Operacional e Tático, com destaque para este último. É-lhe dedicado o “Tomo II – Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas”, que ainda hoje constitui um bom manual tático com procedimentos plenos de atualidade. O reconhecimento da qualidade deste manual teve reflexos na doutrina de contrassubversão espanhola dos anos 70²⁷ que integrou, entre outros aspetos doutrinários, esquemas de manobra.

A publicação doutrinária mais recente espanhola não hesita em abordar o nível tático não chegando, contudo, ao pormenor do anterior, com descrições pormenorizadas

27 Orientaciones O-0-2-5. Subversión y Contrassubversión. Orientaciones O-0-2-7. Lucha de Guerrillas y Contra-guerrillas.

de certos procedimentos como acontece no EGS. A visão atual é de um entendimento holístico da subversão/insurreição, cobrindo princípios TTP que possam ser empregues em distintos TO (Contraingurgencia, 2010: XII).

A doutrina francesa DCTL, embora seja expressamente direcionada para o nível tático, não desce ao pormenor do EGS. Apresenta, porém, um enquadramento que possibilita a integração nos princípios e grandes orientações, permitindo a perceção da manobra COIN e a ligação entre os níveis estratégico, operacional e tático.

A NATO considera importante a produção de doutrina tática para pequenos escalões e com as tarefas mais pormenorizadas, porque os únicos documentos de referência para os Países prepararem as suas forças são a “doutrina nacional (US FM 3-24/2 ou UK AFM 1/10) e as diretivas da ISAF” (COINTF2010a Enclosure 1: 2).

4.1.4. A Formação e Treino

A DNGS deve oferecer as bases conceptuais para orientar a formação e o treino de militares e civis que, potencialmente, poderão participar em ações de GS. Interessará abordar este assunto segundo os níveis Estratégico, Operacional e Tático e nas diferentes possibilidades de subversão/insurreição e conta-subversão/contraingurgencia.

A doutrina é hierarquizada e só a definição primeira dos conceitos básicos, ainda que gerais, permite construir o *corpus* doutrinário. A educação e a formação, especialmente das elites, deverão passar pelas instituições mais vocacionadas para tal, designadamente o Instituto de Defesa Nacional (IDN) e o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a par de outras ações desenvolvidas pela sociedade civil (e.g. universidades, fundações, *think tanks*, etc.).

Devem ser preparados cursos, ações de formação e difusão de informação, relativos à COIN. Restringindo-se a análise à parte militar, conviria saber como essa formação se reflete nos *curricula* dos cursos ministrados nos diversos unidades e estabelecimentos de ensino, na formação de Oficiais e Sargentos do QP. O que se constata é que, na generalidade, o tempo dedicado à abordagem e análise destas matérias poderia ser mais significativo nos respetivos planos de curso, havendo também aqui espaço para melhorar.

Convém referir que as Unidades, Centros de Instrução e Regimentos, que preparam e aprontam FND para os TO, têm mantido um esforço de atualização de TTP, normalmente segundo um processo informal.

Para a condução da COIN contribuem também outras matérias que são relevantes no sentido de darem uma perspetiva sociocultural onde a campanha se irá desenrolar²⁸. Um requisito inquestionável é o conhecimento de línguas estrangeiras em particular as utilizadas pela população no TO.

28 Os USMC criaram para esse efeito o *Center for Advanced Operational Culture*.

Treino, aprontamento, infraestruturas

Não é possível otimizar a formação e treino sem infraestruturas, nomeadamente campos ou centros de instrução específicos. A nível técnico-tático existem componentes da COIN semelhantes ao convencional, pelo que, criar centros e áreas de instrução de COIN dedicados não deve ocorrer sem absoluta necessidade, num esforço de racionalização de recursos.

4.1.5. Orientações Estratégicas Fundamentais (Sectoriais)

Da análise até agora efetuada e sem se pretender ser demasiado exaustivo, poderemos retirar algumas consequências com impacto em diversos sectores da sociedade, designadamente a Educação, Saúde, Administração Interna, Negócios Estrangeiros e FFAA.

A melhoria do nível da educação, o desenvolvimento culto da excelência, do trabalho, o sentido do dever e o patriotismo é um imperativo nacional. A aprendizagem de línguas estrangeiras, o incremento da circulação de estudantes portugueses pelas universidades e institutos estrangeiros, é outro fator de cabal importância a desenvolver e apoiar.

A participação de FND em operações, especialmente em TO com climas e terrenos agrestes, impulsiona a atualização e desenvolvimento de conhecimentos de medicina, tal como sucedeu no passado (*e.g.*, medicina tropical). A campanha de *hearts and minds* pode ter substancialmente mais impacto se for reforçada pela prestação de cuidados de saúde à população (particularmente às crianças e mulheres), em locais e situações onde, frequentemente, só as FFAA podem proporcionar, mas que devem contar com relevantes conhecimentos e meios da sociedade civil, ainda que na retaguarda.

No que respeita à Administração Interna, é possível identificar cenários em que a atuação das FFAA a nível interno poderá ser útil para o País, no quadro atual vigente ou noutra a ser legislado, facto que justifica o estudo e a criação de doutrina "interagências" e o seu teste e treino em exercícios.

O emprego das FFAA no exterior, nomeadamente em situações de segurança, poderá originar situações em que o conhecimento, a informação e os meios humanos ou materiais especializados cedidos pelos serviços e entidades do Estado, poderão contribuir para um melhor desempenho das FND (*e.g.* gestão de infraestruturas públicas, acolhimento de refugiados...).

Uma campanha de COIN não engloba somente a manobra militar mas, igualmente, uma manobra político-diplomática, sendo crucial a integração e coordenação destes dois vetores. Considerando os cenários mais prováveis de atuação das FND, integradas na NATO ou em Coligações, o seu empenhamento já pressupõe uma prévia ação político-diplomática, essencialmente no TO. O apoio local dos serviços das Embaixadas e Consulados, pelo conhecimento e contactos previamente estabelecidos no desempenho das suas funções, será muito útil para as FND.

Será igualmente de considerar a possibilidade de participação de Assesores Diplomáticos junto das FND ou Assesores Militares em missões diplomáticas, justificando-se o aperfeiçoamento da “doutrina nesta área”, bem como das TTP em uso.

Uma primeira sugestão relativamente às Forças Armadas reside na atualização e melhoria da Doutrina e dos documentos doutrinários existentes. Será aconselhável a adoção da estrutura seguida na *NATO*, com o fito de assegurar uma melhor interoperabilidade (Moura, 2010:39).

Outro aspeto consistirá em alterar, parcialmente, a cultura da organização, dando maior destaque à doutrina, ao ensino e à posição da COIN em toda a estrutura das FFAA (Shirreff, 2010: 7), não em contraponto ao convencional, mas como mais uma área que os militares devem preservar e desenvolver, com base nos conhecimentos herdados das campanhas e operações anteriores, induzindo um efeito de transformação, ainda que em menor escala e dramatismo daquela ocorrida nos anos 60.

A criação de um Centro de Estudos de COIN, pelo menos a nível operacional, dependendo do EMGFA, integrado porventura no IESM, constituindo um núcleo do Centro de Investigação de Segurança e Defesa (CISDI), parece ser uma medida capaz de responder às necessidades de produção e acompanhamento da Doutrina a nível estratégico-operacional. Estaria também, aqui, aberta a oportunidade de apoio em mestrados ou doutoramentos de militares, dentro do seu âmbito.

De igual modo, coloca-se a necessidade da criação de um sistema de Lições Aprendidas, flexível e “comunicante” entre os Ramos e o EMGFA e também com a *NATO*, outras organizações internacionais e países amigos (COINTF2010a Enclosure 2 Anex N: N-1).

Outra medida que se aponta, é o estabelecimento de um “Núcleo” de Guerra Subversiva/COIN responsável pela elaboração de TTP, pelo ministrar de cursos relacionados com a matéria, dependendo do Comando de Instrução e Doutrina do Exército (CID), em conformidade com a natureza prevalente do Exército nesta área, mas apoiado por elementos dos restantes Ramos, nas suas competências específicas.

Conviria igualmente, incrementar a frequência de cursos em instituições ou centros estrangeiros que laboram nesta área, sejam de natureza militar ou civil, garantindo a preservação e maior desenvolvimento das competências das FFAA no âmbito da COIN.

A capacidade militar de Informações e a sua articulação com os sistemas civis é crucial para o desenvolvimento com sucesso de operações COIN.

O apoio à recolha de informação e outros elementos de carácter histórico relativo às ações de Contrassubversão/COIN em África e nos novos TO, seria de incentivar. Assegurar-se-ia assim, uma referência essencial para o desenvolvimento da doutrina, para além do testemunho histórico da existência dum modo português de fazer este tipo de guerra.

A utilização de meios aéreos tem-se revelado fundamental neste tipo de intervenção. O treino e a capacidade de desenvolver operações com helicópteros deverão ser incrementados. O mesmo deverá acontecer a nível da cooperação aeroterrestre, *e.g.* apoio aéreo próximo e no emprego de *unmanned aerial vehicles* (UAV).

4.2. Alterações Organizacionais

A implementação de um sistema de elaboração de doutrina COIN, nos Ramos e no EMGFA, poderá implicar alterações organizacionais, no mínimo a nível dos respetivos Quadros Orgânicos.

A criação de um “Centro” de estudos de Doutrina conjunta COIN e de um “Núcleo” de Guerra Subversiva/COIN, ou atribuição da totalidade, ou parte, dessas competências a uma entidade já existente, serão possíveis alterações organizacionais a implementar.

4.3. Processos Formais da Conceção à Implementação da Doutrina

Há necessidade de criar e tornar eficaz um sistema de produção de doutrina militar de cariz nacional. Dada a sua natureza, não se vislumbra melhor solução do que ser cometida ao CEMGFA. A dificuldade é que, até ao momento, não existe, segundo a lei atualmente em vigor, qualquer doutrina nacional conjunta (Moura, 2010: 18).

Assim, mais que adotar um processo e uma estrutura formal que contemple todas as fases de produção, implementação e manutenção de uma doutrina COIN, há que criar um Sistema de Desenvolvimento de Doutrina Militar Conjunta (SDDMC) e considerar igualmente um Sistema de Desenvolvimento de Doutrina Militar Conjunta da Aliança (SDDMCA). A COIN é apenas uma parte, que tende a aumentar a sua importância na atual situação político-militar mundial.

Este sistema tem que ser agilizado e permitir colocar rapidamente produtos doutrinários que garantam apoio às FFAA no cumprimento das suas missões. Acresce que se deve incorporar a capacidade de renovação/melhoria através da integração de Lições Aprendidas, sob pena de rapidamente perder eficácia.

Para além do sistema, da sua estrutura e forma de relacionamento será conveniente estabelecer uma hierarquia de publicações. A montante, no topo, as diretivas e documentos de natureza político-militar/estratégica, desenvolvendo-se para os níveis operacional e tático.

O EGS é precisamente um caso de estudo que inclui matérias que percorrem todos os níveis: o estratégico, o operacional e o tático. No sentido da renovação e evolução da doutrina, é desejável uma separação e hierarquização, por duas razões fundamentais: (1) Os níveis estratégico e operacional tendem a ser mais estáveis e de âmbito mais geral, do que o tático; (2) A NATO e Países Aliados, adotaram esse processo, sendo assim mais fácil aproveitar-se a sinergia do conjunto dos países. Desta separação resulta ainda a possibilidade de participarmos na elaboração de doutrina, especialmente nas áreas onde possuímos comprovada experiência (e.g. TTP) e que nem sequer é referenciada como doutrina nacional (COINTF2010a Enclosure 1: 2).

5. Conclusões

Existiu uma DNGS, desenvolvida e testada em três TO, cujo documento mais conhecido, o EGS, abarca os níveis estratégico, operacional e tático, mas que atualmente não responde aos requisitos formais exigidos pela NATO, nem encontra correspondência

na praxis de FFAA de países de referência. Uma DNGS atualizada, que percorra todos os níveis, incluindo o político, terá consequências nas FFAA, no respeitante à DOTMLPFI e no âmbito legislativo, com vista à melhor integração da ação de outros ministérios e setores nacionais.

O sistema de ensino militar atual pode ser melhorado no que se refere à preparação das FFAA, nomeadamente Oficiais e Sargentos, quanto ao não convencional, irregular e COIN, havendo também razões para incrementar e apoiar o ensino de línguas estrangeiras nas FFAA e de outras áreas conducentes ao melhor conhecimento “cultural” dos possíveis TO.

A NATO e os aliados com maior peso político-militar entenderam elaborar uma doutrina COIN, que se encontra em processo de aceitação pelos países membros. A DNGS desenvolvida nos anos 60 contém áreas com plena atualidade como o entendimento da população como o centro de gravidade e catalisador da campanha, a abordagem holística da COIN, a ação determinante do desenvolvimento, económico e social, das informações, da ação psicológica, da manutenção da lei e da ordem, o respeito pela lei e da boa governação. Outras áreas carecem obviamente de revisão, nomeadamente onde os contextos políticos-estratégicos se alteraram, a doutrina militar se modificou e os sistemas de armas e organização evoluíram, tais como a natureza multinacional das campanhas e o aparecimento de novos tipos de inimigo. É possível, contudo, aceitar a doutrina COIN da NATO, complementando-a ou suplementando-a com contributos nacionais, onde necessário, sendo porém, essa tarefa dificultada por não existirem um SDDMC e um SDDMCA eficazes, que contemplem a integração atempada de lições aprendidas.

Sintetizando, podemos chegar à seguinte conclusão final:

O (re)ajustamento de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva, conforme com as doutrinas congéneres da NATO e de Países Amigos, é um imperativo da segurança do País perante os desafios do século XXI e é mais facilmente alcançada através da adoção da doutrina da NATO, complementando-a ou suplementando-a, onde ela for insuficiente ou inexistente face às necessidades e capacidades de Portugal. Permite-se assim, uma melhor utilização de recursos e a identificação e capacitação das entidades competentes, a par de uma melhor integração ou adequação às doutrinas similares da Aliança ou de Países Amigos. Exige contudo, a adoção de um conjunto de medidas militares e não militares, de que o poder político deverá ser o responsável pela sua atempada implementação, para que Portugal contribua mais eficazmente para a segurança nacional e internacional.

Bibliografia

- AJP-3.4.4 (2011). Allied Joint Doctrine for Counterinsurgency (COIN) – AJP-3.4.4. February 2011.
- AJP-3.4.4 (2010). Allied Joint Doctrine for Counterinsurgency (COIN) – AJP-3.4.4 Ratification Draft 1.
- BARRENTO, António (2010). Da Estratégia. Tribuna. Parede.

- BLANCO, Jesús Alonso (2009). La Contrainsurgencia en los Actuales Escenarios. in Las Nuevas Guerras y la Polemología. [em linha] Outubro, 2009. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional. Madrid. [Acedido em 26 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.portalcultura.mde.es/Galerias/publicaciones/fichero/Monografia111.pdf>>
- BRANCO, Major-General Carlos Martins (2008). A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão, Cadernos do IDN. n.º 1 II Série. Dezembro 2008. Lisboa.
- CARNEIRO, Gen Antónios S. O. Soares (2000). As transformações operadas nas Forças Armadas para responder às exigências do conflito em África. Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974). Março 2000. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa.
- CASSIDY, Lieutenant Colonel Robert M. (2005), U.S. Army. The British Army and Counterinsurgency: The Saliency of Military Culture. Military Review. May-June 2005.
- CATARINO, Manuel (2010). As Grandes Operações da Guerra Colonial 1961-1974. Cofina Media books.
- CIA – 0.8 (2008). Les Opérations Contre Un Adversaire Irrégulier. (ADIR). [em linha]. Centre Interarmées de Concepts, de Doctrines et d'Experimentations. N° 131/DEF/CICDE/NP du 02 mai 2008. [Acedido em 26 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.cicde.defense.gouv.fr/IMG/pdf/PIA/CCIA/CIA_0-8.pdf>
- (COINTF2010a). Counter Insurgency Task Force (COIN TF) Initial Input. NATO. SHAPE/FORIRER/CTP/QQPfTT-270203. 5000 TC-70/TT-5455/Ser: NU0020. 22 April 2010.
- (COINTF2010b). Counter Insurgency Task Force (COIN TF) Follow-Up Input on Coin Training Requirements and Implementation. NATO. SHAPE/FORIRER/CTP/QQPfTT-271061 5000 TC-70m-6449/Ser: NU0041. 26 August 2010.
- CONTRAINSURGENCIA (2010). Contrainsurgencia (PD3-301) Publicación Doctrinal. Mando de Adiestramiento y Doctrina. Dirección de Doctrina, Orgánica y Materiales. Ejército de Tierra Español. 26 de agosto de 2008. Madrid.
- COUTO, Abel Cabral (1988). Elementos de Estratégia Vol. I – Apontamentos para um curso. Pedrouços: IAEM. Lisboa.
- COUTO, Abel Cabral (1989). Elementos de Estratégia Vol. II – Apontamentos para um curso. Pedrouços: IAEM. Lisboa.
- DCTL (2010). Doctrine for Counterinsurgency at the Tactical Level. [em linha]. Force Employment Doctrine Center. Paris, April 2010. [Acedido em 06 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://smallwarsjournal.com/documents/frenchcoindoctrine.pdf>>
- DIA-3.4.4. Contre-Insurrection (COIN).(2010) [em linha]. N° 253/DEF/CICDE/NP du 05 novembre 2010. [Acedido em 06 de Janeiro de 2011]. Disponível na internet em: http://www.cicde.defense.gouv.fr/IMG/pdf/PIA/CDIA/DIA_3-4-4.pdf
- EGS (1966). O Exército na Guerra Subversiva, Estado-Maior do Exército, Lisboa.

- (FFI). FFI-rapport 2009/01346. (2009) Counterinsurgency (COIN) – when theory meets reality. Monday 8 June 2009 Norwegian Defence Command and Staff College. [em linha]. [Acedido em 07 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://mne.oslo.mil.no:8080/Multinatio/MNE6semina/FileObject/file/COIN%20seminar%20report.pdf>>
- (FM 3-24/MCWP 3-33.5). Field Manual No. 3-24 (2006). Counterinsurgency. [em linha]. Headquarters Department of the Army. Marine Corps Warfighting Publication. No. 3-33.5. Headquarters Marine Corps Combat Development Command. Department of the Navy Headquarters United States Marine Corps. Washington, DC. 15 December 2006. [Acedido em 26 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-24.pdf>>
- FM 3-24.2 (FM 90-8, FM 7-98). (2009) Tactics in Counterinsurgency. April 2009. Headquarters Department of the Army.
- FMFM 8-2. (1980) Counterinsurgency Operations. 29 January 1980 United States Marine Corps. Department of the Navy.
- GALULA, David. (2006). Counterinsurgency Warfare. Theory and Practice. Praeger Security International. Westport, London.
- GAT (2001), Azar. A History of Military Thought. Oxford University Press. Oxford.
- GENTILE, Gian P. (2009a). Let's Build an Army to Win All Wars. [em linha]. Joint Forces Quarterly. Issue 52. 1st quarter 2009. [Acedido em 03 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://intelros.ru/pdf/jfq_52/8.pdf>
- GENTILE, Gian P. (2009b). A Strategy of Tactics: Population-centric COIN and the Army. [em linha]. Parameters. Autumn 2009. [Acedido em 03 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.public.navy.mil/usff/Documents/gentile.pdf>>
- GIAP, Vo Nguyen (2005). Manual de Estratégia Subversiva. Edições Sílabo. Lisboa.
- GRANT, Greg (2007). Features Lessons Not Learned. [em linha]. Government Executive January 1, 2007. [Acedido em 24 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.govexec.com/story_page_pf.cfm?articleid=3576>
- GRAU, Lester W. e GRESS, Michael A. (2002). The Soviet-Afghan War, How a Superpower Fought and Lost. The Russian General Staff. University Press of Kansas, Kansas.
- GUDERIAN, Major-General Heinz (1995). Achtung-Panzer! The Development of Armoured Forces, Their Tactics and Operational Potential. Arms and Armour. London.
- HAMMES, Colonel Thomas X. (2006). The Sling and The Stone. On War in the 21st Century. Zenith Press. St. Paul MN.
- JDP 0-01 (2008). Joint Doctrine Publication 0-01. British Defence Doctrine (3rd Edition). August 2008, www.dcdc.dii.r.mil.uk
- JP. Joint Publication 1-02 (2011). Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms. 8 November 2010 (As Amended Through 31 January 2011). [em linha]. [Acedido em 26 Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.dtic.mil/doctrine/dod_dictionary>
- (JOG 10/01). Bi-SC Joint Operational Guidelines 10/01 Counterinsurgency (COIN) (May 2010). NATO.

- KILCULLEN, David (2009). *The Accidental Guerrilla: Fighting Small Wars in the Midst of a Big One*. Oxford University Press. New York. 2009.
- KILCULLEN, David (2010). *Counterinsurgency*. Hurst & Company. London.
- KISZELY (2006a), Lieutenant General Sir John. *Counterinsurgency in the 21st Century: Creating a Comprehensive Approach. A British View*. [em linha] (US Government Counterinsurgency Conference, Washington, 28-29 SEP 06. [Acedido em 11 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/uscoin/kiszely_sept2006.pdf>
- KISZELY (2006b), John. *Learning about Counter-Insurgency*. [em linha]. RUSI Journal. December 2006. [Acedido em 11 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://usacac.army.mil/cac2/coin/repository/Learning_About_Counterinsurgency_RUSI_Journal-Kiszely%28Dec06%29.pdf>
- LONSDALE, Mark V. (2008). *Criminal Activity in an Insurgent environment & Counterinsurgency. Une étude de cas – Afghanistan 2001-2008*. [em linha]. 18 August, 2008. Universite Pantheon-Assas, Paris II. [Acedido em 12 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.drmcc.org/IMG/pdf/COIN_MCC_Lonsdale_18_AUG_2008.pdf>
- MAO, Tse-Toung (2004). *Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva*. Edições Sílabo. Lisboa.
- McCRHYSTAL, Stanley A. (2009). *ISAF Commander's Counterinsurgency Guidance*. [em linha]. North Atlantic Treaty Organisation (NATO), ISAF Headquarters, Kabul, Afghanistan (Fall 2009), [Acedido em 17 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.nato.int/isaf/docu/official_texts/counterinsurgency_guidance.pdf>
- McINNES, Colin (1996). *Hot War Cold War*. Brassey's. London.
- MFOUU (1970). *Memorando das Funções dos Oficiais na Unidades do Ultramar*. 2.º Repartição. EME. Ministério do Exército (4 de Julho de 1967). 3.º Edição. Lisboa.
- MITCHEL, Dr. William (2008). *Comprehensive Approach Capacity Building: Implementing the Effects Based Approach to Military Operations*. [em linha]. Institute for Leadership and Organisation. Faculty of Military Psychology, Leadership and Pedagogy. Royal Danish Defence College. November 2008. [Acedido em 20 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.forsvaret.dk/FAK/Publikationer/Rapporter/Documents/Comprehensive%20Approach%20Capacity%20Building.pdf>>
- MOYAR, Mark (2009). *A Question of Command. Counterinsurgency from the Civil War to Iraq*. Yale University Press. New Haven & London.
- MOURA, Coronel de Infantaria Rui Fernando Baptista (2010). *Doutrina Militar Conjunta: contributos para a concepção, ratificação, aprovação, difusão e implementação. Articulação com o ensino militar conjunto. Trabalho de Investigação Individual, CPOG*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa.
- NAGL, John A. (2005). *Learning to Eat Soup with a Knife. Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam*. The University of Chicago Press. Chicago, London.

- O-0-2-7 (1979). Orientaciones O-0-2-7. Lucha de Guerrillas y Contraguerrillas. Estado Mayor del Ejercito. Madrid. 16 de octubre de 1979.
- O-0-1-20 (1982). Orientaciones O-0-1-20. Unidades de Operaciones Especiales. Estado Mayor del Ejercito. Madrid. 2 de abril de 1982
- O'NEILL, Mark (2009). Confronting the Hydra Big problems with small arms. [em linha]. Lowy Institute for International Policy, Paper 28, 2009. [Acedido em 04 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: http://www.humansecuritygateway.com/documents/LOWY_ConfrontingTheHydraBigProblemsWithSmallArms.pdf> PIRES, LTC Nuno C. B. Lemos (2010). Portuguese Thinkers on Counter-Insurgency. Manuscrito.
- PORCH; Douglas (1986). Bugeaud, Galliéni, Lyautey: The Development of French Colonial Warfare. in PARET, Peter. Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age. Princeton University Press. Princeton, New Jersey.
- RAMALHO, José Luís Pinto (2010). A Manobra da Contra-Subversão na Perspectiva de Forças Terrestres com a Dimensão Estratégica de Portugal. Estratégia. Vol. XIX-2010. p. 315-334. Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Lisboa:
- RC 130 – 1 Operações (1987), Volume I: Estado-Maior do Exército, 01Out87. Lisboa.
- RC Operações (2005), Estado-Maior do Exército, 30 de Setembro 2005. Lisboa.
- RC Operações (1975), Volume I: Estado-Maior do Exército. 1971.Lisboa.
- RC Operações (1979), Volume II: Estado-Maior do Exército. 1979. Lisboa.
- REIS, TCOR Jorge M. L. Nunes dos (2002). Os Níveis da Guerra. A Manobra Tática e Operacional. A Organização e a Tecnologia. Dezembro 2002. Academia Militar. Lisboa.
- RMM (1963). Operações Anti-Terroristas na Malásia. Gabinete de Estudos e Traduções. Quartel-General. Região Militar de Moçambique. Publicação n.º 2. 2.ª Edição. Junho-63.
- ROSENAU, William (2007). Subversion and Insurgency. [em linha]. RAND, 2007. [Acedido em 10 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em:<http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/occasional_papers/2007/RAND_OP172.pdf>
- SANTO, General Gabriel Augusto do Espírito (2000). A experiência das campanhas de África no contexto actual. As operações de apoio à Paz. Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974). Março 2000. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa:
- SHIRREFF, Lieutenant General Sir Richard (2010). Unity of Purpose in Hybrid Conflict: Managing the Civilian/Military Disconnect and 'Operationalizing' the Comprehensive Approach. [em linha]. Transcript: Unity of Purpose in Hybrid Conflict. Chatham House, 23 March 2010. [Acedido em 13 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.chathamhouse.org.uk/files/16229_230310shirreff.pdf>
- SMITH, Rupert (2006). The Utility of Force. The Art of War in the Modern World. Penguin Books. London.
- SUN TZU (2008). A Arte da Guerra. Quasi Edições. Vila Nova de Famalicão.
- TABER, Robert (2002). War of the Flea. The Classic Study of Guerrilla Warfare. Brassey's, Inc. Washington.

- TISSERON, Antonin (2010). Par le Fer et par le Sang 1961-2002 : 42 ans de combats en Angola 1961-2002. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d'Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. Paris, le 19 juillet 2010. [Acedido em 31 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/cahier_recherche/angola.pdf>
- UCKO, David H. (2009). The New Counterinsurgency Era. Transforming the U.S. Military for Modern Wars. Georgetown University Press. Washington.

3. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO EM LIDERANÇA NAS FORÇAS ARMADAS: SUBSÍDIOS PARA UM MODELO RENOVADO

THE IMPORTANCE OF LEADERSHIP TRAINING IN THE PORTUGUESE ARMED FORCES: SUBSIDIES FOR A REFORMED MODEL

João Jorge Botelho Vieira Borges

Adjunto do Diretor de Ensino da Academia Militar
Coronel Tirocinado de Artilharia
joaovieiraborges@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo principal contribuir para a criação de um modelo renovado de formação em liderança nas Forças Armadas Portuguesas, que desenvolva as competências de liderança dos militares portugueses e que, simultaneamente, reforce o prestígio da Instituição Militar nesta área do conhecimento.

Com base num modelo de análise constituído por seis variáveis, designadamente a organização, a formação, a doutrina, a formação de formadores, a investigação e a cooperação, identificam-se as lacunas e disfunções do “estado da arte” da formação em liderança nas Forças Armadas Portuguesas. O diagnóstico, circunscrito aos oficiais dos quadros permanentes, é complementado com as perceções decorrentes de entrevistas realizadas a sessenta oficiais das Forças Armadas Portuguesas. Analisam-se ainda, os desafios do futuro e os modelos de formação em liderança de países aliados, nomeadamente dos EUA, do Canadá, de Espanha e de França, identificando-se os ensinamentos mais adequados ao caso nacional.

Apesar do indiscutível prestígio das Forças Armadas Portuguesas e das recentes reformas desenvolvidas no âmbito do Ensino Superior Militar, conclui-se que a Instituição Militar não dispõe de um modelo de formação em liderança devidamente estruturado e funcional, para o desenvolvimento da liderança dos comandantes e líderes do futuro. Nesse sentido, identificam-se subsídios para um modelo renovado, tendo por base alguns pressupostos, e como respostas apresentam-se várias linhas de ação para a sua operacionalização, organizadas em consonância com as variáveis do modelo.

As conclusões sublinham que a formação em liderança é simultaneamente transversal, necessária, singular e útil nas (e para as) Forças Armadas Portuguesas. Destacam ainda, a necessidade de uma organização mais centralizada, com a criação de centros específicos de liderança, de uma formação descentralizada, de uma doutrina ao nível das Forças Armadas e dos Ramos, de uma formação de formadores cuidada, da necessidade de mais investigação sobre liderança em contexto militar e de mais e melhor cooperação interna e externa.

Palavras-chave:

Comando, Cooperação, Direção, Doutrina, Ensino Superior Militar, Forças Armadas, Formação, Investigação, Liderança, Modelo, Oficiais, Organização.

Abstract

The main purpose of this work is to contribute for the creation of a renewed model of leadership training for the Portuguese Armed Forces, to improve the leadership skills of the Portuguese military officers and simultaneously, enhance the prestige of the military institution in this area of knowledge.

Based on an analysis model consisting of six variables, namely organization, training, doctrine, training of trainers, research and cooperation, we identify gaps and dysfunctions of the “state of the art” of leadership training in the Portuguese Armed Forces. The diagnosis, occurring in the official permanent staff, is supplemented by insights derived from interviews with sixty officers of the Portuguese Armed Forces. We also analyze the challenges of the future and the models of leadership training of allied countries, notably the USA, Canada, Spain and France, identifying the most adequate lessons to the national case.

Despite the undisputed reputation of the Portuguese Armed Forces and the recent reforms taken under the Higher Military Education, it was concluded that the military does not have a structured and functional model of leadership training for the development of the commanders and leaders of the future. In this sense, we identify elements for a renewed model, based on assumptions, and as answers we present some lines of action for its operationalization, organized in line with the model variables.

The findings underline that leadership training is simultaneously transversal, unique and useful in (and for) Portuguese Armed Forces. They also emphasize the need for a more centralized organization, with the creation of specific centers of leadership, a decentralized training, a doctrine in the Armed Forces and in the Branches, a more cared training of trainers, the need for more research on leadership in the military context, and an improved internal and external cooperation.

Keywords:

Command, Cooperation, Management, Doctrine, Higher Military Education, Armed Forces, Training, Research, Leadership, Model, Military Officers, Organization.

1. Introdução

O desempenho dos militares das Forças Armadas Portuguesas (FFAAP) e em particular dos oficiais, tem sido perçecionado de forma muito positiva, tanto por entidades nacionais como estrangeiras, em função da eficácia e da eficiência que têm demonstrado nas diversificadas funções e missões de que têm sido incumbidos.

No entanto, a melhoria da Formação em Liderança (FEL), deve constituir uma preocupação permanente, pois o futuro da Instituição Militar depende, em grande parte, dos líderes que for capaz de criar.

Assim, e à semelhança do que se vem fazendo noutros países aliados, entendemos que a renovação do atual modelo de FEL poderá contribuir para formar melhores líderes, criando as necessárias e adequadas sinergias entre todos os atores, direta ou indiretamente ligados à formação.

Neste sentido, definimos como objetivo principal deste estudo, contribuir para a criação de um modelo renovado de FEL nas FFAAP, que desenvolva as competências de liderança dos militares portugueses e que, simultaneamente, reforce o prestígio da Instituição Militar nesta área do conhecimento.

Tendo em consideração a grande diversidade de carreiras das categorias de oficiais, sargentos e praças, entendemos delimitar o universo de estudo aos oficiais dos Quadros Permanentes (QP) das FFAAP, dado que são a categoria de militares à qual mais se exige em termos de competências de liderança, associadas estatutariamente a funções de comando, estado-maior, direção e chefia.

Para além da introdução e das conclusões, o presente estudo está organizado em quatro partes, respetivamente:

- uma primeira, relativa à relação entre a FEL e as Forças Armadas (FFAA), onde começamos com um resumido enquadramento conceptual, a que se segue uma abordagem sobre a importância da FEL nas FFAA;
- uma segunda, onde caracterizamos o atual modelo de formação dos oficiais nas FFAAP, tendo por base seis variáveis adaptadas do modelo de John Adair (organização; formação; doutrina; formação de formadores; investigação; e cooperação). Identificamos ainda, as perceções dos oficiais das FFAAP relativamente ao modelo atual (tendo por base cerca de sessenta entrevistas) e perspetivamos os desafios do futuro, relacionando-os com as novas competências exigidas aos oficiais e com a FEL nas FFAAP, para levantarmos as lacunas e disfunções do modelo atual;
- uma terceira, onde analisamos os modelos de FEL de quatro países aliados (EUA, Canadá, Espanha e França), e identificamos os contributos mais adequados para as FFAAP;
- e finalmente, uma quarta parte, onde levantamos os subsídios mais adequados e exequíveis para um modelo renovado de FEL das FFAAP.

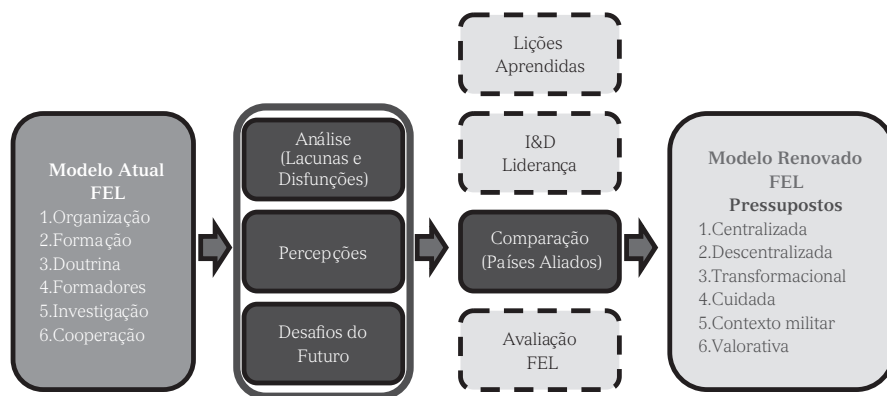


Figura 1 – Metodologia para a renovação do modelo de formação em liderança nas FFAAP

2. As Forças Armadas e a formação em liderança

a. Enquadramento conceptual

A formação nas FFAAP constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento das competências dos militares, podendo ser entendida como um “conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, perícias, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício de um cargo ou profissão.” (EME, 2004: 34). Ponderando algumas diferenças conceptuais sobre a formação nas FFAAP, consideramos que, para efeitos deste estudo, a formação nas FFAAP abrange o ensino militar, a instrução militar e o treino militar.

Apesar dos três Ramos das FFAAP comungarem os mesmos pilares e objetivos da formação, existem especificidades relacionadas com as três categorias (oficiais, sargentos e praças), mas também com competências diferentes, que têm implicado modelos de formação distintos. Por outro lado, existem matérias transversais, que cruzam todos os atores das FFAAP e que exigem uma visão mais conjunta em termos de formação, como é o caso da liderança.

A liderança, enquanto disciplina da área científica das ciências sociais, passou a ser alvo de uma investigação mais cuidada após a II Guerra Mundial. Os universos de trabalho, centrados inicialmente em contexto militar, alargaram-se ao contexto empresarial e da gestão (com o desenvolvimento das ciências sociais), construindo diferentes teorias e modelos de desenvolvimento da liderança. No espaço limitado deste estudo, não nos propomos desenvolver as teorias da liderança, no entanto, não podemos deixar de sublinhar a sua importância como instrumento da (e para a) formação em contexto militar.

As diferentes tipologias da liderança podem ser organizadas em “quatro grandes áreas: abordagens dos traços; abordagens comportamentais; abordagens situacionais; e abordagens da liderança carismática e transformacional.” (Cunha *et al.*, 2007: 341). Estas abordagens, maioritariamente sustentadas em estudos efetuados em contexto militar,

contêm ensinamentos importantes para a formação dos militares em geral e dos oficiais em particular (em especial a teoria da liderança transformacional de Bass e os modelos contingenciais de Fiedler e Hersey & Blanchard).

A liderança é um conceito que nas FFAA substituiu gradualmente a “arte de comando”, relacionada com a capacidade de influenciar e dirigir subordinados, e mais centrada no ator (líder) do que no processo (Jesuino, 2005: 7).

Para efeitos deste estudo, consideramos a liderança como “a capacidade de um indivíduo para influenciar, motivar e habilitar outros a contribuírem para a eficácia e o sucesso das organizações de que são membros.” (House *et al.*, 1999: 184). Efetivamente, a liderança é um processo que envolve líderes, seguidores e situações, no sentido de agregar esforços em prol dos objetivos das organizações. A formação constitui o “alimento” dos necessários e adequados traços e competências dos líderes, que os torna potencialmente mais eficientes e eficazes no desempenho das suas funções. Em contexto militar assume uma especificidade única no desenvolvimento de competências de liderança dos futuros comandantes, que se pretende que sejam também líderes.

b. Liderança nas Forças Armadas

As FFAAP constituem uma Instituição estruturante da identidade nacional, responsável por assegurar a defesa militar da República. Nesse sentido, os militares são cumpridores de um “estatuto da condição militar”, que os distingue dos demais servidores do Estado. Esta condição militar caracteriza-se pela “permanente disponibilidade para lutar em defesa da Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida”, pela subordinação à hierarquia militar, pela aplicação de um regime disciplinar próprio, “pela restrição, constitucionalmente prevista, do exercício de alguns direitos e liberdades”, e pela “adoção, em todas as situações, de uma conduta conforme a ética militar” (Lei 11, 1989).

Nas diferentes funções que os militares desempenham ao serviço das FFAAP, sejam de comando, direção ou chefia, estado-maior ou execução, devem estar legalmente legitimados para o cumprimento das missões. Neste âmbito, o comando é entendido como “o exercício da autoridade [acompanhada da correspondente responsabilidade, que não é delegável] que é conferida a um militar para dirigir, coordenar e controlar comandos, forças, unidades e estabelecimentos” (DL 236, 1999: art.º 35). Entretanto, o atual conceito de “direção e chefia” diz respeito aos “estabelecimentos e órgãos”, em vez dos “comandos, forças, unidades e estabelecimentos” relativos ao “comando (DL 236, 1999: art.º 36). O comando, a direção e a chefia são assim, exercícios determinados pela autoridade legal, que permitem inclusivamente a utilização da força. Por outro lado, na liderança, a autoridade emana do reconhecimento por parte dos subordinados e na convicção da entrega de todos para o cumprimento da missão.

O militar em funções de comando só é efetivamente um líder quando influencia o comportamento dos seus subordinados no sentido do cumprimento da missão e se torna num exemplo sustentado, simultaneamente, na lei e na ética.

Nas FFAA, Instituição que salvaguarda valores únicos, as competências mais diretamente relacionadas com as funções de comando, direção ou chefia e estado-maior, são alvo de formação cuidada e integrada, normalmente organizada em três níveis de liderança (individual, grupal e estratégico), a que correspondem pesos diferentes das competências técnicas, interpessoais e cognitivas. Numa instituição em que a responsabilização é legítima e em que a obediência é obrigatória e enquadrada por um código de conduta, a preparação de comandantes que são simultaneamente líderes e liderados, tem necessariamente uma grande importância e uma especificidade única.

Assim, podemos associar a indiscutível importância da FEL nas FFAA, a três razões, respetivamente:

- Necessidade, associada à relação entre o desenvolvimento das competências de liderança e a maioria das funções estatutárias dos militares, nomeadamente as de comando e em especial no caso dos oficiais;
- Singularidade, associada à especificidade das FFAA, nomeadamente ao poder institucional e à condição militar dos seus servidores;
- Utilidade, relacionada com a maior eficácia e eficiência do desempenho, que constitui um investimento nos militares e um desenvolvimento do capital intangível das FFAA; mas também com a responsabilidade social das FFAA (prestação de serviços à comunidade), designadamente no que respeita à qualificação em liderança de quadros superiores da Nação.

3. Formação em liderança nas Forças Armadas Portuguesas

a. O “Estado da Arte”

A FEL nas FFAAP passou a ter maior protagonismo na formação dos militares, após a II Guerra Mundial, na linha de ensinamentos trazidos dos EUA e da cooperação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Depois do período da Guerra do Ultramar (entre 1961 e 1974), em que a EN, a AM e os Institutos Militares (ISNG e IAEM) passaram a incluir nos seus programas as disciplinas de “sociologia geral”, “psicologia, pedagogia e arte de comandar”, “ética militar”, “deontologia militar” e “organização e arte de comando”, só a partir de 1976, com a opção pelas ciências sócio-militares, voltariam as disciplinas ligadas à “Chefia e Arte de Comando”. No entanto, a “revolução” na área da liderança nas FFAAP só teria lugar na segunda metade dos anos oitenta, com a inclusão de novas disciplinas e com a opção deliberada por aulas práticas, devidamente coordenadas e integradas com a instrução e o treino militar.

Atualmente, a formação, enquanto sistema nas FFAAP, compreende um conjunto de atores e um ciclo, que se pode resumir à missão, identificação de competências, levantamento das necessidades de formação, formação propriamente dita e controlo da própria formação. Apesar de comungarem genericamente este ciclo, existem singularidades organizativas ao nível dos Órgãos Centrais de Administração e Direção (OCAD) mais diretamente relacionados com a formação nos três Ramos.

Para além das discrepâncias em termos da designação dos OCAD e dos órgãos de base, existem diferenças em termos organizativos, de relações de comando, técnicas e funcionais. No entanto, a formação dos militares tem algumas similaridades, em especial no que respeita à carreira de oficiais dos QP (Figura 2), o que implica modelos semelhantes e áreas de formação transversais, com especial acuidade para a liderança militar.

Uma leitura cuidada de toda a FEL ministrada nas FFAAP leva-nos a concluir que é assumida como uma área transversal, com grande importância para o desempenho das funções ao longo da carreira. As diferenças ao nível dos Ramos, fundamentadas na especificidade inerente à diversidade das funções, situam-se essencialmente na formação inicial, com opções diferentes entre a EN (com cursos práticos mais concentrados no tempo) por um lado, e a AM e AFA por outro (exercícios práticos desenvolvidos ao longo da formação). A parte relativa à formação contínua ministrada no IESM, foi entretanto normalizada e, inclusivamente, reorganizada em três níveis: individual, grupal e estratégica. Estes três níveis estão bem estruturados, sendo ainda necessário fazer pequenos reajustamentos nos diferentes cursos e, em especial, no Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) e no Curso de Promoção a Oficial General (CPOG).

Mais recentemente, e no âmbito da reforma do ESM, a AM apresentou superiormente (com parecer do Conselho do Ensino Superior Militar – CESM) uma proposta de novo ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em “Liderança – Pessoas e Organizações”, a qual mereceu despacho favorável por parte do Ministro da Defesa Nacional (MDN). É um processo que terá consequências positivas para a FEL, desde a doutrina à investigação, passando pela formação de quadros superiores das FFAAP.

Em termos doutrinários e apesar de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido nos vários EESPUM, não existe um manual de liderança oficial aprovado por qualquer dos Ramos. Os vários estabelecimentos dispõem de sebatas e outras publicações de referência, sem que as mesmas tenham a chancela dos respetivos órgãos responsáveis pela doutrina.

No que se refere à formação de formadores, os oficiais responsáveis pela formação nesta área do conhecimento têm formação em diversas áreas científicas, que por sua vez é realizada em várias instituições formadoras, maioritariamente universidades portuguesas (mestrados e doutoramentos em comportamento organizacional, no ISPA e no ISCTE). Não existe, inclusivamente, um curso específico de formação de formadores em liderança para as FFAAP, havendo cooperação pontual para este efeito com as FFAA de países aliados (Reino Unido e EUA – em decrescendo devido a restrições orçamentais).

Em termos de investigação, e apesar da criação dos centros de investigação nos diferentes EESPUM, com linhas de investigação na área da liderança (IESM e AM), só existe um projeto sobre liderança em contexto militar. Entretanto, os projetos de docentes militares com formação específica nesta área, são enquadrados pelos centros de investigação das universidades onde frequentam os respetivos mestrados e doutoramentos. Por outro lado, os centros de psicologia efetuam trabalhos de investigação que poderiam ser enquadrados pelos centros de investigação dos EESPUM.

Cursos	Entidade/Organização
Marinha	EN: Área científica de “Psicologia” inclui: Comportamento Organizacional I (CO I, 1º semestre, 1º ano, 5 ECTS) e II (CO II, 2º semestre, 4º ano, 1,5 ECTS) com um total de 6,5 ECTS. Instrução no CAL e na Escola de Fuzileiros (5º ano, com estágio de duas semanas).
Exército	AM: Bloco de “Comando e Estratégia Militar” inclui: Geografia; Ética e Liderança; Teoria Geral da Estratégia. Ética e Liderança (1º semestre, 4º ano) com 5 ECTS. Instrução no CAL, exercícios em U/E/O (4º ano) e prática de comando nas Escolas Práticas das Armas e Serviços (5º ano). Escolas Práticas: Curso de Promoção a Capitão (CPC), com duração de seis meses: 10 TE para “Comunicar, Liderar e Gerir Grupos”.
Força Aérea	AFA: Bloco de “Comando e Liderança” inclui: Psicologia Militar; Ética e Deontologia Militar; Metodologia da Comunicação; Sociologia Militar; Comando e Liderança. Comando e Liderança (2º semestre, 3º ano) com 6,5 ECTS. Instrução no CAL e exercícios de liderança em Ovar (3º ano). Curso Básico de Comando (CBC), com duração de dois meses: “Comando e Liderança”. Curso de Comandantes, com duração de duas semanas.
CPOS	IESM: Dois semestres (entre 550 e 844 TE). “Comunicação e Liderança” (20 TE). CPOS-M com 14 TE adicionais de CO. Liderança individual.
CEMC	IESM: Dois semestres e outros tantos para dissertação (858 TE). “Comando e Liderança” (24 TE). Liderança grupal.
Curso de Comandantes (Exército)	IESM: Três semanas (82 TE). Exemplos de Comando (4 TE).
CCNG (Marinha)	IESM: Doze semanas (336 TE). Módulo de CO com 30 TE.
CPOG	IESM: Dois semestres. “Comando e Liderança” (20 TE). Liderança estratégica.

Figura 2 – Liderança nos cursos para Oficiais das FFAAP

A cooperação tem sido desenvolvida separadamente pelos diferentes EESPUM, em função de necessidades específicas e, normalmente, com instituições universitárias, por reciprocidade formativa e através dos respetivos centros de investigação. É o caso dos cursos de liderança ministrados pelos EESPUM a jovens universitários ou empresários. Estes cursos, que a AM ministra desde 1998, em protocolo com várias universidades e empresas, têm projetado na sociedade civil uma imagem de excelência pedagógica e de elevada competência profissional dos militares, constituindo-se num vetor de projeção (responsabilidade social) da Instituição Militar. Devido a limitações orçamentais, as ações de cooperação com instituições congéneres, têm sido gradualmente reduzidas.

b. Perceções

A caracterização do atual modelo de FEL nas FFAAP levou-nos à identificação de algumas lacunas e disfunções, que idealmente deveriam ser consolidadas através de mecanismos de avaliação rigorosos e prolongados ao longo das carreiras, ou mesmo de inquéritos e entrevistas a amostras representativas das categorias e postos. Considerando a inexistência destes mecanismos e de outros dados ou inquéritos, optámos pela realização de entrevistas.

Numa primeira fase, as entrevistas (exploratórias) realizadas a professores, investigadores e comandantes/diretores/chefes, foram bastante úteis em termos de pesquisa e de preparação para a fase seguinte. Numa segunda fase, as entrevistas (qualitativas) abrangem dois grupos distintos, a saber: A – 11 oficiais gerais, com responsabilidades diretas na área da formação, nos três Ramos das FFAAP; B – 25 Capitães-de-Mar-e-Guerra e Coronéis do CPOG 2010/11.

Tendo por base as entrevistas realizadas na segunda fase (e que incluem cinco questões), podemos identificar algumas percepções valorativas para o estudo em curso, designadamente:

- Para fazermos face aos desafios do futuro, deveremos desenvolver nos oficiais das FFAAP as seguintes competências: multiculturalidade (26%); capacidade de antecipação (21%) e comunicação (18%);
- Os diferentes modelos teóricos de desenvolvimento da liderança são adequados ao contexto militar (67%), devendo haver um esforço permanente em selecionar os que mais se adaptam à especificidade das FFAAP;
- As situações mais exigentes em termos de liderança, tiveram lugar no exercício de funções de comando e direção (94%, desde navio/companhia/esquadra a regimento/base/oficinas), que implicaram ações excecionais ao nível da decisão, relacionadas maioritariamente com a gestão de pessoas (86%, sendo 36% das quais em operações ou exercícios e 22% com feridos ou mortos);
- A FEL nas FFAAP apresenta lacunas, tanto ao nível da quantidade, como da adequabilidade (47% insuficiente e adequada; 42% suficiente e desadequada);
- A criação de um centro de liderança (CL) das FFAAP deve constituir uma prioridade para o reforço da importância da FEL (61% a favor, dos quais 22% com reservas; e 33% contra). Entre os que concordam com a sua criação, cerca de 42% consideraram que a sua localização deveria ter lugar no IESM, enquanto 17% consideraram que deveria ter lugar nos Ramos.

c. Desafios do futuro

Existe uma relação direta entre os desafios que os militares portugueses terão de ultrapassar no futuro e algumas das suas competências, nomeadamente as que estão mais associadas à liderança.

Os estudos mais ou menos complexos relativamente ao futuro, sejam eles no âmbito das relações internacionais ou da polemologia, apontam para a continuidade de um ambiente internacional volátil, incerto e perigoso. A par da deslocação gradual do centro do poder mundial do Atlântico e da Europa para o Pacífico e mesmo para o Índico e para a Ásia, tudo aponta para que os diferentes atores se confrontem crescentemente com ameaças e riscos globais, como o terrorismo transnacional, a proliferação das armas de destruição maciça, o crime organizado, a ciberguerra, a pirataria marítima, os atentados ao ecossistema, ou os movimentos demográficos. As FFAA continuarão a participar na defesa coletiva, no âmbi-

to de alianças, em teatros de operações longe das fronteiras físicas do território nacional. A nível interno, atuarão crescentemente concertadas com outros atores, como as forças e serviços de segurança, a proteção civil, e os serviços de informações. Crescentemente profissionalizadas, as FFAA terão provavelmente menos efetivos e mais tecnologia, organizarão mais forças conjuntas e combinadas, e continuarão a ter a flexibilidade suficiente para simultaneamente fazerem a guerra e construir a paz. Os combates serão crescentemente assimétricos, o que levará as FFAA a combaterem ao lado do (e paradoxalmente contra o) povo, “na rua, em casa, no campo, [onde] todas as pessoas constituem o campo de batalha” (Smith, 2008: 22). As fronteiras entre os níveis tático, operacional e estratégico da guerra, serão mais tênues, e os militares terão maior autonomia e responsabilidade nos diferentes escalões, o que implica o desenvolvimento da competência “tomar decisões” aos mais baixos escalões.

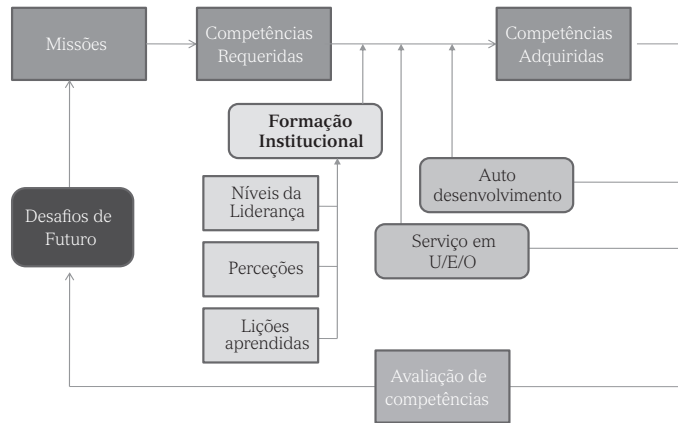
Em face deste “ambiente contextual”, os principais desafios do futuro para as FFAA em geral e para as FFAAP em particular, passam pelo empenhamento em missões diversificadas e complexas, em cenários de guerra e de “não guerra”, por uma maior concertação, entre todos os atores, na luta contra as crescentes ameaças e riscos globais, e pela consolidação estrutural e operacional da ligação entre a Segurança e a Defesa. Estes desafios exigem que o comando, a direção e a chefia sejam sustentados em mais do que a autoridade e a hierarquia, ou seja, numa liderança mais proactiva, baseada em novas competências, em valores, no exemplo e na confiança.

Em suma, o oficial do futuro deve ter carácter, ser ágil, versátil e criativo, liderar pelo exemplo e cumprir, com eficácia e eficiência, toda a panóplia de missões que lhe forem atribuídas (Castro, 2009: 73-79). No entanto, e apesar da previsível permeabilidade entre as estruturas militares e civis, é bom não esquecer que “as funções de técnico, gestor, estudante e diplomata emergem como suplementos, e nunca como substitutos, da função de combatente, a função matriz [do oficial] das forças armadas” (Vieira, 2001: 47).

Novas competências implicam reajustamentos na formação, o que constitui um desafio para a FEL, que deverá ser alvo de estudos rigorosos, desenvolvidos por grupos de trabalho que incluam todos os atores intervenientes no processo, entre psicólogos, comandantes, gestores da formação, professores e investigadores. E estes estudos deverão começar por incluir o levantamento dos atributos e das competências dos oficiais, os quais deverão ser depois cruzados com os diferentes níveis de liderança, com as lições aprendidas (que marcam a especificidade nacional) e com as perceções, no sentido de serem identificadas as necessidades de FEL (cognitivas, interpessoais e técnicas). Os programas da FEL deverão incluir os ambientes adequados aos desafios do futuro no conjunto dos exercícios e provas de situação, sem descurarem o desempenho em U/E/O e o autodesenvolvimento. Para fechar o ciclo (Figura 3), segue-se a avaliação, destinada a aferir o impacto da formação nas competências.

Deste modo, podemos salientar que os desafios do futuro reforçarão, certamente, a importância da FEL, pela necessidade de líderes de carácter “mais ágeis, versáteis e criativos” e pelas inerentes implicações em todo o processo de formação.

Figura 3 – Desafios e competências



d. Lacunas e disfunções

Considerando a análise efetuada à FEL e o estudo das percepções, entendemos que o atual modelo de FEL nas FFAAP apresenta as seguintes lacunas e disfunções para fazer face aos desafios do futuro:

- não existe um órgão/entidade coordenador (técnico e científico) da FEL, enquanto formação transversal a todos os militares das FFAAP;
- a formação inicial, apresenta diferenças ao nível da metodologia e mesmo dos conteúdos entre os EESPUM;
- não existe doutrina de liderança militar (nem clarificação dos níveis da liderança) ao nível dos Ramos e das FFAAP;
- a formação de formadores é diversificada;
- não existe qualquer centro de investigação em liderança nas FFAAP e os projetos sobre liderança são em número pouco significativo;
- os centros de psicologia estão mais orientados para a seleção e recrutamento, em detrimento da análise e avaliação de competências;
- a cooperação tem sido feita pontualmente pelos EESPUM e pelos centros de formação (sobretudo com universidades), com reduzida coordenação ou integração ao nível das FFAAP.

4. Formação em liderança nas Forças Armadas de países aliados

a. Generalidades

Com o estudo dos modelos de FEL de alguns países aliados, pretendemos retirar ensinamentos para o caso nacional, mesmo considerando que existem contextos internos e externos muito diferentes. Assim, optámos pela escolha de quatro países, com base nos seguintes argumentos: referência doutrinária em termos mundiais (EUA); modelo

anglo-saxónico com FFAA conjuntas (Canadá); vizinho e aliado no âmbito da União Europeia e da OTAN (Espanha); proximidade cultural e liderança no âmbito da reforma do ESM (França).

A metodologia passou por uma análise segundo o modelo adaptado de John Adair, de modo a descortinar, muito resumidamente, as principais lições a considerar no caso português.

b. Lições para um modelo nacional

Os modelos de FEL dos quatro países aliados atrás referidos são distintos em função da missão, dimensão e organização das respetivas FFAA.

Em termos de “organização”, existe uma estrutura de formação e instrução em cada Ramo, que enquadra a FEL. A maioria dos países dispõe de centros específicos de liderança, desde o nível das FFAA, como no Canadá, ao nível dos Ramos, como nos EUA, maioritariamente com responsabilidades de formação, de doutrina e de investigação. No caso dos EUA, existem Departamentos em Liderança na direção de ensino das Academias Militares e das Escolas de Guerra, assim como centros de investigação específicos em liderança. No caso do corpo de alunos, também existem gabinetes de liderança na dependência do comandante respetivo, facilitadores das ligações com as áreas de ensino. Nas FFAA do Canadá existe uma Academia de Defesa, que tem um *Canadian Forces Leadership Institute* (CFLI), estabelecido como centro de excelência nacional desde 2001. Em Espanha, existe um Departamento em Organização e Liderança no CESEDEN.

No que respeita à “formação” e designadamente em termos pedagógicos, é perceptível uma divisão da FEL em dois (Canadá, com a liderança das pessoas e a liderança da instituição) ou três níveis (direto ou individual; organizacional, operacional, executivo ou tático; e estratégico). Na formação inicial, a FEL é descentralizada nas várias “academias” e nas escolas e centros de formação. Na formação contínua é descentralizada nos vários “institutos superiores” dos Ramos. No Canadá toda a FEL é centralizada na Academia de Defesa.

Na maioria dos países existe “doutrina” em liderança, centralizada nas FFAA ou nos Ramos, com especial destaque para o Canadá (o CFLI edita o *Leadership in the CF* e o *Duty with Honor: The Profession of Arms in Canada*) e para os EUA (o AWC edita o *Strategic Leadership Primer*; nos Ramos o FM 6-22, o AFDD-1...). No caso da Marinha de Espanha é de salientar *El Modelo de Liderazgo de la Armada*, que constitui a principal referência para toda a formação nesta área desde 2008.

A “formação de formadores” é descentralizada nos Ramos das FFAA e nas diferentes instituições ligadas à formação (mais centralizada nos EUA e no Canadá).

A “investigação” só tem acuidade nos EUA (descentralizada nos Ramos) e no Canadá (centralizada nas FFAA), apresentando formas residuais nos restantes países. No caso dos EUA existe uma ligação privilegiada à sociedade civil, que em cooperação com as

FFAA efetua uma série de estudos neste âmbito (com a *RAND Corporation* e a *Columbia University*), os quais são depois considerados juntamente com as lições aprendidas ao nível dos órgãos doutrinários.

As ações de “cooperação” (com os seus pares, universidades, *think tank*, e centros de estudos e investigação) centram-se especialmente na formação e na investigação.

Assim, podemos concluir que os modelos de FEL das FFAA de países aliados apresentam especificidades que os distinguem do modelo português, designadamente a existência de órgãos específicos de liderança (centros de liderança, ao nível das FFAA ou dos Ramos), com responsabilidades de formação, de doutrina e de investigação.

5. Subsídios para um modelo renovado de formação em liderança

O modelo atual de FEL nas FFAAP, apesar das lacunas e disfunções atrás levantadas, tem constituído um dos estandartes do prestígio adquirido pelos militares e pela Instituição Militar, desde a Guerra do Ultramar às recentes missões de apoio à paz.

Deste modo, a renovação do atual modelo, deve ter em atenção alguns pressupostos determinantes, designadamente:

- Considerar o modelo atual como uma referência de sucesso e continuidade;
- Atender à especificidade nacional, à singularidade das FFAAP e à coesão dos Ramos;
- Considerar a liderança como *core* da Instituição Militar e como competência transversal à organização e aos seus servidores;
- Assumir a grande importância da FEL nas (e para as) FFAAP, sustentada na sua necessidade, singularidade e utilidade;
- Criar sinergias entre todos os atores intervenientes no processo de FEL das FFAAP, racionalizando recursos humanos, materiais e financeiros;
- Consolidar a credibilidade das FFAAP nesta área do conhecimento, através da qualidade dos resultados e das ações de responsabilidade social.

Associando estes pressupostos às lacunas e disfunções identificadas a partir da análise efetuada, das perceções, dos desafios do futuro e dos ensinamentos dos modelos de países aliados, levantamos alguns subsídios, traduzíveis em linhas de ação, organizadas de acordo com as variáveis do modelo que adotámos ao longo deste estudo (e materializáveis em recomendações – ver Figura 4).

Organização centralizada

A concertação das diferentes atividades associadas à FEL implica a necessidade de uma organização mais centralizada, com responsabilidades de coordenação da formação, da doutrina e da investigação.

Na sequência da recente reforma do ESM (que entre várias ações, levou à separação entre os órgãos de formação e os de investigação nos EESPUM), e tendo em atenção

a estrutura atual do IESM (DL 28, 2010), entendemos como medidas mais adequadas, realistas e consequentes:

- no IESM, a criação de um “Centro de Liderança Estratégica das Forças Armadas” (CLEFA), na direta dependência do CISDI, para potencializar a FEL nas FFAAP;
- na EN, AM e AFA, a criação de um “Gabinete de Comando e Liderança”, na direta dependência do comandante do CAL;
- nos Ramos, a criação de Centros de Liderança (CL), tendo como sede o respectivo EESPUM (EN/AM/AFA), e incluindo representantes do respectivo centro de investigação, do órgão de psicologia do Ramo, do OCAD responsável pela formação/instrução e de unidades formadoras, respetivamente;
- Centro de Liderança da Marinha (CLM), na EN, em cooperação com o CINAV, e com delegados da Escola de Fuzileiros, do GPM e da DSF/SSP;
- Centro de Liderança do Exército (CLE), na AM, em cooperação com o CINAMIL, e com delegados de U/E/O, do CPAE e do CID;
- Centro de Liderança da Força Aérea (CLFA), na AFA, em cooperação com o CIAFA, e com delegados de U/E/O, do CPSIFA e do CIFFA.

Estas medidas pretendem estabelecer dois graus de centralização, com maior facilidade de articulação entre todos os atores: um primeiro, ao nível do EMGFA (CLEFA – IESM); e um segundo, ao nível dos Ramos (CL dos Ramos).

O CLEFA teria assim, a seguinte missão: planejar, programar e avaliar o desenvolvimento da liderança estratégica nas FFAAP, assegurando a investigação científica, colaborando na aprovação de doutrina conjunta (em coordenação com a Divisão de Planeamento Estratégico Militar – DIPLAEM/EMGFA e com os CL dos Ramos), editando publicações, elaborando pareceres, e coordenando a formação de formadores e a realização de seminários, colóquios e outros eventos associados à liderança nas FFAAP.

A criação deste conjunto de órgãos específicos de liderança nas FFAAP apresenta-se como necessária (para centralizar a coordenação da formação, da doutrina e da investigação nesta área do conhecimento), adequada (em função da recente reforma do ESM) e simultaneamente exequível (em face da opção por um modelo de continuidade, que tem enquadramento legal, que não tem encargos adicionais em termos de recursos humanos e materiais e que dispõe da necessária “massa crítica”).

Deste modo, estariam criadas condições para uma melhor articulação dos mecanismos associados à FEL entre todos os seus atores, designadamente entre os EESPM.

Formação descentralizada, mas integrada

A estrutura da formação mais diretamente ligada à FEL deve ser dividida em dois tipos distintos, descentralizados, mas complementares e devidamente integrados:

- formação inicial, descentralizada na EN/AM/AFA, mas com a necessária e adequada coordenação em sede da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) do Ministério da Defesa Nacional (MDN) (e, eventualmente, em articulação com o CESM);

– formação contínua, descentralizada nos Ramos (CPC, CBC...), mas centralizada ao nível das FFAAP, no IESM, na linha da reforma do ESM.

A FEL nos EESPUM poderá ser integrada em sede da DGPRM/MDN (e, inclusivamente, em articulação com o CESM), designadamente no sentido da promoção da otimização de recursos humanos e materiais, mas também da coordenação e articulação de cursos (caso de mestrados ou doutoramentos em liderança e mesmo de seminários ou estágios). A coordenação poderá, também, ter lugar em termos pedagógicos, de modo a haver opções consolidadas em termos do equilíbrio entre a teoria e a prática, das componentes científicas, técnicas e comportamentais, e da necessária articulação entre o ensino, a instrução e o treino.

No IESM, a FEL deverá continuar a consolidar-se nos diferentes cursos (CPOS/CEMC/CPOG), com a devida articulação entre os três tipos de liderança (individual, grupal e estratégica) e tendo em atenção as pedagogias mais adequadas. Os exercícios e provas de situação poderão ser desenvolvidos em coordenação com os CL dos Ramos, aproveitando, inclusivamente, as sinergias decorrentes da investigação. Os colóquios, seminários e cursos sobre liderança estratégica, deverão ser centralizados no IESM e, sempre que possível, realizados em cooperação com os restantes EESPUM.

A FEL ministrada nos centros e escolas de formação dos Ramos, sob responsabilidade dos respetivos OCAD (nomeadamente o CPC e o CBC), deverá ser centralizada em termos de coordenação e de doutrina e descentralizada ao nível da execução.

Recomendamos ainda, a revisão da área da liderança nos diferentes planos de estudos e estruturas curriculares, de modo lógico, estruturado e integrado ao longo da carreira e com a participação ativa de todos os atores, preferencialmente em sede (funcional) dos novos Centros de Liderança (CLEFA nas FFAAP e CLA/CLE/CLFA nos Ramos).

Doutrina transformacional

A inexistência de uma referência doutrinária sobre liderança nas FFAAP constitui uma lacuna que urge ultrapassar, dado que a doutrina constitui a base de todas as ações de formação. Para criar um corpo doutrinário sustentado, é fundamental que exista um centro de estudos ou investigação, que disponha da necessária “massa crítica”, com capacidade para analisar as lições aprendidas, para estudar e eventualmente adaptar outros manuais e conceitos e para criar conhecimento, que sirva de referência à formação e, especialmente, à execução.

Este desiderato poderia ser facilitado com a criação do CLEFA no IESM, que em coordenação com a DIPLAEM/EMGFA, poderia finalmente aprovar um manual de liderança das FFAAP. A solução ideal passaria pela criação de um grupo de trabalho no IESM (coordenação prévia com a DIPLAEM), o qual integraria peritos dos três Ramos (com psicólogos, formadores de liderança, comandantes, gestores, gestores da formação, professores e investigadores), com o objetivo de elaborar um manual suficientemente genérico, que traduzisse os valores nacionais e das FFAAP e que não limitasse a especificidade dos

Ramos (que aprovariam a respetiva doutrina com o apoio dos diferentes CL). Seria, também, importante que o referido manual consubstanciasse as ideias presentes nas novas teorias transformacionais e que estruturasse toda a FEL em três níveis bem definidos: individual, grupal e estratégico.

“Formação de formadores” cuidada

A formação dos formadores em liderança é um assunto crítico, em função da necessidade de utilização dos mesmos fundamentos, metodologias e pedagogias, não só durante a formação, mas também no âmbito do planeamento, da execução e do controlo.

Uma primeira solução passa pela criação de mestrados e doutoramentos em liderança, que desenvolvam saber específico e formem simultaneamente quadros superiores das FFAAP.

Uma segunda solução poderia centralizar no IESM (que inclui nas suas atividades de FEL os três tipos de liderança) alguns cursos de formação de formadores em liderança, no âmbito de uma articulação técnica e desejavelmente funcional entre o CLEFA e os CL dos Ramos.

Uma terceira solução, complementar das anteriores, passaria pela realização de seminários e colóquios em liderança, dirigidos primariamente aos formadores, mas idealmente alargados a um público mais vasto.

As soluções apresentadas não excluem a necessidade de alguns oficiais frequentarem cursos de liderança em países aliados, designadamente nos EUA, no Canadá e no Reino Unido, o que releva a necessária centralização da formação de formadores específica em liderança.

Investigação em contexto militar

A investigação, como criadora de saber e como suporte da doutrina, é fundamental, sobretudo se estudada em contexto militar e aproveitando as lições aprendidas.

Deste modo, a investigação da área da liderança em contexto militar deve constituir uma prioridade ao nível dos Ramos e do EMGFA (IESM). Neste sentido, é fundamental começar por identificar os militares que se encontram a frequentar mestrados, doutoramentos ou pós-doutoramentos na área científica da psicologia e do comportamento organizacional, de modo a agregá-los à investigação nas FFAAP. Por outro lado, é importante que o trabalho desenvolvido, ou a desenvolver, pelos diferentes centros de psicologia seja associado aos centros de investigação dos EESPUM (será facilitado, se for constituído um CL em cada Ramo).

Finalmente, deve ser incrementado o necessário intercâmbio entre os diferentes centros de investigação dos EESPUM, podendo inclusivamente ser atribuída maior prioridade à área da liderança a um deles (em sede da DGPRM/MDN ou mesmo de CESM), em função da “massa crítica” ou dos cursos aí ministrados (seria o caso da liderança estratégica no CLEFA do IESM).

Variáveis	Recomendações
Organização	-Criar, no IESM, um "Centro de Liderança Estratégica das Forças Armadas", para potenciar a FEL nas FFAAP; -Constituir, nos três Ramos das FFAAP, um "Centro de Liderança" (CLA, CLE, CLFA), tendo como sede o respectivo EESPUM (EN/AM/AFA), e incluindo representantes do respectivo centro de investigação, do órgão de psicologia do Ramo, do OCAD responsável pela formação/instrução e de unidades formadoras; -Estabelecer, de modo articulado (em sede da DGPRM/MDN ou de CESM), um "Gabinete de Comando e Liderança" no CAL dos diferentes EESPUM (EN/AM/AFA).
Formação	-Rever a área da liderança nos diferentes planos de estudos e estruturas curriculares, de modo lógico, estruturado e integrado ao longo da carreira e com a participação activa de todos os actores, preferencialmente em sede (funcional) dos novos Centros de Liderança (CLEFA nas FFAAP e CLA/CLE/CLFA nos Ramos); -Formar militares em liderança em instituições congéneres no estrangeiro, designadamente nos EUA, Canadá e Reino Unido; -Capacitar os diferentes "Centros de Psicologia" dos Ramos para efectuarem a análise e avaliação das competências necessárias ao sucesso do exercício da liderança e da própria FEL (sem deixarem de cuidar da selecção).
Doutrina	-Aproveitar os recursos do IESM (CLEFA e CISDI) e dos EESPUM (CLA, CLE, CLFA e respectivos Centros de Investigação) para, de modo articulado com a DIPLAEM/EMGFA (responsabilidade primária da doutrina militar conjunta), contribuir para a edição de um manual de liderança das FFAAP.
Formação de Formadores	-Centralizar e coordenar a formação de formadores específica em liderança (em Portugal e no estrangeiro) ao nível dos Ramos e das FFAAP.
Investigação	-Atribuir maior prioridade à realização de projectos de investigação de liderança em contexto militar, no âmbito dos diferentes centros de investigação militares.
Cooperação	-Dar maior visibilidade ao papel das FFAAP na área da liderança, através de uma cooperação mais centralizada e integrada, designadamente na dimensão da responsabilidade social; -Desenvolver acções concertadas (seminários, exercícios, cursos, gestão de professores, etc.) entre todos os actores da FEL e em especial entre os EESPUM (em sede de CESM), de forma a potenciar a FEL nas FFAAP no seu conjunto.

Figura 4 – Principais recomendações

Cooperação valorativa

É importante que, numa área transversal como a liderança, se desenvolva a cooperação interna ao nível dos diversos actores, direta ou indiretamente relacionados com a FEL nas FFAAP. Trocar informação, efetuar o necessário e possível intercâmbio de docentes e desenvolver ações em conjunto, que se podem consubstanciar num seminário sobre liderança ou na colaboração num mestrado em liderança, constituem exemplos de ações de cooperação interna, fortalecedoras da coesão e da eficiência das próprias FFAAP.

As FFAAP são reconhecidas pela sociedade civil em especial nesta área do conhecimento, mais pela prática (em situações únicas de *stress* e de combate), do que pela aquisição de graus académicos (nesta ou noutras áreas). Nesta linha, as iniciativas de cooperação externa, tanto ao nível de FFAA congéneres (caso do *Center for Strategic Leadership* do AWC, nos EUA) como de organizações e instituições da sociedade civil (meio universitário e empresarial), devem ser alvo de uma análise cuidada em termos das respetivas vantagens e inconvenientes.

Assim, entendemos como fundamental a definição de uma política de cooperação das FFAAP nesta área, da qual fariam parte os cursos de liderança a ministrar a jovens uni-

versitários, a professores, ou a profissionais liberais, mas sempre de modo a salvaguardar a responsabilidade social, os interesses e a imagem das FFAAP como um todo.

6. Conclusões

A formação específica em liderança faz parte de um modelo global de formação das FFAAP, que deve incluir o ensino, a instrução e o treino, desde a formação inicial à contínua, num processo transversal a todos os atores, que visa o desenvolvimento dos militares e da própria Instituição Militar.

A indiscutível importância da FEL nas FFAAP está ligada à sua necessidade, singularidade e utilidade e, por isso, a Instituição Militar contempla no seu projeto educativo a formação na área do comando e da liderança, como um pilar essencial do desenvolvimento pessoal e profissional dos militares e, em especial, dos seus oficiais dos QP.

No entanto, para que seja dada a devida continuidade e sustentabilidade à FEL nas FFAAP, entendemos que deve ser periodicamente analisada, avaliada e melhorada, não só ao nível das pessoas, mas também dos processos.

Tendo por base um modelo de FEL que compreende variáveis como a organização, a formação, a doutrina, a formação de formadores, a investigação e a cooperação, desenvolvemos o nosso estudo segundo quatro vetores principais, respetivamente:

- “diagnóstico” da FEL dos oficiais dos QP das FFAAP, importante para a identificação de algumas lacunas e disfunções;
- “perceções” (sustentadas em 60 entrevistas), que apontam para a necessidade de se reformar a FEL nas FFAAP, numa base de novas competências (multiculturalidade, capacidade de antecipação, comunicação...), que deverão ser desenvolvidas numa estrutura mais integrada, com doutrina, investigação e formadores reconhecidos;
- “desafios do futuro”, com consequências para a consolidação da matriz combatente, para o reforço de novas competências (sustentadas em valores, no exemplo e na confiança), mas também para necessidade de uma FEL mais centralizada;
- “comparação” com modelos de quatro países aliados (EUA, Canadá, Espanha e França), que aponta para a elevada importância atribuída à FEL nas FFAA, materializada na existência de órgãos específicos de liderança, com responsabilidades ao nível da formação, da doutrina e da investigação.

Tendo por base os quatro vetores de trabalho, considerámos que, apesar da recente reforma do ESM e do incontestável prestígio das FFAAP e dos seus servidores, o atual modelo de FEL apresenta lacunas e disfunções ao nível estrutural e funcional para fazer face aos desafios de futuro.

Com base nestas lacunas e disfunções e nos ensinamentos recolhidos, levantámos os subsídios para um modelo renovado, ancorado em pressupostos orientadores e em conceitos de ação. De acordo com esta linha metodológica, entendemos que o modelo renovado de FEL das FFAAP deve contemplar uma organização centralizada, com base na

criação de órgãos de liderança (EMGFA com um CLEFA no IESM e Ramos com CL na EN/AM/AFA), uma formação descentralizada, mas devidamente integrada e em consonância com três tipos de liderança (individual, grupal e estratégica), uma doutrina transformacional, uma formação de formadores mais cuidada e centralizada, uma investigação orientada para o contexto militar, e uma cooperação baseada na reciprocidade, na responsabilidade social e na valorização das FFAAP.

Entendemos que o modelo de FEL que as FFAAP devem adotar para responder aos desafios de futuro deve ser de continuidade (do modelo atual e envolver todos os atores), fazer face às lacunas e disfunções estruturais e funcionais e ter como variável chave a organização, designadamente a criação dos referidos órgãos específicos de liderança.

Os contributos para o conhecimento “edificados” ao longo deste estudo, e substanciados num modelo renovado de FEL, construído com base em seis variáveis e quatro vetores, pretendem reforçar a importância da FEL nas FFAAP, preparar os líderes da Instituição Militar para enfrentarem os desafios do futuro e prestigiar as FFAAP nesta área do conhecimento.

Assim, acreditamos que a implementação deste modelo renovado de FEL nas FFAAP poderá ter lugar, mormente se houver “determinação” para se ultrapassarem os inúmeros desafios e “confiança” na capacidade de todos os atores, em particular nos líderes militares do futuro, de que continuarão a prestigiar as FFAAP sob a divisa “*Portugal primeiro, os Portugueses sempre*”.

Bibliografia:

- ADAIR, John (1970). *Training for Leadership*. 3.^a ed., London: MacDonal.
- AFONSO, Paulo Lourenço (2010). *Liderança: elementos-chave do processo*. 2.^a ed., Lisboa: Escolar Editora.
- ARMADA española (2008). *Armada: Modelo de Liderazgo*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- BASS, B. M. (1988). *Transformational Leadership: Industrial, Military, and Educational Impact*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- BISPO, General Pilav António de Jesus (1991). *Liderança Militar*. Mais Alto, n.º 273, p. 7-10.
- BORGES, João Vieira (2011). *A importância da Formação em Liderança nas Forças Armadas: Subsídios para um renovado modelo*, TII CPOG 2010/2011. Pedrouços: IESM.
- BRAZ, Celso Jorge Pereira Freilão (2008). *A liderança nas Forças Armadas e o processo de formação de líderes militares*. TII CEMC 2007/2008. Pedrouços: IESM.
- CAJARABILLE, Capitão-Tenente Victor Manuel Bento e Lopo, FERREIRA, Capitão João José Brandão, CARDOSO, Major Manuel Fernando Vizela (1984). *O Ensino da Liderança e as Forças Armadas Portuguesas*. Baluarte, n.º 4, p. 8-13.
- CANADIAN FORCES (2003). *Duty with Honour: The Profession of Arms in Canada*. Kingston: CF Leadership Institute.
- CANADIAN FORCES (2005). *Leadership in the Canadian Forces: Doctrine*. Kingston: CF Leadership Institute.

- CASTRO, General Paulo César de (2009). A Preparação de Líderes Militares no Exército Brasileiro. *Military Review*. Novembro-Dezembro 2009. p. 73-79.
- CUNHA, Miguel Pina, *et al.* (2007). Manual de comportamento organizacional e gestão. 6.^a ed., Lisboa: Editora RH.
- DL 236 (1999). Decreto-Lei n.º 236/1999, de 25 de Junho. Estatuto dos Militares das Forças Armadas.
- DL 234 (2009). Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de Setembro. Lei Orgânica do EMGFA.
- DL 28 (2010). Decreto-Lei n.º 28/2010, de 31 de Março. Aprova o Estatuto do Instituto de Estudos Superiores Militares.
- EME (2004). Glossário de Termos de Formação, Educação e Treino no Exército. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- FERNANDES, Coronel Eduardo António (2010). U.S. Army TRADOC: Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos Estados Unidos. *Military Review*, Março-Abril 2010. p. 64-76.
- FERREIRA, Tenente-Coronel Pilav João José Brandão (2004). Comando e Liderança: uma perspectiva sempre actual. *Jornal do Exército*, n.º 533, p. 48-53.
- FIEDLER, Fred E. (1996). Research on leadership selection and training: One view of the future. *Administrative Science Quarterly*, 41, p. 241-250.
- FM 6-22 (2006). *Army Leadership: Competent, Confident, and Agile*. Washington, DC: Headquarters, Department of the Army.
- GERRAS, Stephen J. (2010). *Strategic Leadership Primer*. 3rd Edition, Pensilvania: Carlisle Barracks, Department of Command, Leadership, and Management, USA Army War College.
- GOLEMAN, Daniel, BOYATZIS, Richard, McKEE, Annie (2007). Os novos líderes: a inteligência emocional nas organizações. 3.^a ed., Lisboa: Gradiva.
- HERSEY, P., BLANCHARD, K. (1969). *Management of Organizational Behavior – Utilizing Human Resources*. 5th ed., New Jersey: Prentice Hall.
- HOUSE, R. J., *et al.* (1999). Cultural influences on leadership and organizations: Project GOLBE. In MOBLEY, W. H., GESNER, M. J. & ARNOLD V., *Advances in Global Leadership*. vol. 1, p. 171-233. Standford: JAI Press.
- HUESO GARCIA, Coronel EA. D. Vicente (2010). *Del Mando al Liderazgo*. ESFAS. Madrid: CESEDEN.
- JESUÍNO, Jorge Correia (2005). *Processos de Liderança*. 4.^a ed., Lisboa: Livros Horizonte, Lda.
- LEI 11 (1989). Lei n.º 11/1989, de 1 de Junho. Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.
- LEITÃO, Desidério Manuel Vilas, ROSINHA, António Palma (2007). *Ética e liderança: uma visão militar e académica*. Lisboa: Academia Militar.
- RATO, Helena, BAPTISTA, Conceição, FERRAZ, David (2007). *MANFOP: Manual de Avaliação das Necessidades de Formação em Organismos Públicos*. Oeiras: INA.
- REGO, Arménio, CUNHA, M. P. (2007). *A essência da liderança: Mudança X Resultados X Integridade*. 3.^a ed., Lisboa: Editora RH.

- ROSINHA, A. P. (2009). Conhecimento Tácito em Contexto Militar: Incurções na Promoção e Desenvolvimento de Competências de Comando. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- ROUCO, J. C. D., SARMENTO, M. (2009). Desenvolvimento de competência de liderança: Liderar e trabalhar em equipa. *Academia Militar, Revista Proelium*, n.º 11, p. 155-179.
- SANTO, Gabriel (2005). O comando num Exército em mudança. *Revista Militar*, n.º 2445, p. 1099-1110.
- SANTOS, Coronel Lúcio Agostinho Barreiros dos (2008). Da Formação à Eficácia em Contexto Militar. Estudo exploratório sobre um modelo de desenvolvimento para o exercício da liderança (1.ª Parte). *Revista Militar*, n.º 2477/2478 de Junho/Julho de 2008, p. 733-782.
- SANTOS, Coronel Lúcio Agostinho Barreiros dos (2008a). Da Formação à Eficácia em Contexto Militar. Estudo exploratório sobre um modelo de desenvolvimento para o exercício da liderança (2.ª Parte). *Revista Militar*, n.º 2481, Outubro de 2008, p. 1109-1156.
- SMITH, Rupert (2008). *A utilidade da força: a arte da Guerra no mundo moderno*, Lisboa: Edições 70, Lda.
- VIEIRA, Tenente-General Guilherme de Sousa Belchior (2001). Que modelo de militar para a nova arte de guerra e paz? *Revista Nação e Defesa*, n.º 98, p. 33-48.
- VIEIRA, Tenente-General Guilherme de Sousa Belchior (2002). *Liderança Militar*. Lisboa: Edições Atena, Lda e Academia Militar.
- VIEIRA, Tenente-General Guilherme de Sousa Belchior (2006). A Liderança Estratégica. *Boletim do IESM*, n.º 1 (Julho 2006), p. 61-82.
- VIEIRA, Tenente-General Guilherme de Sousa Belchior (2006a). Liderar na Pós-Modernidade Militar. Líderes Ágeis, Versáteis e Adaptáveis. *Revista de Artilharia*, n.º 965-967, Jan-Mar 2006, p. 9-16.

4. O CONTRIBUTO DA INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

89

THE CONTRIBUTION OF INNOVATION TO THE PORTUGUESE ARMED FORCES' SUSTAINABILITY AND ENHANCEMENT

Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade

Diretor do Centro de Investigação da Academia Militar

Coronel Tirocinado

andrade.jfmmc@mail.exercito.pt

Resumo

O presente estudo pretende demonstrar: (i) como pode a inovação nas Forças Armadas contribuir para a sua sustentabilidade e valorização; (ii) e como fomentar a aplicação do potencial de inovação existente na instituição militar.

Neste sentido, é identificado um modelo de inovação que se pode adequar à elevada incerteza do ambiente militar e da sua envolvente, assim como os fatores, tangíveis e intangíveis, que bloqueiam ou que fomentam a inovação neste meio, tendo por base exemplos da história contemporânea e de países selecionados.

Adicionalmente, é caracterizada a sustentabilidade e valorização das Forças Armadas, assim como são identificadas as oportunidades de as melhorar através da inovação, a partir de lições da história contemporânea e de orientações de países selecionados.

Em resultado da análise da documentação estruturante, dos projetos e das atividades de I&D em curso, assim como de doze entrevistas efetuadas, é comprovado que vai ocorrendo inovação relevante nas Forças Armadas nacionais, e que o seu nível de concretização poderá e deverá ser aumentado, atendendo às potencialidades existentes no seu seio.

São identificadas as atuais vulnerabilidades das Forças Armadas na implementação da inovação, tendo em conta uma análise à documentação estruturante, ao inquérito realizado a um universo de 182 Oficiais dos três Ramos e a doze entrevistas efetuadas a especialistas ou a personalidades que desempenham funções com ligação à inovação nas Forças Armadas.

Para fazer face àquelas vulnerabilidades, tirando partido das potencialidades existentes, é proposto um modelo de desenvolvimento da inovação.

Palavras-chave:

Forças Armadas; Inovação; Investigação e Desenvolvimento; Valorização.

Abstract

This study aims to demonstrate: (i) how can innovation contribute to the Armed Forces sustainability and their enhancement, (ii) and how to foster innovation within the military organization.

Based on examples of contemporary history and of selected countries we identify an innovation model, which may address the high uncertainty of military environment and of its context, as well as the factors that block or enhance innovation in the military organization.

Likewise, founded on lessons of contemporary history and guidance of those selected countries we define the concepts of Armed Forces sustainability and of their enhancement, as well as we identify some opportunities to improve them through innovation.

Additionally, an analysis of supporting documentation, R&D projects and activities, as well as of twelve interviews, demonstrates that innovation exists in the national Armed Forces but its level of achievement can and should be increased, given the existing potential.

Moreover, we identify current innovation weaknesses, taking into account an analysis of supporting documentation, a survey to a population of 182 officers and twelve interviews to experts working in the Armed Forces.

To address those weaknesses, we propose an innovation development model.

Keywords:

Armed Forces; Innovation; Research and Development; Enhancement.

Introdução

“The ability to innovate is the ability to adapt to
an altered environment, to learn, to evolve”
(Eggers & Singh, 2009: 6)

As Forças Armadas (FFAA) têm que se adaptar continuamente, tanto aos mutáveis contextos em que se inserem, como às expectativas da *comunidade* que com elas interage, para que possam cumprir integralmente a sua missão. A alternativa a esta indispensável evolução não é a manutenção da atual condição, mas antes uma inevitável deterioração de capacidades e qualidade das FFAA.

A história universal, em geral, e a nacional, em particular, demonstram que, em diversas situações, a inovação foi a razão da vantagem diferenciadora que proporcionou o sucesso, mesmo quando o potencial de combate inicial era desfavorável.

Por outro lado, o atual ambiente estratégico, caracterizado pelo ritmo e dimensão da mudança, assim como por novas ameaças e desafios, tem um impacto sem precedentes nas organizações, particularmente nas FFAA¹, o que incrementa a necessidade de se encontrarem alternativas inovadoras.

No entanto, a inovação geralmente “acontece” apesar, e não como resultado, do ambiente estabelecido. A inovação não é sistemática, nem é continuamente sustentada, pelo que os seus efeitos são limitados e efêmeros: *“Typically, innovation in government happens in one of two ways. Either innovation intrudes itself on a public sector organization in response to a crisis, or some individual (or small group of individuals) champions a specific innovation. In either instance, the benefits of the innovation are limited. Once the crisis has passed or certain individuals responsible for the innovation have moved on, the organization is left with no lasting capacity for ongoing innovation”* (Eggers et al., 2009: 5).

O presente estudo pretende demonstrar: (i) como pode a inovação nas FFAA contribuir para a sua sustentabilidade e valorização; (ii) e como fomentar a aplicação do potencial de inovação existente na instituição militar.

O trabalho tem por referência: a literatura relevante relacionada com a inovação, com especial incidência no domínio militar; a análise da documentação estruturante e dos projetos e atividades de I&D em curso; entrevistas a especialistas ou a personalidades que desempenham funções com ligação à inovação nas FFAA; um inquérito a Oficiais dos três Ramos; as lições da história contemporânea; e as orientações de países selecionados – a Dinamarca, a Holanda e a Noruega².

1. Fatores associados às Forças Armadas que influenciam a inovação

1.1. A inovação

No essencial, a inovação é a geração e a aplicação de novas ideias. É a utilização de ideias na criação de Valor Público³. Para tal, as ideias têm de ser novas, num dado contexto –

1 “Os crescentes custos do material de Defesa colocam um risco particularmente sério para a futura gestão das organizações de Defesa. Estudos científicos no Reino Unido e indicações fornecidas pela Agência Europeia de Defesa (EDA), demonstram que os custos em material militar cresceram entre dois a sete por cento, por ano, acima do nível de inflação” (NL MOD, 2010: 26).

2 Estes países, apesar de possuírem Produtos Internos Brutos (PIB) superiores ao de Portugal, e de nem todos partilharem a mesma abordagem à Política de Defesa e de Segurança Comum (PSDC) da União Europeia (UE), têm esforços na Defesa semelhantes (a Noruega é o que apresenta a maior percentagem do PIB, e esta tem vindo a aumentar) e apresentam FFAA de dimensão idêntica às de Portugal.

3 Valor Público – É o valor criado pelas entidades públicas através das suas atividades. Para que determinada ação ou serviço público tenha valor não basta que o mesmo seja desejável. Só existe valor se os cidadãos estiverem dispostos a dar ou abdicar de algo – custo de oportunidade – em troca do benefício recebido (PINTO, 2009).

em vez de apenas aperfeiçoadas – ou aplicadas de forma diferente nesse contexto, têm de ser implementadas e têm de ser úteis. A inovação é deliberada e planejada e implica benefícios significativos. A tradução de uma ideia num resultado é essencial para que a inovação ocorra.

Assim, a inovação, neste trabalho, é considerada um *processo* iterativo de invenção, desenvolvimento e/ou de implementação de novos – inovação baseada na invenção –, ou de novas formas de aplicar – inovação baseada na difusão (NESTA, 2008) – processos, produtos, estruturas organizacionais (IPQ, 2007), conceitos, serviços, ou sistemas (MAC, 2010), que resultam em significativas⁴ melhorias de eficiência, eficácia, ou qualidade dos resultados (ANAQ, 2009), com a finalidade de criar mais valor, quer às organizações, quer aos interessados e/ou envolvidos nessas organizações.

No domínio militar, a inovação manifesta-se pelo desenvolvimento de novas formas de combater ou de novos meios de integração de tecnologias, tais como novas doutrinas, táticas, formas de treino ou de apoio (Isaacson, 1999).

Sendo um processo, a inovação precisa de ser gerida, assim como devem ser controladas as influências sobre este processo.

1.1.1. Modelos do processo de inovação

A sequência linear tradicional da I&D – atividades de pesquisa, seguidas das de desenvolvimento e de produção – deve ser considerada apenas como um dos caminhos da inovação.

De simples modelos lineares⁵, o processo de inovação tem evoluído para modelos interativos crescentemente complexos, como o modelo de Caraça (2006) – modificado do modelo interativo de Kline *et al.* de 1986 – que envolve um conjunto de ligações e de interações em cadeia entre o conhecimento científico e tecnológico, o conhecimento sobre a organização e o seu funcionamento, e a sociedade em geral (incluindo o mercado).

Nestes modelos de “inovação aberta”, as ligações e as interações são tão importantes como a produção e a acumulação de conhecimento (Tidd, 2006: 9). Como tal, as instituições públicas devem atuar como agregadoras, gestoras e compradoras de serviços, e utilizarem as competências internas, tanto para identificar ideias promissoras de qualquer fonte – interna ou externa – como para adaptar essas ideias às suas necessidades (Eggers *et al.*, 2009)

Diversos autores – *e.g.* Tidd *et al.* (2005) e Eveleens (2010) – consideram que a inovação depende de fatores de contexto, como: as estratégias que influenciam a organização; a sua cultura; a liderança; a estrutura organizacional; os recursos/competências; as ligações ao exterior.

4 “Significativas” para distinguir dos resultados do simples aperfeiçoamento do *status quo*.

5 Nos modelos lineares as inovações resultam apenas de uma das vias: (i) a investigação cria ideias, que são desenvolvidas e dão origem a aplicações, que acabam por ser integradas nas organizações – “*technology push*”; (ii) ou então, as organizações identificam necessidades para as quais é necessário criar novas soluções – “*need pull*”, ou seja “a necessidade aguça o engenho”.

Modelo de inovação tradicional: organização fechada	Modelo intermédio: organização parcialmente colaborativa para reduzir custos	Novo modelo de inovação aberta: organização aberta, ligada em rede
<ul style="list-style-type: none"> • A organização é que detém e fornece as soluções. • A resolução de problemas é feita apenas com a adição de recursos internos. • A organização cria por si própria: abordagem centralizada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inclui alguns elementos de colaboração, mas a organização continua a ser a principal detentora e fornecedora de soluções. • Existe uma colaboração melhorada entre os seus departamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • A organização agrega, gere e adquire serviços • Utiliza competências internas para: <ul style="list-style-type: none"> o Identificar ideias promissoras de qualquer origem; o Adaptar as ideias às suas necessidades.
Factores Influenciadores	• Redução de custos de colaboração.	• Necessidade de resposta colaborativa ao crescente número de problemas. →

Fonte: Adaptado de: (Eggers *et al.*, 2009: 114)

Figura 1 – Os serviços públicos e os modelos de inovação.

De igual modo, é consensual que a inovação envolve diferentes fases. Fundado em Eveleens (2010: 7) – que analisou 12 modelos de inovação – e em MAC (2010), é possível identificar as seguintes fases: (i) geração/procura de ideias; (ii) seleção de ideias; (iii) desenvolvimento/implementação das ideias, onde se inclui a sua experimentação; (iv) sustentação das ideias; (v) difusão/integração, onde se pode incluir a aprendizagem, quer da utilização da inovação, quer das lições do processo, de modo a melhorar projetos futuros. Daí se considerar que estas fases se desenrolam num ciclo.

Se os modelos, os fatores de contexto e as fases da inovação são importantes para a sua conceptualização, não menos o são as práticas que a implementam. Muitas vezes, as práticas de inovação adotadas são empíricas e impulsionadas pela intuição e senso comum.

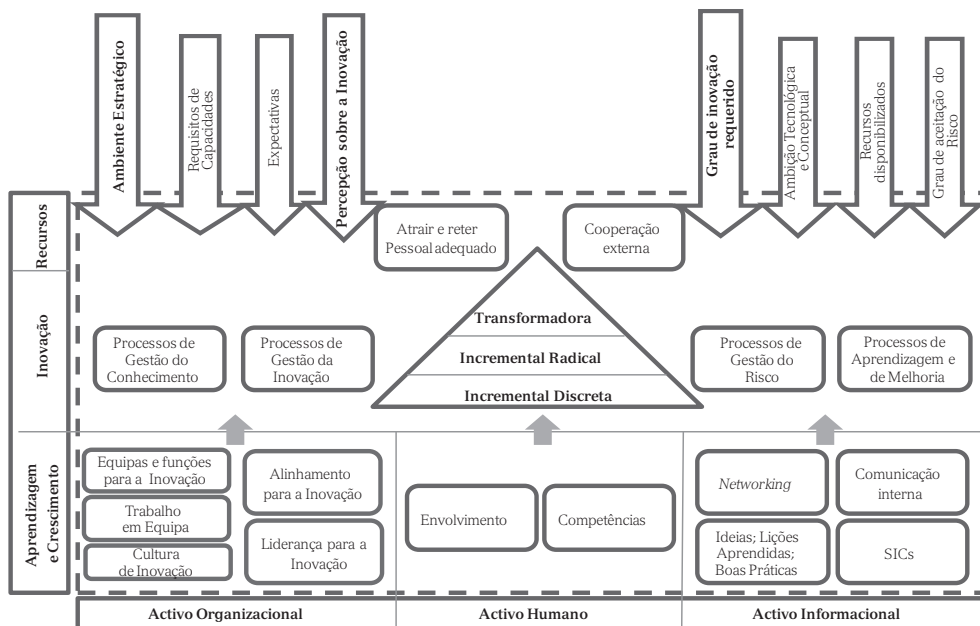
1.2. A inovação e a especificidade das Forças Armadas

O ambiente militar e a sua envolvente apresentam especificidades⁶ que influenciam – promovem ou condicionam – a inovação e, conseqüentemente, o seu potencial contributo para a sustentabilidade e valorização das FFAA.

Com base em exemplos da história contemporânea e dos países selecionados (Andrade J., 2012), foi possível identificar as seguintes principais ameaças à inovação nas FFAA:

6 “Unlike other organizations, military forces in peacetime must innovate and prepare for a war 1) that will occur at some indeterminate point in the future, 2) against an opponent who may not yet be identified, 3) in political conditions which cannot accurately predict, and 4) in an arena of brutality and violence which one cannot replicate” (Murray *et al.*, 1998: 301).

Organização fechada ou parcialmente colaborativa com o exterior.
 Adoção de abordagens de Inovação limitadas.
 Capacidades de Inovação incompatíveis com as expectativas ou muito dependentes do exterior.
 Percepções baixas do valor da inovação ou baixas ambições.
 Visão de curto prazo e falta de estratégia e de liderança para a Inovação.
 Falta de alinhamento para a Inovação e resistência à mudança.
 Ausência de iniciativa e de capacidade para assumir riscos.
 Pouca interação interna.
 Baixo nível ou baixa diversidade de competências internas.
 Adocracia ou burocracia.
 Ausência de gestão da Inovação, nomeadamente de gestão do risco que lhe está associado.
 Falta de sincronização da Inovação com a satisfação dos requisitos de capacidades.



Fonte: Autor

Figura 2 – A inovação e os fatores das FFAA que a influenciam⁷

Contudo, os atuais modelos de “inovação aberta” e de interação em cadeia, que abrangem as múltiplas vias da inovação e a complexidade deste processo social, político, cognitivo, organizacional e tecnológico, assim como a elevada incerteza própria do

7 Nesta figura a inovação, que é um processo, aparece individualizada no topo da perspectiva Aprendizagem e Crescimento, de modo a representar a sua dependência dos ativos intangíveis – Organizacional, Humano e Informacional –, assim como dos fatores de contexto interno que aí se inserem.

ambiente militar e da sua envolvente, têm potencial de aplicação às FFAA. Para tal, o processo de inovação deve fazer parte da sua cultura, ser liderado, gerido (inclusivamente na salvaguarda da segurança da informação e da propriedade intelectual/industrial) e perspetivado como contínuo e indispensável.

A Figura 2 resume os fatores e os processos que influenciam a inovação de sucesso no meio militar.

2. A inovação e a Sustentabilidade e Valorização das FFAA

Numa perspetiva abrangente, o conceito de sustentabilidade é multidimensional (Sachs, 2002). Os contextos em que se inserem as FFAA, que estão em constante mudança, têm uma dimensão política e estratégica, nacional e internacional, social, económica e ambiental. Nestas dimensões, igualmente se encontram os intervenientes ou interessados, que se relacionam com as FFAA – os designados *stakeholders* (Freeman, 1984) –, que passaremos a designar por *comunidade* (Pinto, 2009).

2.1. A comunidade e as suas expectativas relativamente às FFAA

A *comunidade* espera que as FFAA, no cumprimento integral da sua missão (AR, 2009: 4): (i) contribuam para as funções coletivas do Estado, inclusivamente na proteção e desenvolvimento da cidadania (*e.g.* proteção do ambiente e melhoria das condições de vida das populações); (ii) correspondam aos compromissos de parceria e colaboração estabelecidos – tanto com indivíduos, como com organizações, nacionais ou internacionais; (iii) e que façam a gestão dos recursos que lhes são disponibilizados com responsabilidade (*accountability*) e transparência⁸.

2.2. Sustentabilidade e Valorização das FFAA

Neste trabalho, o conceito de sustentabilidade das FFAA será assumido como a capacidade institucional de interagir com os seus contextos mutáveis e de corresponder às expectativas, sempre em evolução, da *comunidade* com a qual se relaciona, cumprindo a sua missão com eficácia e gerindo os recursos disponibilizados com responsabilidade (*accountability*) e transparência.

A contínua valorização das FFAA é também um fator da sua sustentabilidade, sobretudo em períodos de situações económicas difíceis e de falta de perceção de ameaças e riscos concretos à Segurança e Defesa Nacional, para que a comunidade não as considere um encargo desnecessário. Assim, neste trabalho a valorização será entendida como a capacidade das FFAA aumentarem a eficiência dos seus processos e a qualidade dos seus resultados.

8 De acordo com (Pinto, 2009: 185), numa abordagem da gestão da *performance* aplicada à administração pública, o orçamento é assumido como o principal mecanismo de controlo da responsabilidade (*accountability*) e transparência dos serviços públicos.

2.2.1. O impacto dos tipos de inovação

A inovação tecnológica tem sido um elemento essencial na estruturação das FFAA, na sua organização, táticas, doutrinas e estratégias, ou seja, nas suas capacidades.

No entanto, é importante reconhecer que a inovação militar e a inovação tecnológica não são sinónimos (Isaacson *et al.*, 1999: 9). Nem todas as FFAA (e os respetivos países) têm recursos para investir em qualquer aquisição ou dominar o uso de tecnologias de ponta, mas esta vulnerabilidade não é impeditiva de que atinjam um grau de eficácia militar⁹ e agilidade¹⁰ superiores ao dos seus adversários dotados de melhores tecnologias, como eram os alemães na II GG e os americanos na guerra do Vietname.

Com inovações não-tecnológicas é possível construir organizações militares flexíveis e adaptáveis, assim como desenvolver processos mais eficientes, que proporcionam um aumento do produto operacional, com os mesmos recursos.

É na combinação de inovações, que envolvem tecnologia, processos, organização e pessoas, que se alcançam novas capacidades de combater (Garstka, 2005).

2.2.2. O impacto da inovação na Transformação em curso

Segundo (Tomes, 2004), a Transformação em curso nas organizações militares tem conduzido à mudança de modelos (*e.g.* de plataformas isoladas para a integração entre plataformas de sistemas armas); à criação de novos paradigmas, como o trabalho em rede; ao reconhecimento de que as capacidades militares devem ser consideradas como sistemas abertos, não-lineares; e à maior aceitação da complexidade no pensamento militar.

Esta Transformação está fundada num processo contínuo de inovação de capacidades, que conjuga inovação tecnológica (*e.g.* sensores, estrutura de informação e sistemas de combate) com inovação não-tecnológica (*e.g.* doutrina; organização), para transformar informação complexa em eficácia militar (ACT/NATO, 2004) e agilidade (Alberts *et al.*, 2003), potenciando o apoio à decisão, o conhecimento situacional e a colaboração em rede.

As recentes operações no Iraque e no Afeganistão confirmaram a importância desta inovação, uma vez que o seu sucesso se deveu mais à integração das entidades envolvidas e à gestão e partilha da informação, do que à quantidade de sistemas de armas, do poder de fogo ou da quantidade dos militares empregues (Vicente, 2007: 110).

Neste contexto, a inovação é ainda utilizada na análise prospetiva de capacidades futuras, explorando aspetos tecnológicos, doutrinários e operacionais, assim como do ambiente estratégico, com a finalidade de se identificarem requisitos. Estes são analisados através de processos de *Concept Development and Experimentation*¹¹ (CD&E) tendo em vista converter ideias em capacidades (Alberts, 2002).

9 Máximo poder de combate a partir dos recursos disponíveis (Isaacson *et al.*, 1999).

10 Capacidade de ser eficaz num ambiente de mudança, não-linear e imprevisível (Alberts, 2003).

11 Processo análogo ao método científico, que permite determinar, através da experimentação, se conceitos ou sistemas desenvolvidos satisfazem os requisitos de capacidades estabelecidos pelo processo de Transformação da NATO (BWB, 2010).

A partir destas lições da história contemporânea e das orientações que os países selecionados estão a adotar (Andrade J., 2012) infere-se que a inovação pode contribuir para a sustentabilidade e valorização das FFAA, materializando-se o respetivo contributo nas seguintes oportunidades:

Adaptação às expectativas da comunidade: maior eficácia, eficiência, qualidade e responsabilidade (accountability).
 Definição e satisfação dos requisitos de capacidades, designadamente ao nível da Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança (i.e. no apoio à decisão), Pessoal (i.e. na medida em que pode aumentar a atração de pessoas mais qualificadas para as FFAA); Infraestruturas e Interoperabilidade (i.e. através de processos de CD&E).
 Ampliação da eficácia e agilidade das forças militares.
 Diminuição da incerteza no planeamento, nas aquisições e nos desenvolvimentos de soluções.
 Cooperação interinstitucional entre a Segurança e a Defesa, com o inerente alargamento de recursos disponibilizados.
 Cooperação multinacional, possibilitando um aumento de conhecimentos, soluções e de sinergias.

3. O impacto atual das atividades da Defesa nacional, no domínio da inovação, na sustentabilidade e valorização das FFAA

Gomes *et al.* (2010) analisaram o impacto da I&DD, entre 1999 e 2008, e concluíram que os resultados tinham sido muito pouco significativos na edificação de capacidades da Defesa, não só porque os recursos disponibilizados tinham decrescido de forma consistente, mas também porque uma parte deles tinha sido canalizada para projetos pouco relacionados com I&DD.

3.1. Ministério da Defesa Nacional

Incumbe à Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED) contribuir para a definição, planeamento, coordenação e acompanhamento da execução das políticas de I&DD, convergindo nela a visão, coordenação, implementação e satisfação das necessidades de desenvolvimento das novas capacidades de Defesa (MDN/DGAIED, 2010: 15).

Não existem, ao nível do Ministério da Defesa Nacional (MDN), estruturas permanentes que desenvolvam atividades de I&D.

3.1.1. Estratégia de I&D da Defesa

Atualmente, não existe uma estratégia de inovação ao nível da Defesa. Em 2008, foi estabelecida uma Estratégia de I&D da Defesa (EI&DD), que visa “constituir-se como referência para o investimento público, inscrito em sede de Lei de Programação Militar (LPM), orientando o desenvolvimento e sustentação dos projetos de I&DD, enquanto vetor determinante, a médio e longo prazos, no desenvolvimento e sustentação de capacidades militares” (MDN/DGAIED, 2010).

Esta estratégia apenas privilegia as áreas tecnológicas associadas ao desenvolvimento/sustentação de armamento/equipamento de Defesa e fá-lo somente por uma das vias da inovação: a da I&D.

Da análise dos projetos de I&D sob coordenação da DGAIED, constata-se que a cooperação com a *European Defence Agency* (EDA)/EU, em 2009, ainda só incluía dois projetos, que no conjunto envolviam uma reduzida verba (325m€), e que não existia nenhum projeto de I&D no âmbito da *Research and Technology Organization* (RTO)/NATO. Contudo, em 2010 e 2011, verifica-se uma tendência positiva de evolução, com os projetos a triplicarem. É de salientar, por ainda ser uma exceção, que num destes programas – no *Network Enabled Co-operation System of Autonomous Vehicles* (NECSAVE) – participam dois Ramos das FFAA.

Verifica-se uma predominância de projetos ligados aos veículos autónomos (que poderão ter emprego dual – militar e civil), à proteção individual (que poderá ter uma participação benéfica na BTID, com o desenvolvimento de novos materiais), e à Defesa NBQR, que é essencial perante as novas ameaças do terrorismo transnacional (MDN, 2003). No entanto, neste âmbito, são escassos os projetos na área dos explosivos e não existem projetos ligados à defesa do ciberespaço.

De um conjunto de entrevistas realizadas a representantes do MDN, do EMGFA, da Marinha, do Exército e da Força Aérea (*vide* Andrade J., 2012) foi possível concluir que existe inovação nas FFAA e esta tem contribuído para a sua sustentabilidade e valorização. No entanto, foi igualmente identificado que a inovação não é sistemática, na generalidade tem sido induzida pela introdução de novos equipamentos ou tem-se centrado na vertente organizacional.

A EI&DD e os Centros de Investigação dos EESPUM conferiram a credibilidade e o enquadramento necessários às atividades de I&D. Contudo, estas iniciativas são muito recentes, pelo que os resultados são, inevitavelmente, limitados.

Assim, com exceção de exemplos pontuais e de situações específicas – como é o caso do Instituto Hidrográfico (IH), do Instituto Geográfico do Exército (IGeE), do Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica do Exército (LBDB) e do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA) – o contributo da inovação nas FFAA tem sido limitado em termos de resultados, relativamente às suas *potencialidades*, assim materializadas:

Existe EI&DD.

Está definida uma ampla lista de áreas de interesse, alinhadas com a EDA e com a RTO.

A atividade de I&D está estruturada.

Existe historial de inovação com ganhos de eficácia, eficiência, qualidade e responsabilidade (*accountability*).

A estrutura hierarquizada das FFAA pode facilitar a implementação e o alinhamento das decisões.

Diversidade de competências, de atividades e de equipamentos tecnologicamente avançados.

SIG assegura transparência, interligação e partilha da informação.

Existem atividades de cooperação com o exterior.

IH, IGeE, LBDB e CFMTFA são embriões da inovação.

Existe formação conjunta.

4. As lacunas na inovação das FFAA que condicionam a sua utilização e o seu efeito na sustentabilidade e valorização das FFAA

Para além da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PCM, 2007) e do Simplex (UCMA, 2010), que são de aplicação genérica à função pública, o Plano Tecnológico apenas menciona que “as Forças Armadas possuem valências de investigação que *podem*¹² ser valorizadas” (UCPT, 2005: 18) e o CEDN apenas faz alusão à necessidade de se melhorarem os níveis de exigência e eficiência da política de I&DD, para que esta contribua para o desenvolvimento económico nacional (MDN, 2003: 9.6).

4.1. Na EI&DD

Analisando a EI&DD à luz do ciclo de inovação, constatam-se algumas limitações que, à partida, condicionam os seus potenciais resultados em termos de inovação. A EI&DD apenas assegura a geração e a seleção da ideia – no entanto, unicamente pela vertente de “*need pull*” – e parte do seu desenvolvimento e sustentação – dado que está centrada no nível de I&T¹³.

Por outro lado, seria desejável incrementar o envolvimento de potenciais parceiros externos de desenvolvimento (indústria/empresas), logo desde as fases iniciais dos projetos (e não apenas quando a investigação está avançada), de modo a aumentar o seu interesse e participação em domínios pouco conhecidos¹⁴.

4.2. No processo de inovação, a partir de um inquérito

No Gráfico 1 encontra-se a distribuição do valor médio das respostas a um inquérito efetuado a 182 Oficiais (26,8% da Marinha, 53,1% do Exército e 20,2% da Força Aérea), assim distribuídos: 49 Oficiais da Marinha (8 Capitães-de-Mar-e-Guerra, 13 Oficiais Superiores (OfSup), 28 Primeiros-Tenentes, 96 do Exército (14 Coronéis (Cor), 26 OfSup e 56 Capitães) e 37 da Força Aérea (6 Cor, 9 OfSup e 22 Capitães).

Observa-se que todas as respostas se afastam da concordância total, não chegando mesmo ao nível 3 de concordância parcial, e que a maior parte (14 em 25) não atinge um nível superior a 2.5, correspondente à concordância mínima.

Verifica-se unanimidade relativamente ao seguinte: a fase de geração de ideias é a que reúne a melhor apreciação, enquanto as de seleção e difusão das ideias são as piores avaliadas.

12 Sublinhado do autor.

13 Admite-se que, em “determinadas condições de relevância para as capacidades militares [...]” (MDN/DGAIED, 2010: 8), poderão interessar projetos que envolvam Transferência Tecnológica.

14 Monteiro (2010) e Gonçalves (2010) descreveram, cada um, uma situação de aproximação a empresas nacionais que desconheciam que os seus produtos poderiam ter potencial de aplicação em domínios da defesa (e.g. a aplicação de fibras na proteção individual contra projéteis e na deteção de agentes biológicos).

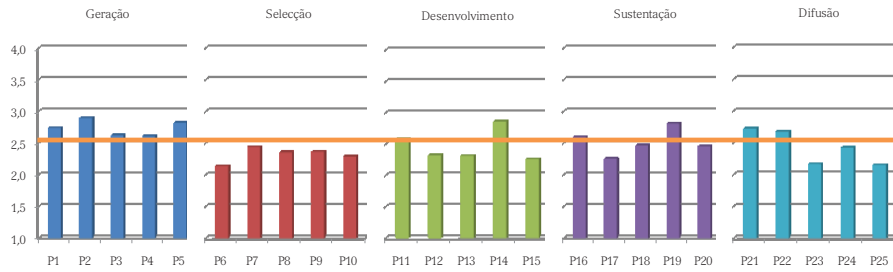


Gráfico 1 – Distribuição do valor médio das respostas

Na seleção de ideias, as piores avaliações relacionam-se com limitações: de comunicação (P6); nos critérios e nos processos existentes (P8 e P9); e na aceitação do risco (P10).

Na implementação das ideias, as maiores vulnerabilidades ocorrem: no apoio necessário para o desenvolvimento de novas ideias (P12), particularmente quando estas envolvem risco (P13); e igualmente na comunicação dos potenciais riscos e benefícios dessas ideias (P15).

Ao nível da sustentação, os piores condicionamentos residem: na formação necessária para integrar inovações (P17), assim como na aprendizagem com os erros e na celebração dos sucessos (P20).

Ao nível da difusão, as maiores limitações centram-se: na partilha de lições aprendidas (P23) e nos processos existentes para promover a difusão do conhecimento (P25).

4.3. No processo de inovação, a partir das entrevistas

Com o mesmo intuito, foram ainda efetuadas entrevistas a representantes do MDN, do EMGFA, da Marinha, do Exército e da Força Aérea, cujo detalhe se encontra em (Andrade J., 2012).

Conjugando os resultados destas entrevistas com os da análise à documentação estruturante e os do inquérito atrás descrito, identificaram-se as seguintes vulnerabilidades das FFAA no desenvolvimento da inovação:

- EI&DD limitada.
- Falta de priorização de áreas de interesse.
- Cultura organizacional pouco orientada para a inovação.
- Resistência à mudança e dúvida quanto aos benefícios.
- Atitude perante o risco.
- Comunicação interna insuficiente.
- Inexistência de um plano de inovação articulado com a obtenção de capacidades.
- Liderança pouco envolvida e orientada para a inovação.
- Falta de alinhamento da organização para a inovação.
- Reduzida formação para a inovação.
- Avaliação incompleta das competências para a inovação.

(continuação)

SICs que pouco potenciam a inovação.
Cooperação reduzida e não sistemática com entidades exteriores.
Formas limitadas de *networking*.
Lacunas na estrutura organizacional para a inovação.
Lacunas na gestão da inovação.
Pouca partilha de conhecimentos, experiências e lições aprendidas.
Pouca incorporação da aprendizagem com os erros.
Falta de articulação e colaboração entre Ramos.
Avaliação incompleta do processo de inovação e do seu impacto.
Limitada valorização dos resultados da inovação.

5. Modelo estratégico de desenvolvimento da inovação nas FFAA

Para a redução das vulnerabilidades identificadas, estabeleceu-se uma estratégia de desenvolvimento da inovação nas FFAA, materializada no mapa¹⁵ da Figura 3, que inclui 12 Objetivos Estratégicos para a Inovação (OEI) – inseridos nas perspetivas Aprendizagem e Crescimento, Inovação e Recursos – bem como a sua relação causa-efeito e o seu impacto nos objetivos de sustentabilidade e valorização das FFAA.

Assim, os vetores que orientam a estratégia são: (i) “Cumprir a missão com eficácia”; (ii) “Aumentar a qualidade dos resultados”; (iii) “Gerir os recursos disponibilizados com responsabilidade (*accountability*) e transparência”; (iv) “Aumentar a eficiência dos processos internos”.

Nesse mapa, a perspetiva “Valor para a *Comunidade*” situa-se no topo, dado que o principal objetivo das FFAA é a criação de Valor Público, traduzido no integral cumprimento das missões que lhe estão atribuídas.

Na perspetiva seguinte incluem-se os objetivos que conferem valor às FFAA, como o “aumentar o produto e a prontidão operacional” e “ser referência nacional nos domínios específicos” (*e.g.* Apoio à Decisão, Liderança, Estratégia, Cartografia, Defesa NBQR, Explosivos). Note-se, através da figura, que é nesta perspetiva e na anterior que os vetores da eficácia e da qualidade (aqui materializada no valor e utilidade dos resultados) têm um maior impacto.

A perspetiva Recursos engloba os objetivos que contribuem para a criação de valor, nomeadamente para a satisfação dos requisitos de capacidades das FFAA através: (i) da atração e retenção de pessoal com o nível e diversidade de competências requeridos; (ii) do incremento dos recursos financeiros disponíveis para esse fim; (iii) da obtenção e da manutenção de infraestruturas e materiais adequados a essa finalidade. A “cooperação

15 Para a explicitação do modelo de desenvolvimento da inovação nas FFAA foi utilizado o *Balanced Scorecard* (Kaplan *et al.*, 1996), dada a sua eficácia e simplicidade de traduzir a estratégia em termos operacionais e de avaliar a sua concretização, bem como de alinhar a organização com essa estratégia.

com o exterior” é considerado um recurso, dado que complementa as competências e capacidades das FFAA.

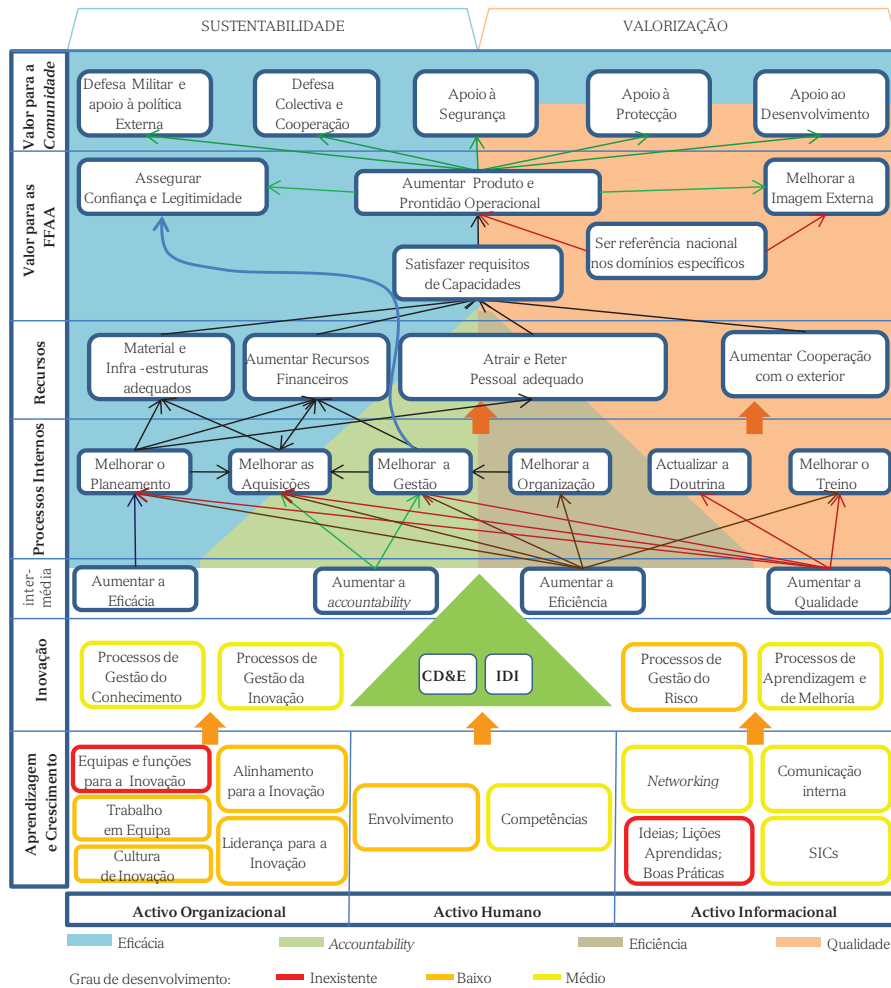


Figura 3 – Desenvolvimento da inovação e o seu impacto na sustentabilidade e valorização das FFAA.

Os recursos disponíveis serão tanto maiores quanto maior for a otimização dos Processos Internos. Observe-se na figura que, nesta perspetiva e na anterior, os vetores eficiência e *accountability* têm um maior impacto, apesar de os de eficácia e qualidade (aqui mais centrada na redução de erros) também contribuir para esses objetivos.

O posicionamento na base, quer da Inovação, quer da A&C, reflete que uma melhoria nos respetivos indicadores implicará melhorias na *performance* das restantes perspetivas.

5.1. “Rotinas”, Medidas e Indicadores

Para se alcançarem os OEI foram desenvolvidas as seguintes “Rotinas”¹⁶:

Tabela I – “Rotinas” para a implementação da inovação nas FFAA

“Rotinas” para a implementação da inovação nas FFAA	
1	1.1. Estimular a iniciativa e a capacidade de assumir riscos, sem penalizar os insucessos.
	1.2. Promover a adaptabilidade, a experimentação, a aprendizagem e a melhoria contínua através dos Valores da Instituição.
	1.3. Promover a comunicação interna e a integração de perspetivas diversas.
	1.4. Monitorizar a envolvente externa na definição e execução da estratégia.
	1.5. Estabelecer um plano de ação para a inovação, articulado com as aquisições da LPM.
2	2.1. Promover a Liderança para a inovação.
	2.2. Promover, sistematicamente, a adaptação das estruturas de liderança, de modo a lidar com a mudança.
	2.3. Criar condições para que surjam líderes no desenvolvimento de atividades inovadoras, através da responsabilização e autonomia das pessoas.
	2.4. Envolver a Liderança, aos diversos níveis, na gestão da inovação.
3	3.1. Estimular e apoiar a iniciativa inovadora.
4	4.1. Desenvolver o Trabalho em Equipa orientado para a inovação.
	4.2. Promover a partilha de conhecimento.
5	5.1. Implementar uma estrutura organizacional que facilite e promova a inovação.
6	6.1. Implementar uma política de Pessoal que: (1) atraia, selecione e recrute pessoal orientado para a inovação; (2) estimule o envolvimento do pessoal na inovação; (4) avalie o desempenho na inovação; (5) retenha o pessoal com melhor desempenho no plano da inovação.
7	7.1. Proceder, de forma sistemática, à identificação, avaliação e planeamento da evolução das competências organizacionais.
	7.2. Desenvolver competências específicas na gestão das atividades de inovação.
	7.3. Desenvolver competências técnicas adequadas ao desempenho de atividades de inovação.
8	8.1. Desenvolver Sistemas de Informação e Comunicação que potenciem a inovação.
9	9.1. Desenvolver ações de cooperação sistemática em inovação com entidades externas.
	9.2. Dinamizar múltiplas formas de <i>networking</i> .
10	10.1. Incrementar processos de gestão do conhecimento.
11	11.1. Desenvolver processos sistemáticos de acompanhamento e controlo dos projetos de inovação.
	11.2. Desenvolver processos sistemáticos de geração, seleção, desenvolvimento, sustentação e difusão de ideias.
	11.3. Adicionar regras para a constituição das equipas de projeto.
	11.4. Desenvolver processos de avaliação sistemática das atividades de inovação.
	11.5. Assegurar a segurança da informação na sua partilha com entidades externas, bem como a proteção e valorização do capital intelectual e dos resultados das atividades de inovação.
12	12.1. Incorporar nas atividades as aprendizagens obtidas.
	12.2. Desenvolver mecanismos sistemáticos de adoção de boas práticas.

16 Autores como Tidd (2006) e Jacobs *et al.* (2008) *apud* Eveleens (2010) consideram essencial introduzir “rotinas” para a inovação, que devem ser específicas de cada organização e fazer parte da sua cultura, para que o processo de inovação seja integrado como um hábito.

Estas “Rotinas” requerem, ainda, a implementação de um conjunto de Medidas, bem como a adoção de Indicadores para a sua verificação, cujo detalhe se encontra em (Andrade J., 2012).

Estrutura organizacional para a inovação

Para se desenvolver a inovação nas FFAA e alcançar uma cultura na organização que a sustente, o processo de inovação deve ser assumido por toda a organização e integrado nas diversas atividades realizadas.

No entanto, é necessário que existam agentes (Tabela II) que promovam, facilitem, suportem, e, até questionem, de uma forma próxima, as iniciativas de inovação.

Estas funções, que vão para além das desempenhadas pelas estruturas de I&D existentes – os centros de investigação dos EESPUM, o IH, o IGeoE e o LBDB – deverão pois ser assumidas nas FFAA, assim como deverão ser constituídas as Equipas de Apoio à Inovação. Contudo, importa salientar que, não sendo as funções mutuamente exclusivas, a mesma pessoa poderá desempenhar mais do que uma destas funções.

Tabela II – Agentes e funções relacionadas com a inovação nas FFAA.

Agente	Função	Posicionamento
O Orientador: Recebeu formação sobre o processo de inovação e de como o promover, e conhece os contactos que podem apoiar o proponente de uma ideia.	Orientar: Apoiar as pessoas quando surgem com uma ideia, indicando o que é necessário para que a mesma possa ser aceite. Estabelecer a ligação aos Impulsionadores, no sentido de se encontrar um <i>Sponsor</i> .	Desejavelmente, um por Unidade.
O Impulsionador: Apoia a inovação. Disponibiliza tempo, tem capacidade para defender a ideia e para reduzir riscos e ultrapassar obstáculos.	Impulsionar: Assumir a causa da ideia. Reduzir os riscos. Apoiar a ultrapassar obstáculos à sua implementação.	Na Unidade ou no Ramo de onde surgiu a ideia ou no EMGFA.
O Sponsor: Tem um nível de autoridade adequado e pode disponibilizar recursos que permitem que a ideia possa ser desenvolvida.	Suportar: Sustentar o desenvolvimento da ideia.	MDN, EMGFA, Ramos, Comandantes/Diretores / Chefes das Unidades.
O Desafiador: Opõem-se à adoção da ideia e exerce o contraditório.	Contraditório: Identificar os inconvenientes e os desafios à implementação da ideia, procurando bloquear a sua adoção, quando se perspetivem impactos negativos.	Na Unidade ou no Ramo de onde surgiu a ideia ou no EMGFA.

(continuação)

Agente	Função	Posicionamento
<p>As Equipas de Apoio à Inovação são constituídas:</p> <p>(i) Ao nível dos Ramos, por um representante do planeamento do respetivo Estado-Maior (EM), por um do Centro de Investigação respetivo e por um de cada OCAD (incluindo o da componente operacional);</p> <p>(ii) Ao nível do EMGFA, por um representante do planeamento do EM e por um do CISDI.</p> <p>Os membros da equipa podem desempenhar ou não outras funções nas FFAA.</p>	<p>Coordenar e Supervisionar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar os proponentes das ideias, assim como os restantes responsáveis ligados à inovação; • Canalizar as ideias, em função do tipo de inovação envolvida: baseada na invenção, para os centros de Investigação; baseada na difusão, para as Unidades com maior afinidade para as desenvolver; • Contribuir para a seleção e sustentação de ideias; • Monitorizar o desenvolvimento e a difusão de ideias; • Adequar as ideias aos requisitos das FFAA; • Estabelecer ligações entre as entidades envolvidas; • Constituir-se como ponto de ligação com Equipas análogas, quer dos Ramos, quer do EMGFA, nomeadamente em projetos transversais; • No seu âmbito, constituir-se como elo de coordenação de lições aprendidas, necessidades de inovação e de ideias; • No seu âmbito, administrar o sistema de gestão de ideias e de necessidades de inovação. 	<p>Uma no EMGFA e uma em cada Ramo.</p>

Fonte: Autor, com base em (MAC, 2010: 96)

6. Conclusões

Existem fatores, tangíveis e intangíveis, que bloqueiam ou que fomentam a inovação no meio militar. O contributo individual, por si só, é insuficiente para que as ideias geradas sejam aplicadas e transformadas em valor, para a comunidade e para as FFAA, e para que os seus efeitos perdurem, sobretudo após os seus criadores deixarem de estar envolvidos. Muito do potencial de inovação será perdido se não for adotado um modelo de “inovação aberta” e de interação em cadeia, adequado à especificidade e à elevada incerteza do ambiente militar e da sua envolvente, que inclua as múltiplas vias de inovação e os fatores e os processos que a fomentam.

A inovação assume uma importância crescente na capacidade das FFAA se adaptarem ao atual ambiente estratégico de rápida mudança, de corresponderem às expectativas que sobre elas imperam e de evoluírem. A condição intrinsecamente prospetiva da inovação contribui para uma visão além do imediato ou do curto prazo, que absorve a maior parte dos elementos das organizações, permitindo reduzir a incerteza e antecipar e preparar a mudança. Isto é, as oportunidades associadas à inovação podem melhorar a sustentabilidade e valorização das FFAA.

Todavia, embora ocorra inovação relevante nas FFAA nacionais, o nível de concretização poderá e deverá ser aumentado, atendendo às potencialidades existentes no seu seio.

Contudo, para fazer face às atuais vulnerabilidades das FFAA na implementação da inovação, tirando partido das potencialidades existentes, é necessário atuar ao nível

interno das FFAA e, simultaneamente, receber do seu nível enquadrante uma mais explícita orientação.

Com esse intuito foi definido, para o nível interno, um modelo de desenvolvimento da inovação, que visa uma melhor utilização do potencial existente nas FFAA no contributo para a sua sustentabilidade e valorização.

Finalmente, ao nível enquadrante das FFAA, importa considerar que o sucesso da inovação nas FFAA será muito influenciado pelas estratégias nacionais, de âmbito geral e particular, que sejam adotadas. Quanto mais integrado for o papel das FFAA na abordagem holística de emprego dos instrumentos do Estado, maiores serão as oportunidades e maior será a vontade de desenvolver e utilizar a sua capacidade de inovação.

Recomendações

Face ao exposto, recomenda-se o seguinte:

Nas FFAA, assumir o processo de inovação de forma sistemática, associando-o às suas atividades e integrando-o na sua estratégia, planeamento e cultura. Para tal, é essencial: (i) liderar o processo a todos os níveis; (ii) gerir a totalidade do processo de inovação, assegurando uma contínua avaliação do seu impacto na sustentabilidade e valorização das FFAA; (iii) criar Equipas de Apoio à Inovação, ao nível do EMGFA e de cada Ramo, e adotar as funções relacionadas com a inovação (definidas na Tabela II).

Aumentar a colaboração intra- e inter-Ramos (inclusivamente ao nível das EN/Academias), bem como entre os Ramos e o EMGFA, designadamente no desenvolvimento de projetos transversais e na partilha de conhecimentos, experiências e lições aprendidas.

Utilizar a inovação na satisfação dos requisitos de capacidades. Para tal: (i) interligar a inovação com o planeamento de capacidades; (ii) orientar os investimentos em inovação, preferencialmente¹⁷, para a pesquisa aplicada e para o desenvolvimento de capacidades; (iii) abranger o espectro total da inovação, tecnológica e não-tecnológica, de uma forma integrada (IDI e CD&E); (iv) continuar a promover a cooperação externa no sentido de aumentar sinergias; (v) incrementar o envolvimento de potenciais parceiros de desenvolvimento (indústria/empresas), desde as fases iniciais dos projetos.

Equilibrar a aquisição de produtos no mercado e o desenvolvimento de projetos externos com capacidades internas, que limitem a dependência do exterior.

Sustentar a cooperação multinacional, assegurando o adequado nível de reciprocidade e de participação em projetos de desenvolvimento de capacidades comuns, sem comprometer o desenvolvimento de capacidades nacionais.

Promover a cooperação interinstitucional entre a Segurança e a Defesa, de modo a alargar o potencial âmbito de aplicação e, conseqüentemente, a aumentar os recursos disponíveis para a inovação.

17 Não eliminar a pesquisa básica, de modo a possibilitar a aquisição de conhecimentos específicos e a exploração de oportunidades inesperadas.

Bibliografia:

- ACT/NATO – NNEC Foundation Document. ACT/NATO, 2004.
- ALBERTS, D. S. – Information Age Transformation. Getting to a 21st century military. CCRP Publications. EUA DoD, 2002.
- ALBERTS, D. S., & HAYES, R. E. – Power to the Edge: command and control in the Information Age. CCRP Publications. EUA DoD, 2003.
- Andrade, J. – “A Inovação como Alavanca da Sustentabilidade e Valorização das Forças Armadas”, in Proelium – Revista Científica da Academia Militar, série VII, n.º 2, pp 67 a 124, 2012.
- ANAO. Innovation in the Public Sector: Enabling Better Performance, Driving New Directions. Australian National Audit Office – 2009.
- AR. – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas – Lei Orgânica n.º 1-A/2009.
- BWB. – CD&E – Concept Development and Experimentation. Bundesamt für Wehrtechnik und Beschaffung, 2010.
- CARAÇA, J. E. A. – Modelo de interações em cadeia, um modelo de inovação para a economia do conhecimento. Lisboa: COTEC Portugal, 2006.
- COTEC – Innovation Scoring: Manual de Apoio ao Preenchimento do Sistema de Innovation Scoring da COTEC. COTEC Portugal, 2007.
- CUNHA, M., CARDOSO, C., CAMPOS, R., & REGO, A. – Manual de Comportamento Organizacional e Gestão. Lisboa: RH, 2006.
- EGGERS, W. D., & SINGH, S. K. – The Public Innovator’s Playbook: Nurturing bold ideas in government. Canada: Deloitte Research, 2009.
- EVELEENS, C. – Innovation management: a literature review of innovation process models and their implications. Lectorat innovatie publieke sector. [em linha]. [referência de 6 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.lectoraatinnovatie.nl/wp-content/uploads/2011/01/Innovation-management-literature-review-.pdf>
- FREEMAN, E. – Strategic Management: A stakeholder Approach. Pitman Publishing, 1984.
- GARSTKA, J. – Examining NATO’s Transformation. NATO review. [em linha]. 2005. [referência de 16 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.nato.int/docu/review/2005/issue1/english/special.html>
- GOMES, R., LOURENÇO, R., & PALMA, J. – A I&D no contexto da estratégia nacional de edificação de capacidades de defesa. Estratégia nacional versus estratégias da organização do tratado do Atlântico Norte e da União Europeia. IESM, 2010.
- GONÇALVES – Entrevista ao Coronel Director do Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica do Exército, 2010.
- IPQ. – NP 4456 – Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) – Terminologia e definições das actividades de IDI. IPQ, 2007.
- ISAACSON, J., LANE, C., & ARQUILLA, J. – Predicting military innovation. Santa Monica CA: RAND, 1999.

- JERMALAVI IUS. – Defence Research & Development: Lessons from NATO Allies. Estonia: International Centre For Defence Studies, 2009.
- KAPLAN, R., & NORTON, D. – The Balanced Scorecard. Boston: Harvard Business School Press, 1996.
- LUNDEVALL, B., & BORRÁS, S. – The globalizing learning economy: Implications for innovation. DG XII, Commission of the European Union, 1997.
- MANAGEMENT ADVISORY COMMITTEE. – Empowering Change: Fostering Innovation in the Australian Public Service. Commonwealth of Australia, 2010.
- MDN/DGAIED. – Estratégia de Investigação e Desenvolvimento de Defesa. Ministério da Defesa Nacional – Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, 2010.
- MONTEIRO, A. – Entrevista ao representante da Direcção-Geral de Armamento e Infra-estruturas de Defesa, 2010.
- MURRAY, W., & MILLETT, A. R. – Military Innovation in the Interwar Period (1.º Ed.). Cambridge University Press, 1998.
- NESTA. – Innovation in Government Organizations, Public Sector Agencies and Public Service NGOs. London School of Economics and Political Science – Public Policy Group, 2008.
- NL MOD. – Future Policy Survey – A new foundation for the Netherlands Armed Forces. The Netherlands Ministry of Defense, 2010.
- NL MOD DRD. – Knowledge Investment for Innovation. Netherlands Ministry of Defence – Defence Research and Development, 2001.
- PCM. – O Programa do XVII Governo Constitucional. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- PCM. – Estratégia Nacional para o Mar – Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.
- PCM – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 e Plano de Implementação – Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007
- PCM – O Programa do XVIII Governo Constitucional. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.
- PINTO, F. – Balanced Scorecard – Alinhar Mudança, Estratégia e Performance nos Serviços Públicos. Lisboa: Sílabo, 2009.
- RADEMAKER. – Operations Analysis in the Netherlands: a brief overview. Information & Security. An International Journal, 269-271, 2009.
- RADEMAKER, J. G. M. – Knowledge Investment Quote: Outside – In Survey for the Netherlands' Ministry of Defence. The Hague Centre For Strategic Studies, 2009.
- SACHS, I. – Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- TIDD, J. – Innovation Models. Imperial College London, 2006.

- TOMES, R. R. – Military Innovation and the origins of the American Revolution in the Military Affairs. Faculty of the Graduate School of the University of Maryland, College Park, 2004.
- TUCKER, D. – Confronting the unconventional: innovation and transformation in military affairs. US Strategic Studies Institute, 2006.
- UCMA – Simplex 2010. Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa, 2010.
- UCPT. – Os Actores do Quadro de Inovação. Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico, 2005.
- VICENTE, J. – Guerra em rede: Portugal e a transformação da NATO. Lisboa: Prefácio, 2007.

5. RECONSTRUÇÃO E EDIFICAÇÃO DO PILAR DEFESA NACIONAL¹

111

RECONSTRUCTION AND BUILDING OF NATIONAL DEFENCE PILLAR

António Martins Pereira

Comandante do Quartel-General de Operações Especiais no EMGFA
Coronel Tirocinado
pereira.am@mail.exercito.pt

Resumo

O trabalho estuda a Reconstrução e Edificação do Pilar da Defesa Nacional, com vista a obter contributos que permitam a Portugal melhorar a sua participação em intervenções em estados em situação de fragilidade, no âmbito da reforma do sector de segurança e dos processos de estabilização e reconstrução.

Começa por analisar a temática da situação de fragilidade dos estados, as ameaças e as agendas internacionais subjacentes e identifica as razões e formas, em sentido lato, das intervenções de Portugal.

Tendo em conta que o modelo de intervenção de Portugal assenta numa Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento, investiga os modelos das Organizações Internacionais e Aliados que contribuíram decisivamente e são referência para a melhoria do modelo nacional e levanta as potencialidades e vulnerabilidades deste modelo.

O estudo avalia o impacto das intervenções no Afeganistão, na Guiné-Bissau e em Timor-Leste, onde houve contribuição de Portugal, com base em relatórios, opiniões de especialistas e entrevistas a participantes nas missões. Verificou-se que uma estratégia coerente de longo prazo, resultante da integração das agendas e estratégias internacionais e

1 O presente artigo é um resumo alargado do Trabalho de Investigação Individual elaborado durante a frequência do Curso de Promoção a Oficial General 2010/2011 no IESM. É da responsabilidade do seu autor, não constituindo assim doutrina oficial da Marinha Portuguesa / do Exército Português / da Força Aérea Portuguesa. Para maior profundidade no assunto, referência e pesquisa bibliográfica recomenda-se a consulta do original deste trabalho na Biblioteca do IESM.

alinhada com a estratégia nacional do estado intervencionado, oferece maiores condições para o sucesso.

Conclui-se que a Estratégia Nacional de Segurança e Desenvolvimento, como base do modelo de intervenção de Portugal em estados em situação de fragilidade, deverá continuar a ser implementada e operacionalizada, para o que aponta contributos chave.

A título de conclusão final sugere-se também medidas complementares nos vários níveis de decisão e execução das intervenções que permitem melhorar a proficiência individual e coletiva no terreno e capitalizar a visibilidade obtida, no sentido da satisfação mais cabal dos interesses de Portugal.

Palavras-chave:

Estado Falhado, Estado Frágil, Estado em Situação de Fragilidade (ESF), Reforma do Sector de Segurança (RSS), Reconstrução e Edificação do Pilar Defesa Nacional (REPDN), Estratégia Nacional para a Segurança e Desenvolvimento (ENSD).

Abstract

This work aims to study the Reconstruction and Building of the National Defence Pillar in order to seek contributions that allow Portugal's improvements on its participation in the interventions toward the states in situation of fragility, in the framework of the security sector reform and the stabilization and reconstruction processes.

The study begins by analysing the fragility concept, the threats and international agenda concerned and it identifies the reasons and ways of Portuguese interventions towards these situations.

Considering that Portuguese intervention model is based on the National Strategy on Security and Development, it studies the international organisations and Allies models which have decisively influenced the national model, and might contribute for its improvement, in the near future. The work has drawn up as well a list of strengths and weaknesses from the analysis of the Portuguese model.

In the study, one tempted to capture the impacts derived from the interventions in Afghanistan, Guinea-Bissau and East Timor, where Portugal also has been engaged. It has been investigated by the research based on reports and participants interviews. It came to a conclusion that a coherent long-term strategy, as the end result of the integration of international strategies and agendas, also fully aligned with the national strategy of the state in situation of fragility, offers better conditions for success.

One may conclude that the National Strategy on Security and Development as the basis for the Portuguese model of intervention towards the states in situation of fragility it should keep on being implemented on the structures and processes, becoming more operational for what the study offers some key contributions.

By way of practical conclusion the author suggested some complementary measures for several levels of decision about intervention, which fuels individual and collective pro-

iciency on the ground and it gets along with a better value of the gathered international visibility by Portugal.

Keywords:

Failed State, Fragile States, States in situation of fragility (ESF), Security Sector Reform, (RSS), Reconstruction and Building of National Defense Pillar (REPDN), National Strategy for Security and Development (ENSD).

Introdução

A reconstrução e edificação do pilar defesa nacional (REPDN) dirigem-se especificamente à componente da defesa nacional, Forças Armadas (FFAA) e órgãos conexos em sentido lato, ao acervo legal respetivo e às instituições responsáveis pelo controlo político das FFAA, na parte aplicável. Estas intervenções visam não só as capacidades do sistema militar, mas também as componentes que garantem a sua utilização legítima para a segurança do estado e das pessoas.

Atualmente, a REPDN é uma das componentes fundamentais de vários modelos conceptuais para intervenção em estados em situação de fragilidade (ESF) não como manifestações realistas de poder entre estados, mas sim ligando-se a questões atuais ligadas à segurança humana (UNDP, 1994: 23), à responsabilidade de proteger (R2P) (ONU, 2005) e à securitização de ameaças à instabilidade internacional. Aplica um conceito de segurança alargada de missões multidimensionais, com meios não militares de outros sectores do Estado, numa verdadeira conexão e interação do desenvolvimento e da segurança de forma coerente, coordenada e complementar. Pressupõe um apoio à decisão de conhecimento integrado e a preparação e projeção coordenadas de forças e meios e monitorização planeada e constante.

Portugal integrou os princípios e os códigos de atuação dos modelos conceptuais de várias Organizações Internacionais (OI) na apelidada Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento (ENSD) e tem vindo a participar em missões (Guiné-Bissau, Afeganistão, Timor-Leste, Uganda-Somália, etc.) que integram ações REPDN. A utilização das FFAA em apoio da política externa obtém visibilidade internacional, que deve ser capitalizada para a melhor satisfação dos interesses nacionais.

Estruturamos o estudo mediante uma introdução, quatro capítulos e as conclusões e recomendações.

No primeiro capítulo, caracterizamos os ESF e identificamos as ameaças e agendas subjacentes, e apreciamos razões, móveis e as formas da intervenção de Portugal nos ESF.

No segundo capítulo, referenciamos os modelos conceptuais de atuação, considerados como boas práticas e avaliamos o modelo da intervenção nacional nesse quadro referencial, identificando as suas potencialidades e vulnerabilidades.

Efetuamos, no terceiro capítulo, a avaliação do impacto das respostas da comunidade internacional, com a contribuição de Portugal, no âmbito da REPDN nos ESF, ca-

racterizando o ESF em causa, a intervenção e o seu impacto, com base em relatórios, conclusões e lições aprendidas de tais ações.

Os resultados da análise do modelo de intervenção nacional e da atual participação de Portugal em missões de organizações internacionais (OI), permitiu-nos, num quarto capítulo, identificar contributos para a melhoria da eficácia e da eficiência da intervenção nacional ESF.

Concluímos o nosso estudo com uma apreciação sobre os contributos para o conhecimento e efetuamos recomendações.

1. A situação de fragilidade dos Estados – Ameaças e riscos à estabilidade internacional e opções de intervenção de Portugal

a. A situação de fragilidade

O conceito de fragilidade do estado desenvolveu-se desde o início dos anos noventa (1990) com base na formulação de estado falhado como a situação em que “(...) os estados são incapazes de se manterem a eles próprios como membros da comunidade internacional” (Helman and Ratner, 1993).

Os ataques aos Estados Unidos da América (EUA) de 11 de Setembro de 2001 deram especial acuidade a esta questão, levando esta superpotência a identificar os estados falhados como uma das principais ameaças à segurança e interesse nacionais na “National Security Strategy” de 2002.

O clima de ambiguidade (Bertolli e Ticci, 2010:1), falta de consenso e criticismo, na terminologia e no conteúdo (Faria e Ferreira, 2007: XXI), dos conceitos de estados falhados, fracos ou em colapso, tem vindo a ser substituído por um consenso ligado ao conceito de estado² frágil. Este consenso (Engberg-Pedersen, Andersen e Stepputat, 2008a:21) emerge à volta da definição da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE):

“Um Estado é frágil quando as estruturas estatais apresentam um défice de vontade política e/ou de capacidade de assegurar aos seus cidadãos as funções básicas necessárias à redução da pobreza, ao desenvolvimento e à salvaguarda da segurança e dos direitos humanos das suas populações.” (OCDE, 2008:2).

A conceção da OCDE é *multidimensional* e integradora de vários “conceitos à medida” (Ferro, 2008: 392 e 394) e concilia preocupações dos países desenvolvidos relativas à eficácia do desenvolvimento e às questões de segurança internacional.

A “(...) acrescida importância dos estados frágeis na agenda internacional (...)” levou à proliferação de índices e outros instrumentos (Mata e Ziaja, 2009:8) de ajuda à identificação, compreensão da dinâmica e monitorização das situações de fragilidade.

2 O estado, definido no Apêndice 1, neste contexto é entendido no duplo sentido de entidade política e de aparelho da administração do estado, o que também contribui para a ambiguidade e criticismo acima referido.

Este manancial de índices e conceitos associados demonstram que a fragilidade é única para cada estado, em função dos seus pontos fracos com incidência nas dimensões do estado – a autoridade, a capacidade e a legitimidade, como se considera na definição de consenso. Qualquer uma destas fraquezas pode destabilizar o país e vir a degenerar em crise grave ou até conflito (Faria e Ferreira, 2007:11). Para efeitos do nosso estudo, consideramos este conceito lato de “situação de fragilidade” e utilizaremos a expressão ESF.

b. Ameaças e Riscos à estabilidade internacional

Os problemas associados às situações de fragilidade são variados, interagem, reforçam-se mutuamente e podem transbordar com facilidade do nível sub-nacional, para estados vizinhos (Torres e Anderson, 2004: 5) e afetar a estabilidade regional e internacional.

As ameaças e riscos à estabilidade vão de encontro às questões centrais da agenda internacional ligadas à redução da pobreza, à segurança humana e ajuda humanitária e à segurança global. Nas estratégias de segurança dos EUA e da UE e em vários relatórios da ONU esta ligação é reconhecida e, ainda que a conexão ao terrorismo não seja facilmente aceite, a ideia de que as redes de crime organizado, que usufruem da insegurança proveniente da ineficácia dos processos políticos e securitários dos ESF, contribuem para este fenómeno, é mais admitida (Engberg-Pedersen, Andersen e Stepputat, 2008: 15-20).

c. Razões de Intervenção de Portugal

A agenda internacional dos ESF, desde os anos 1990, é o corolário da evolução da resposta dos regimes internacionais à emergência e ao desenvolvimento económico dos estados saídos da II Guerra Mundial e da descolonização. Por sua vez, o conceito de segurança humana prioriza a segurança das pessoas em detrimento da dos estados (Duffield, 2006:6.) e contém simultaneamente as perceções do desenvolvimento e da segurança. Assim, enforma a ideia de R2P conferindo ao estado o dever de proteger e à comunidade internacional o direito de intervir, no caso de denotada incapacidade do estado.

Os ESF trazem ao de cima a oportunidade de reforçar uma autêntica jurisdição universal (Thürer, 1999:8-10), que se traduz em preocupações e questões diversas de uma agenda internacional, com objetivos, pressupostos de causalidade e abordagens tipo diversas.

Portugal promoveu esta agenda que constituiu uma das prioridades da Presidência Portuguesa da UE, no 2.º semestre de 2007, em que se apresentou o estudo sobre as situações de fragilidade (Faria e Ferreira, 2007) que veio a dar origem a documentos basilares da resposta da UE, aos ESF.

Portugal tem-se envolvido na agenda dos ESF, respeitando a sua *tradição humanista na ordem internacional*, tendo em conta a *proximidade dos seus interesses*, em prol da *satisfação dos compromissos internacionalmente assumidos* e no *quadro realista das suas possibilidades, em cada caso* (CEDN 2003: n.º 4.3)

A contribuição nacional tem sido efetuada segundo os princípios orientadores da Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa (VECP, 2006: cap. 3) para ação, nomeadamente, *em prol da prossecução dos objetivos do milénio, do reforço da segurança humana, em particular nos “estados frágeis” ou em situações pós-conflito* (idem) e na cooperação técnico-militar (CTM). Tem tido expressão no espaço lusófono e em termos multilaterais, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), na NATO, na ONU e na UE, onde entronca e procura articular-se mediante o importante nexos do desenvolvimento com a segurança, no âmbito da *reforma dos sectores de segurança (RSS), na prevenção de conflitos e nas missões de segurança e de consolidação da paz* (IPAD: 2009:§2).

2. Modelos Conceptuais de Resposta aos ESF

A base racional das respostas tem sido a procura de reforçar o estado retirando-lhe ou reformando-lhe o que é frágil e edificando o que não possui, em termos de instituições. Atuam na base da prevenção, com a deteção prematura do problema e a adesão da elite governativa, ou usam a intervenção, em nome de um direito de ingerência ao arrepio da soberania que se vem afirmando com base no conceito de uma segurança alargada visando a estabilidade global, para uma estabilização da situação e a subsequente construção ou reconstrução dos estados.

Vejamos como têm sido conceptualizadas estas respostas aos ESF pelas OI de que Portugal faz parte, fazendo referência específica às áreas de atividade em que se insere a edificação e reconstrução do pilar defesa nacional.

a. Da ONU

Numa perspetiva conceptual, deve dizer-se que são os conceitos de segurança humana e de R2P que enformam o quadro de ação da ONU.

A segurança humana é uma questão em aberto, desde a Conferência de S. Francisco, em 1945, e a R2P foi referida em vários relatórios do Secretário-Geral da ONU (SGNU) e a Declaração da Cimeira Mundial das Nações Unidas, de 2005, consagra esta responsabilidade (ONU, 2005: §138-140). A sua implementação segue uma estratégia baseada em três pilares: i) a R2P do Estado; ii) a assistência internacional e a edificação de capacidades e iii) a resposta decisiva e atempada da comunidade internacional (ONU, 2009: passim).

Com “A Agenda para a Paz” mediante o “Peace-keeping”(PK) ou o “Peace-enforcement”(PE), visou-se a estabilização pós conflito e através de ações de *peace-building* (PB) a recorrência do conflito. No “Suplemento para a Paz” estendeu-se à prevenção e, em 2005, criou-se a Comissão de PB para manter o país na agenda das Nações Unidas quando a paz ainda é frágil e o conflito *reversível* (Coning, 2010:10).

A RSS, que engloba a REPDN de forma interdependente com outras atividades, é uma das áreas em que a ONU está ainda a desenvolver a sua capacidade, nomeadamente com uma unidade inter-agência no Departamento de *PK Operations*.

b. Da OCDE

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), seguindo a linha do nexo segurança – desenvolvimento promoveu, em 2007, a aprovação dos Princípios da OCDE para o Envolvimento Internacional em ESF, que referem que a saída da situação de fragilidade “*terá de ser conduzida sob a sua própria liderança e sob o seu próprio povo.*” competindo à intervenção internacional, numa *perspectiva de longo prazo*, o apoio às *reformas nacionais*, “*(...) de forma a constituir instituições eficazes, legítimas e resistentes (...)*”(OCDE, 2008: Preâmbulo).

No âmbito da RSS, o CAD tem desenvolvido uma atividade profícua que tem permitido a disseminação de orientações, princípios e boas práticas, acompanhados de recomendações, nomeadamente no Manual de RSS (OCDE, 2007a e OCDE, 2010a), cuja última edição é já um repositório das lições aprendidas. Em 2007, foram aprovadas as Políticas Fundamentais e os Compromissos Operacionais da Estrutura de Implementação da RSS, com a ideia chave de empenhar os países doadores em objetivos da melhor qualidade de segurança e boa governação complementados pela dinâmica nas áreas da avaliação, conceção dos programas, harmonização e planeamento conjunto dos doadores (OCDE, 2007b:§1).

c. Da UE

A UE, em 2003, aprovou a Estratégia Europeia de Segurança que estabelece que “*A segurança é uma condição prévia do desenvolvimento*” e considera o *fracasso dos estados* como uma das ameaças.

Em Janeiro de 2003, a UE iniciou operações de resposta a crises e estabeleceu até hoje vinte e oito operações, dez das quais se consideram no âmbito da RSS. Na maioria das missões civis há forças ou peritos militares para efetuar o planeamento, o aconselhamento, atividades de edificação e reconstrução ou simplesmente de apoio.

A UE dispõe de conceitos RSS do Conselho Europeu e da Comissão e adotou conclusões sobre o nexo segurança e desenvolvimento (CONC, 2007a) e sobre as respostas da UE às situações de fragilidade (CONC, 2007b). Estes documentos estabelecem uma lógica de intervenção para o melhor aproveitamento dos vários instrumentos, promovendo uma estabilidade estrutural através da PB, com base em ações RSS e de consolidação da paz. Na intervenção pós-conflito, a flexibilidade dos mecanismos financeiros e a coordenação e coerência da ação é essencial, para uma resposta rápida (CONC, 2007b:passim).

A existência deste elevado leque de instrumentos e capacidades confere à UE vantagens para conduzir este tipo de atividades, que o Serviço Europeu de Ação Externa poderá melhorar pela concentração e integração dos órgãos do Conselho e da Comissão que detêm o controlo dos instrumentos para a gestão de crises (CONC, 2010).

d. Da NATO

No seu conceito estratégico, a *NATO* considera a gestão de crises para ajudar a evitar ou a terminar conflitos que “*(...) afetem a segurança da Aliança.*” (NATO, 2010: §4) e poderá envolver-se, no quadro da segurança cooperativa, em parcerias que visam o de-

envolvimento de medidas que aumentem a segurança internacional. Assim, é previsível a intervenção da *NATO*, em ESF, cuja situação afete a segurança euro-atlântica ou reforce a segurança internacional.

As atividades de Estabilização e Reconstrução (S&R) da *NATO*, envolvem operações de RSS, como pode verificar-se no Afeganistão, nas missões previstas para as Equipas Provinciais de Reconstrução (COMPACT, 2006:3 e ISAF, 2007: 2) e para a *NATO Training Mission Afghanistan* (NTM-A). No quadro da gestão de crises, a *NATO* pretende desenvolver capacidades para treinar e desenvolver forças locais e prevê levantar uma capacidade civil modesta para interface com outros atores (*NATO*, 2010: §25).

e. De outros países Aliados

Em complemento às opções das OI, analisou-se os EUA, a Grã-Bretanha e a Holanda, já que estes países têm tido iniciativas nas OI e intervenções nos ESF, que demonstram soluções mais avançadas. De uma forma geral, dispõem de capacidades civis em unidades de estabilização, de fundos próprios para a prevenção de conflitos (segurança) e estruturas para garantir a coerência, coordenar estratégias e desenvolver políticas RSS e reconstrução nos ESF, com grupos diretores para a cooperação, reconstrução e operações militares.

f. Análise do Modelo de Resposta Nacional

Nos documentos estratégicos da Cooperação Portuguesa, a intervenção nos ESF surge ligada aos princípios orientadores, ao reforço da segurança humana em situações de pós-conflito e à reforma do sector da segurança, onde se alude à CTM e à Cooperação Técnico-Policial (CTP) (VECP, 2006: 18). A cooperação multilateral releva as contribuições para os instrumentos financeiros da UE (*Instrument for Stability, African Peace Facility*) e para o *UN Peacebuilding Fund* (DAC, 2010:76). O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) estabeleceu orientações para o Desenvolvimento de Capacidades, abordando o ambiente nos ESF e uma visão sobre as modalidades e áreas de intervenção (IPAD, 2010: 16-17).

Em 2009, foi aprovada a ENSD (IPAD, 2009) que torna explícita a ligação entre a segurança e o desenvolvimento, constituindo-se como a peça mestre da atual resposta de Portugal aos ESF.

O edifício legislativo da defesa nacional dá corpo à segurança alargada, para os quais é possível “*Disponibilizar a estrutura militar de defesa*” (CEDN, 2003: §6.1).

Estes propósitos são vertidos na Diretiva Ministerial de Defesa de 2010-2013 (DMD, 2010:§2.a) assim como o compromisso de “*agir em circunstâncias em que existam diversos atores no teatro que, simultaneamente, podem estar a desenvolver ações de combate e atividades de reconstrução, de reconciliação e humanitárias;*” (idem: 3-b)2)b)2)).

g. Análise à luz dos modelos conceptuais

A ENSD segue os Princípios da OCDE para o Envolvimento Internacional em ESF e os princípios estabelecidos pela ONU e OCDE, no âmbito da RSS.

O CAD efetuou críticas à ENSD sobre a debilidade de medidas práticas no relacionamento com parceiros internacionais e com a sociedade civil e ainda que Portugal na sua cooperação não respeita cabalmente o princípio de “*Evitar danos*”. Dada a sensibilidade ao conflito deste princípio, a preparação e experiência dos assessores envolvidos, pode minimizar essas possibilidades. A participação e liderança por Portugal em eventos de auditoria e avaliação tipo “*fact finding mission*”(FFM) nos ESF, pode melhorar a performance, nesta área (DAC, 2010:77-81).

h. Potencialidades e Vulnerabilidades

Impõe-se agora complementar a análise com a caracterização dos aspetos que ressaltam como pontos fortes e pontos fracos dessas respostas. Assim, no âmbito da ENSD interessa referir, em termos de potencialidades, o seguinte:

- os vários mecanismos de coordenação e grupos de trabalho contribuem para uma cultura de coordenação a explorar;
- os Planos Indicativos de Cooperação, os Planos de Ação, os programas ao nível da CTM, CTP e Cooperação Técnica de Justiça, quando integrados, permitem estratégias coerentes com os atores locais e internacionais;
- a sistematização de boas práticas através do portal corporativo e a criação de um sistema de “Lições Aprendidas” contribuem para melhorar a performance e a prontidão para a intervenção;
- a existência de protocolos com organizações não-governamentais e a ligação à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) reforçam a política de diálogo e as redes com a sociedade civil;
- os acordos de cooperação bilateral e multilateral, no quadro da CPLP, e a participação em fóruns de produção de “doutrina” e agendas relativas aos ESF, noutras OI, aumentam a interação com atores internacionais, no espaço estratégico de interesse nacional (EEIN).

No que respeita às vulnerabilidades, no quadro das respostas da ENSD, são relevantes:

- a falta de estatuto³ para peritos civis cria dificuldades a uma abordagem “*Whole of Government*” ou de *Comprehensive Approach*(CA); e
- os planos de ação para os países parceiros, caso não tenham flexibilidade para acolher a estratégia nacional local.

Nas respostas aos ESF, foram relevados os racionais da segurança humana e da R2P e os princípios adotados na OCDE para estas intervenções. Nesse domínio pode-se antever as seguintes potencialidades e vulnerabilidades:

- A existência da ENSD e das suas orientações permite focar melhor a política externa e de cooperação de Portugal nos ESF, o que consubstancia uma potencialidade;

3 O IPAD conta com agentes de cooperação, em projetos de cooperação, mediante a Lei 13/2004 de 14 de Abril.

- A vulnerabilidade manifesta-se na dificuldade política de articular a preservação da ligação transatlântica e o apoio de Aliado à atual superpotência, em situações dúbias pelos racionais em apreço. Esta vulnerabilidade exige grande atenção e apoio técnico de “staff” para agir com flexibilidade e determinação (e.g. Iraque);

As respostas que se formulam no domínio da RSS, onde se insere a REPDN, devem ser enquadradas na ENSD e no respeito pelos racionais e princípios subjacentes aos ESF e apresentam as potencialidades e vulnerabilidades, que abaixo descrevemos:

- A experiência acumulada na CTM e na participação nas missões da ONU, UE e NATO constituem potencialidades que podem ser aproveitadas em ações de formação e treino;
- A divulgação dos manuais da OCDE relativos à RSS e a existência da doutrina do Exército na Guerra Subversiva, em especial os compêndios relativos ao “Apoio às Autoridades Civis” e à “Acção Psicológica” constituem-se em potencialidades, para melhorar a doutrina correspondente e a preparação dos portugueses em missão, em especial os militares das FFAA;
- Como vulnerabilidades relevantes nesta área, levanta-se a competição internacional com doadores internacionais, nos ESF da CPLP. Esta situação, combinada com a fraqueza financeira, traz dificuldades em obter uma estratégia combinada e coerente, que garanta os interesses de Portugal e desses países da CPLP.

i. Grau de Implementação da ENSD

Estão em elaboração os Planos de Ação da Guiné-Bissau e de Timor-Leste, que serão apresentados em breve. O espaço virtual de trabalho colaborativo ainda não existe. As reuniões de coordenação no terreno acontecem, em regra, mensalmente, onde existe um Embaixador acreditado e em permanência⁴. As tarefas relativas ao diálogo com a sociedade civil e à interação com os parceiros internacionais não têm instrumentos associados e não são tangíveis em termos de avaliação, para além da verificação dos protocolos existentes.

3. Impacto das Intervenções em Países em Situação de Fragilidade

a. Metodologia de Análise

Nesta análise, abordamos o problema do ESF, indicamos os pontos importantes da intervenção internacional com relevância para a REPDN e, usando os Relatórios do País, da OCDE, aferimos o impacto da intervenção internacional no país. Aludimos aos princípios básicos de trabalho da RSS e às boas práticas e usamos outras fontes para complementar a análise, incluindo as entrevistas efetuadas, quando autorizado e aplicável.

⁴ De acordo com informação do IPAD. Todos os participantes, em missões em ESF, que foram entrevistados confirmaram que os contactos com a Embaixada eram informais e não havia reunião de coordenação.

b. Avaliação dos Casos de Estudo

(1) Afeganistão

A ONU autorizou a *Internacional Security Assistance Force* (ISAF) após a criação da Autoridade de Transição do Afeganistão a repor a soberania na sequência da intervenção dos EUA, em Outubro de 2001. Além dos EUA, da ONU, da NATO, a UE e outras OI estão presentes no Afeganistão, um autêntico laboratório para concretização das agendas dos ESF, nomeadamente, com atividades de S&R.

A NATO coopera com o Afeganistão, através de uma mistura flexível de atividades dentro e fora do país “(...) com cursos adaptados, trocas de peritos, treino especializado e seminários” (NATO-GoA, 2010:§7). No Afeganistão, a NTM-A utiliza as *Operational Mentoring Liaison Teams* (OMLT), numa verdadeira parceria com as forças afegãs. Encontram-se “embedded” e é exatamente isso que fazem, pois “(...) vivem, comem, treinam, planeiam e operam em conjunto.” (Petraeus, 2010: 3). Releva-se que *operar* com elas, implica ir para a zona de combate e correr os mesmos riscos.

Portugal tem contribuído para este esforço aliado no Afeganistão, com duas OMLT e 30 militares em equipas de formadores. Desde Março de 2011, esta participação foi reforçada com 15 formadores da Guarda Nacional Republicana⁵.

A avaliação que se faz do impacto destas respostas é variada. O *Afghan National Army* (ANA) é uma espécie de balão de ensaio, para a construção e a reconciliação da nação afegã, pois o mosaico do Afeganistão está ali representado. Por isso, é fundamental *reconciliar as agendas* e estabelecer acordos com o ESF, que limitem em tempo e alcance a ação das forças estrangeiras na S&R. A falta de compreensão dos assuntos do desenvolvimento, por parte dos militares, tem criado diferendos e ineficiência (OCDE, 2010c: 26 e 31).

A OMLT Portuguesa na *Kabul Capital Division* (KCD), de 2 de Setembro de 2009 a Abril de 2010, mostrou-se pioneira nessa abordagem, com a implementação de uma reunião semanal (*huddle*) com mentores, “mentorizados” e outros intervenientes dos vários comandos integrados na KCD. Assim passaram a integrar as suas atividades, a partilhar as dificuldades e a apoiar-se mutuamente, implementando o conceito de “*One Team*” que viria a ser reconhecido como uma metodologia importante nas Orientações do Comandante da ISAF (Petraeus, 2010:3).

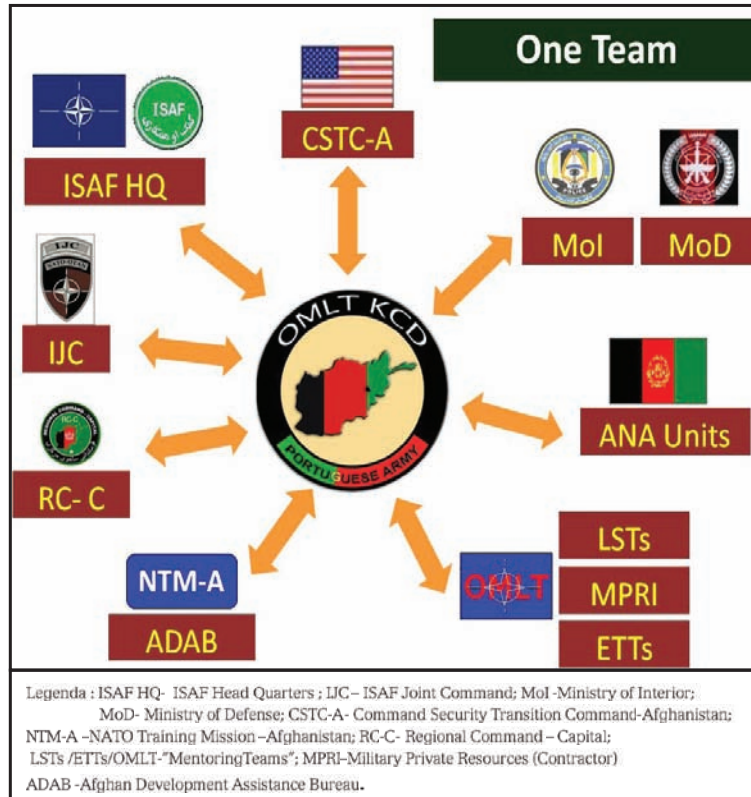
A OMLT Portuguesa apoiou o Departamento de Religião e Cultura que é um ponto-chave de ligação da unidade à população, para efetuar ações de cooperação civil-militar, dando sempre a primazia aos militares afegãos. Desta forma, de acordo com a OCDE, reforçou a ligação entre as instituições e a população.

Contudo, estes militares desconheciam os modelos da OCDE e o conceito de operações OMLT⁶ da NATO que os orienta, não inclui estes aspetos, restando a orientação do Comandante do ISAF e a necessária adaptação para o cumprimento cabal da missão.

5 Fonte: EMGFA.

6 Este conceito é classificado “NATO Restricted” a que tivemos acesso e onde verificamos esta afirmação.

Assim, a sua preparação não se pode considerar eficiente, dado que a maioria não recebeu suficiente formação sobre o contexto no ESF, técnicas de RSS e não há grupo de coordenação nacional no terreno.



Fonte: (Lemos Pires, 2011)

Figura 1 – Abordagem Integrada – OMLT KCD em 2010

(2) Guiné-Bissau

Desde 1974, que este país é assolado por golpes de estado e conflitos internos, com governos que instrumentalizam a fragmentação social existente. A população é diversificada, com cinco grandes grupos étnicos – Balanta (28%); Fula (23%), Mandinga (13%), Manjaco (11%) e Papel (7%). As instituições são incapazes e a confiança da população recai nas escolas, nos centros de saúde e nas estruturas informais, religiosas e autoridades tradicionais, para administrar a justiça e proteger os mais pobres dos pobres (Gacitua-Mario *et al.* 2007: 25-26).

Esta desestruturação é exacerbada pela corrupção e participação de elementos das Forças Armadas da Guiné-Bissau (FAGB) e das várias polícias no tráfico da droga (Vincent Léonard apud Thaler, 2009:7).

As FAGB têm sido um dos motores da instabilidade. São marcadas por um *conflito de gerações*, a dos veteranos, combatentes da libertação nacional e a geração de militares regulares da pós-independência. A sua estrutura, com 4 493 militares no ativo⁷ e o quadro legal deficiente e inadequado, fruto da histórica politização e da intervenção militar na política, romperam com a confiança do povo de onde vieram, a quem agora inspiram medo e insegurança (ERSS, 2006: §3.1.1).

A Guiné-Bissau (GB) é um ESEF, onde se deve intervir para inverter o movimento de falência do Estado (Thaler, 2009:12). O governo da GB dispõe de estratégias para a RSS onde propõe linhas de ação para adequar o quadro legal, reduzir e renovar os efetivos e melhorar as condições de serviço e a operacionalidade das FAGB.

As intervenções têm sido polarizadas na Comissão PB da ONU e na Missão da União Europeia. Em 28 de Setembro de 2007, o SGNU solicitou à comunidade internacional o envolvimento no apoio à estabilização e à RSS da GB (UNSG, 2007) dando importância à ação contra o crime organizado e o tráfico de droga, que este país se mostrava incapaz de controlar.

A UE respondeu ao convite com uma missão integrada de RSS, a EU SSR GB, cujo mandato previa uma missão de *assistência* às autoridades da GB para implementação da respetiva estratégia RSS e para avaliar o potencial e os riscos de empenhamento subsequente. A missão, de 27 elementos, esteve sempre deficitária e, com a participação de apenas quatro estados membros, não demonstrou o compromisso político da UE.

Os processos judiciais e políticos pouco claros na detenção do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Vice-Almirante Zamora Induta e na nomeação do Contra-Almirante Na Tchuto, como Chefe de Estado-Maior da Armada, condenado pela Justiça como envolvido no narcotráfico, levaram à não extensão da missão, após Setembro de 2010.

A missão atingiu alguns dos seus objetivos, criando a estrutura mínima para a reforma, preparou propostas do quadro legal e demonstrou que a UE tem capacidades e modelos conceptuais de resposta a ESEF, no domínio da prevenção e a sua aplicação pode ser coerente, dentro da UE e com outros parceiros (Bloching, 2010: 3- 5). A missão falhou, no prazo atribuído, pois na RSS têm de se acompanhar as ações do desenvolvimento, na governação e no apoio mais alargado ao sector político (Telatin, 2009: 28-29) e por isso não podem ser previstas para um ano. A missão não tratou a questão do narcotráfico, conforme ao documento habilitante e as FFM deveriam ter levantado quesitos que conduzissem a opções estratégicas mais alargadas, aliás como refere o segundo dos princípios básicos da RSS. Uma missão multidimensional tem de ir além dos sintomas, deve conter componentes capazes de “tocar” as causas. A RSS é um processo iminente político, em que haverá “vencedores” e “perdedores”, pelo que as respetivas estratégias têm que ser acauteladas (OCDE, 2007a:31).

7 Dos quais 1869 oficiais (41.9 %); 604 sub-oficiais (13.5%); 1108 sargentos (24.9%) e 867 soldados (19.7%) (UNPBC, 2008:§9).

Portugal participou nesta missão, com um *papel decisivo* na fase anterior à missão (Blocking, 2009:3) e com o maior número de participantes (9), em todas as frentes. Contudo a falta de uma estratégia nacional clara, a falta da coordenação pela equipa “ad-hoc” inter-sectorial e pelo Embaixador, no terreno, não permitiram controlar conflitos institucionais que surgiram entre portugueses e complicaram a missão da UE.

(3) Timor-Leste

Em 2006, após 4 anos de independência, as FALINTIL- Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) e a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) estavam a lutar entre si e a criar um clima de insegurança, criando uma onda de mais de 150 000 deslocados (Neupert e Lopes apud Moxham, 2008:13).

A crise evoluiu até ao pedido da intervenção internacional e estabelecimento da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor Leste (UNMIT), em Agosto de 2006. Esta missão multidimensional, tem no seu mandato a tarefa de (...) *assistir o Governo da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) a conduzir um “comprehensive review” sobre o futuro papel e necessidades do sector de segurança incluindo as F-FDTL, o Ministério da Defesa, a PNTL e o Ministério do Interior (...)*” (UNSCR, 2006: 4.e)).

A RDTL tem garantido a apropriação do processo, usando a assistência bilateral e a UNMIT, na assessoria da coordenação e direção de todo o sistema e demonstrou vontade política estabelecendo a estratégia nacional – a “Força 2020”. Os ataques ao Presidente da República (PR) e ao Primeiro-Ministro (PM), em 2008, encontraram um governo determinado e mais capaz, para gerir a crise mediante a utilização correta das F-FDTL e da PNTL sob um comando conjunto (UNSG, 2008: §4 e 6).

Portugal respondeu ao pedido de ajuda internacional, em 2006, com o envio de uma força de polícia e mantém-se ligado através da CTP e da CTM, onde se efetuou uma coordenação exemplar, na formação e treino, com a Austrália.

As F-FDTL têm um papel na segurança e presença junto das populações, em apoio da PNTL e na construção da nação, onde a questão da língua portuguesa pode ajudar à coesão das gerações vindouras⁸.

O contributo de Portugal, pela natureza da CTM possível a longo prazo, num programa-quadro aprovado pela RDTL promove a apropriação e a coerência e com a reação rápida na intervenção constitui uma intervenção dentro dos cânones (OCDE, 2010b: 31), que vem sendo reconhecida. Das entrevistas efetuadas, confrontamos que as boas práticas da OCDE e os mecanismos de coordenação da ENSD não estão presentes na preparação

8 É comum a posição de que a adoção da língua portuguesa alienou toda uma geração que foi formada em *Bahasa indonésia*. (Moxham, 2008: 19), enquanto outros autores vêem na língua portuguesa um elemento de identidade e afirmação nacional da nação timorense, que se encontra entre dois gigantes (Austrália e Indonésia). Adriano Moreira refere que (...) *princípios e valores culturais asseguram solidariedades de longo prazo...*” ligando a participação da China na UNMIT à solidariedade do “legado histórico” de Macau (2010:7e 9).

e orientação dos assessores. A informalidade e a idiosincrasia dos portugueses permitiram-lhes “pôr-se” dentro dos assuntos, mas a preparação e o planeamento são sinónimos de profissionalismo a que o futuro Plano de Ação do IPAD pode ajudar a responder.

4. Contributos para um modelo de intervenção de Portugal nos ESF, no âmbito da REPDN e respetiva capitalização

Os países contribuintes intervêm em prol da segurança e estabilidade internacionais e dos seus interesses. A intervenção é uma *projeção dos interesses nacionais*, que exige um exercício de acomodação e coordenação internacional para a partilha e aceitação dos objetivos, entre os atores internacionais e locais, incluindo a sociedade civil (Isima, 2011:331).

Importa, por isso, levantar a questão da visibilidade obtida pelas intervenções em ESF e como ela pode ser capitalizada. Sem sermos exaustivos, apontamos três domínios onde se pode efetivar essa capitalização: i) no plano da experiência obtida; ii) no plano da satisfação de interesses de índole interna com possibilidade de projeção internacional; e iii) no aumento da credibilidade internacional.

A experiência obtida pode ser capitalizada em termos individuais, retendo informação sobre o indivíduo que participou na missão, numa base de dados, e de forma coletiva, através de um sistema de lições aprendidas. As lições aprendidas disseminadas pelas OI e pelos Aliados na missão, devem ser integradas.

No espaço dos interesses de índole interna, o importante será ter canais de informação abertos e acreditados para um sistema de oferta e procura no caso da economia, no âmbito da segurança interna e no domínio político-diplomático. Para a economia, o IPAD e o AICEP dispõem já de ligações que interessa operacionalizar. No plano político-diplomático, o fundamental é estabelecer agendas por cada ESF, que serão comunicadas no início da missão, mediante a necessidade de conhecer. No plano da segurança interna, é essencial a articulação entre serviços, incluindo os de informação que devem expor as suas necessidades e os pontos de ligação, se aplicável, a quem for para o terreno.

Por último, o incremento da credibilidade externa. A capitalização pode incidir nas visitas efetuadas aos ESF e em contactos com autoridades dos países Aliados participantes nas missões, noutros fóruns. As visitas devem ser preparadas de forma integrada com vista a obtenção de contactos e exploração das agendas discutidas no terreno, para desenvolvimento no exterior.

De seguida, apontamos contributos para a melhoria do modelo de intervenção de Portugal em ESF, salvaguardando e capitalizando os seus interesses. Fá-lo-emos considerando um nível político intersectorial, um nível intermédio sectorial e o nível tático.

a. No Nível Político Intersectorial

Neste nível, aprovam-se as políticas e estratégias de intervenção de Portugal nos ESF e tomam-se as decisões sobre onde, quando e como intervir. As intervenções de Portugal são, normalmente, integradas em missões multinacionais, pelo que os interesses

nacionais devem ali ser protegidos. É necessário um órgão de coordenação política, que analise opções e aquilate os respetivos prós e contras.

A ENSD estabelece esse mecanismo sob a direção do MNE. Contudo, é ao PM conforme o artigo 13.º da Lei de defesa Nacional que compete dirigir a atividade interministerial da política de defesa nacional e das FFAA podendo delegar em toda ou em parte essa competência no MDN. Ora, no caso do envio de forças militares, a direção daquele mecanismo não deve competir ao MNE mas sim ter, no mínimo, uma co-direção do MNE e do MDN, que assumiriam respetivamente a predominância dos assuntos de desenvolvimento ou de segurança. Este órgão pode apoiar o PM nas atividades intersectoriais, e até o MDN na execução das áreas da atividade interministerial de defesa nacional que lhe forem delegadas e o MNE nas propostas de decisão daquele órgão de consulta interministerial regular (Santos, 2009:292 e 293). O gabinete do MDN, com um consultor diplomático, tem vindo de certo modo a apoiar o MDN e o PM, todavia a colocação de um conselheiro militar no gabinete do MNE, garantiria assessoria ao MNE nesta matéria e uma melhor ligação ao MDN.

No âmbito dos requisitos legais para o emprego de forças em operações militares no exterior do território, como a informação ao PR e o acompanhamento pela AR, a transparência e a coerência das missões beneficiariam com a existência de uma norma de orientação estratégica que estabelecesse o processo de decisão e os devidos produtos, para o emprego de forças militares ou multidimensionais no exterior.

b. No Nível Intermédio Sectorial

Neste nível dá-se ênfase à coordenação interdepartamental, desde que haja orientação política superior. A ENSD trata bem este nível, pelo que o esforço na implementação prática seria um grande contributo para melhorar o modelo. Devem elaborar-se os termos de referência das Equipas “ad hoc” em Portugal, por cada intervenção em ESF e do mecanismo de coordenação política nos ESF liderado pelo Embaixador de Portugal acreditado e pô-los em prática.

O Grupo de Trabalho sobre a Segurança e Defesa é uma espécie de coordenador “ad hoc” de grupos tarefa “ad hoc” e de “caixa de correio” de mecanismos de coordenação no terreno, que o IPAD procura organizar. A existência de unidades de estabilização, levantadas a partir da migração de funcionários dos vários sectores, é o modelo em países aliados, que tem vantagens, quando existe um mandato bem definido e a experiência e preparação evita o contínuo “reinventar da roda” para cada operação (Patrick e Brown, 2007:133). Os atuais constrangimentos financeiros apontam mais para o estabelecimento e colocação em funcionamento dos vários grupos que poderão evoluir, aproveitando as oportunidades que surgirem, para aquele desiderato.

A mobilização de recursos é outra das áreas importantes deste nível. A existência de bases de dados com peritos nacionais nas várias áreas tem vindo a ser efetuada, incluindo em Portugal, pelo que interessa a sua operacionalização. O Estatuto para a parti-

cipação de civis em teatros de operações é capital para a exequibilidade das missões multidimensionais e para o eventual recrutamento, quando aplicável. A existência de fundos plurianuais e de contingência é uma solução muito vantajosa, ainda que não totalmente livre de dificuldades. Pugnar para que, cada vez, mais a ajuda pública ao desenvolvimento vá integrando os fundos usados na RSS, poderá facilitar a mobilização de fundos financeiros. Portugal deverá procurar concertar posições na CPLP, que poderá vir a assumir mais visibilidade, como no caso da Guiné-Bissau e contribuir para a atração de fundos, tipo “*trust funds*” que beneficiarão as estratégias de mais longo prazo, nos ESF do nosso EEIN.

A elaboração dos Planos de Ação deverá ser coordenada aos vários níveis, departamental, internacional e com as autoridades locais no ESF, sob pena de constituírem apenas uma fonte de incoerência e contestação, caso sejam demasiado resguardados.

A necessidade de uma estratégia interdepartamental clara, para cada ESF, foi evidente no caso da GB, onde a visão e a pressão departamental de alguns participantes da missão não promoveram a coerência e o alinhamento com as autoridades locais e outros atores internacionais.

Os aspetos do contexto da missão e das lições aprendidas estão ligados diretamente ao sucesso das operações e à minimização do risco, pelo que é importante definir a responsabilidade de quem estabelece o contexto da operação e o risco associado. Associada a estes aspetos está a necessidade de formalizar as lições aprendidas, seja de índole nacional, seja de incorporação das desenvolvidas por OI. A existência de um “workshop” anual sobre as intervenções em ESF, com o envolvimento dos institutos do MDN, MNE, Ministério da Justiça e Ministério da Administração Interna poderá gerar mais conhecimento tácito sobre a temática.

As CTM, CTP e Cooperação Técnica da Justiça nos ESF da CPLP constituem verdadeiros bancos de ensaio para se efetuarem estratégias para a RSS e se procurarem pontos de entrada para eventuais missões internacionais nesses países.

c. No Nível Tático

A maioria dos militares entrevistados, que foram participantes em missões de RSS e de REPDN no âmbito da PB ou da reconstrução, referiu desconhecer, antes de partir para a missão, os manuais da OCDE para RSS e no aprontamento da força apenas se considerarem pequenas apresentações sobre o teatro de operações. Urge, por isso, inserir os assuntos de RSS nos *curricula* dos cursos de formação a oficiais, sargentos e civis que poderão vir a integrar missões dessa natureza.

As áreas da RSS e da Reconstrução estão em franca expansão doutrinária, em algumas das OI, pelo que é fundamental garantir o seu acompanhamento e influenciar onde possível. Por exemplo, ao nível da importância do contexto e da população John Cann referia que isso não era novo para os Portugueses (Cann, 1998: 23). Assim, este conhecimento deve ser revisitado para a elaboração de manuais de técnicas e procedimentos para estas áreas.

Conclusões e recomendações

Apresentaremos, de seguida, o que consideramos como novos contributos para o conhecimento e terminaremos com um conjunto de recomendações que dão corpo aos contributos de ordem prática deste trabalho.

Contributos para o conhecimento

Dando resposta a como Portugal poderia melhorar as suas intervenções, nos ESF, no âmbito da REPDN, a nossa investigação e o rigor científico que pusemos na investigação conduziu-nos a respostas que consubstanciam uma mais-valia para o conhecimento nesta área. Assim, confirmamos as razões da intervenção de Portugal, identificamos e sistematizamos os modelos de intervenção de OI e de Aliados, que influenciaram o modelo de intervenção de Portugal, do qual elencamos as potencialidades e vulnerabilidades, em face da sua ENSD e dos racionais e princípios para intervenção nos ESF e da RSS.

Analizamos e sistematizamos as questões ligadas ao impacto das missões na reconstrução dos ESF e apontamos condições para o sucesso das intervenções, apresentando contributos para a melhoria do modelo de intervenção de Portugal nos ESF que capitalize a visibilidade naquelas missões.

Recomendações

A REPDN surge quer na prevenção da falência do estado e do conflito, quer na fase pós-conflito, onde as capacidades civis e militares também se interpenetram e se complementam.

Portugal deve, por isso, estar preparado com capacidades, recursos e estruturas capazes de: i) estudar a intervenção, no seu contexto, ponto de entrada e opções de forma; ii) influenciar, no nosso interesse as respostas multilaterais; iii) planear e decidir participação e forma de ação; iv) mobilizar capacidades e recursos; v) conduzir e monitorizar a intervenção; e vi) avaliar e adequar sempre que necessário;

Para tal, deve continuar a implementar a ENSD e outras ações complementares, para o que se sugere:

No nível político intersectorial:

- elaborar uma orientação estratégica que estabeleça o processo de planeamento e decisão intersectorial com as necessárias consultas e os produtos a obter em cada fase;
- estabelecer um regime de co-direcção no mecanismo de coordenação política em Portugal, previsto na ENSD;

No nível político intermédio sectorial:

- operacionalizar o Grupo de Trabalho de Segurança e Defesa e a médio prazo estabelecer uma unidade de Estabilização e Conflito que deve ser precedida da troca, desde já, de quadros (oficiais) para os Gabinetes Ministeriais responsáveis pelo Desenvolvimento, Defesa Nacional e Segurança Interna;
- elaborar e pôr em prática os termos de referência das Equipas *ad hoc* e dos mecanismos de coordenação política nos ESF em que Portugal atue;

- elaborar planos de ação por ESF do EEIN, com participação alargada;
- aprovar estatuto para civis, em teatros de operações de ESF;
- elaborar planos de visitas aos ESF em que Portugal tem intervenções, com agendas integradas;
- estabelecer rotinas de consulta e informação entre serviços dos vários Ministérios envolvidos e os serviços de informação da República;
- operacionalizar ligações e processos com e através do AICEP, com vista à promoção e proteção de interesses nacionais, nos ESF, de forma a capitalizar a visibilidade obtida nas intervenções;
- estabelecer uma Conferência Anual de troca de experiências entre FFAA, Forças de Segurança e organizações civis participantes nas Operações/Intervenções em ESF e respetiva publicação dos resultados;

No nível Tático:

- inserir matérias de RSS e Manuais OCDE nos *curricula* Militares e nos aprontamentos de Forças/Destacamentos com missão de REPDN ou RSS;
 - elaborar manual de técnicas e procedimentos para RSS com base nas lições aprendidas;
 - incluir, obrigatoriamente, nos aprontamentos de forças um módulo sobre RSS, o contexto do TO e lições aprendidas;
- Assim, melhoraremos a afirmação de Portugal no mundo.

Bibliografia:

- BERTOLLI Simone e TICCI Elisa (2010) *The Fragile Consensus On Fragility*. [Em linha]. Ed. Firenze. Robert Shuman Centre for Advanced Studies. European University Institute. European Report on Development. EUI Working Papers RSCAS2010/16. [Referência de 15 de Janeiro 2011]. Disponível na Internet: http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/13538/RSCAS_2010_16.pdf?sequence=2.
- BLOCHING, Sebastian (2010) *EU SSR Guinea-Bissau: Lessons Identified*. [Em linha] European Security Review n.º 52, November 2010. Ed. ISIS Europe. [Referência de 20 de Março de 2011]. Disponível na Internet em : http://www.isis-europe.org/pdf/2010_artrel_576_esr52-eussr-guinea-bissau.pdf.
- CANN, JOHN P. (1998). *CONTRA-INSURREIÇÃO EM ÁFRICA: 1961-1974. O modo português de fazer a guerra*. Ed. Lisboa: Atena.
- CEDN (2003). Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de Janeiro. Publicada no Diário da República, N.º 16, 1.ª Série – B, 20Jan03.
- COMPACT (2006). *THE AFGHANISTAN COMPACT: BUILDING ON SUCCESS*. THE LONDON CONFERENCE ON AFGHANISTAN. 31Jan-01Feb 2006.
- CONC (2007a) *Conclusions on Security and Development*. [Em linha]. Bruxelas. Council of the European Union, 2831st External Relations Council meeting, 19 November 2007,

- Brussels. [Referência de 10 de Fevereiro]. Disponível na Internet em: <http://www.europa-eu-un.org/articles/fr/article_7523_fr.htm>.
- CONC (2007b) *An EU response to situations of fragility – Conclusions of the Council and the Representatives of the Governments of the Member States meeting within the Council*. Ed. Brussels. Council of European Union. n.º 15117/07
- CONING, Cedric (2008) *THE UNITED NATIONS AND THE COMPREHENSIVE APPROACH*. Ed. Copenhagen: Danish Institute for International Studies, DIIS
- DAC (2010). *PORTUGAL DAC PEER REVIEW 2010*. Ed. Paris : OCDE
- DMDM (2010) *Directiva Ministerial de Defesa 2010-2013*. Lisboa: MDN. Despacho n.º 7 769/2010 de 16 de Abril.
- DUFFIELD, Mark (2006) [Em linha]. Lisboa. Ineffective States and the Sovereign frontier. An overview and agenda for research. In *Peacebuilding and Failed States: Some theoretical notes*. Oficina do Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. [Referência de 18 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/256/256.pdf>>.
- ENGBERG-PEDERSEN, Lars, ANDERSEN, Louise e STEPPUTAT, Finn (2008) [Em linha]. Lisboa. *Fragile States-Current Debates and Central Dilemmas*. Copenhagen: Danish Institute for International Studies (DIIS). Report 2008:9. [Referência de 5 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em: <http://www.diis.dk/graphics/Publications/Reports%202008/R2008-9_Fragile_Situations.pdf>.
- ERSS (2006) *Documento de Estratégias: Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança*. Ed. Bissau: Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau.
- FARIA, Fernanda e FERREIRA, Patrícia M. (2007) *SITUAÇÕES DE FRAGILIDADE: DESAFIOS A UMA ESTRATÉGIA DE RESPOSTA EUROPEIA*. Ed. Maastrich: ECDPM; Lisboa. Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI);
- FERRO, Mónica (2008) *O QUE FALHA QUANDO FALHAM OS ESTADOS?* In *ESTRATÉGIA*, Vol XVII, Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, p.389-410.
- GACITUA-MARIO, Estanislou *et al.* (2007). *Institutions, Social Networks, and Conflicts in Guinea-Bissau. Results from a Survey 2005*. In *Conflicts, livelihoods and Poverty in Guinea-Bissau*. WB W.Paper n.º 88. Ed. Washington DC: World Bank.
- HELMAN, Gerald B. et RATNER, Steven R. (1993), *Saving Failed States*, [Em linha]. Foreign Policy, 89 Winter 1992-1993. [Referência de 5 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/21/saving_failed_states>
- IPAD (2009). *Estratégia Nacional de Segurança e Desenvolvimento*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2009. Publicada no Diário da República, 1.ª série. n.º 165 de 26 de Agosto de 2009.
- IPAD (2010) *DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES: Linhas de Orientação para a Cooperação Portuguesa*. [Em linha]. Ed. IPAD [Referência de 21 de Março de 2011]. Disponível na Internet em : <<http://www.ipad.mne.gov.pt/>>.

- ISAF (2007) *ISAF PRT Handbook*. Edition 4. ISAF
- ISIMA, Jeffrey (2011) *SCALING THE HURDLE ORMUDDLING THROUGH COORDINATION AND SEQUENCING IMPLEMENTATION OF SECURITY SECTOR REFORM IN AFRICA*. In *The Future of Security Sector Reform*. Ed. Ontario: Mark Sedra. CIGI, p. 327-338.
- MATA, Javier F.e ZIAJA, Sebastian (2009). *User's Guide on MEASURING FRAGILITY*. Ed. Bonn: DIE; Oslo: UNDP.
- MOREIRA, Adriano (2010). *A Língua e o Conceito Estratégico Português*. In *ESTRATÉGIA*, Vol. XIX, Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica,
- MOXHAM, Ben (2008). *STATE-MAKING AND THE POST-CONFLICT CITY: INTEGRATION IN DILL, DISINTEGRATION IN TIMOR-LESTE*. Crisis States Working Papers Series No.2, n.º 32. Ed. London: Crisis States Research Centre
- NATO (2010) *Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*. Adopted by Heads of State and Government at the NATO Summit in Lisbon. 9-20 November 2010. Ed. Brochure NATO.
- NATO-GoA (2010). *Declaration by the North Atlantic Treaty Organisation (Nato) and the Government of The Islamic Republic of Afghanistan on an Enduring Partnership*. Ed. (Policopiado) Lisboa. 20 Novembro.
- OCDE (2005). *Security System Reform and Governance*. DAC Guidelines and Reference. Ed. Paris: OECD.
- OECD (2007a). *Manual do CAD da OCDE sobre a RSS: Apoiar a segurança e a justiça*. Ed. Paris: OCDE.
- OCDE (2007b) *Declaração Ministerial sobre as Políticas Fundamentais e compromissos Operacionais da Estrutura de Implementação da Reforma do Sistema de Segurança*. 4 de Abril de 2007. Ed. Paris. OCDE
- OCDE (2008). *Princípios para uma Intervenção Internacional eficaz em Estados Frágeis e em Situações de Fragilidade*. [Em linha]. Paris. OCDE. [Referência de 02 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.oecd.org/dac/fragilestates>>.
- OCDE (2010a). *Security System Reform: What Have We Learned? Lessons from the publication and dissemination of the OECD DAC Handbook on Security System Reform*. DAC Guidelines and Reference. Ed. Paris: OECD.
- OCDE (2010b) *Monitoring the Principles for Good International Engagement in Fragile States and Situations- Country Report n.º 6 – Timor-Leste*. Paris. OECD
- OCDE (2010c) *Monitoring the Principles for Good International Engagement in Fragile States and Situations- Country Report n.º 1– Islamic Republic of Afghanistan*. Paris. OCDE
- ONU (2005) *World Summit Outcome 2005*. A/60/L.1 de 15 de Setembro de 2005. Ed. New York. General Assembly UN
- ONU (2009) *Report of the SGUN: Implementing the responsibility to protect*. A/63/677 de 12 de Janeiro. Ed. New York: SGNU

- PATRICK, Stewart e BROWN, Kaysie (2007). *Greater than the Sum of Its Parts? Assessing "Whole of Government" Approaches to Fragile States*. ED. New York. University Peace Academy.
- PETRAEUS, David H. (2010) *COMISAF's Counterinsurgency Guidance*. [Em linha]. Kabul. [Referência de 15 Abril de 2011]. Disponível na Internet em : <<http://www.isaf.nato.int/from-the-commander/from-the-commander/comisaf-s-counterinsurgency-guidance.html>>.
- PIRES, Lemos Nuno, (2011) *Cultural Awareness*. Apresentação ao Curso de Promoção a Oficial General de 1 de Abril de 2011. (Divulgação autorizada pelo autor). Ed. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares
- SANTOS, General José Alberto Loureiro dos (2009) *AS GUERRAS QUE JÁ AÍ ESTÃO E AS QUE NOS ESPERAM: SE OS POLÍTICOS NÃO MUDAREM*. Ed. Lisboa: Publicações Europa-América
- TELATIN, Michela (2009) *QUESTIONING THE ES SSR IN GUINEA-BISSAU*. In Portuguese Journal of International Affairs. Autumn-Winter 2009. Ed. Lisboa: IPRIS, p. 27-35.
- THALER, Kai (2009). *AVOIDING THE ABYSS: FINDING A WAY FORWARD IN GUINEA-BISSAU*. In Portuguese Journal of International Affairs. Autumn-Winter 2009. Ed. Lisboa: IPRIS, p. 3-14.
- THÜRER, Daniel (1999). *The "failed State" and international law*. [Em linha].Zurich. In International Review of the Red Cross, n.º 836. [Referência de 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.icrc.org/eng/resources/documents/misc/57jq6u.htm>>.
- TORRES, Magüi Moreno, e ANDERSON, Michael (2004). [Em linha].Lisboa. Fragile States: Defining difficult Environments for Poverty Reduction. PRDE Working Paper 1. DFID. [Referência de 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/12822/1/pr040001.pdf>>.
- UNDP (1994). *Human Development Report 1994*. Ed.New York: United Nations Development Programme.
- UNPBC,(2008). *Background Paper on Security Sector Reform in Guinea-Bissau*. Peacebuilding Commission Country-Specific Configuration on Guinea-Bissau Thematic Discussion on Security Sector Reform and the Rule of Law – 18 June 2008. Ed. New York. Peacebuilding Commission.
- UNSCR (2006) *Security Council Resolution : to establish a follow-on mission in Timor-Leste, the United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT),S/RES/1704* (2006) de 25 de Agosto 2006.Ed.New York: UNSC.
- UNSG (2007). *Report of the Secretary-General on developments in Guinea-Bissau and on the activities of the United Nations Peacebuilding Support Office in that country -S/2007/576* de 28 de Setembro. Ed: New York: UNSG
- UNSG (2008). *Report of the Secretary-General: on the United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (for the period from 8 January to 8 July 2008)*. S/2008/501 de 29 de Julho. Ed. New York: UNSG.

6. UTILIZAÇÃO DE ARMAMENTO NÃO-LETAL: UM VECTOR DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA AS FORÇAS ARMADAS

NON-LETHAL WEAPONS (NLW) AS A CATALYST FOR DEVELOPMENT OF THE PORTUGUESE ARMED FORCES

Rafael Martins

Coronel PILAV

Coordenador da Área de Ensino de Operações do IESM
martins.mfr@iesm.pt

Resumo

Este trabalho trata a problemática da inserção das armas não-letais, como vetor de desenvolvimento de capacidades para as Forças Armadas Portuguesas.

Os argumentos sobre a utilização destas capacidades no domínio militar, percorrem: a origem e os acontecimentos que mais influenciaram o seu desenvolvimento e interesse nos Estados Unidos da América, na NATO e nalguns dos seus países membros; os processos técnicos associados ao desenvolvimento, determinação da maturidade tecnológica, *performance* e eficácia operacional; e as atividades de investigação e desenvolvimento na Europa, e ainda a situação nacional.

O ambiente estratégico e acontecimentos no período pós guerra-fria acentuariam o interesse militar pelas Tecnologias Não-Letais levando o Departamento de Defesa Norte-Americano a adotar uma política própria sobre as capacidades não-letais.

Em 1999, a NATO adotaria uma política semelhante, iniciando o processo de desenvolvimento para a utilização dessas capacidades. Esta iniciativa despoletou um conjunto de atividades de longa duração envolvendo áreas de investigação e desenvolvimento de grande complexidade e abrangência.

O interesse pelas capacidades não-letais sai reforçado na sequência das operações militares na Somália e Kosovo, com os atentados de 11 de Setembro e sequestro de Moscovo, em 2002.

Os atuais conflitos (2012) continuam a justificar a aquisição daquelas capacidades, favorecendo a aceitação pública para o seu emprego e, eventualmente, a reinterpretção no Direito Internacional favorável seu desenvolvimento.

A Europa e a NATO acompanham e participam no desenvolvimento de capacidades não-letais pela necessidade operacional e *performance* potencialmente transformacional que estas poderão conferir às atuais e futuras operações militares.

Em 2010 a NATO solicitou a Portugal a obtenção dessas capacidades até 2015.

Consideramos que a inserção oportuna e proporcionada destas capacidades, em sectores específicos das FFAA, poderá representar uma evolução positiva, acrescentando flexibilidade para o cumprimento das suas missões tanto no plano externo como interno.

Palavras-chave:

Armas Não-Letais, Tecnologia Não-Letal, Armas Incapacitantes.

Abstract

This paper investigates the integration of Non-Lethal Weapons (NLW) as a catalyst for development of the Portuguese Armed Forces.

To achieve that, we selected a set of arguments supporting or rejecting the insertion of these capabilities in the military.

The recent history of NLW begins in the US, in the 1960s, when a group of weapons explicitly intended for law enforcement, riot and correctional control, was grouped in the same category. But it was not until after the Cold War that the re-evaluation of security issues highlighted the advantages for their military employment. The NLW concept is attractive to politicians, less destructive to people, infrastructure and the environment.

The strategic rationale for NLW development after the Cold-War was that “non-lethal” weapons were needed in response to the predicted rise in low-intensity conflicts and interventions by the USA and ‘Western’ countries. This led to the establishment, of the Joint Non-Lethal Weapons Directorate as the focal point for development of NLW in USA.

Shortly after, NATO followed the USA, setting its own NLW policy, initiating a series of technical studies to develop and access NLW capabilities for the Alliance.

The initiative was carried out by the Research Technology Organization, working on the selection of technologies, studying effects, assessing measures of performance and measures of effectiveness for NLW.

The momentum for the development of NLW has also been influenced by military events in Somalia and Kosovo, and the terror attacks of 11 September 2001 in New York and the 2002 anti-terrorist operation in the Moscow Theatre.

Emerging technologies and persistent R&D efforts pushed performance and availability of NLW to longer ranges and better accuracy.

NATO and the European Defence Agency (EDA) are committed on the use of NLW in the battlefield. The Iraq and Afghanistan wars amplified the military level of

ambition, fostered public acceptance and may, ultimately, induce the appropriate environment for the reinterpretation of the international laws limiting some areas of NLW development.

Considering the operational need and potentially transformational performance that NLW are likely to bring to military operations, NATO identified a capability gap and sought to Portugal to acquire a set of NLW capabilities to satisfy an Alliance requirement.

Ultimately, this paper discusses the pertinent issues related not only with the Alliance request but also with mission accomplishment of the Armed Forces in a broader sense.

Keywords:

Non-Lethal Weapons, Non-Lethal Technologies.

Introdução

– Tema e definição do contexto

O fim do sistema bipolar e o extraordinário desenvolvimento e facilidade de acesso a novas tecnologias¹ foram fatores marcantes na transformação acelerada no contexto da segurança e conflitualidade mundiais. Os acontecimentos da última década comprovam a natureza imprevisível, multifacetada, adaptativa, ambígua e difusa das ameaças que as Forças Armadas (FFAA) e Forças de Segurança (FS) terão que enfrentar.

O efeito mediático mantém-se como fator dominante na tomada de consciência para a construção da realidade virtualizada, moldada em proporções diferenciadas, pelo indivíduo e pelas dimensões identitárias ou interesses das sociedades alvo.

Este trabalho investiga a importância do equipamento ou armamento não-letal para o cumprimento das missões das FFAA. Para além das perceções académicas ou institucionais de natureza jurídica, ética, cultural e tecnológica sobre o tema, procurámos conhecer a sua congruência nacional e internacional, pois cumpre às FFAA a realização dos estudos para determinar os meios mais adequados ao cumprimento das suas missões. Em termos internacionais, para satisfação dos compromissos assumidos com a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), União Europeia (UE) e Organização das Nações Unidas (ONU).

É no atual (2012) Conceito Estratégico da NATO, que encontramos a orientação explícita sobre a forma de responder com eficácia no domínio alargado da Gestão de Crises. O referido documento, refere a determinação da Aliança em “... *aprofundar o desenvolvimento de doutrina e capacidades militares para operações expedicionárias, incluindo contrainsurgência, estabilização, e operações de reconstrução.*”

No *Defense Planning Capability Survey* (DPCS) da NATO, para 2010, encontramos o pedido dirigido à componente terrestre de Portugal, para que até 2015, disponha de

1 RTO-TR-SAS-040

capacidades militares Não-Letais. Portugal remeteu qualquer decisão sobre a satisfação do pedido para a revisão da Lei de Programação Militar (LPM).

Até finais do séc. XX, a estratégia militar ocidental desvalorizou o desenvolvimento de capacidades gradativas para a aplicação da força. A utilização dessas capacidades encontrava-se então circunscrita aos estabelecimentos prisionais, instituições mentais e operações policiais para o controlo de tumultos. Só após o final da guerra-fria, o interesse militar para a sua aplicação começou a ganhar força.

Esta investigação pretende conduzir o leitor a uma maior consciencialização sobre as potencialidades das Armas Não-Letais, especialmente aplicável aos conflitos de baixa intensidade, onde a fronteira entre a intervenção policial e ação militar, é difusa. Por isso, centrámos o trabalho no desenvolvimento de capacidades Não-Letais para operações essencialmente militares, focalizado no incremento de interoperabilidade nacional² e internacional das FFAA para a satisfação dos compromissos de Portugal perante a NATO, ONU e UE. A presença continuada de militares portugueses nos diferentes Teatros de Operações (TO) é bem representativa das suas ações de apoio à Política Externa (PE), no âmbito das organizações internacionais de que Portugal faz parte.

– O Objeto do estudo e sua delimitação

A investigação foi dirigida ao estado de desenvolvimento das Armas Não Letais, às suas capacidades e efeitos, num quadro de atuação da Componente Terrestre das FFAA, em contexto multilateral para Operações de Resposta a Crises (CRO).

O autor considerou a aplicação de capacidades militares não-letais no espectro mais alargado das operações, aludindo de forma abreviada, às capacidades e experiência operacional detidas pela Guarda Nacional Republicana (GNR).

Assim, passaremos a formular o entendimento³ sobre a expressão “NLW”:

“A weapon that is explicitly designed and primarily employed to incapacitate or repel persons or to disable equipment, while minimizing fatalities, permanent injury and damage to property and the environment.” (NATO, RTO TR-SAS-40 2004: B-1)

Considerando os Cenários Operacionais⁴, que a NATO/UE/ONU tenderão a enfrentar até 2020, sublinhamos o emprego das NLW nas Operações de Apoio à Paz (OAP), especialmente em Ambiente Urbano.

2 Os aspetos de complementaridade e interoperabilidade das capacidades militares não-letais em apoio às FS no quadro da Segurança Interna não serão objeto de desenvolvimento neste trabalho.

3 Ao longo deste trabalho são utilizados termos que se encontram explicitados no texto, no glossário de siglas ou glossário de conceitos.

4 RTO-TR-SAS-040 *Non-Lethal Weapons and Future Peace Enforcement Operations*.

A metodologia de investigação assenta na seguinte Questão Central (QC): “*Em Portugal, o ciclo de planeamento de capacidades para as FFAA Portuguesas deve incluir armamento não-letal?*”. Desta, deduzimos o conjunto de Questões Derivadas (QD) que caracterizam a problemática, procurando obter respostas sobre a maturidade operacional e potencialidades das NLW, quais os cenários mais favoráveis à sua aplicação; quais as aplicações e atividades já desencadeadas no plano internacional; e finalmente, quais as considerações mais importantes para a introdução destas capacidades nas FFAA.

1. Maturidade das NLW

A história recente das NLW tem lugar nos EUA, na década de 1960, quando um conjunto de armas e dispositivos diferentes foi agrupado numa mesma categoria (DAVISON, 2006:2). Estes destinavam-se essencialmente ao controlo de reclusos e às ações de polícia, dirigido portanto às atividades de segurança interna⁵.

Em 1971, a *US National Science Foundation* (NSF) viria a subsidiar um estudo sobre as NLW, no qual⁶ surgiram objeções sobre a qualidade dos testes de avaliação aos sistemas. Essas objeções travariam o desenvolvimento até ao final dessa década, recuperando nos anos 1980, altura em que o seu desenvolvimento sofre um avanço significativo, alargando-se aos seguintes domínios tecnológicos: acústica, eletricidade, química, bioquímica, biologia, ótica, energia laser (DAVISON, 2006:23).

a. Desenvolvimentos pós Guerra-Fria

No início dos anos 1990, o *National Institute of Justice* dos EUA (NIJ) financiava o desenvolvimento de armas químicas incapacitantes no *Edgewood Research Development and Engineering Centre* (ERDEC), beneficiando⁷ da realização de vários acordos de cooperação interdepartamental (DAVISON, 2007a:4).

A administração Clinton (1993-2001) daria novo impulso ao programa (DAVISON, 2007a:10), estímulo, em parte resultante da influência de John Alexander⁸, à época, gestor do programa “*Non-Lethal Defence*” em *Los Alamos National Laboratory* (LANL) que, em 1992, apresentou “... *um plano coeso para o estudo de capacidades e desenvolvimento de doutrina não-letal*”.

5 Excetua-se a publicação de um estudo, efetuado por Coates, em 1970, no *Institute for Defense Analyses* em Washington, intitulado *Nonlethal and Nondestructive Combat in Cities Overseas*. Nesse estudo referem-se à utilização futura destas armas, particularmente, em contextos de “*limited and low intensity warfare*.”

6 *Non-Lethal Weapons for Law Enforcement: Research Needs and Priorities*

7 Os efeitos Rodney King, em Los Angeles, e o cerco à seita *Davidiana* em Waco, Texas, ocorridos respetivamente em 1991 e 1993, influenciaram a procura de soluções policiais para o uso da força, tanto para o controlo individual, como para controlo de grupos de indivíduos, mais ou menos numerosos.

8 John Alexander, Coronel do *US Army* (R) chegou a Los Alamos em 1989, e trabalhou temporariamente no contexto do confronto entre blocos, numa altura em que aos EUA, se opunha o poderio militar Soviético.

A primeira metade da década de 1990 viria assim a ser marcada por vários projetos conjuntos entre o *Los Alamos Armament Research Development and Engineering Centre* (ARDEC) e o *Lawrence Livermore National Laboratory* (LLNL)⁹ para desenvolver armas para aplicação antipessoal e anti material¹⁰.

(1) Cooperação Interdepartamental

No mesmo período, vários setores ligados à Segurança, Justiça, Defesa e Energia realizariam estudos sobre o tema¹¹. Estas iniciativas culminaram com um *Memorandum of Understanding* (MOU) entre o *Department of Defence* (DOD) e *Department of Justice* (DOJ), no qual se previa a partilha de sistemas e tecnologia, com sinergias importantes para as “novas” operações militares¹² e para a esfera de intervenção das FS¹³.

Os acontecimentos na Somália viriam a impulsionar as NLW, em parte pela natureza da missão¹⁴ e, sobretudo, pelo efeito *Cable News Network* (CNN).

(2) US DOD Policy

É em 1996, com a Diretiva 3000.3¹⁵ do DOD, *Policy for Non-Lethal Weapons*, que há a formalização da política relativa às capacidades não-letais nos EUA. No ano seguinte é criado o *Joint Non-Lethal Weapons Directorate* (JNLWD), sob a direção dos *Marines*.

b. Interesse da NATO e internacionalização

A NATO será a primeira e principal organização internacional a evidenciar interesse pelas NLW, ainda no início dos anos 1990 (DAVISON, 2007a:20), no entanto a demonstração formal desse interesse só acontece em 1994¹⁶.

-
- 9 Os sucessos alcançados contribuíram para alterações significativas na doutrina das operações militares e para a designada *Revolution in Military Affairs* (RMA) da qual faziam também parte capacidades para derrotar sem destruir.
- 10 O US Army dava os primeiros passos para a posterior publicação do *Concept for Nonlethal Capabilities in Army Operations*, em 1996.
- 11 *The American Correctional Association, The National Sheriff's Association, Police Foundation, Institute of Law and Justice, Department of Energy, Department of Defence, FBI, e CIA.*
- 12 *Military Operations Other Than War (MOOTW)*
- 13 Este programa foi acompanhado pela *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA) com representantes dos Serviços Prisionais, *NIJ, FBI e US Army.*
- 14 As Forças da ONU encontravam-se na Somália em operação de manutenção de paz para ajuda humanitária na distribuição de alimentos. A situação política e de segurança na região estava caótica. Em 1993, durante a operação *Restore Hope*, 18 Rangers das Forças Especiais norte americanas e 300 civis tinham perdido a vida. Cerca de um ano mais tarde, cerca de 130 capacetes azuis perderam também a vida numa missão que falhara totalmente os seus objectivos. A única saída era a retirada. A operação *United Shield*, sob o comando do Tenente General Anthony Zinni, foi planeada e executada com sucesso dando cobertura à retirada das forças da ONU.
- 15 <http://biotech.law.lsu.edu/blaw/dodd/corres/html2/d30003x.htm>
- 16 Em 1994, a NATO, através do *Conference of National Armaments Directors* (CNAD) encarregou o DRG de criar uma equipa de especialistas para estudar a possível contribuição das NLW no contexto das operações NATO para a Gestão de Crises, Manutenção da Paz, e Apoio à Paz.

Em 1997, o *Advisory Group for Aerospace Research and Development*¹⁷ (AGARD) publicaria um estudo destinado a explorar formas inovadoras de atacar alvos de superfície, minimizando a probabilidade de ocorrência de danos colaterais. Desse estudo resultaram os conceitos de efeito letal ou não-letal, e a utilização de *Unmanned Aerial Vehicles* (UAV).

Em 1999, a NATO definiu, finalmente, a sua política¹⁸ para as NLW, em sintonia com o DOD dos EUA¹⁹ (NATO, RTO TR-HFM-073, 2006). No mesmo ano foi renovado o Conceito Estratégico da Aliança²⁰ e consubstanciada a *Defence Capabilities Initiative* (DCI) onde se aludiu à relevância das NLW²¹.

(1) NATO Policy²²

A política da NATO refere que as capacidades NLW serão desenvolvidas para ampliar o leque de opções disponíveis às autoridades militares da Aliança (STOCKER, 2004:106-107), destinando-se a complementar os sistemas de armas convencionais existentes na NATO, e a aperfeiçoar as capacidades da Aliança. Refere ainda que a posse de NLW não poderá comprometer a liberdade de ação dos militares para que, em situações de legítima defesa, possam recorrer à força letal; devendo as forças da NATO manter, em todas as circunstâncias, a opção pelas armas letais, consistentes com o Direito Nacional e Internacional e de acordo com as *Rules of Engagement* (ROE). Além disso, para a Aliança, os requisitos operacionais na aplicação de NLW não exigem a probabilidade zero quanto a fatalidades ou danos permanentes, passando os escalões de planeamento a considerar o valor real e potencial destas capacidades nos respetivos processos.

Para a Aliança as NLW devem ainda garantir o justo equilíbrio entre a baixa probabilidade para causar fatalidades ou danos permanentes, enquanto maximizam a probabili-

17 Em Abril de 1997, o Secretário-geral da NATO, Javier Solana, extinguiu formalmente o DRG e a AGARD criando, em 1998, a *Research and Technology Organization* (RTO) a qual absorveu as responsabilidades e tarefas dos seus predecessores.

18 De acordo com o documento <http://ftp.rta.nato.int/public//PubFullText/RTO/TR/RTO-TR-HFM-073///TR-HFM-073-01.pdf>.

19 No relatório anual do JNLWD, em 1999, encontram-se referências à satisfação dos pedidos de informação sobre as NLW, originados em França, Itália, Alemanha, Coreia, Japão, UK, Austrália, Suécia, Canadá e Noruega. No ano anterior, os Ministérios da Defesa do Reino Unido e de Israel tinham celebrado acordos para partilha de informação sobre as mesmas capacidades.

20 Destinado a enfrentar os desafios de segurança do séc. XXI. Neste documento constavam, entre outras, as áreas de Gestão de Crises e Operações de Paz.

21 Texto no referido documento: “*The Alliance should complete work to ensure that NATO has sufficient range of capabilities for the full spectrum of crisis response operations, including: i/ work on a policy for the development and use of non-lethal weapons technology in accordance with national and international law; ii/adapting weapons technologies for use in operations that have a particular emphasis on the requirement to minimize collateral damage.*”

22 NATO *Press Statement*, 13 de Outubro de 1999.

dade de alcançar os efeitos desejados e minimizam os danos colaterais. Uma consideração lapidar pressupõe que as vantagens da sua utilização superam claramente as desvantagens duma escalada por aplicação desproporcionada da força.

(2) NATO NLW Roadmap

Dentro da Aliança, as orientações relativas ao desenvolvimento das NLW foram atribuídas, à RTO²³, mais concretamente ao painel designado de *System, Analysis and Simulation* (SAS). O *NATO NLW Roadmap* seria desenvolvido nesse painel, em apoio à *Defense Capabilities Initiative* (DCI) a qual despoletou os estudos destinados à medição dos efeitos e estimativa dos danos, bem como para a determinação do grau de probabilidade e gravidade das ações não letais. Estas métricas²⁴ foram essencialmente dirigidas aos efeitos fisiológicos e psicológicos. Os estudos subsequentes foram atribuídos a três *Technical Teams* com os objetivos que, sucintamente, se enunciam:

- (HFM-073)²⁵ para obtenção de informação sobre os efeitos no ser humano (NATO, RTO TR-HFM-073: 1-4);
- (SAS-035)²⁶ dedicado a desenvolver a metodologia sobre a eficácia militar;
- (SAS-040)²⁷ para definição dos requisitos futuros.

(3) Fatores Humanos e Medicina

O relatório do HFM-073, publicado em Agosto de 2006, começa por mencionar a importância em conhecer a suscetibilidade humana aos efeitos das NLI/NLW e, à necessidade em desenvolver uma base de dados que permita organizar esse conhecimento.

Em termos médicos, constatou-se uma elevada variabilidade de respostas em função da idade, sexo, estatura, stresse, tempo de exposição e situação (NATO, RTO TR-HFM-073, 2006: Anexo M). O estudo analisa em pormenor o sequestro no Teatro de Moscovo, em Outubro de 2002. Segundo alguns analistas, o número de vítimas mortais²⁸ poderia ter sido muito inferior se aplicadas as medidas apropriadas no processo de triagem e tratamento das vítimas (NATO, RTO TR-HFM-073, 2006: M-12).

23 A RTO é o órgão da NATO responsável pela promoção e condução das atividades científicas de I&D e pela partilha de informação técnica entre as 28 nações e os 38 parceiros da NATO.

24 O Apêndice 1 contém parte da terminologia aplicada às NLW no âmbito das atividades da RTO.

25 Designado: *Human Factors and Medicine Panel*, criado em 1998, com a missão de “*Optimize performance, health, well being, & safety of the human in operational environments...*” É considerado o painel ideal para estudar os efeitos das tecnologias não-letais no ser humano.

26 *NATO NLW Effectiveness Assessment*.

27 *Non-Lethal Technologies and Future Peace Enforcement Operations*.

28 Apesar das alegações do Ministro da Saúde da Rússia quanto à não-letalidade do gás injetado nas condutas da ventilação, 129 reféns perderam a vida e mais de 650 sobreviventes necessitaram cuidados hospitalares. Ao 12.º dia após o resgate ainda se encontravam 76 pessoas hospitalizadas.

No mesmo estudo são reveladas situações, apontadas fragilidades²⁹ e uma extensa lista de considerações³⁰ que justificam o reforço de I&D para as capacidades NLW na NATO, salientando a importância do conhecimento sobre os seus efeitos no ser humano.

As recomendações deste grupo de trabalho apontam a necessidade de criar um *clima de transparência propício à aceitação militar e pública das NLW*, para o desenvolvimento de normas de *treino e conformidade de utilização entre os membros da Aliança* e para o desenvolvimento de *capacidades médicas adequadas* às necessidades de tratamento e recobro dos afetados. Referem ainda a necessidade de *implementação de programas de treino* de natureza policial e militar, de apoio militar para investigação dos riscos e eficácia dos sistemas, e promoção de eventos que estimulem limitam a partilha multinacional em áreas de conhecimento atinentes aos efeitos das NLT no ser humano.

(4) Medidas de eficácia

O estudo do SAS-35, concluído em 2004, desenvolveu uma metodologia que interpreta e compara os efeitos da NLT com os objetivos táticos do comandante militar. Esta metodologia³¹ foi aplicada às tecnologias Eletromagnéticas, Químicas, Acústicas, Mecânicas-cinéticas e de Apoio (*Ancillary*) de aplicação pessoal e material.

A esse estudo, seguiu-se o do RTO-SAS-060³², em cujo preâmbulo encontramos referências às operações da NATO nos Balcãs, às ações antiterroristas e aos constrangimentos legais e políticos aplicáveis às missões militares do séc. XXI³³.

As conclusões apontaram para limitações ao nível da implementação de *software*, da determinação de efeitos combinados, análise de sensibilidade, e da normalização e determinação de efeitos colaterais. Deduz-se ainda sobre a escassez de dados e da necessidade em possuir mais e melhor informação.

29 (1) Inexistência de qualquer metodologia para organizar os efeitos que se pretendiam conhecer; (2) que a informação existente não fora disponibilizada devido à proteção de direitos de propriedade ou motivos relacionados com a Segurança Nacional; (3) que o desenvolvimento de uma base de dados própria iria ser processo demorado e extremamente dispendioso; (4) que é escassa a quantidade e qualidade de informação disponível, relativamente a uma NLT em particular.

30 Conscientes de que os aspetos políticos, legais, éticos e de aceitação pública das NLW serão fortemente influenciados pela comunicação e interpretação dos resultados. A investigação neste domínio gera alguma relutância e levanta questões éticas à comunidade médica pelas atividades que implicam testes em voluntários no sentido de avaliar a eficácia e segurança das tecnologias propostas.

31 Também desenvolveu a metodologia comparativa da eficácia entre armas letais, não letais e aspetos relacionados com ações de guerra eletrónica e operações de informação.

32 Publicado em 2009 com a designação: *Non-Lethal Weapons Effectiveness Assessment Development and verification Study*.

33 O Anexo A, ao referido documento, refere capacidades operacionais que as NLW poderão propiciar em todo o espectro da conflituosidade futura, e sobre a importância e necessidade em estabelecer os níveis de conforto adequados ao seu emprego, especialmente no que concerne à eficácia.

c. Aperfeiçoamentos tecnológicos

Embora os documentos da *NATO* não apontem graus de maturidade tecnológica às NLW, retirámos as classificações TRL de (STOCKER, 2004) para as tecnologias químicas *counter-materiel*. A tabela 1 apresenta a situação para as de maior maturidade.

Tabela I – Níveis de TRL para as NLW Químicas (*Counter Materiel*)³⁴

Technology	Situation and Technology Readiness Level (TRL)	Development locations and investments
<i>Obscurants</i>		
Advanced obscurants, including IR Capabilities	TRL: Mature technology in use with various dispensers, IR capabilities	US; program underway at Sandia.
Sticky foams – sticky thermoplastic foams or sticker and superadhesives	TRL: system prototype demonstration in an operational environment for counter-personnel applications.	US; foam materials and dispensers made and tested at Sandia National Laboratories. Police Scientific Development Branch has found devices that do not require further research.
<i>Malodorants and Riot Control</i>		
Riot control agents	TRL of OC (Oleoresin Capsicum) and CS (Orthochlorobenzalmalononitrile): systems used under operational mission conditions, mechanism of action is well understood. TRL of CS1, CS2, CSX, CA, CN, chemical mace, CR and invisible tear gas: not determined. Many propositions for a combination of riot control agents with other non-lethal technologies to enhance properties. Prohibited as warfare agents by CWC.	US; ECBC, technology investment program study underway for military use and new potential systems. Kansas State University has been working on environmental degradation of riot control agents. All compounds are biodegraded when environmental conditions are appropriate. Canada has worked with OC and CS. The Netherlands have experience in this field.
Pepper sprays (OC)	TRL: systems used under operational mission conditions. Used by police and coastguard in counterpersonnel applications. Hazard depends on dosage; clean-up is an issue. Prohibited as warfare agents by the CWC.	Available for procurement Developed by ZARC International Used in Rwanda, Haiti and Somalia by US troops. Canadian Forces have stockpiles of pepper sprays.
Lacrimators (CS)	TRL: systems used under operational mission conditions. Used by police in counter-personnel applications. Hazard depends on dosage. Prohibited as warfare agents by the CWC.	Available for procurement UK; most widely used chemical incapacitants within the UK police.
<i>Ancillary Technologies</i>		
Riot control grenades	TRL: systems used under operational mission conditions. Hazard depends on dosage and type of casing. Prohibited as warfare agents by the CWC.	US; current payload available from army stockpiles. UK

³⁴ Adaptado de: STOCKER, 2004:49.

d. Síntese

Encerrada esta parte, podemos afirmar que o desenvolvimento e aplicação das NLW em contexto militar é uma área de conhecimento recente, que carece de estudo continuado. A exploração da sua eficácia militar, particularmente no ser humano, estará diretamente ligada à garantia da gradação e reversibilidade dos efeitos, e ao conhecimento do impacto fisiológico e psicológico de longo prazo.

Conclui-se portanto que o grau de maturidade das NLW, tal como preconizado pela NATO, ainda não atingiu o nível desejado e que a sua utilização em operações militares, ainda é limitada.

2. Exercício para avaliação das NLW

O método destinado a avaliar a eficácia militar das NLT, recorreu à exploração de um conjunto de cenários fictícios. As situações, concebidas e testadas em ambiente multinacional, exploraram contextos típicos das *Crisis Response Operations* (CRO).

Os resultados deste exercício constam do Anexo G do relatório NATO, RTO TR-SAS-040 2004, documento ainda classificado. Esta restrição obrigou à dedução indireta de conclusões, a partir de dados mais recentes, publicados em (LAW, 2009).

a. Antevisão para 2020

Os cenários assentaram em ambientes de conflitualidade previstos para 2020. Nesse contexto poderemos considerar que a execução de Operações de Paz (OP) e Assistência Humanitária (AH) em zonas adjacentes com operações de combate pode constituir-se uma das fragilidades da Aliança.

Para alcançar o sucesso neste ambiente potencialmente complexo, designado por “Three Block War”, é essencial que as forças militares possuam capacidades para isolar e controlar determinadas áreas, atuando com determinação, em situações de ambiguidade onde é praticamente impossível distinguir combatentes de não-combatentes.

As exigências dos novos Teatros de Operações requerem mais sofisticação no acesso a informação e nas formas de combate. Esta realidade obriga ao desenvolvimento de capacidades específicas, a variações na geometria, ritmo, natureza e intensidade das intervenções; em suma, a ações que assumem características dos conflitos de 3.^a geração (NATO, RTO TR-SAS-060 2009).

A elevada instabilidade nos países do Norte de África e Médio Oriente despertam-nos para cenários característicos das guerras de 4.^a geração³⁵. As capacidades conferidas pelas NLT levam-nos a considerar essa possibilidade³⁶.

35 Os defensores da teoria da guerra de 4.^a geração afirmam que, nestes casos, a vitória pertence a quem conquistar o maior apoio das populações. Incluem-se nestas guerras uma simultaneidade de ações: guerrilha; terrorismo; guerra assimétrica; conflito não convencional; e contrainsurgência. <http://usacac.army.mil/blog/blogs/fight/archive/2010/03/10/fourth-generation-warfare-and-the-moral-imperative-by-greg-wilcox-ltc-ret.aspx>

36 O advento das armas de energia direta (*speed-of-light engagement*) e as dimensões de precisão e efeito das NLW confirmam essa perspetiva.

A categorização usada por DUTTA, já evidencia a presença dessa nova classe de armamento (DUTTA, Arvind 2009:1). Aquele investigador distingue as NLW convencionais (gás lacrimogéneo, balas de borracha, *Tasers* e *sprays* – aplicações que já fazem parte de algumas forças³⁷ militarizadas e policiais), das não-convencionais, (HPM, *lasers* de baixa energia, armas acústicas, malodorantes, neurofármacos³⁸). É de salientar que, apesar da oposição na comunidade médica e a aparente blindagem ao seu desenvolvimento, proporcionada pela *Chemical Weapons Convention* (CWC) e *Biological and Toxin Weapons Convention* (BTWC), a biotecnologia, bioquímica e farmacologia apresentam-se como áreas tecnológicas de forte atratividade para o futuro das NLW (BMA, 2007: V).

Tabela II – NLT e seus efeitos³⁹

Tecnologias Não-Letais	
Electromagnéticas	Energia Direta Incapacitação Eletromuscular Interferência ou interrupção ocular Impulso Electromagnético
Materiais Avançados	Anti-tracção Espumas Substâncias para Controlo de Tumultos Obscurantes Termobáricos Inibidores/catalizadores de combustão
Mecânico/Cinético	Armas/munições Barreiras de retenção Redes de captura
Acústico	Focalizados ou omnidirecionais Projeção de som em frequências audíveis e/ou ultra sónicas
Apoio	Sistemas e vetores de aplicação

Constatadas as potencialidades, foi necessário testar os pressupostos e avaliar resultados⁴⁰. Foi com esse propósito que a NATO promoveu a realização de um estudo/exercício multinacional no âmbito do painel RTO SAS-040.

37 No caso de Portugal alguns destes dispositivos e capacidades encontram-se distribuídos à Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Prisional.

38 Os artigos publicados pela *British Medical Association* (BMA) sobre “*Biotechnology, weapons and humanity*” e publicações de outras fontes revelam claramente o contributo potencial das indústrias farmacêuticas e de biotecnologia para a utilização das drogas no contexto das capacidades militares.

39 Fonte: RTO SAS-060

40 Alguns já conhecidos informalmente, a partir das atividades e relatórios originados nos EUA, que continuam a deter a vanguarda no conhecimento e capacidades.

b. Estudo SAS 040

Os ensaios destinaram-se a avaliar as tecnologias de maior potencial de desenvolvimento, no âmbito das futuras atividades de OP da NATO. Esta tarefa, atribuída a SAS-040, acabaria por identificar as melhores NLT⁴¹ para o aperfeiçoamento das capacidades no período 2000 a 2020, (tabela 3), a qual resulta do processo de avaliação técnica e operacional aos parâmetros de alcance, tempo de reação e duração. As cores, verde e amarela, indicam, que a tecnologia cumpriu total ou parcialmente com os requisitos militares estabelecidos para os cenários.

Tabela III – Estimativa de performance da tecnologia para cumprimento dos requisitos militares em 2020⁴²

	Dispositivos RF	Anti-tracção	Barreiras rápidas	Stun Devices ⁴³	Redes
Alcance	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
T. Reacção	Verde	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde
Duração	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Amarelo

As cinco tecnologias representam um misto de soluções *high-tech* e *low-tech*, onde as armas eletromagnéticas se destacaram como detentoras de maior potencial, por serem mais compactas, leves e robustas; e possuem maior alcance, maior área de cobertura e melhor capacidade para discriminação dos alvos.

Embora o enfoque dos cenários fosse dirigido para as OAP, foram idealizados cenários de intensidade variável, para analisar os requisitos em contextos mais abrangentes. Foram ainda considerados fatores ambientais⁴⁴ como a topografia, meteorologia, ruído e proximidade de estranhos (*bystanders*). Todos os cenários consideraram a aplicação de resoluções da ONU ou a intervenção conjunta com organizações regionais, atuando sob a égide daquela organização.

Na base da figura 1 encontramos a representação esquemática do espectro inicial de aplicação das NLW e o seu potencial de crescimento.

41 Dispositivos RF, Anti-Tracção, Barreiras Rápidas, Stun Devices, Redes.

42 Fonte: Adaptado da NATO RTO-TR-SAS-040: 5-2

43 Dispositivos tipo TASER, com descargas elétrica de alta voltagem e baixa intensidade. No final de 2004 o exército norte-americano identificou uma *Non-lethal Capability Gap* que determinou o processo de testes e avaliação para aquisição de uma "família" de *electro-stun devices: Launched Electro-Stun-Weapon, Small Contact Stun Device, Stun Baton e Prisoner Worn Stun Device*. <http://www.dtic.mil/ndia/2005smallarms/wednesday/villar.pdf>

44 Em HUGHES Edward: *Less-Lethal Operational Scenarios for Law Enforcement*. Institute for Non-Lethal Defense Technologies, 2004. Página 9.

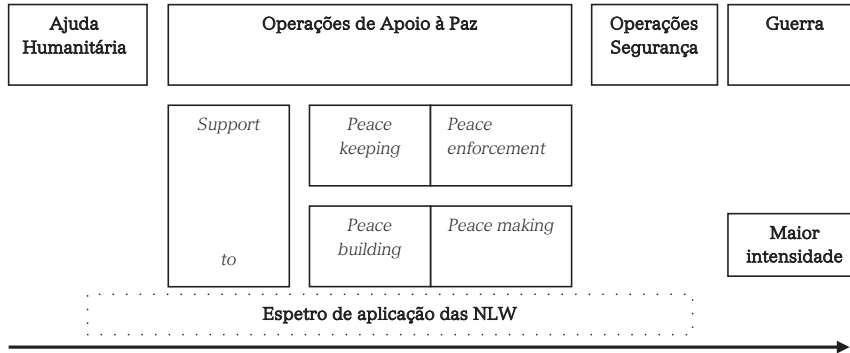


Figura 1 – Espectro de aplicação das NLW nas Operações Militares⁴⁵

c. Conclusões e recomendações do exercício

Nestes exercícios foram estabelecidos seis parâmetros para as NLW e seus efeitos: alcance efetivo, tempo entre a ação e o efeito, duração, tipo de resposta ao efeito, área abrangida e maturidade da tecnologia. A seleção incidiu nas seguintes NLW: *blunt-impact*⁴⁶, dispositivos acústicos, luminosos, elétricos, barreiras de retenção de veículos e granadas *flash-bang*. Apesar das melhorias alcançadas, estes dispositivos continuaram a ser ineficazes nos alcances pretendidos⁴⁷ apresentando ainda limitações logísticas (LAW, 2009: 1).

A maior evolução verificou-se nas armas de energia direta. A tecnologia laser alcançou um grau de maturidade considerável com aplicações em vários domínios. Os dispositivos acústicos⁴⁸, à semelhança do laser, já podem ser utilizados isoladamente ou de forma combinada, alcançando até 5 km (LAW, 2009:2).

d. Síntese conclusiva

As OP e de AH, nas zonas urbanas, são os cenários de intervenção que se afiguram mais prováveis, e que tenderão a ocorrer em franca proximidade com as operações de combate. Neste ambiente de alta complexidade tática e operacional, os requisitos con-

45 Fonte: NATO RTO SAS-040

46 As armas designadas de *blunt-impact* são munições de impacto controlado (mecânicas), construídas em borracha macia que permitem o disparo directo, provocando apenas ferimentos não letais (OLIVEIRA, 2009). A granada *flash-bang*, provoca simultaneamente, um efeito sonoro e luminoso, insuportável para o ser humano, sendo desprezível o efeito de sopro ou térmico.

47 As tecnologias de impacto usam balas de borracha e *bean-bags* (munição constituída por um conjunto de bagos de chumbo envolvidos num saco de seda e kevlar) com alcances cuja eficácia raramente ultrapassa os 35 metros.

48 O *Acoustic Hailing Devices* (AHD) e *Distributed Sound and Light Array* (DSLA) são dois exemplos desta realidade já utilizados no Iraque, Afeganistão, Bahrein e no combate à pirataria ao largo da Somália. *Improved Acoustic Hailing Device* pode alcançar cerca de 300m.

feridos pelas NLW podem superar os inconvenientes do uso da força letal. Permitem o isolamento ou controlo de áreas e a intervenção oportuna sobre instalações ou grupos de indivíduos, onde a distinção entre combatentes e não-combatentes é muito problemática.

Os desenvolvimentos tecnológicos mais recentes apontam as armas de energia direta como as mais promissoras para satisfazer os requisitos militares das futuras NLW.

Embora ainda não cumpram totalmente com os requisitos militares, são a resposta mais adequada aos cenários de intervenção mais prováveis no espectro das CRO.

Neste ambiente, as capacidades conferidas pelas NLW superaram os inconvenientes do uso da força letal sendo uma alternativa necessária às armas convencionais, ao precaver a escalada da violência nos cenários de intervenção das FFAA em que a aplicação da força letal tende a revelar-se contraproducente.

3. Dimensão Internacional das NLW

a. Ambiente estratégico previsto para 2020

O processo de reajustamento para uma nova ordem mundial aumenta a imprevisibilidade e complexidade do ambiente de segurança internacional. Proliferaram os Estados falhados, os conflitos infra-estatais, diásporas e a escassez nos recursos (DCDC, 2010b:30). O crescimento populacional concentra-se nas zonas urbanas multiplicando-se o número e tamanho das cidades. A hiper-conetividade da aldeia global contrasta com o abismo entre a abundância e precariedade... a acumulação de tensões sociais e proliferação de atividades ilícitas geram acontecimentos capaz de esgotar as capacidades técnicas e operacionais das FS, levando os Estados a recorrer ao instrumento militar como ação preventiva para evitar que as áreas urbanas se transformem em modernos campos de batalha. Desvanecem as clássicas distinções entre operações militares e operações das FS.

b. A NATO

No Conceito Estratégico da *NATO*, aprovado em 2010, encontramos referências às capacidades ímpares da Aliança para dar resposta às crises, antes, durante e depois dos conflitos (NATO, 2011b). Refere ainda, que a *NATO* aplicará, em antecipação, a combinação adequada de ferramentas políticas e militares necessárias à salvaguarda da segurança do espaço de interesse Euro-Atlântico.

Pensadores e estratégias contemporâneos alertam-nos para as “novas” formas de fazer a “guerra”, afastando-se dos padrões tradicionais, influenciadas por redes com conectividade internacional e por grupos sub ou supra-nacionais, emancipados do poder estatal, de pendor religioso, étnico ou cultural.

Estes pressupostos estão representados graficamente na figura 3 com a probabilidade e tipologia dos conflitos teoricamente espectáveis para as próximas décadas. As realidades percebidas apontam para a proliferação de conflitos de baixa intensidade e elevada complexidade (envolvente a tracejado). Esta dedução intelectual simplificada, não deverá aliviar a necessidade em manter as capacidades militares essenciais para respon-

der às ameaças menos prováveis mas mais perigosas. As ameaças híbridas com origem na China, Rússia, Irão e Coreia do Norte, são as que apresentam maior risco operacional⁴⁹ (HOFFMAN, 2009: 5-6).

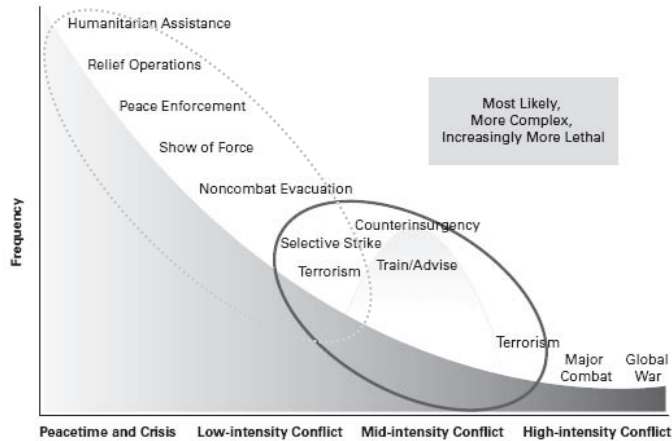


Figura 2 – Tipologia e frequência dos futuros conflitos⁵⁰

Os progressos entretanto alcançados pelo DOD no domínio das NLW estão a ser seguidos pela *NATO*. Como já referimos, a RTO mantém-se ativa no processo de desenvolvimento das NLW. De certo modo surpreendente, é a demora na publicação das conclusões do *Task Group SAS-078 NLW Capabilities-Based Assessment*, inicialmente prevista para a primavera de 2011. Os resultados deste importante estudo científico, cujo conteúdo, pretende identificar requisitos operacionais, lacunas e propostas de soluções para equipar a aliança com capacidade NLW, estão ainda por publicar. Relembramos que em Fevereiro de 2010, os dois comandos estratégicos da *NATO* enviaram àquele *Task Group* (SAS-078), um documento com a descrição dos seus requisitos de capacidade. Este documento representa a formalização do requisito *NATO* para as NLW.

c. Europa

O EWG-NLW foi fundado em 1998 e conta com a participação de treze países⁵¹. Este grupo de trabalho tem a missão de apoiar o desenvolvimento de tecnologias equipamentos

49 Representado na figura 4, na curva onde a gravidade e probabilidade de ocorrência são equivalentes. Os analistas identificam esta "sweet spot" como condição de referência para o desenvolvimento das capacidades militares do futuro.

50 Fonte: Adaptado de *Strategic Fórum* n.º 240, Abril 2009.

51 Portugal, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, Rússia, França, Reino Unido, República Checa, Áustria Finlândia, Suíça e Suécia.

e táticas, destinados à preservação de vidas humanas, sempre que seja necessária a aplicação legal da força. Advoga a cooperação total entre os países participantes na partilha de informação relativa aos avanços científicos e às práticas operacionais recomendadas. O EWG-NLW usa duas estratégias complementares para o cumprimento da sua missão: uma abordagem holística, em que considera todos os aspetos (sociológicos, tecnológicos, éticos, legais, médicos, culturais...) ligados à exploração destas capacidades; e outra, *High Tech* em que recorre à inovação, investigação e integração na procura das melhores soluções.

As atividades deste grupo incluem: a troca de informação e harmonização; pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para satisfação de requisitos futuros; o estímulo às indústrias de defesa europeias na busca de soluções competitivas e inovadoras⁵² para o desenvolvimento e validação de NLT; e a especialização operacional com carácter independente para avaliação dos desenvolvimentos e utilização das NLT.

Uma apreciação aos tópicos tratados nos cinco simpósios já realizados permite-nos afirmar que o EWG-NLW, tem acompanhado com profundidade e interesse os diferentes domínios das capacidades NLW. As suas atividades cobrem as vantagens, perigos e problemas ligados ao emprego das NLW, tanto no domínio da atividade policial como para aplicação militar.

d. Síntese conclusiva

A NATO e UE pretendem desenvolver e aplicar a combinação adequada de instrumentos políticos, militares e outros, que previnam a escalada de violência e a propagação da conflitualidade a outros territórios.

Os EUA acreditam que as tecnologias emergentes poderão superar as limitações técnicas das atuais NLW e sublinham a sua importância nas operações de reconstrução, contra-insurreição, contra-terrorismo e anti pirataria.

Ao nível europeu destacam-se as atividades e reputação científica e tecnológica do EWG-NLW, a sua abordagem aos aspetos técnicos e operacionais e o estímulo conferido às indústrias de defesa europeias na busca de soluções competitivas e inovadoras.

As atividades da EDA no campo das NLW têm-se focalizado na utilização operacional destas capacidades no campo de batalha.

4. Inserção e utilização de capacidades NLW pelas FFAA

“... Portugal apoia e participa em operações das Nações Unidas, da NATO e da União Europeia. Devemos, para a salvaguarda dos nossos próprios interesses, con-

52 Igor Plaksin, originário da Rússia, é o representante de Portugal, coordenador e principal investigador da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC) no EWG-NLW. Em 2009, uma equipa de investigadores da Universidade de Coimbra foi galardoada com o prémio Europeu de melhor Poster Científico. Esse prémio foi atribuído pelo EWG-NLW, pelo desenvolvimento de uma nova técnica para a neutralização de explosivos improvisados, desenvolvida nos laboratórios da FCTUC. <http://www.uc.pt/fctuc/noticias/n20090609n01/>

tinuar a honrar os compromissos com estas organizações e garantir as condições adequadas para que as nossas Forças Armadas possam ombrear com as demais no cumprimento das missões internacionais...”

Discurso de Cavaco Silva em 10 de Junho de 2006⁵³

a. A dimensão internacional das FFAA

“A participação nacional em operações de paz, em particular as Operações de Paz (OP) das Nações Unidas, é um instrumento central na política externa portuguesa. A sua avaliação política e técnica, é amplamente positiva”⁵⁴.

O atual contexto estratégico internacional anuncia que a procura pelas missões de paz das NU tenderá a aumentar nos próximos anos.

Na verdade, Portugal tem prosseguido uma política de envolvimento ativo nas OP, concretizada de forma adequada, contínua e coerente pelos diversos Governos. Assume as suas responsabilidades internacionais, contribuindo financeira e operacionalmente, para o incremento do esforço comum nessas operações desde o início dos anos 1990⁵⁵. Esse envolvimento tem permitido enquadrar a componente militar da Defesa Nacional nas exigências estratégicas da PE.

De acordo com o MDN⁵⁶, o empenhamento de Portugal deverá ser efetuado potenciando o efeito transformacional das FFAA, diversificando os meios a enviar, garantindo que a tipologia de forças seja adequada aos requisitos das novas operações. É sob estas orientações que passamos a tecer considerações que podem justificar a inserção de capacidades NLW nas FFAA, adequando-as aos requisitos das futuras operações.

b. Considerações éticas e legais

Durante o processo de investigação sobre a legalidade e ética para a utilização das NLW, deparámos com testemunhos⁵⁷ contraditórios relativamente ao ciclo de desenvolvimento das capacidades não-letais⁵⁸. As reações de oposição assentam em dois argumentos principais. O primeiro argumento constata a existência de uma contradição à intenção inicial, cujo propósito apontava para uma certa humanização da guerra e para a preservação da vida humana e da propriedade pública e privada. Afinal, estas capacidades, ditas não-

53 <http://www.presidencia.pt/diadeportugal2009/?idc=540&idi=28686>

54 Informação de Serviço da Direção Geral de Política Externa do MNE: SPM 03-05-07

55 Essa participação já envolveu mais de 20.000 efetivos das FFAA. O profissionalismo, competência, espírito de missão, dedicação e qualidades humanas demonstrados, muito têm contribuído para prestigiar Portugal.

56 Apontamento sobre a “Avaliação da Participação de Portugal nas Operações de Paz da ONU” em DPE-DEAG_FEV11.

57 Trabalhos académicos, publicações das agências não-governamentais e documentos militares.

58 Aspectos técnicos, éticos, legais, de aceitação pública e também os relativos à ausência de informação consistente sobre a eficácia, controlo dos efeitos e recuperação médica.

-letais, passaram a atuar como multiplicador de força, com aperfeiçoamentos significativos na capacidade militar para controlar e matar. O segundo, denota preocupação relativa ao possível enfraquecimento dos instrumentos internacionais para controlar armamentos e evitar a sua proliferação (tratados, acordos e convenções) impedindo o desenvolvimento ou aquisição de determinadas armas.

Esta última preocupação resulta da propensão⁵⁹ que os países com vantagens tecnológicas, têm para influenciar a revisão dos mecanismos legais internacionais, conferindo-lhes legitimidade para o desenvolvimento de novas capacidades militares. David Fidler⁶⁰ preconiza três posturas relativas à evolução do Direito Internacional sobre esta matéria.

Alguns académicos já começaram a alertar para os perigos do vazio legal e riscos de proliferação que certas capacidades podem proporcionar, sustentados na militarização da biologia⁶¹, facilitação da tortura e violação dos direitos humanos.

As afirmações que passamos a transcrever são exemplos paralelos dessa realidade, neste caso, através da farmacologia:

“... remarkable progress has been made in the techniques to deliver immobilizing agents and in the development of safer, faster-acting potent compounds of extremely short duration in the last decade. Much of this work is either privileged or currently not available to the public and therefore unpublished” (DAVISON, 2007c: 39)

O emprego das NLW será suscetível de fortes críticas sempre que se verificarem utilizações abusivas, e isso é tanto mais provável quanto menor for a sua aceitação pública.

As Convenções e Tratados Internacionais, nomeadamente as Convenções de Genebra, Convenção sobre as Armas Químicas e outras, normalmente agrupadas no Direito dos Conflitos Armados, restringem a utilização operacional de certas armas em OAP ou em situações de guerra, à semelhança do que tem vindo ocorrer em países onde o seu emprego pelas forças policiais e militares já é uma realidade. Trataremos, seguidamente, alguns dos aspetos que poderão influenciar a aceitação destas capacidades nas FFAA.

(1) Ética

As questões éticas são especialmente relevantes porque as NLT oferecem oportunidades acrescidas para a supressão de atos de desobediência civil, também adequadas

59 Os EUA, Alemanha, Rússia, China e República Checa, são alguns dos países proponentes para a introdução dos efeitos bioquímicos em NLW em resposta a situações de imposição da ordem ou tomada de reféns. Estas propostas implicam a revisão dos termos da CWC e BTWC.

60 D.P. Fidler, “Non-Lethal Weapons and International Law: Three perspectives on the Future”, *Medicine, Conflict and Survival*, Vol 17 n.º 3, 2001.

61 A BMA alerta para os perigos da disseminação das capacidades destinadas a reprimir populações inteiras, com a manipulação intencional das suas emoções, memórias, sistema imunitário e fertilidade.

ao controlo de multidões, sendo por isso, também designadas por “tecnologias de controlo político”.

As justificações legais e éticas para a aplicação das NLT revestem-se de alguma fragilidade, em parte resultante da elaboração das Convenções e Tratados internacionais ter natureza reativa e, ser especialmente gerada em resposta a acontecimentos passados⁶². Não querendo subestimar a importância e nobreza do propósito com que esses instrumentos vão sendo elaborados, é importante considerar que o conjunto de normas internacionais que pretende minorar o sofrimento humano e controlar os instrumentos de guerra, tem por pressuposto que as formas de combate e as forças em conflito sejam geralmente uniformes e respeitadoras dos códigos de conduta tácita e expressamente aceites. No ambiente estratégico do séc. XXI esses pressupostos parecem ter perdido a validade⁶³ (DCDC, 2010b:4). Além disso, nem sempre é possível antecipar os avanços tecnológicos aquando da elaboração dos acordos internacionais. A esse respeito, podemos apontar os domínios da biotecnologia, química, eletricidade e RF como áreas tecnológicas de progresso surpreendente, cuja aplicação não-letal tanto poderá salvar vidas como ser utilizada para fins maléficis.

Embora o debate sobre estas questões continue a ter lugar em alguns círculos militares e académicos, em Portugal, o conhecimento sobre estas matérias carece de ampla divulgação e discussão para alcançar os patamares de esclarecimento e aceitação, característicos das sociedades democráticas mais evoluídas.

(2) Legalidade

A conduta das operações militares e emprego do armamento estão reguladas por normas internas e internacionais que se encontram transpostas para a realidade nacional. As convenções internacionais como o Tratado de Otava e a CWC contêm provisões que limitam ou proíbem o emprego de determinadas armas. A introdução de um novo tipo ou classe de armamento implicará também uma revisão legal sobre a matéria. No caso das NLW, será particularmente importante justificar o critério que precede à sua utilidade e aceitação, obrigando-se à demonstração de resultados em condições específicas de utilização. Só assim ficará comprovada a sua finalidade, como esforço realizado para redução das fatalidades.

Um dos considerandos legais mais importantes para julgar criminalmente a deriva nos efeitos pretendidos, está relacionado com a intencionalidade, ou seja a interpretação judicial quanto ao resultado final desejado, tal como estabelecido pelo comandante militar. Essa interpretação será determinante para a leitura do intento, sendo a resposta proporcionada um dos fundamentos mais importantes para a defesa do réu.

62 Recorde-se a controvérsia relativa aos acontecimentos do Teatro de Moscovo, em Outubro de 2002.

63 É previsível que à complexidade e ambiguidade das ameaças futuras sejam acrescentadas alterações radicais nas formas de luta.

Uma nota adicional sobre a criminalização por danos fatais inadvertidos está ligada à maior ou menor predisposição para a aceitação desses danos, em função da circunstância em que o sistema de armas for utilizado⁶⁴.

A semântica aplicada às NLW comporta implicações legais que nos merecem alguns considerandos. Em contexto militar *NATO*, o termo “*non-lethal*” não implica zero fatalidades ou ausência total de danos. Como já referimos, representa a intenção em alcançar um determinado objetivo com elevada redução na probabilidade de causar danos físicos ou fatalidades. A natureza multinacional das operações militares da *NATO* impõe, no entanto, um elevado grau de convergência de critérios, isto é, da necessidade em harmonizar os padrões de utilização e treino. Esta condição beneficia a interoperabilidade e eficácia militar.

Importa ainda considerar que, ao emprego das NLW, estarão sempre associados os fatores de impacto ambiental e a capacidade para inutilizar equipamentos. Estes fatores refletem a maior exigência e abrangência dos requisitos militares, ajustando-se à diversidade de cenários em que as forças operam. As competências operacionais e processo de reequipamento deverão refletir essa necessidade.

Como nota final sobre o futuro incerto do quadro legal transcreve-se o seguinte texto (DAVISON, 2007c: 43):

“A 2004 NATO report, Non-Lethal Weapons and Future Peace Enforcement Operations, also listed incapacitating biochemical weapons amongst “technologies of interest”... “More recently, a 2006 paper published by the US Air War College argued for the US to reject the Chemical Weapons Convention (CWC) in order to enable the development and use of incapacitating biochemical weapons in the so called “global war on terrorism”.

c. Classe Política e população

Como já referimos, as operações militares tenderão a desenrolar-se em áreas densamente povoadas, edificadas e urbanizadas, onde a navegação no “terreno cultural” não será menos delicada⁶⁵.

O impacto mediático, legitimidade, dependência tecnológica, tolerância às fatalidades, danos colaterais e ROE, são apenas algumas das vulnerabilidades que os opositores tenderão a explorar. O controlo de danos destas intervenções, constitui-se um fator importante de normalização, para assegurar o apoio doméstico e a continuidade da aceitação pública.

64 O resultado de danos não intencionais também está dependente da oportunidade e natureza dos cuidados médicos disponíveis para a vítima. Num ambiente operacional não é expectável apoio médico. A estes danos ficarão ainda associados aspetos psicológicos importantes. (RTO-TR-HFM-073) pág.6-10

65 US Marine Corps, *Vision and Strategy*, 2025, Pág. 13: http://www.onr.navy.mil/~media/Files/About%20ONR/usmc_vision_strategy_2025_0809.ashx

(1) Abordagem política

As preocupações de natureza política, para a aplicação de NLW, envolvem três domínios: população nacional; militares e comunidade internacional (NATO, RTO TR-HFM-073, 2006: 6-12).

O Reino Unido desenvolveu, a este propósito, um percurso metodológico destinada a avaliar as potenciais opções de aplicação das NLW. A metodologia, designada “*acceptability matrix*” é composta por três níveis:

- **Estratégico** – Observância dos requisitos legais, considerações nacionais sobre o destacamento e satisfação dos requisitos operacionais;
- **Éticos** – Avaliação médica da tecnologia (efeito e profilaxia), satisfação dos requisitos de saúde e segurança, aspetos éticos e culturais;
- **Operacional** – Satisfação dos requisitos de treino, avaliação do impacto na comunidade destinatária, mecanismos de observação e controlo da tecnologia;
- **Societal** – Adequação dos processos de consulta pública, grau responsabilidade social, justificação para a aceitação⁶⁶ da tecnologia.

(2) Expetativas

A crescente expectativa nos elevados padrões de desempenho proporcionados pelo profissionalismo dos militares e alta tecnologia, amplamente publicitados pelos *Media*, levam a generalidade das populações a acreditar na maior eficácia das forças ocidentais, a qual é medida na proporção inversa aos danos colaterais infligidos. Os militares encontram-se “reféns” dessas expectativas, intimidados pelo potencial fulminante da mediatização dos seus fracassos. Importa lembrar que as unidades militares que participam nas operações de CRO poderão não estar dotadas das capacidades necessárias para satisfazer tais expectativas.

Assegurada a legalidade no desenvolvimento, aquisição e emprego das NLW, será necessário ponderar sobre os aspetos reais de perceção e aceitação pública dessa capacidade. Uma ocorrência negativa, poderá ser capitalizada para virar a opinião pública, dividir a classe política e desacreditar os militares. Os adversários tenderão a explorar as fragilidades, reais ou imaginárias, aludindo a insuficiências, falhas de gestão ou operação dos novos sistemas. Daí a importância em assegurar que, antes da sua utilização operacional, estes sejam submetidos a rigorosos testes de eficácia, e os seus utilizadores abrangidos por programas de treino específico, e que o seu emprego cumpra exatamente com as ROE estabelecidas. Em última análise, a aceitação das NLW obriga a que a doutrina para o seu emprego deva considerar todos os aspetos de perceção, aceitação e operação dos sistemas.

Importa ainda referir que, nas intervenções com utilização desajustada das NLW, tais ocorrências poderão ser facilmente interpretadas como ações de tortura ou abuso

66 A escolha das NLW, como alternativa à força letal, não isenta as autoridades da demonstração de responsabilidade nem da necessidade em promover o apoio político e público às suas políticas, táticas e tecnologias.

(*bullying*)⁶⁷. Nestes casos o público e os *Media* irão, certamente, especular sobre a sua utilização.

d. Forças de Segurança de natureza militar – GNR

A dualidade⁶⁸ de competências da GNR permite-lhe cumprir missões de transição entre a Segurança Interna em Território Nacional, e a integração de Forças Multinacionais em CRO, no quadro da ONU, NATO, EU e *Organization for Security and Cooperation in Europe* (OSCE). A Guarda integra um conjunto de capacidades no âmbito das NLW que podem ser utilizadas no âmbito das suas ações internas e externas.

Nos contactos efetuados, junto do Comando da Unidade de Intervenção da GNR, procurámos indagar sobre a pertinência e suficiência operacional das capacidades menos-letais⁶⁹. Embora de aplicação muito esporádica, as ações de intervenção, no âmbito da segurança interna, são sempre acompanhadas por uma célula certificada e treinada nestas capacidades, sendo salientadas as qualificações e proficiência para a sua operação.

Relativamente à sua utilização nos TO de Timor, Iraque ou Bósnia, verificámos que a sua utilização tem sido mais frequente e perfeitamente regulamentada pela ONU.

As competências e experiência acumulada pela GNR, poderão por isso, constituir-se como facilitadoras do processo de decisão para o desenvolvimento dessas capacidades nas FFAA. Relembra-se, no entanto, que os requisitos operacionais e performance das NLW destinadas às operações militares são mais exigentes do que as usadas para fins policiais. Não sendo de menosprezar o saber e experiência já alcançados pela GNR, estes atributos não deverão ser substitutos dos processos e atividades característicos dos ciclos de inserção de novos sistemas de armas que eventualmente venham a ocorrer no seio das FFAA.

e. Transformação das FFAA

“The capability gap within NATO as regards NLW is widening, threatening interoperability.” (COOPS, 2008:6)

(1) Portugal e o Planeamento de forças da NATO

O contributo de cada Estado membro para o dispositivo e esforço da Aliança é obtido através de um conjunto de atividades, capacidades e meios que edificam a sua capacidade. Em Portugal, o Planeamento de Defesa no seio das organizações com responsabilidades no âmbito da segurança e defesa, como a NATO e UE, é uma prioridade que

67 Esta leitura é extremamente difícil de refutar porque uma das características essenciais das NLW é a reversibilidade nos efeitos e a ausência de evidências físicas na vítima. Nestes casos surge redobrada a importância em desenvolver procedimentos que contraponham interpretações enviesadas.

68 A GNR é uma Força Militar de Segurança. É um dos instrumentos da política interna e externa do Estado Português, com missões em Timor, Afeganistão, Bósnia e Geórgia.

69 Designação adotada pela GNR. Lançadores de granadas, *bean bags*, gás pimenta, caneta de gás (*street defender*), Taser e bastão extensível. O Taser e o gás pimenta são os mais utilizados.

exige o empenhamento nacional para responder de forma oportuna e adequada. (CLERO, 2010:16-23)⁷⁰. Trata-se de um exercício necessário à distribuição equilibrada do esforço.

Os requisitos relativos às NLW já foram formalmente apresentados pelos Comandos Estratégicos da NATO e os ecos desses requisitos chegaram a Portugal através do questionário NATO, DPCS 2010 *Responses to Force Goals Portugal*.

(2) NATO Force Goals 2015

Em 2010, a Aliança solicitou à componente terrestre (*Land*) de Portugal que adquirisse até ao início de 2015, “a range of non-lethal capabilities for:”

- **Controlo de pessoal**, para neutralizar ou desarmar pessoal armado ou desarmado, incluindo a incapacitação de indivíduos ou grupos;
- **Controlo de equipamentos**, para imobilização, paragem ou neutralização de veículos e helicópteros⁷¹;
- **Controlo de infra-estruturas** e espaços, incluindo interdição e limpeza/evacuação de instalações; neutralização de complexos energéticos, sistemas de distribuição e meios de comunicação.

Portugal respondeu a esta solicitação afirmando que “*embora a aquisição destas capacidades não se encontre prevista ao abrigo da atual Lei de Programação Militar, esta matéria será objeto de estudo para possível satisfação do Force Goal durante o processo de revisão da referida lei.*”

Embora a aquisição e integração das NLW nas FFAA, mais concretamente no Exército, obedeça ao princípio da partilha de responsabilidades e configure a satisfação de um requisito da Aliança, o racional associado a essa transformação deve ser equacionado de forma mais abrangente.

Como temos vindo a demonstrar, os domínios de conhecimento e as tecnologias utilizadas no desenvolvimento das capacidades NLW, inserem-se em domínios onde a rede científica e tecnológica nacional, é particularmente competente, por serem mais dependentes de conhecimento do que recursos. E embora o desenvolvimento das NLW seja primariamente destinado à segurança e defesa, a imaginação e inovação podem abrir novos horizontes com potencialidades para o desenvolvimento de capacidades relevantes, devendo atender-se ao fator desenvolvimento tecnológico, como retorno de investimento para áreas de conhecimento ao alcance da comunidade científica e do sector industrial de Portugal.

f. Síntese conclusiva

Ao longo deste capítulo verificámos que a participação das FFAA em OP é um instrumento central da PE no âmbito das responsabilidades nacionais como membro da ONU,

⁷⁰ Documento com classificação de segurança CONFIDENCIAL.

⁷¹ Estas capacidades NLW destinadas a veículos, devem incluir tecnologias de anti-tracção e alteração de combustível, barreiras projetadas e substâncias que provocam a falência de ligações mecânicas e/ou alteram as propriedades dos materiais, e armas de neutralização dirigidas aos sistemas de defesa aérea.

NATO e UE. Verificámos que é importante que as FFAA estabeleçam e mantenham condições de paridade operacional com as congéneres aliadas no cumprimento das missões.

À semelhança da GNR, a eventual inserção de capacidades não-letais nas FFAA, poderá constituir-se como requisito essencial de interoperabilidade e cooperação.

Acreditamos que, com uma ampla divulgação e discussão pública sobre os critérios de necessidade, enquadramento legal, performance e quadros de aplicação, algumas limitações possam ser ultrapassadas. Promove-se assim a aceitação das NLW nas FFAA, e garante-se a coerência no processo de transformação, interoperabilidade e convergência das capacidades nacionais, numa distribuição equitativa e justa de esforço para com os requisitos da Aliança. A tomada de decisão sobre a inserção desta capacidade nas FFAA terá que transcender a simples satisfação do requisito *NATO*, ou seja, deve potenciar o desenvolvimento tecnológico, e representar investimento para áreas de conhecimento ao alcance do tecido tecnológico e científico nacional.

Conclusões

Ao longo deste trabalho constatámos que após o desenvolvimento e divulgação de capacidades não-letais militares pelos EUA, o interesse alargou-se a outros países e à *NATO*, a qual seguiu a tendência norte-americana no desenvolvimento dessas capacidades reconhecendo-lhes enormes potencialidades para colmatar as imperfeições das armas convencionais nos conflitos de baixa intensidade.

Os estudos científicos, entretanto realizados, revelam insuficiência de dados na área dos fatores humanos e medicina, e limitações na *performance* operacional para a maioria dos dispositivos testados pela NATO-RTO.

Relativamente ao estado da arte, verificámos que as NLW têm evoluído para patamares com potencial de desempenho operacional muito poderosos, condição influenciada pelos extraordinários avanços tecnológicos dos últimos anos e justificada com a natureza das ameaças contemporâneas e carácter urgente dos requisitos operacionais provenientes dos TO do Iraque e Afeganistão que tendem a abreviar os ciclos de desenvolvimento, teste, avaliação e certificação e as normas de segurança dos dispositivos utilizados pelos EUA.

Os factos enunciados e o exercício mental de distanciamento histórico à realidade atual, levam-nos a deduzir que, o conhecimento humano evolui inexoravelmente para um aperfeiçoamento na capacidade para confortar, curar, debilitar e matar.

Acreditamos que a sofisticação tecnológica e os valores humanistas podem ser conciliados. Para isso, importa preservar o culto da dignidade humana, alertando para os perigos associados a estas novas capacidades.

Numa postura de responsabilidade partilhada, sublinha-se a importância de divulgar e discutir abertamente as implicações desta opção militar, alertando para os perigos da proliferação e utilização abusiva destas capacidades que surtindo efeitos, podem não deixar marcas visíveis.

Finalmente, salientam-se os requisitos de interoperabilidade essenciais às FFAA para manutenção da paridade técnica e operacional. A esta vantagem político-militar, associam-se as potencialidades económicas e científicas que os conhecimentos ligados à integração e transferência das tecnologias emergentes podem proporcionar à base tecnológica e industrial de defesa, atuando como fator de inovação, progresso e desenvolvimento.

Bibliografia:

a. Livros e publicações

- AIR, LAND, SEA APPLICATION CENTER (2007). NLW Multiservice Tactics, Techniques and Procedures for the Tactical Employment of Non-Lethal Weapons. Air Land Sea Application Center 2007. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em <http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-22-40.pdf>
- ALEXANDER, John B. (1999). *Future War, Non-Lethal Weapons in Twenty-First-Century Warfare*. Thomas Dunne Books, New York
- BMA, (2007). *The use of drugs as weapons. The concerns and responsibilities of health-care professionals*. British Medical Association, BMA House, London. [em linha]: Referência de 19 de Março 2011. Disponível em http://www.bma.org.uk/images/DrugsasWeapons_tcm41-144496.pdf
- BONOMO, S. (2009). *Le armi cosiddette "non letali": Tecnologie, effetti biologici, implicazioni giuridiche, fattori limitanti*. Centro Militare Di Studi Strategici, Roma 2009. [em linha]: Referência de 11 de Março de 2011. Disponível em <http://www.difesa.it/backoffice/upload/allegati/2010/%7BCB3D516C-F23D-41C1-A7FB-990DB6F338B1%7D.pdf>
- CASEY-MASLEN, Stuart (2010). *Non-Kinetic-Energy Weapons termed Non-Lethal: A preliminary Assessment under International Humanitarian Law and International Human Rights Law*. Geneva, Academy of International Humanitarian Law and Human Rights 2010. [em linha] Referência 30 de Março de 2011. Disponível em <http://www.adh-geneva.ch/docs/projets/Non-Kinetic-EnergyOctober2010.pdf>
- COOPS, Cees M (2008). *NATO and the Challenge of Non-lethal Weapons*. Research Paper n.º 39, NATO Defense College, Rome 2008. [em linha] Referência 30 de Março 2011. Disponível em <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?size=578=10&ots591=cab359a3-9328-19cc-a1d2-8023e646b22c&lng=en&id=92063>
- DAVISON, Neil (2006). *The Early History of "Non-Lethal" Weapons*. Occasional paper n.º 1, BNLWRP, Department of Peace Studies, University of Bradford, UK 2006. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em http://www.brad.ac.uk/acad/nlw/research_reports/docs/BNLWRP_OP1_Dec06.pdf
- DAVISON, Neil (2007a). *The Development of "Non-Lethal" Weapons During the 1990's*. Occasional paper n.º 2, BNLWRP, Department of Peace Studies, University of Bradford, UK 2007. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em http://www.brad.ac.uk/acad/nlw/research_reports/docs/BNLWRP_OP2_Mar07.pdf

- DAVISON, Neil (2007b). The Contemporary Development of “Non-Lethal” Weapons. Occasional paper n.º 3, BNLWRP, Department of Peace Studies, University of Bradford, UK 2007. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em http://www.brad.ac.uk/acad/nlw/research_reports/docs/BNLWRP_OP3_May07.pdf
- DAVISON, Neil (2007c). ‘Off the Rocker’ and ‘On the Floor’: The Continued development of Biochemical Incapacitating Weapons. Bradford Science and Technology Report n.º 8, Bradford Disarmament Research Center, University of Bradford, UK 2007. [em linha]: Referência de 10 de Março de 2011. Disponível em http://www.brad.ac.uk/acad/nlw/research_reports/docs/BDRC_ST_Report_No_8.pdf
- DAVISON, Niel, LEWER Nick (2005). Bradford Non-Lethal Weapons Research Project (BNLWRP) Research Report n.º 7. University of Bradford, UK, 2005. [em linha]: Referência 30 de Março de 2011. Disponível em http://www.brad.ac.uk/acad/nlw/research_reports/docs/BNLWRPResearchReportNo7_May05.pdf
- DCDC, (2010a). Strategic Trends Programme: Global Strategic Trends – Out to 2040. Fourth Edition. Ministry of Defense 2010. UK. [em linha]: Referência 30 de Março de 2011. Disponível em http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/38651ACB-D9A9-4494-98AA-1C86433BB673/0/gst4_update9_Feb10.pdf
- DCDC, (2010b). Strategic Trends Programme: Future Character of Conflict. Ministry of Defense. UK 2010. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/00CD3C81-8295-4B79-A306-E76C370CC314/0/20100201Future_Character_of_ConflictUDCDC_Strat_Trends_4.pdf
- DIRECTIVA 005 EMGFA (2011). Empenhamento Militar no Plano Externo 2012-2017, CE-MGFA, Janeiro de 2011, Lisboa.
- GAO, (2009). DOD Needs to Improve Program Management, Policy and Testing to Enhance Ability to field Operationally Useful Non-Lethal Weapons. United States Government Accountability Office 2009. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em <http://www.gao.gov/new.items/d09344.pdf>
- KREUDER, Gregory (2008). Sharpening the Needle: Non-Lethal Air Power for Joint Urban Operations 2020. Air Command and Staff College. Maxwell AFB 2008. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em <https://www.afresearch.org/skins/rims/display.aspx?moduleid=be0e99f3-fc56-4ccb-8dfe-670c0822a153&mode=user&action=downloadpaper&objectid=a8cf4303-33af-46bf-bf51-a73378fcca5d&rs=PublishedSearch>
- MDN, (2008). Estratégia de Investigação e Desenvolvimento de Defesa, MDN/DGAIED. [em linha]: Referência de 23 de Dezembro de 2010. Disponível em http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/D3321143-5D6F-41F7-85DB-E6C75FA3F62B/0/20091022_EleDEstrategiaIdeDDefesa.pdf
- NATO, (2010a). NATO 2020: Assured Security; Dynamic Engagement – Analysis and Recommendations of the Group of Experts on a New Strategic Concept for NATO.

- Brussels 2010. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_63654.htm
- NATO, (2011b). “STRATEGIC CONCEPT For the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization – Adopted by the Heads of State and Government in Lisbon”. [em linha]: referência de 9 de Fevereiro 2011. Disponível em <http://www.nato.int/lisbon2010/strategic-concept-2010-eng.pdf>
- NATO, DPCS (2010). Responses to Force Goals Portugal. Divisão de Operações do Estado-Maior da Força Aérea, Alfragide
- NATO, RTO TR-HFM-073 (2006). The Human Effects of Non-Lethal Technologies. Brussels 2006. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em <http://www.rta.nato.int/pubs/rdp.asp?RDP=RTO-TR-HFM-073>
- NATO, RTO TR-SAS-060 (2009). Non-Lethal Weapons Effectiveness Assessment Development and Verification Study. Brussels 2009. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em [http://www.sse.gr/NATO/EreunaKaiTexnologiaNATO/39.Non_lethal_weapons_effectiveness_assessment_development_and_verification_study/RTO-TR-SAS-060/\\$\\$TR-SAS-060-ALL.pdf](http://www.sse.gr/NATO/EreunaKaiTexnologiaNATO/39.Non_lethal_weapons_effectiveness_assessment_development_and_verification_study/RTO-TR-SAS-060/$$TR-SAS-060-ALL.pdf)
- NATO, RTO TR-SAS-035 (2004). Non-Lethal Weapons Effectiveness Assessment. Brussels 2004. [em linha]: Referência em Janeiro de 2011. Disponível em http://www.rta.nato.int/Activity_Meta.asp?Act=SAS-035
- NATO, RTO TR-SAS-040 (2004). Non-Lethal Weapons and Future Peace Enforcement Operations. Brussels 2004. [em linha]: Referência de 30 de Março 2011. Disponível em [http://ftp.rta.nato.int/public//PubFullText/RTO/TR/RTO-TR-SAS-040///TR-SAS-040-\\$\\$TOC.pdf](http://ftp.rta.nato.int/public//PubFullText/RTO/TR/RTO-TR-SAS-040///TR-SAS-040-$$TOC.pdf)
- NATO, RTO TR-SAS-145 (2007). Human Effects of Non-Lethal Technologies. Brussels 2007. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em <http://ftp.rta.nato.int/public//PubFullText/RTO/EN/RTO-EN-HFM-145///EN-HFM-145-04.pdf>
- NIJ (2004). Department of Defense Non-Lethal Weapons and Equipment Review: A Research for Civil Law Enforcement and Corrections. US Department of Justice 2004. [em linha]: Referência em 30 de Março de 2011. Disponível em <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/205293.pdf>
- NRC, (2003). An Assessment of Non-Lethal Weapons Science and Technology. Division of Engineering and Physical Sciences. National Academy of Sciences. Washington 2003. [em linha]: Referência de 13 de Janeiro de 2011. Disponível em <http://www.nap.edu/openbook.php?isbn=0309082889>
- NATO, (2007). NATO AJP-3.4.2 Allied Joint Doctrine for Non-Article 5, Crisis Response Operations. Brussels 2007. [em linha]: Refer [http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:rS76slPn3qYJ:www.kam.lt/download/14142/ajp-3.4\(a\)%2520rd1.pdf+AJP-3.4.2+Allied+Joint+Doctrine+for+Non-Article+5,+Crisis+Response+Operations&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESg_hGoEJQXm5I-f7xWyCP6ozsWnZQ7m-l58n9CnjE8GpFzTG7HYM1m_jLAe4_sPVN4y5Qer1pC-](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:rS76slPn3qYJ:www.kam.lt/download/14142/ajp-3.4(a)%2520rd1.pdf+AJP-3.4.2+Allied+Joint+Doctrine+for+Non-Article+5,+Crisis+Response+Operations&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESg_hGoEJQXm5I-f7xWyCP6ozsWnZQ7m-l58n9CnjE8GpFzTG7HYM1m_jLAe4_sPVN4y5Qer1pC-)

- cKckSUSBUluQjvDNBP8Qx0JIS97HwzVnnpYirIWV5BHpK81naeLLH6cX_hLEIL&sig=AHIEtbQ62xAhDog8_m6-a8NDKbhEaDCtnw
- OLIVEIRA, Pedro (2009). Alternativas ao Uso da Força Letal – Armas Menos Letais, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
- PEARSON, Alan (2007). INCAPACITATING BIOCHEMICAL WEAPONS: Science, Technology, and Policy for the 21st Century. [em linha]: Disponível em <<http://cns.miiis.edu/npr/pdfs/132pearson.pdf>>
- PROGRAMA DO XVIII GOVERNO CONSTITUCIONAL (2009_2013) Assembleia da República Portuguesa. [em linha]: Referência de 28 de Março de 2011. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/Programa_GC18.pdf
- RISLING, Marten (2007a). Detailed Examples of NLT: Rádio Frequency Energy, Kinetic Energy and Electro-Muscular Devices. Department of Defense Medicine. Sweden 2007. [em linha] Referência em 30 de Março de 2011. Disponível em <http://ftp.rta.nato.int/public//PubFullText/RTO/EN/RTO-EN-HFM-145//EN-HFM-145-02.pdf>
- RISLING, Marten (2007b). Medical Issues for NLT. RTO-EN-HFM-145. Sweden 2007. [em linha] Referência em 30 de Março de 2011. Disponível em <http://ftp.rta.nato.int/public//PubFullText/RTO/EN/RTO-EN-HFM-145//EN-HFM-145-01.pdf>
- STOCKER, Harold, DICK, John, BERUBÈ, Giles (2004). Non-Lethal Weapons: Opportunities for R&D. Defense R&D Canada 2004. [em linha] Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA436202>
- SUTHERLAND, Ronald G. (2008). Chemical and Biochemical Non-Lethal Weapons-Political and Technical Aspects. SIPRI Policy paper n.º 23. Stockholm, Sweden 2008. [em linha] Referência em 30 de Março de 2011. [em linha]: Referência de 10 de Março de 2011. Disponível em <http://books.sipri.org/files/PP/SIPRI23.pdf>
- US NAVY, (2004). NAVY Doctrine for Antiterrorism/Force Protection. NWP 3-07.2 (Rev. A). Newport 2004. [em linha]: Referência de 23 de Fevereiro de 2011. Disponível em <http://publicintelligence.info/NavyATForceProtection2004.pdf>
- WALLACE, V. J. (2001). Non-Lethal Weapons: R²IPE for Arms Control Measures. Defense Studies. UK 2001. [em linha] Referência em 30 de Março de 2011. Disponível em <http://www.informaworld.com/smpp/ftinterface~content=a714000028~fulltext=713240930~frm=content>

b. Revistas, Artigos e notícias

- 6th European Symposium on Non-Lethal Weapons. Chemische Technologie Fraunhofer Institute. Germany 2010. [em linha] Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em <http://www.non-lethal-weapons.com/sy06index.html>
- ALLISON, Graham, KELLEY, Paul (2004). Nonlethal Weapons and Capabilities. Council on Foreign Relations. New York. [em linha]: Referência de 30 de Março de 2011. Disponível em <http://www.fas.org/rlg/040000-nonlethal.pdf>

- COLES, C. R. (2003). Air Delivered non-lethal Weapons and the RAAF Weapons Inventory. [em linha]: Referência de 25 de Fevereiro de 2011. Disponível em http://www.defence.gov.au/adc/docs/publications2010/PublcnGeddes2003_300310_Airdelivered.pdf
- CRADDOCK, Bantz, (2008). Statement of the United States European Command before the House Armed Services Committee. [em linha]: Referência de 19 de Janeiro de 2011. Disponível em <http://www.dod.gov/dodgc/olc/docs/testCraddock080313.pdf>
- DOD, (2010). Non-Lethal Weapons Program Annual Report 2010 & DoD Non-Lethal Weapons and Capabilities 2011. [em linha]: Referência de 15 de Janeiro de 2011. Disponível em <https://www.jnlwp.usmc.mil/misc/publications/AR2011.PDF>
- DUTTA, Arvind (2009). The case for Employing Non-Lethal Weapons. Institute for Defense Studies and Analysis. Índia. [em linha]: Referência de 15 de Fevereiro de 2011. Disponível em http://www.idsa.in/idsastrategiccomments/caseforemployingnon-lethalweapons_adutta_030609
- FIDLER, David P. (2005). The meaning of Moscow: “Non-lethal” Weapons and International law in the early 21st Century. International Review of the Red Cross. Geneva 2005. [em linha]: Referência de 12 de Março de 2011. Disponível em http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc_859_fidler.pdf
- HOFFMAN, Frank G. (2009). Hybrid Threats: Reconceptualizing the Evolving Character of Modern Conflict Strategic Forum n.º 240. Institute for National Strategic Studies, National Defence University. Washington, EUA. [em linha]: Referência de 19 de Fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=A496471&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>
- JI-WEI, Guo, YANG Xue-sen (2005). Ultramicro, Nonlethal, and Reversible: Looking Ahead to Military Biotechnology. Military Review, US Army. [em linha]: Referência de 24 Fevereiro de 2011. Disponível em <http://usacac.army.mil/CAC/milreview/download/English/JulAug05/yang.pdf>
- LAW, David (2009). Damage Control: Defense Department Pursuing Next-Generation Nonlethal Weapons. National Defense Magazine. [em linha]: Referência em 30 de Março de 2011. Disponível em <http://www.entrepreneur.com/tradejournals/article/193735284.html>
- LOMBARDO, Ingrid (2007). Chemical Non-Lethal Weapons – Why the Pentagon Wants Them and Why Others Don’t. James Martin Centre for Non-proliferation Studies, Monterey Institute of International Studies. CA. [em linha]: Referência de 20 de Março de 2011. Disponível em : <http://cns.miis.edu/stories/070608.htm>
- MAMPAEY, Luc (1999). Les Armes Non Létales. Une Nouvelle Course aux Armements. [em linha] Groupe de Recherche et D’information sur la Paix et la Sécurité. Bruxelles. [em linha]: Referência de 31 de Março de 2011. Disponível em <http://www.grip.org/fr/siteweb/images/RAPPORTS/1999/1999-01.pdf>
- MAMPAEY, Luc (2009). Les Armes à “léthalité reduite” Solution ou Perversion? Groupe de Recherche D’Information sur la Paix et la Sécurité. Bruxelles. [em linha]: Referência

- cia de 23 de Fevereiro 2011. Disponível em http://www.grip.org/fr/siteweb/images/NOTES_ANALYSE/2009/NA_2009-02-13_FR_L-MAMPAEY.pdf
- METZ, Steven (2001). Non-Lethal Weapons – A Progress Report. Joint Forces Quarterly. [em linha]: Referência de 27 de Fevereiro de 2011. Disponível em <<http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA525585>>
- PAN, Esther (2004). Defense: Non lethal Weapons. Council on Foreign Relations 2004. [em linha]: Referência de 28 de Fevereiro de 2011. Disponível em <<http://www.cfr.org/publication/7750/defense.html?id=7750>>
- SINISCALCHI, Joseph (1998). Non-Lethal Technologies. Implications for Military Strategy. Occasional paper n.º 3. Air War College-Maxwell AFB. [em linha]: Referência de 17 Dezembro de 2010. Disponível em <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/cst/csats3.pdf>
- US/UK, (2000). Non Lethal Weapons (NLW) Operations Executive Seminar 2000: Assessment Report. [em linha]: Referência de 2011. Ministry of Defense, London. [em linha]: Referência de 29 de Novembro de 2010. Disponível em <http://www.sunshine-project.org/incapacitants/jnlwdpdf/usukassess.pdf>
- VALLONS, Georges-Henri B. (2007). L'arme non létale dans la Strategie Militaire des Etats-Unis : Imaginaire Strategique et Genése de l'Armement. Cultures & Conflits. Revues.Org [em linha]: Referência em 30 de Março de 2011. Disponível em <http://conflits.revues.org/index3116.html?file=1>
- WRIGHT, Steve (2002). Future Sub-lethal, Incapacitating & Paralising Technologies. [em linha] Ómega Foundation. London. [em linha]: Referência de 28 de Dezembro de 2010. Disponível em <http://www.statewatch.org/news/2002/nov/torture.pdf>

c. Sítios Internet

- DOD Non-Lethal Weapons Programme – Non-Lethal Weapons for Today's Operations. [em linha]: Referência de 12 Janeiro de 2011. Disponível em <https://www.jnlwp.usmc.mil/misc/publications/AR2011.PDF>
- Ministério da Defesa Nacional. <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/>

7. A CONVENÇÃO DE MONTEGO BAY E PORTUGAL – DELIMITAÇÃO DAS ZONAS MARÍTIMAS DA MADEIRA

THE MONTEGO BAY CONVENTION AND PORTUGAL – MARITIME DELIMITATION IN MADEIRA ARCHIPELAGO

António Manuel de Carvalho Coelho Cândido

Chefe do Departamento Marítimo do Centro
Capitão-de-mar-e-guerra
coelho.candido@gmail.pt

Resumo

As atuais linhas de fronteira nas zonas marítimas do Arquipélago da Madeira foram traçadas unilateralmente por Portugal. Esta delimitação resulta da aplicação do critério da equidistância estatuído no direito interno português, mas Espanha não reconhece a linha de fronteira traçada segundo este critério, na zona de sobreposição entre as Ilhas Selvagens e o Arquipélago das Canárias, invocando a Convenção de Montego Bay, que estabelece que a delimitação da ZEE e da plataforma continental deve ser feita por acordo entre as Partes, em conformidade com o direito internacional, a fim de se chegar a uma solução equitativa.

O presente artigo analisa os fatores relevantes que condicionam ou influenciam a delimitação das zonas marítimas no Arquipélago da Madeira, nas zonas de sobreposição com Espanha e com Marrocos. Adicionalmente, foi dada especial atenção à posição de Espanha e de Marrocos na delimitação dos espaços, examinando a forma como procederam no traçado de fronteiras com os outros Estados com costas situadas frente a frente e, principalmente, os problemas existentes entre ambos nesta matéria. Observou-se também, a prática dos Estados na celebração de acordos de delimitação, assim como o resultado das decisões judiciais, através da análise de casos que apresentavam fatores comuns e com interesse para a solução das fronteiras marítimas da Madeira.

O artigo conclui que há condições para se desenvolverem negociação bilaterais e, partindo do critério da equidistância, considerar todas as circunstâncias relevantes para

se alcançar um resultado satisfatório para ambas as partes, ou dizendo o mesmo, um resultado equitativo.

Palavras-chave:

Arquipélago da Madeira, Arquipélago das Canárias, Delimitação das zonas marítimas, Ilhas Selvagens, Marrocos.

Abstract

The maritime boundaries of the Madeira Archipelago were drawn unilaterally by Portugal. This maritime delimitation was based on the equidistance principle, in accordance with Portuguese law, but Spain does not recognize the boundary between the Savage Islands and the Canary Islands, in an area of overlapping of entitlements, invoking the UNCLOS, that states that the delimitation of the EEZ and the continental shelf between States with opposite coasts shall be effected by agreement on the basis of international law, in order to achieve an equitable solution.

This article analyzes the relevant factors that determine or influence the delimitation of maritime spaces in the Madeira Archipelago, on the overlapping areas with Spain and Morocco. Special attention was given to the position of Spain and Morocco in delimitation issues, examining how they carried on the maritime delimitation with other States with opposite coasts, and especially the problems existing between them in this matter. It was also observed, the practice of States in concluding agreements on delimitation and the result of judicial decisions, through analysis of cases with common factors and relevance for the solution of the maritime boundaries in Madeira.

The article concludes that there are conditions to develop bilateral negotiations and, based on the use of equidistance-line and considering all relevant circumstances, to achieve a satisfactory outcome for Parties, or saying the same thing, an equitable result.

Keywords:

Canary Islands, Madeira archipelago, Maritime delimitation, Morocco, Savage Islands.

1. Introdução

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)¹, também conhecida por Convenção de Montego Bay, ou simplesmente Direito do Mar, entrou em vigor em 16 de novembro de 1994, num processo iniciado nas Nações Unidas (ONU) em

1 A CNUDM é um tratado internacional que resultou da terceira Conferência da ONU sobre o Direito do Mar (III Conferência), que decorreu de 1973 a 1982. A terceira Conferência foi precedida de outras duas que reuniram em 1958 e em 1960, e, através delas, a Comissão do Direito Internacional, instituída pela Assembleia Geral da ONU, em 1947, procurou promover a codificação da parte do Direito Internacional Público relativa aos espaços marítimos (Guedes, 1998: 11).

1958 (1.^a Conferência da ONU sobre o direito do Mar) e foi ratificada por Portugal em 3 de novembro de 1997, tendo iniciado vigência no ordenamento jurídico nacional a 3 de dezembro de 1997. Após ter sido assinada, o Secretário-Geral da ONU descreveu o tratado, como “possivelmente o mais significativo instrumento legal do século”.

No atual contexto mundial, com o desenvolvimento acelerado das ciências do mar, da exploração dos recursos marinhos e também da ocupação do mar pela indústria da energia, é especialmente importante a delimitação das zonas marítimas nacionais, como fator redutor de conflitualidade. Como referiu o Vice-almirante António Sacchetti na comunicação apresentada na Academia das Ciências de Lisboa, em 9 de outubro de 2008, “... há três conceitos importantes que dominaram os debates de ontem e dominam os de hoje: soberania, fronteiras e interesses nacionais.” (Sacchetti, 2009: 16)

O presente artigo² analisa, à luz do Direito do Mar, a delimitação das zonas marítimas do arquipélago da Madeira com o arquipélago das Canárias e com Marrocos. Para isso, é necessário perquirir quais são as particularidades de cada fronteira marítima e qual é a relevância das ilhas na delimitação desses espaços, assim como as posições dos Estados vizinhos (Espanha e Marrocos), especialmente no que diz respeito ao estatuto das ilhas.

2. A delimitação das zonas marítimas no Direito do Mar

Na delimitação das zonas marítimas – mar territorial, zona contígua, zona económica exclusiva (ZEE) e plataforma continental (PC)³ – para além da relevância do regime jurídico de cada uma delas, há que considerar os limites estatuidos no Direito do Mar⁴.

Desde a Conferência de 1958⁵, que as disposições relativas à delimitação apontam para a celebração de acordos entre as partes, “o que significa que a delimitação unilateral não é válida nos termos do Direito Internacional, nem é oponível ao outro Estado” (Faria, 2002: 240).

No que respeita à delimitação da PC, espaço em que o Estado costeiro exerce direitos soberanos, exclusivos e independentes da ocupação real ou fictícia, com o fim da sua exploração e da extração de recursos naturais, o articulado da Convenção refere-se ao acordo entre Estados “a fim de se chegar a uma solução equitativa” (artigo 83.º da CNU-DM), remetendo para a parte XV – solução de controvérsias – no caso de não ser possível alcançar um acordo num prazo razoável. Verifica-se assim uma tendência para valorizar

2 Este artigo tem por base o Trabalho de Investigação Individual realizado pelo autor no Curso de Promoção a Oficial General 2010/11, no IESM.

3 Em 11 de maio de 2009, Portugal submeteu à Comissão de Limites da PC, nos termos do n.º 8 do artigo 76.º da Convenção de Montego Bay, a informação sobre os limites da PC.

4 Mar territorial com um limite de 12 milhas; zona contígua até às 24 milhas; ZEE até às 200 milhas e a PC que se estende até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas, nos casos em que não atinja essa distância.

5 Conferência que esteve na origem da Convenção de Genebra de 1958, aprovada por Portugal, para ratificação, pelo Decreto-lei n.º 44490, de 3 de agosto de 1962.

o acordo entre Estados, porquanto é menor o peso da equidistância na CNUDM relativamente à Convenção de 1958. A declaração, de 28 de setembro de 1945, do presidente norte-americano Truman, teve uma grande influência na adoção da figura da PC e dos seus limites. Truman proclamou que o governo dos Estados Unidos olhava para os recursos naturais do leito e do subsolo da PC contígua à costa, como lhe pertencendo, estando sujeita à sua jurisdição e controlo (Guedes, 1998: 37). A existência provável de recursos petrolíferos esteve na origem da provisão de que “onde a PC se estende para as costas de outro Estado, a fronteira deve ser definida pelos Estados segundo o princípio da equidade (US Government, 1945). Portugal foi o primeiro país europeu a seguir esta via, através da publicação da Lei n.º 2080, de 21 de março de 1956 (Guedes, 1998: 38).

No caso da ZEE⁶, o texto do artigo 74.º da Convenção – delimitação da zona económica exclusiva entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente – é idêntico ao do artigo 83.º, relativo à delimitação da PC. No entanto, as duas zonas não têm de coincidir, por não haver obrigatoriedade nesse sentido. Ainda que a solução única possa ser a mais simples, a aplicação de critérios de equidade dificilmente resultaria em fronteiras únicas para ambas as zonas⁷.

Na III Conferência a questão das fronteiras das diferentes zonas marítimas foi objeto de prolongadas e difíceis negociações entre os partidários da equidistância, princípio fundamental que apenas seria corrigido se existissem circunstâncias especiais, e os que pugnavam pela aplicação de princípios equitativos. Os primeiros tinham como argumento principal a prática dos Estados e a consagração da distância à linha de costa e os segundos sustentavam a sua posição no seguinte texto da sentença do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), de 1969: “A delimitação deve realizar-se mediante acordo, em conformidade com princípios equitativos e tendo em conta todas as circunstâncias pertinentes” (Muñoz, 2003: 12).

Na generalidade, a prática internacional tem demonstrado que o ponto de partida é o método da equidistância, sendo corrigido e alterado no decurso das negociações, segundo os argumentos das partes, para se alcançar um resultado equitativo que considere e corrija as especificidades geográficas. A delimitação deve realizar-se, primeiramente, através de acordo entre Estados. Seguidamente, devem considerar-se as regras do direito internacional, atentas as fontes definidas no artigo 38.º do Estatuto do TIJ e, por último, que o acordo deve desembocar numa solução equitativa (Verduzco, 1998).

Os Estados devem tentar encontrar a solução possível através de negociações, procurando utilizar um método que traga uma resposta equitativa para as partes. A equi-

6 Este espaço marítimo ainda não estava definido em 1958, pelo que apenas se pode considerar a convenção de 1982.

7 No caso de existirem recursos significativos – vivos na ZEE e minerais na PC – com importâncias diferentes para os Estados envolvidos. No acordo entre Austrália e Papua-Nova Guiné na delimitação no Estreito de Torres, essas fronteiras – ZEE e PC – não coincidem.

distância apresenta-se assim como apenas um método de delimitação que pode, ou não, ser utilizado (Faria, 2002: 242), ou seja, “A delimitação de qualquer espaço marítimo deve ser o resultado da valoração de todos os elementos presentes e não apenas os de caráter geográfico.” (Faria, 2002: 250)

O resultado final da delimitação depende de decisores políticos ou judiciários, mas a definição das linhas de fronteira é um processo técnico-científico. Por isso, importa conhecer os métodos e técnicas mais significativos para a definição dessas linhas, especialmente aqueles que são mais relevantes para o caso em análise. Tratando-se de um processo em que cada Estado pretende maximizar as zonas marítimas sobre as quais há conflito de direitos de soberania ou de jurisdição, da solução resulta necessariamente a redução de espaços reclamados por um ou mais Estados. As áreas de sobreposição são assim fundamentais para o processo, atendendo a que é no seu interior que é traçada a linha de fronteira. No caso de áreas de sobreposição de natureza distinta – a PC ou a ZEE de um Estado se sobreporem ao mar territorial de outro – este não será reduzido e ser-lhe-á dada precedência completa (Antunes, 2003: 140).

O método das equidistâncias tem sido utilizado com diversas variantes (Langeraar, 1986: 7), de entre eles salientam-se:

- O método dos ajustamentos de efeito parcial. Um caso particular deste método, chamado *half-effect*, permite corrigir a influência desproporcionada duma ilha no traçado das fronteiras, partindo de duas linhas, uma considerando a existência da ilha e a outra ignorando-a, é traçada a fronteira de “half-effect” entre elas (Langeraar, 1986: 5).
- Método do rácio-equitativo (*equiratio method*), em que a linha de fronteira marítima é traçada com base num rácio da distância às linhas de base.

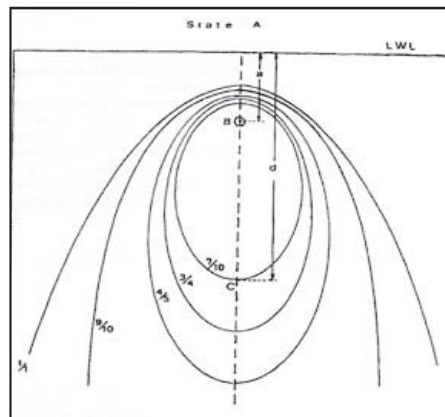
Enquanto alguns métodos se destinam a simplificar o traçado das fronteiras, outros surgem, como é o caso destes, com o objetivo de corrigir os maus resultados (iniquidade) quando a linha equidistante se afasta das linhas de base, particularmente quando existem ilhas nos espaços a delimitar.

A problemática das ilhas é relevante para a delimitação das zonas marítimas da Madeira. O regime das ilhas encontra-se consagrado na parte VIII da CNUDM, que, em particular, refere que “os rochedos que, por si próprios, não se prestam à habitação humana ou à vida económica não devem ter zona económica exclusiva nem plataforma continental”.

As ilhas só têm tratamento distinto das outras formações terrestres quando são classificadas de rochedos, mas somente se não puderem manter vida humana ou económica, condição em que não podem reclamar ZEE e PC. Os critérios que permitem enquadrar uma ilha nesta situação são demasiado vagos, atendendo a que “habitação humana” e “vida económica” são conceitos pouco precisos e tampouco têm que estar presentes em simultâneo, a que acresce o facto de “rochedo” não estar definido na Convenção, quer jurídica quer geologicamente. Alonso Verduzco afirma que “... [para além do México] ne-

nhum outro país estabelece em absoluto uma distinção entre as diferentes categorias de ilhas, nem entre estas e rochedos, nem entre rochedos que não se prestam à habitação humana ou à vida económica e rochedos que não se prestam a tais fins.” E dá o exemplo de França que estabeleceu ZEE nos seus territórios insulares não habitados e o Reino Unido que reivindicou uma zona de pesca exclusiva de 200 milhas nos rochedos de Rockall (Verduzco, 1998).

A delimitação equidistante tende a ficar cada vez menos equitativa à medida que a distância à costa aumenta. Como se pode ver na Figura 1, a parábola correspondente à linha equidistante entre a ilha e a linha de base do outro Estado vai-se afastando do seu eixo à medida que a distância da ilha à costa aumenta e a área correspondente à PC ou à ZEE reclamada pela ilha vai-se tornando cada vez maior, situação dificilmente aceitável para o outro Estado. Contudo, poder-se-ia chegar a uma solução mais equitativa se fosse traçada uma linha elíptica com um rácio desfavorável à ilha (na Figura 1 as linhas com um rácio menor que 1). Consequentemente, a utilização deste método é uma ferramenta valiosa para as negociações entre Estados (Langeraar, 1986: 7).



Fonte: (Langeraar, 1986)

Figura 4 – Rácio-equitativo vs equidistância, aplicado ao Estado A, (LWL: linha base) e à ilha B.

3. As fronteiras marítimas portuguesas

O Estado português tem vindo a legislar sobre matéria de delimitação marítima desde 1885. A Constituição da República Portuguesa (7.^a revisão de 2005) estatui, na alínea g, do artigo 164.º, que a definição dos limites das águas territoriais, da zona económica exclusiva e dos direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos, é uma reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República.

No ano seguinte à última revisão Constitucional, foi publicada a Lei n.º 34/2006, de 28 de julho, que determina a extensão das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição

nacional e os poderes que o Estado Português nelas exerce, bem como os poderes exercidos no alto mar.

Apesar da relevância dos acordos entre Estados para a delimitação das zonas marítimas, conforme se referiu supra, a Lei n.º 34/2006 não lhe faz qualquer referência, havendo no n.º 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei 119/78, uma menção à possibilidade de se virem a realizar, quando estabelece que “O limite exterior da zona económica exclusiva e a delimitação dos mares territoriais português e espanhol, sem prejuízo de qualquer acordo a concluir, são os representados na carta...”. A este respeito, também é importante notar que na Lei n.º 33/77, de 28 de Maio⁸, prevalece o acordo, ao estabelecer no n.º 2, do artigo 2.º, o método da equidistância apenas “enquanto não entrarem em vigor acordos com os Estados cujas costas são limítrofes ou opostas às do Estado Português...”.

Cerca de um ano antes da publicação desta lei, na cidade da Guarda, Espanha e Portugal firmaram acordos de delimitação do mar territorial e zona contígua, assim como da PC, nas fronteiras Norte e Sul – fozes dos rios Minho e Guadiana, respetivamente – com base na Convenção de 1958. Estes acordos não chegaram a ser ratificados, mas em 1978, tanto Portugal como Espanha, promulgaram leis estabelecendo uma zona económica exclusiva⁹.

Como exposto supra, os acordos firmados entre Portugal e Espanha a 12 de fevereiro de 1976, na cidade da Guarda, não trataram apenas de delimitar o mar territorial e a zona contígua. O meridiano e o paralelo que serviram para delimitar esses espaços foram estendidos para delimitar as PC¹⁰, o que, quando comparado com a equidistância, favorecia Portugal a norte e a Espanha a Sul, parecendo resolver o problema da delimitação de forma equitativa. Em 1978, com o estabelecimento das respetivas ZEE, Espanha e Portugal, estatuíram a linha equidistante como fronteira marítima (Muñoz, 2004a: 15). Mas esta linha equidistante no limite sul da subárea da Madeira, que está marcada na carta n.º 1001-E, do Instituto Hidrográfico, reproduzida no Anexo IV do Decreto-Lei 119/78, não é aceite por Espanha. Armando Guedes justifica o diferendo com base na divergência dos dois países, quanto à classificação das áreas emersas, que Espanha considera rochedos e, por conseguinte, sem ZEE e PC, atento o disposto no n.º 3, do artigo 121.º, da CNUDM (Guedes, 1998: 213).

Ainda recentemente, o Ministério dos Assuntos Exteriores e de Cooperação, de Espanha, apresentou na Embaixada de Portugal em Madrid, uma Nota Verbal, de 31 de janeiro de 2011, assinalando que:

“... entre os documentos remetidos encontra-se um mapa dos espaços marítimas de Portugal em que se delimitaram as águas das Ilhas Selvagens. A este respeito o Ministério dos Assuntos Exteriores e de Cooperação tem que recordar que, em con-

8 Esta Lei foi revogada pela Lei n.º 34/2006.

9 No caso português o Decreto-Lei 119/78 e no caso espanhol a Lei 15/78, de 20 de fevereiro.

10 Na altura, nenhum dos países havia estabelecido a ZEE.

formidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, de que tanto Portugal como Espanha são Partes, a referida delimitação deve efetuar-se por mútuo acordo, o que não aconteceu até ao momento.”

4. As posições de Espanha e Marrocos na delimitação das zonas marítimas

Marrocos e Espanha, tal como Portugal, assinaram e ratificaram a CNUDM¹¹ (Citizens for Global Solutions, 2007: 11-12). Ao contrário de Marrocos, que nunca chegou a ser parte contratante, Portugal e Espanha assinaram e ratificaram a Convenção de 1958 sobre a PC. Espanha transpôs para o direito interno as disposições desta Convenção sem nunca estabelecer os limites exteriores da PC.

No que respeita à delimitação da ZEE espanhola, a Lei 15/78, de 20 de fevereiro, reconhece, na falta de acordo, o princípio subsidiário da equidistância, critério conveniente aos interesses de Espanha, que foi defendido pela delegação espanhola na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, mas que não está em consonância com a Convenção de 1982, ao omitir qualquer referência à solução equitativa (Atmane, 2007: 41). O mesmo autor considera que há que ter em conta que a Lei espanhola é anterior à CNUDM¹² e que depois de Espanha ratificar a Convenção, em 1997, a norma delimitadora aplicável é a do acordo entre as partes, com vista a alcançar um resultado equitativo, independentemente de ser utilizado o método da equidistância, ou qualquer outro no processo de delimitação.

Espanha ainda não delimitou a sua ZEE com nenhum país vizinho, tendo realizado negociações, que fracassaram, com Portugal e França.

Contrariamente ao que acontece para a ZEE, não existe no ordenamento jurídico espanhol uma lei específica sobre a PC. No entanto, Espanha firmou Convénios bilaterais para a delimitação da PC com Portugal, em 1976, com França e Itália, em 1974 – delimitação do Golfo da Biscaia e delimitação entre as Baleares e a Sardenha, respetivamente (Vivero, 2002: 8).

No Tratado de delimitação das plataformas continentais no Golfo da Biscaia não são apresentadas as razões do traçado que favorece a França, mas parece claro, segundo José Lacleta Muñoz, que França invocou a maior dimensão da sua costa, assim como a maior extensão da sua PC geomorfológica, critérios que estavam em conformidade com a, então recente, sentença do TIJ relativa à disputa entre a Alemanha, por um lado, e a Dinamarca e Holanda, por outro, sobre a delimitação da PC no Mar do Norte. Em 1979, depois de Espanha e França terem estabelecido as suas ZEE, para continuar a delimitação até às 200 milhas, Espanha pretendia a divisão em partes iguais da zona fora do

11 Marrocos assinou e ratificou em 10 de dezembro de 1982 e em 31 de maio de 2007, respetivamente, e Espanha em 4 de dezembro de 1984 e 15 de janeiro de 1997, respetivamente.

12 A Constituição espanhola, à semelhança da portuguesa, estabelece a precedência do direito internacional convencional sobre as leis ordinárias.

golfo. Estas negociações não tiveram êxito e mostraram a tese espanhola de não atribuir importância às características geomorfológicas até às 200 milhas, ao defender que a concavidade da costa francesa no Golfo não tem que ser tomada em conta fora dele (Muñoz, 2004b: 8-11). Note-se que nesta delimitação foi estabelecida uma zona comum de exploração, sobre o Banco da Gasconha.

Com Itália, na delimitação da PC entre as ilhas Baleares e a Sardenha foi utilizado o critério da equidistância a partir das linhas de base. A delimitação foi efetuada apenas até aos pontos equidistantes de outros Estados, no caso França e Argélia, não incluindo assim áreas que pudessem ser reclamadas pelos outros Estados. Nesta delimitação não foi considerada a proporcionalidade das linhas de costa, critério que seria claramente desfavorável aos interesses espanhóis (Atmane, 2007: 52).

Quanto a Marrocos, os artigos 11.º e 12.º, do Dahir (Decreto Real marroquino), de 8 de abril de 1981, que tratam da delimitação da ZEE e da PC pretendem conciliar os dois critérios que dividiram os Estados participantes na III Conferência das Nações Unidas, mas, paradoxalmente, tende mais para o lado da equidistância do que para o da equidade, apesar de Marrocos fazer parte do grupo dos países que pugnavam pela equidade, precavendo-se de eventuais extensões no mar, de ilhas como a Madeira e, principalmente as Canárias, em prejuízo das zonas marítimas marroquinas (Atmane, 2007: 77-78).

Da aparente contradição no artigo 11.º do Dahir, apontada por Tarik Atmane, a posição oficial marroquina tem evoluído sem que tenha sido acompanhada por alterações legislativas. São reveladoras desta evolução, as afirmações do Ministro dos Assuntos Exteriores marroquino que no Parlamento invocou, a favor da equidade, o artigo 74.º da Convenção e a jurisprudência internacional, referindo-se concretamente ao que havia mencionado o TIJ no caso da delimitação da fronteira marítima no Golfo de Mayen¹³, donde se conclui que, para a delimitação da ZEE, Marrocos defende claramente, como principal norma, o acordo entre as partes e que todos os métodos utilizados durante o processo de delimitação devem conduzir a uma solução equitativa (Atmane, 2007: 77-78).

Também, em relação à PC, a posição oficial do Governo marroquino evoluiu no sentido de privilegiar o acordo entre as partes como principal regra de delimitação, conducente a um resultado equitativo. Esta evolução é confirmada pela promulgação da nova lei n.º 21-90, de 1 de abril de 1992, sobre pesquisa e exploração de depósitos de hidrocarbonetos, cujo texto se afasta do Dahir de 1958, no sentido em que apresenta o critério da profundidade para definir a PC, descarta a linha mediana e adota claramente a regra das circunstâncias especiais e os princípios equitativos, como método de delimitação. No que diz respeito às zonas marítimas de Marrocos no Atlântico, continua pendente a delimitação com Espanha e Portugal nas Canárias e Madeira, respetivamente. No entanto, no caso das Canárias, tiveram início em 2003, negociações com Espanha, sem que tivessem chegado a qualquer resultado (Atmane, 2007: 81).

13 Este caso será apresentado em 5.b.

Importa ainda referir que quando o problema da delimitação da PC e da ZEE estava a ser discutido na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Marrocos apoiou todas as tentativas (fracassadas) de negar espaços marítimos amplos às ilhas de Estados mistos¹⁴.

Nesta delimitação há que considerar, ainda, que a maior parte das ilhas do arquipélago das Canárias estão situadas em frente ao antigo Sara Espanhol. A condição jurídica deste Território e questões referentes ao direito aplicável às atividades relativas aos recursos minerais em Territórios não autónomos, são matérias em que os dois países não têm o mesmo entendimento. Acresce a esta situação, a concessão de licenças para pesquisa petrolífera, concedidas por Marrocos, em 2001, para uma área de 110.400 Km², na costa do Sara Ocidental, a uma companhia petrolífera americana.

A posição oficial de Espanha tem sido a de fazer depender a delimitação das fronteiras marítimas do Sara Ocidental da resolução do conflito. Nesse sentido, o Ministro dos Assuntos Exteriores declarou que "... o cenário não se alterou, do ponto de vista jurídico e político, portanto, neste momento, o Governo afasta a possibilidade de propor a arbitragem para a delimitação das águas territoriais às Nações Unidas"¹⁵.

Da mesma forma, Marrocos contesta a autorização que o Governo espanhol outorgou à empresa espanhola Repsol YPF, para realizar prospeções petrolíferas numa zona entre as ilhas orientais das Canárias e a costa marroquina. Mas não foi esta a primeira vez que Espanha delimitou unilateralmente a sua zona marítima ao largo das Canárias; também em 1997, na sequência do artigo 4.2 do Regulamento Europeu n.º 1489/97, de 29 de julho, relativo à localização de navios via satélite, o Governo espanhol notificou os demais Estados membros, que a ZEE das Canárias se estendia até à linha equidistante, entre Fuerteventura e Lanzarote, dum lado, e a costa marroquina, do outro.

Em resposta, o Governo marroquino protestou formalmente, através de uma nota verbal, de 27 de novembro de 2000, dirigida à Embaixada de Espanha em Rabat, em relação à intenção de Espanha estender a ZEE até à linha equidistante. Em relação à autorização para as prospeções petrolíferas na zona em litígio, também apresentou um importante protesto formal, mediante nota diplomática enviada a 31 de janeiro de 2002. Estes dois protestos têm grande relevância porque correspondem à primeira posição oficial de Marrocos em relação à delimitação marítima, na última das quais, qualificam o ato espanhol de unilateral, discutível e inaceitável. (Atmane, 2007: 116)

Dessa nota refere que a PC marroquina "... se estende muito para além da linha mediana...", afirmação que deve ser considerada com toda a atenção na problemática da delimitação marítima atlântica.

14 Ilhas de um Estado que não é considerado Estado arquipélago. "Estado arquipélago" significa um Estado constituído totalmente por um ou vários arquipélagos, podendo incluir outras ilhas.

15 *Diario de Sesiones del Senado*, n.º 44, de 16 de maio de 2001.

Mas Marrocos foi mais além, quando em 16 de maio de 2009, a Missão Permanente do Reino de Marrocos junto da ONU dirigiu uma carta ao Secretário-Geral da organização, a propósito do plano de extensão da PC para além das 200 milhas na área a oeste do Arquipélago das Canárias, que o Governo espanhol submeteu à Comissão de Limites da PC, em 11 de maio de 2009, em conformidade com o artigo 76.º, da CNUDM. Na carta, o Governo de Marrocos afirma que rejeita qualquer ato que pretenda estabelecer unilateralmente a PC e exige que sejam aplicados os princípios do direito internacional e da prática e jurisprudência internacional. Declara, também, que Marrocos continua um firme partidário da regra da equidade e do estabelecido no n.º 1, do artigo 83.º, da Convenção.

Mas o verdadeiro problema entre Espanha e Marrocos relaciona-se com o contencioso territorial resultante da reivindicação marroquina à soberania dos enclaves de Ceuta, Melilla e ilhas e *peñones*¹⁶ adjacentes (Atmane, 2007: 127), que já resultou num conflito grave entre os dois países, em julho de 2002, tendo como palco a ilha de Perejil.

No mediterrâneo merece especial atenção o caso da ilha espanhola de Alborão, situada a 45 milhas da costa espanhola e a 30 milhas da costa marroquina. Alborão nunca teve população civil a residir na ilha, nem parece possível que possa manter atividade económica própria, ainda que as suas águas tenham valor económico e ecológico. No entanto, e considerando o caso da ilha de Jan Mayen, é admissível que Alborão possa ter PC e ZEE. Se assim fosse, e tendo em conta o pleno efeito (*full-effect*) da ilha, a linha equidistante ficaria a apenas 3 milhas do mar territorial marroquino, com a consequente desproporção entre a dimensão das costas e o espaço marítimo gerado (Muñoz, 2004b: 10-11).

Pelo contrário, Marrocos pretende que a linha equidistante seja traçada pelo paralelo 36º N (traçado da bisetritz a partir do estreito de Gibraltar). Na opinião de Tarik Atmané, a delimitação não deveria atender à presença da ilha de Alborão, porque se trata de um rochedo que o facto de existir na ilha um farol e, ocasionalmente, um destacamento militar não altera. Este autor vai ainda mais longe ao afirmar, que uma delimitação equitativa passaria por reduzir o mar territorial da ilha – a sul, leste e oeste –, para menos de seis milhas, por se estar perante em exemplo de circunstâncias especiais, considerando a posição da ilha como de *semienclave* (Atmane, 2007: 140-141).

Esta opinião vai muito para além do considerar a ilha como um rochedo (os rochedos têm mar territorial e zona contígua), buscando no conceito de *semienclave* o argumento para a redução do mar territorial. No entanto, não se trata da sobreposição de zonas marítimas similares, ou seja, o mar territorial de Alborão não se sobrepõe ao mar territorial de Marrocos, pelo que poderá ser excessiva a utilização do conceito de *semienclave*.

16 As ilhas Chafarinas e de Perejil e os *peñones* de Velez de la Gomera e Alhucemas, territórios espanhóis, estão todos eles situados a muito curta distância da costa marroquina (entre as centenas de metros e as 3 milhas).

5. A delimitação marítima na jurisprudência internacional

A CNUDM estabelece que se os Estados interessados não chegarem a acordo, dentro de um prazo razoável, devem recorrer aos procedimentos previstos na parte XV – Solução de controvérsias. Assim, o assunto poderá chegar a um tribunal internacional a pedido de qualquer das partes na controvérsia (art.º 286.º). Quanto à escolha do meio – Tribunal Internacional do Direito do Mar, TIJ, um tribunal arbitral ou um tribunal arbitral especial – fica ao critério dos Estados Parte na Convenção (art.º 287.º).

Como afirma Alonso Verduzco, “a jurisprudência em matéria de delimitação marítima tomou o papel das convenções e do costume, no sentido em que a jurisprudência neste âmbito aparece como uma fonte direta e primária, e não subsidiária ou auxiliar.” (Verduzco, 2003: 492)

Seguidamente, são apresentados dois casos que foram submetidos a tribunais internacionais, com matéria de interesse para a delimitação das zonas marítimas no Arquipélago da Madeira.

a. Caso da delimitação da PC no Mar do Norte, de 1969

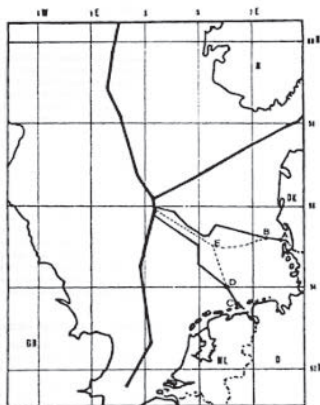
No caso da PC do Mar do Norte, com a Dinamarca e a Holanda de um lado e a República Federal da Alemanha do outro, o TIJ foi instado a decidir sobre os princípios e normas do direito internacional aplicáveis à delimitação da área marítima entre os três países. O caso chegou ao Tribunal depois das negociações terem fracassado, principalmente porque os dois primeiros países pretendiam que fosse aplicado o método da equidistância, enquanto a Alemanha considerava que dessa forma o resultado não seria equitativo, por não considerar a proporcionalidade do comprimento das linhas de costa (Muñoz, 2003: 8-12).

Perante esta situação e a urgência de haver confiança para a emissão de concessões de exploração de hidrocarbonetos, os países envolvidos recorreram ao TIJ. O Tribunal, em sentença de 1969, não considerou as teses das partes em litígio, “coisa frequente na jurisprudência internacional em matéria de delimitação marítima” (Muñoz, 2003: 10). A propósito, afirma Lynce de Faria que “... a utilização desmesurada ou desordenada da equidade leva a um verdadeira governo dos juízes, assente em premissas metajurídicas” (Faria, 2002: 295).

O Tribunal decidiu que: (i) a utilização do método da equidistância não é obrigatória; (ii) não há nenhum outro método de delimitação, cuja utilização seja obrigatória em todas as circunstâncias (Langeraar, 1986: 8); (iii) a delimitação deve realizar-se mediante acordo, em conformidade com os princípios equitativos e tendo em conta todas as circunstâncias pertinentes, de forma a atribuir a cada Parte, dentro do possível, a totalidade das zonas da PC que constituem o prolongamento natural do seu território sob o mar e que não afetam o prolongamento natural do território da outra Parte (Muñoz, 2003: 10-11).

O Tribunal resumiu as questões relevantes que deveriam ser tomadas em conta nas novas negociações, por forma a atingir-se um resultado equitativo. As negociações

realizaram-se e, em 1971, os três países chegaram a linhas de fronteira aceitáveis para as partes, tal como são apresentadas na Figura 2, (linhas de fronteira marcadas a cheio e as linhas equidistantes a tracejado) (Langeraar, 1986: 8), linhas que corrigiram os resultados “extraordinários, anómalos e desproporcionados” (Verduzco, 2003: 418)



Fonte: (Langeraar, 1986)

Figura 5 – Delimitação da PC no Mar do Norte.

A importância desta sentença do TIJ resulta de ter utilizado como fundamento jurídico, para sustentar a decisão, que o critério da linha mediana e, especialmente, o princípio da equidistância, não podiam ser consideradas regras consuetudinárias.

b. Caso da delimitação entre Jan Mayen e a Gronelândia, de 1993

No caso da delimitação marítima entre a Noruega e a Dinamarca, relativo à delimitação da PC e das zonas de pesca, entre Jan Mayen e a Gronelândia, a Dinamarca reivindicava uma linha de fronteira a 200 milhas da costa oriental da Gronelândia. Como resultado de tal delimitação, e atendendo ao facto das costas distarem cerca de 240 milhas, a Noruega ficaria com uma área praticamente residual da “área relevante para a disputa de delimitação”, como a definiu a Dinamarca. Por seu lado, a Noruega pretendia o traçado pela linha equidistante (The Hague Justice Portal, 2011).

Neste caso, o TIJ avaliou a equidade de uma linha provisória equidistante, tendo em conta a relação entre o comprimento das linhas de costa de ambos os territórios e as áreas marítimas alocadas a cada Parte por essa linha. O Tribunal concluiu que a linha equidistante, traçada a título provisório e empregue como ponto de partida, devia ser corrigida e deslocada, em razão da disparidade do comprimento das costas relevantes (proporção de 9 para 1) dos Estados em questão. Consequentemente, modificou a linha provisória, sem recorrer a cálculos matemáticos de proporcionalidade precisos. Na decisão do Tribunal, pesou não só a disparidade na dimensão das linhas de costa, mas também, a importância

dos recursos pesqueiros na área meridional e do lado norueguês da linha equidistante. Assim, a linha de delimitação foi deslocada em direção a Jan Mayen, de forma a dividir em partes iguais a zona de interesse pesqueiro, enquanto para norte a desproporcionalidade foi sendo reduzida progressivamente, até chegar ao ponto de delimitação mais a norte que é equidistante (Muñoz, 2003: 16).

Adicionalmente importa referir, que a ilha de Jan Mayen é particularmente inóspita, sem nenhum recurso próprio e sem população permanente, apesar de ter uma superfície (373 km²) equivalente à da ilha de Malta. (Verduzco, 1998).

6. Os acordos de delimitação marítima

Os acordos entre Estados ratificam grande parte da jurisprudência internacional, com a maioria deles a tomarem como critério base, no estabelecimento inicial da linha de delimitação, o método da equidistância, para, a partir dela, procederem aos ajustes necessários e às correções pertinentes, resultantes de circunstâncias especiais, relevantes ou particulares, tais como a configuração e o comprimento das linhas de costa, a presença de ilhas, etc. No acordo de 1968 celebrado entre a Itália e a Jugoslávia, o método da equidistância caracteriza grande parte das linhas de delimitação da PC, tendo sido atribuída pouca relevância a quatro ilhas situadas na parte central do Adriático. No entanto, no caso da delimitação entre a Grécia e Itália, de 1977, foi também escolhido o método da equidistância, com alguns ajustes, pois foi atribuído um peso de $\frac{3}{4}$ às ilhas gregas de Fanos e um semi-efeito (*half-effect*) às ilhas Strofadas (Verduzco, 2003: 484).

De uma forma geral, a necessidade dos Estados chegarem a acordo sobre a delimitação das suas zonas marítimas teve origem em dois fatores: a existência de hidrocarbonetos e o facto de serem espaços geograficamente confinados (Colson, 1993: 44-45).

Outro aspeto importante dos acordos, são as cláusulas de cooperação que constam em cerca de dois terços deles. David Colson divide estes dois terços em três categorias: (i) a primeira contempla os acordos com cláusulas genéricas de cooperação entre as partes, que podem ser a base para o progresso político em determinadas matérias, mas que dificilmente definem uma nova relação legal entre as partes; (ii) a segunda categoria estabelece compromissos mais específicos, em que os acordos contêm cláusulas de unitização, isto é, definem quais são as obrigações das partes, quando os recursos se encontram na área de delimitação, sendo mais comuns nos que tratam da PC, relativamente aos da ZEE¹⁷; (iii) a terceira categoria contém os acordos que estabelecem um conjunto ainda mais específico de regras de natureza cooperativa, e que, no final dos anos 80 do século passado, representava vinte e seis acordos de delimitação marítima.

17 A unitização dum depósito de hidrocarbonetos permite tratá-lo como único no que respeita a exploração, regulação, proveitos, taxas, gestão. Cláusulas deste tipo estão presentes nos acordos entre: Colômbia – Honduras; Argentina – Uruguai; Malásia – Tailândia; Irão com Bahrain, Oman, Qatar, EAU; Austrália – Timor.

Concluindo, “a delimitação negociada apresenta grandes vantagens face à solução jurisdicional já que a ausência de formalismos na negociação permite aos Estados expressarem diretamente os seus pontos de vista e as suas reivindicações geográficas, modificando-as à medida que avançam as negociações.”, e ainda a grande vantagem de permitir que sejam abordadas e consideradas matérias distintas, tais como a exploração de recursos” (Faria, 2002: 242-243).

7. Análise à delimitação das fronteiras marítimas na Madeira

A delimitação das zonas marítimas entre os arquipélagos da Madeira¹⁸, das Canárias e a costa ocidental de Marrocos apresenta problemas complexos, que estão na origem da não delimitação de nenhuma das fronteiras da zona. Esta delimitação, atendendo a que a distância entre eles é superior a 24 milhas, apenas diz respeito à ZEE e à PC. Analisando a delimitação dum ponto de vista bilateral, a sua complexidade, por ordem crescente, é a seguinte: Portugal – Marrocos; Portugal – Espanha e Espanha – Marrocos.

A divergência de posições entre Espanha e Marrocos em matéria de Direito do Mar, as complicadas questões políticas que continuam por resolver e que se inter-relacionam com a complexidade técnica no traçado de fronteiras entre os dois países, tornam efetivamente difícil que se realizem negociações e que estas produzam resultados aceitáveis para ambas as partes; “... a delimitação dos espaços marítimos entre Espanha e Marrocos está inevitavelmente condicionada à resolução do contencioso existente entre ambos os Estados sobre a sua integridade territorial, o que determina que a solução por via convencional, seja, por agora, bastante utópica.” (Calatayud, 1989: 208)

Por esta razão, não se julga possível a realização de negociações trilaterais para a resolução dos problemas de delimitação das zonas marítimas da Madeira.

Quanto à opção por linhas de delimitação distintas para a PC e ZEE, que resulta na sobreposição da ZEE de um Estado sobre a PC de outro, situação potencialmente geradora de conflitos, não se revela a mais adequada, atendendo a que não se conhecem recursos minerais, nem importantes bancos de pesca, nas zonas de delimitação da Madeira.

Relativamente às linhas de fecho que Portugal e Espanha traçaram na Madeira¹⁹ e nas Canárias, em consonância com as reivindicações arquipelágicas protagonizadas por Estados mistos que na prática acabam por as traçar, apesar da Convenção não o permitir nos arquipélagos de Estados mistos, como refere Esperanza Calatayud, a existência destas linhas não é relevante, quer para a delimitação entre a Madeira e as Canárias,

18 Conforme o estabelecido no n.º 1, do artigo 3.º, da Lei n.º 130/99, de 21 de agosto – Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira –, “O arquipélago da Madeira é composto pelas ilhas da Madeira, do Porto Santo, Desertas, Selvagens e seus ilhéus.”

19 Naturalmente, as linhas não envolvem as Ilhas Selvagens, porque não estariam em concordância com as regras definidas na convenção, atendendo à distância a que se encontram das outras.

porque o traçado destas linhas em nada prejudica e, ainda, facilita o traçado de uma linha equidistante (Calatayud, 1989: 203-204).

a. Delimitação entre a Madeira e a costa ocidental de Marrocos

A delimitação entre a Madeira e Marrocos não apresenta, à partida, problemas significativos. A menor distância entre as costas é de cerca de 350 milhas²⁰ (B na Figura 3), donde a zona de sobreposição a delimitar tem uma largura máxima de 50 milhas e vai diminuindo ao longo de 130 milhas até se anular (G na Figura 3).

Ao fazer-se uma analogia com o caso da delimitação entre Jan Mayen e a Gronelândia, onde a distância entre linhas de base é de 240 milhas, verifica-se que a proporção entre a extensão das linhas de costa relevantes é de 9 para 1, enquanto entre Marrocos e a Madeira é de 5 para 1, e ainda que as características da Madeira e de Jan Mayden não são comparáveis. Adicionalmente, considerando que nas zonas marítimas comuns entre a Madeira e Marrocos não se conhecem jazidas de hidrocarbonetos ou zonas de pesca importantes, pode-se deduzir que não existem circunstâncias especiais que desaconselhem o traçado pela linha equidistante.

Concluindo, na impossibilidade de se chegar a um acordo com Marrocos, o recurso ao TIJ seria uma solução adequada, porquanto os benefícios de solucionar a delimitação das fronteiras marítimas entre Portugal e Marrocos, considerando os resultados esperados e possíveis da decisão, seriam superiores a alguma eventual desvantagem.

b. Delimitação entre a Madeira e as Canárias

Ao contrário da anterior, a delimitação a Madeira e as Canárias apresenta outro nível de complexidade, resultante da posição das Ilhas Selvagens.

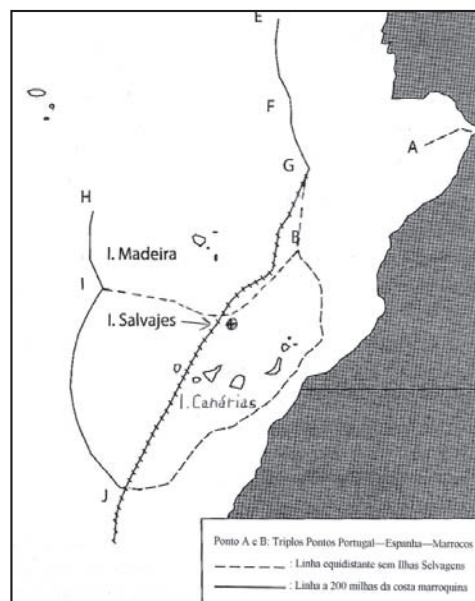
Esperanza Calatayud observa que nesta delimitação, a aplicação do princípio da equidistância poderia conduzir a uma solução equitativa, se não fosse a existência das Selvagens “duas pequenas ilhas desabitadas pertencentes a Portugal”, que são a razão das dificuldades em se concluir um acordo entre os dois países. Afirma ainda Esperanza Calatayud que a posição de Portugal é excessiva ao pretender reivindicar ZEE e PC e ter procedido unilateralmente ao traçado da linha de fronteira. Por fim, defende o traçado da linha mediana a partir de linhas de base arquipelágicas, pois desta forma, o limite do mar territorial das Selvagens encontra, na parte norte, a linha equidistante, havendo assim continuidade nos espaços marítimos da Madeira²¹ (Calatayud, 1989: 203-204).

Nos acordos da Guarda, Portugal estava disposto a aquiescer na aplicação, para a ZEE, do mesmo critério estabelecido no acordo para a delimitação da PC, se a delimitação da ZEE entre a Madeira e as Canárias tivesse em conta as pretensões portuguesas. Por seu

20 As distâncias apresentadas são aproximadas.

21 Esperanza Calatayud defendeu a aplicação do mesmo princípio à delimitação na ilha de Alborão (Calatayud, 1989: 220). A questão da ilha de Alborão foi já abordada em 4.e..

lado, a delegação espanhola defendeu o princípio da equidistância, mas sem considerar as ilhas Selvagens (Figura 3), posição que Portugal não aceitou, por pretender dar pleno efeito (*full-effect*), traçando a fronteira pela linha mediana. Depois de várias propostas e contrapropostas, Espanha fez uma última proposta em que a linha de delimitação contornava as Selvagens a 18 milhas a sul, seguindo depois pelos meridianos até encontrar a linha mediana inicialmente proposta. Portugal não concordou e as negociações terminaram. (Faria, 2002: 386-387). Ainda sobre esta questão, José Lacleta Muñoz, que era o chefe da delegação espanhola, refere que a Espanha estava disposta a aceitar a correção do efeito bolha do círculo de 12 milhas ao redor das Ilhas Selvagens, só tangente à linha equidistante no extremo norte, traçando tangentes adequadas a leste e oeste (Muñoz, 2004a: 17).



Fonte: Adaptado de (Muñoz, 2004a, 19)

Figura 6 – A delimitação das zonas marítimas: Madeira, Canárias e Marrocos

Como em qualquer traçado de fronteiras marítimas, é necessário avaliar os elementos geográficos que outorgam à zona a delimitar as suas especificidades. As ilhas são um desses elementos, que pelas suas particularidades, são muitas vezes motivo de conflito nas delimitações marítimas. (Calatayud, 1989: 109-112) Esta avaliação, que se refere ao efeito das ilhas na delimitação entre territórios continentais, está também patente na delimitação entre a Madeira e as Canárias, onde a localização das Selvagens constitui uma circunstância relevante. Aqui, as Ilhas Selvagens são as “ilhas” e o arquipélago da Madeira (sem as Ilhas Selvagens) e o arquipélago das Canárias assumem o papel de “territórios continentais”. Acima de tudo, a questão relevante para a delimitação não reside na clas-

sificação das Ilhas Selvagens (ilhas ou rochedos), mas sim nas circunstâncias geográficas relevantes decorrentes da sua localização.

Independentemente das dificuldades, é fundamental iniciar as negociações com o Governo espanhol, com vista a alcançar um acordo, pois como defende Lynce de Faria, “... interessa acordar na delimitação sobre todos os espaços marítimos com a Espanha, no continente e nos arquipélagos atlânticos, privilegiando um consenso na delimitação no eixo Selvagens – Canárias” (Faria, 2002: 390), a quem se junta José Lacleta Muñoz, ao afirmar que é lamentável que dois países vizinhos, com interesses comuns, sólidas relações de cooperação e amizade, não tenham, ainda, resolvido este problema (Muñoz, 2004b: 23).

Concluindo, e atentas as variáveis – princípios e métodos de delimitação; circunstâncias relevantes; proporcionalidade; jurisprudência internacional; prática dos Estados; posição oficial de Espanha relativamente à matéria da delimitação marítima no Direito do Mar – considera-se que a solução para a delimitação das zonas marítimas entre a Madeira e as Canárias deverá passar pelo traçado de uma linha equidistante entre as Ilhas Selvagens e as Canárias e, nas negociações, encontrar a proporção a aplicar na utilização do método do rácio equitativo, à linha equidistante. Desta forma, será possível alcançar um resultado satisfatório para ambas as partes, ou dizendo o mesmo, um resultado equitativo.

8. Conclusão

As zonas marítimas portuguesas foram delimitadas unilateralmente, com exceção das resultantes dos acordos firmados com Espanha e ainda não ratificados que tiveram lugar na Guarda, em 1976. Portugal utilizou a linha equidistante, num processo que a CNUDM não contempla nas disposições relativas à delimitação da ZEE e da PC, e cuja importância tem vindo a ser diminuída por decisões judiciais e arbitrais, que declaram que a equidistância é um método, como outros, e que não pode ser considerado como fazendo parte do direito internacional consuetudinário.

A jurisprudência dos Tribunais e a prática dos Estados constituem matéria de interesse para avaliar as alternativas ao traçado da linha de delimitação.

Desta análise, concluiu-se que as negociações deveriam ser bilaterais, atendendo aos conflitos/divergências existentes entre Espanha e Marrocos, envolvendo questões de soberania sobre Territórios e ao grau de complexidade da delimitação das fronteiras entre estes dois Estados.

Quanto à delimitação das duas zonas (ZEE e PC), a melhor solução, porque ganha em simplicidade sem perder eficácia, passa por traçar uma única fronteira marítima. Apesar de, no Direito do Mar, não existir este conceito, a fronteira única tem sido adotada na prática dos Estados. No caso da Madeira, o facto de não existirem recursos conhecidos nas zonas de sobreposição não justifica, assim, traçado diferente para cada uma das zonas, processo, necessariamente, mais complexo.

Por último, analisando todos os fatores supramencionados, assim como as circunstâncias relevantes e a proporcionalidade, entre outros, conclui-se que o método de delimitação mais adequado é o de, partindo do princípio da equidistância, aplicar o “rácio equitativo”, negociando-se o fator de proporcionalidade, que pode ser diferente para limites diferentes, e fazendo ajustes ao resultado por forma a se alcançar uma solução aceite pelas Partes como equitativa.

Bibliografia

- ANTUNES, Nuno M. – Towards the Conceptualisation of Maritime Delimitation: Legal and Technical Aspects of a Political Process. Leiden, The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 2003. ISBN 9789004136175
- ATMANE, Tarik – España y Marruecos Frente al Derecho del Mar. Oleiros, Espanha: Netbiblo, 2007. ISBN 9788497452588
- CALATAYUD, Esperanza – España y la Delimitación de sus Espacios Marinos. Murcia, Espanha: Universidad de Murcia, 1989.
- Citizens for Global Solutions [em linha]. Washington: CGS. [Consult. 23 Jan. 2011]. (2007). Disponível em <http://globalsolutions.org/law-justice/law-sea-treaty>
- COLSON, D. – The Legal Regime of Maritime Boundary Agreements. In International Maritime Boundaries. Dordrecht, Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1993. Vol. 2, p. 41-75
- FARIA, Duarte L. – A Jurisdição e a Delimitação dos Zonas Marítimas em Portugal: do Rio Minho às Ilhas Selvagens, na golada do Guadiana e no Mar de Timor. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2002.
- GUEDES, A. M. – Direito do Mar. 2.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.
- LANGERAAR, W. – Maritime Delimitation: The equiratio method – a new approach. Marine Policy [em linha]. Jan. (1986), 3-18. [Consult. 22 Mar. 2011]. Disponível em http://www.csc.noaa.gov/mbwg/_pdf/biblio/Langeraar.pdf
- MUÑOZ, J. M. – Fronteras en el mar: Política, derecho y equidad en la delimitación de los espacios marinos [em linha]. Madrid: Real Instituto Elcano: 2003. [Consult. 10 Fev. 2011]. Disponível em http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/dt23-2003
- MUÑOZ, J. M. – Las fronteras de España en el mar [em linha]. Madrid: Real Instituto Elcano: 2004. [Consult. 10 Mar. 2011]. Disponível em http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/dt34-2004
- MUÑOZ, J. M. – Política Marítima y Derecho Marítimo: Las Aguas de Canarias [em linha]. Madrid: Asociación de Estudios del Mar, 2004. [Consult. 10 Jan. 2011]. Disponível em <http://www.asesmar.org/conferencias/temas/politicamaritimayderechomaritimo.htm>
- SACCHETTI, A. – O Mar Português e a Fronteira Marítima da Europa. Revista da Armada, 431: (Junho 2009), 16-18

- The Hague Justice Portal – Maritime Boundaries: Court Documents [em linha]. Haia: The Hague Justice Portal, 2011. [Consult. 14 Fev. 2011]. Disponível em <http://www.haguejusticeportal.net/eCache/DEF/5/549.html>
- US Government – Truman Proclamation: Executive Order 9633 of September 28, 1945 [em linha]. Washington: Ocean Commission. [Consult. 15 Jan. 2011]. Disponível em http://www.oceancommission.gov/documents/gov_oceans/truman.pdf
- VERDUZCO, A. – Métodos de delimitación en derecho del mar y el problema de las islas. Instituto de Investigaciones Jurídicas: Boletín Mexicano de Derecho Comparado [em linha]. 93 (1998). [Consult. 16 Fev. 2011]. Disponível em <http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/boletin/cont/93/art/art3.htm>
- VERDUZCO, A. – Temas Selectos de Derecho Internacional [em linha]. 4.^a ed. Universidad Nacional Autónoma de México, 2003. [Consult. 25 Fev. 2011]. Disponível em <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=831>
- VIVERO, J. L. (2002). El Espacio Marítimo en España: Geografía Política y Política Marina [em linha]. Asociación de Estudios del Mar: Política Marítima y Derecho Marítimo (2002). [Consult. 22 Fev. 2011]. Disponível em <http://www.asesmar.org/conferencias/temas/politicamaritimayderechomaritimo.htm>

8. O DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS MILITARES. UM FIM OU UMA FASE DO PROCESSO EDUCATIVO DAS FORÇAS ARMADAS?

*MILITARY SCIENCES DOCTORATE PROGRAM.
AN END OR A PHASE IN THE PORTUGUESE
ARMED FORCES EDUCATIONAL PROCESS?*

Maurício Simão Tendeiro Raleiras

Coronel Tirocinado de Artilharia
Coordenador da Área de Ensino de Administração
raleiras.mst@iesm.pt
raleirasmst@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda a problemática do enquadramento e conceptualização das Ciências Militares, apresenta a fundamentação da necessidade de desenvolver o ciclo de estudos conducente ao grau de doutor em Ciências Militares para as Forças Armadas e equaciona as implicações da criação deste ciclo de estudos.

No que diz respeito à taxonomia das Ciências Militares, a investigação concluiu que estas constituem um ramo autónomo do conhecimento, cujo domínio de aplicação é a área da Segurança e Defesa e que em termos científicos pertencem à área geral das Ciências Sociais, através da área específica das Ciências Políticas e da sub-área específica dos Estudos de Políticas.

No trabalho identificam-se as razões de natureza científica e legal que fundamentam a necessidade de desenvolver esse ciclo de estudos, para além do prestígio inerente a um doutoramento em Ciências Militares e da equidade de tal desiderato no contexto do Ensino Superior em geral.

A análise da situação em alguns países aliados e amigos permitiu constatar que os doutoramentos inseridos no processo formativo dos oficiais têm lugar em estabelecimentos exteriores às Forças Armadas, no entanto existem países como a Bélgica, o Brasil e a Hungria, nos quais o doutoramento em Ciências Militares, ou áreas afins, é ministrado, autonomamente, no âmbito das Forças Armadas.

Tendo em conta o desenvolvimento da carreira e o aproveitamento dos doutorados, o ciclo de estudos deve ocorrer numa fase intermédia da carreira militar e permitir a uti-

lização de créditos resultantes da formação pós-graduada que os oficiais obtêm ao longo do seu processo educativo.

O estudo apresenta um modelo de ciclo de estudos e as suas implicações, com ênfase para as condições necessárias para a atribuição autônoma do grau acadêmico de doutor em Ciências Militares.

Nas conclusões do estudo equacionam-se as consequências para as Forças Armadas resultantes da criação deste ciclo de estudos.

Por fim, nas recomendações propõe-se um possível modelo de ciclo de estudos conducente ao grau de doutor em Ciências Militares, integrado no processo educativo das Forças Armadas, a ter lugar no Instituto de Estudos Superiores Militares.

Palavras-chave:

Ciências Militares, Doutorado, Ensino Superior Militar, Investigação e Desenvolvimento, Educação e Formação nas Forças Armadas.

Abstract

This report discusses the issue of Military Sciences framework and investigates the reasons underlying, it also presents the reason for the need to develop a Military Sciences Ph.D. degree in Military Sciences for Armed Forces as well as the resulting consequences.

In what concerns Military Sciences taxonomy, the research shows that they are an autonomous branch of knowledge, whose field of application is Security and Defence and in scientific terms they belong to the general area of Social Sciences, through the specific area of Political Sciences and the specific sub-area of Political Studies.

This work identifies the reasons that substantiate the need for the Armed Forces to develop this cycle of studies. They are of scientific and legal nature and furthermore, it is also relevant the prestige inherent in a Ph.D. in Military Sciences and equity regarding Higher Education in general.

The analysis of the situation in some friend and allied countries shows that Ph.Ds., within officers training process, take place in establishments outside the Armed Forces, however, there are countries like Belgium, Brazil and Hungary, where a Ph.D. in Military Sciences, or similar areas, is taught, autonomously, under the Armed Forces.

Taking into account career development and a better use of Ph.Ds, it is considered that the course should occur in an intermediate phase of the military career and should use credits resulting from post-graduate training that officers acquire through their educational process.

The study presents a model and the implications for the cycle of studies with emphasis on necessary conditions to independently grant the Ph.D. degree in Military Sciences.

The conclusions address the consequences for the Armed Forces inherent to the creation of this cycle of studies.

Finally, the recommendations propose a feasible Ph.D. cycle of studies model in Military Sciences, integrated in Armed Forces education process, to be held in the Joint Command and Staff College.

Keywords:

Military Sciences, Doctorate program, Military School, Research and Development, Education System in the Armed Forces.

“The most powerful tool any soldier carries is not his weapon but his mind.”
General David H. PETRAEUS

Introdução

Este artigo baseia-se no Trabalho de Investigação Individual (TII) realizado pelo autor durante a frequência do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG), e foi adaptado para publicação no Boletim do IESM.

O tema do presente trabalho centra-se no Ensino Superior Militar (ESM), no domínio das Ciências Militares e na possibilidade de criação de um 3.º ciclo de estudos.

Esta temática é importante para as Forças Armadas (FFAA), uma vez que está diretamente relacionado com a formação dos oficiais dos Quadros Permanentes (QP) que serão os seus futuros líderes. A qualidade da formação ministrada nos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM) é comprovada pelos padrões de desempenho dos oficiais, quer no âmbito interno, quer quando são chamados a participar em Quartéis-Generais internacionais, missões e cursos no estrangeiro, ou ainda em funções nos vários Teatros de Operações. Ao excelente desempenho profissional está associada uma sólida formação militar e humana à qual, obviamente, o ESM não é alheio.

O assunto interessa também aos EESPUM, os quais têm capacidade para ministrar cursos de 1.º e 2.º ciclos e atribuir os correspondentes graus académicos de licenciado e de mestre¹, mas não lhes é permitido conferir de forma autónoma, o grau académico de doutor, apenas o podendo fazer em associação com uma Universidade, ficando reservada a esta a competência para conferir o referido grau².

A relevância do assunto resulta, também, do facto de não existir um doutoramento em Ciências Militares em nenhuma Universidade, nem ser expectável que tal venha a acontecer, dada a especificidade destas ciências e a sua estrita aplicação no âmbito das FFAA. O domínio científico das Ciências Militares está, assim, limitado aos graus académicos de licenciado e de mestre, já formalmente reconhecidos no âmbito dos cursos

1 Decreto-lei n.º 37/2008, de 5 de Março, alterado e republicado através do Decreto-lei n.º 27/2010, de 31 de Março (art.º 18.º, n.º 1).

2 Decreto-lei n.º 27/2010, de 31 de Março (art.º 13.º, n.º 2).

ministrados na Escola Naval (EN), Academia Militar (AM) e Academia da Força Aérea (AFA). A limitação referida causa óbvios constrangimentos à investigação com vista ao aprofundamento dos conhecimentos militares e coloca, objetivamente, o ESM num patamar de desigualdade e menoridade no conjunto do Ensino Superior.

O resultado do trabalho pode contribuir para clarificar o domínio científico das Ciências Militares e fundamentar a necessidade para as FFAA da existência de um doutoramento nesta área do saber. Adicionalmente, o estudo identificará o momento mais adequado na carreira do oficial para um eventual doutoramento em Ciências Militares e apresentará um possível modelo de doutoramento e as suas implicações.

1. Enquadramento conceptual das Ciências Militares

Neste capítulo iremos delimitar o conceito de Ciência, procurar uma classificação das Ciências e definir o conhecimento científico, na perspetiva de encontrar um denominador comum que possa servir de referencial para melhor enquadrar as Ciências Militares.

a. Conceito de Ciência, classificação das Ciências e áreas científicas

“Se não me perguntam o que é Ciência eu sei o que ela é, mas se me perguntam já não sei o que é.”
(FONSECA, 1994)

A frase citada, inspirada em idêntica expressão da autoria de Santo Agostinho relativamente ao tempo, ilustra bem a dificuldade em explicitar o conceito de Ciência. De facto “a palavra Ciência é ambígua. Por um lado serve para designar a forma mais elevada de saber e conhecimento humano (...) por outro, remete para as atividades de produção de conhecimento” (ENCICLOPÉDIA LAROUSSE, 2007: 1715). Etimologicamente, a palavra Ciência “tem origem no latim, “scientia”, de “scirei” ou saber, conjunto coerente de conhecimentos relativos a certas categorias de factos, objetos ou fenómenos que obedecem a leis e que são verificados através de método experimental” (Idem: 1713 e 1714).

Segundo Freixo “Ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente, sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza” (ANDER-EGG apud FREIXO, 2010: 32).

As ciências podem agrupar-se segundo várias taxonomias. Para Freixo as Ciências classificam-se em “Ciências Matemáticas, Ciências Naturais, Ciências Humanas ou Sociais e Ciências Aplicadas. Cada uma destas ciências, por sua vez, subdivide-se em ramos específicos com nova delimitação do objeto (...) os próprios ramos de cada ciência subdividem-se em disciplinas cada vez mais específicas, à medida que os seus objetos conduzem a pesquisas mais detalhadas e especializadas” (FREIXO, 2010: 44).

De acordo com o Serviço Comunitário de Informação para a Investigação e o Desenvolvimento (Community Research and Development Information Service – CORDIS) da Comissão Europeia, as áreas científicas gerais englobam as “Ciências da Saúde, Huma-

nidades, Ciências Naturais, Ciências Físicas, Ciências Sociais, Ciências Educacionais e Ciências Tecnológicas”, as quais apresentam várias subdivisões. Esta taxonomia foi adotada pela Universidade do Porto (UP) e refere-se explicitamente à “Ciência Militar” integrando-a na área científica geral das Ciências Sociais, através da área científica específica de Ciências Políticas e da sub-área científica específica de Estudos de Políticas (CORDIS, s.d.).

Por outro lado, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) estabeleceu em 2007, a taxonomia dos *Field of Science and technology* (FOS) a qual considera como grandes áreas científicas as “Ciências Exatas e Naturais, Ciências da Engenharia e Tecnologia, Ciências Médicas e da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais e Humanidades”, com várias subdivisões em sub-áreas e especialidades (OCDE, 2007: 10).

Em Portugal, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) ambos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), adotaram o FOS-2007. A FCT reconhece atualmente 42 domínios científicos, mas nesse elenco não estão incluídas as Ciências Militares (GPEARI, 2010a: 7).

Comparando os domínios científicos que constavam na anterior versão do FOS (2002) com a atual, constata-se que houve um aumento significativo de domínios, como por exemplo, as nanotecnologias e a biotecnologia industrial e da saúde. Deduz-se, assim, que existe uma tendência para o conhecimento científico se especializar, criando uma dinâmica de autonomização de novas áreas científicas. A este propósito, Karl Popper refere que “O conhecimento científico é criado, inventado, construído com o objetivo de descrever, compreender e agir sobre a realidade. (...) Todo o conhecimento é modificação de algum conhecimento anterior” (SILVEIRA, 1996: 13 e 14).

Face ao que precede concluímos pois, que o conceito de Ciência está intimamente ligado à existência de um corpo sistematizado de conhecimentos, relativos a objetos da mesma natureza, que obedecem a determinadas leis, com uma dinâmica de evolução contínua que à medida que se vai especializando cria conhecimento novo e origina novas áreas científicas.

b. Caracterização das Ciências Militares

“Se um dia tivesse tempo escreveria um livro onde demonstrasse os princípios de uma maneira tão precisa, que estariam ao alcance de todos os militares e que se poderia aprender a guerra como se aprende uma ciência qualquer.”
 NAPOLEÃO I apud TELLES (1887: 75)

Se definir Ciência não é fácil, conceptualizar as Ciências Militares é tarefa ainda mais difícil.

O fenómeno da Guerra, na medida em que interessa a várias ciências, transcende o âmbito das Ciências Militares, mas é evidente que estas têm uma relação muito estreita

com a Guerra. Jomini identificou essa relação ao referir que "... a arte da guerra se dispersa por cinco ramos: a Estratégia, a Grande Tática, a Logística, a Arte do Engenheiro e a Tática do Detalhe³" (JOMINI apud DIAS, 2010: 87).

Em 1849, na Introdução da primeira edição da Revista Militar, Fontes Pereira de Mello, ao tempo Tenente do Real Corpo de Engenheiros, referia: "De todas as artes e sciencias que se conhecem, é, sem dúvida, a mais antiga a arte da guerra. (...) As sciencias militares, e as que lhe são accessorias, teem presentemente um desenvolvimento espantoso (...) as mais elevadas operações das mathematicas puras, assim como todos os ramos complicadíssimos das sciencias naturaes, prestam apoio efficaz aos grandes resultados obtidos pelas armas." (MELLO, 1849: pp. 9, 11 e 12). Daqui se deduz que já naquela época se considerava a existência de Ciências Militares e a sua interdependência com outras Ciências, bem como a estreita relação com a Guerra.

Em 1887, Sebastião Telles publicou o livro "Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares", obra que foi um marco para a afirmação dos conhecimentos militares como área do saber. Na pesquisa para o seu livro Telles analisou a literatura militar histórica e a evolução do pensamento militar, desde a Antiguidade até à sua época. Dos vários autores cujas obras analisou destacam-se: Tucídides, Políbio, Arriano, Vegécio, Maquiavel, Jomini e Clausewitz. As conclusões a que Sebastião Telles chegou foram influenciadas pelo pensamento do General Lewal que referia " (...) como recusar a classificação de ciência aos conhecimentos militares, que tiram a maior parte dos seus processos das ciências matemáticas, físicas, económicas e sociais? As suas bases, os seus fundamentos, seriam científicos e ela própria não o seria? Não é admissível." (LEWAL apud TELLES, 1887: 111). Telles considerou também a Filosofia e a Ciência Positiva, bem como as especificidades dos conhecimentos militares, tendo concluído que estes têm carácter científico e constituem um ramo do conhecimento, o qual denominou de "Ciência Positiva da Guerra⁴" (TELLES, 1887: 181).

Em 1895, surgiu o primeiro "Diccionario de Ciencias Militares" que definia estas Ciências como "... todas as disciplinas cujo conhecimento interesse de modo directo à conduta da Guerra. A Ciência Militar analisa, examina, compara e deduz, enquanto a Arte Militar executa (...) sendo a Sociologia o domínio dos conhecimentos relativos à existência das sociedades humanas, as Ciências Militares são parte integrante da Sociologia" (BELLVÉ, 1895: vii). Desta definição pode inferir-se que Ciência e Arte Militar já eram considerados aspetos indissociáveis na conduta da Guerra.

Na sequência da II Guerra Mundial, o sociólogo francês Bouthoul introduziu um novo conceito a que denominou "Polemologia" com o significado de "estudo da guerra

3 A "Grande Tática" corresponde na atualidade ao conceito de nível operacional da guerra enquanto a "Tática do Detalhe" corresponde ao nível tático.

4 A expressão "*ciência positiva*", criada no século XVIII, foi a origem do termo "*positivismo*" de Auguste Comte que veio alargar os métodos científicos à sociologia que surgiu como disciplina nova (ENCICLOPÉDIA LAROUSSE, 2007: 5660).

considerada como fenómeno de ordem social e psicológica” (ENCICLOPÉDIA LAROUSSE, 2007: p. 5577). O “Tratado de Polemologia”, publicado em 1971, veio alterar o paradigma de “Se queres paz prepara-te para a guerra”, para “Se queres paz conhece a guerra” (BOUTHOU, 1984: 58).

Segundo Stoina, “a primeira tentativa de definir Ciência Militar pertenceu a Clausewitz que considerou a guerra um fenómeno social e procurou identificar as leis do combate armado.” O referido autor destaca ainda o pensamento de Luigi Blancheque “que em 1834 publicou o livro Ciência Militar comparada com outras Ciências e o sistema social”, e de Astafiev que no fim do século XIX afirmava que “a partir de agora passamos a chamar Ciência Militar ao que até aqui denominávamos de Arte Militar”. Com base nestas ideias, várias escolas de pensamento estratégico da Europa dedicaram atenção à Ciência Militar, como foi o caso da “Alemanha (Moltke e Schliffen), da Rússia (Dramigorov), da França (Lewal) e da Roménia (Averescu)”, originando a construção e o desenvolvimento da Ciência Militar (STOINA, 2009 : 10). O mesmo autor citando Arsenie refere que “Os resultados no século XX, em termos de conceitos do conflito armado, princípios e regras, permitem-nos falar de uma Ciência Militar moderna e independente, entendida como um sistema unitário de conhecimentos sobre o combate e princípios de organização, treino e emprego das Forças Armadas” (ARSENIE apud STOINA, 2009: 11).

Em Portugal, há referências à Ciência Militar na Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março, que estabeleceu a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF). A Ciência Militar é considerada como uma área de educação e formação integrada na área de estudo em Segurança Militar, conjuntamente com as áreas da Defesa, Formação Militar e Teoria da Guerra e definida como “os serviços prestados à comunidade associados com a guerra e a defesa⁵.” As Ciências Militares são também reconhecidas como ramo do conhecimento científico na Portaria n.º 1099/2009, de 24 de Setembro, que estabelece as licenciaturas e mestrados em Ciências Militares.

Para além da letra da lei, outras prestigiadas instituições nacionais ligadas à Ciência e ao conhecimento reconhecem autonomia às Ciências Militares. A Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) nas suas Secções Profissionais inclui uma “Secção de Ciências Militares” criada com o objetivo de contribuir “... para o desenvolvimento do conhecimento militar, nos vastos âmbitos da Estratégia, da Tática e da Logística” (SGL, 2010). Também a Academia das Ciências de Lisboa (ACL), em 19 de Março de 2008, elegeu o General Loureiro dos Santos como sócio correspondente (hoje efetivo) da Classe de Letras, para a 7.ª Secção, “Sociologia e Outras Ciências Humanas e Sociais”, facto que, implicitamente, indicia o reconhecimento pela ACL da autonomia das Ciências Militares (ACL, 2011).

A convicção de que as Ciências Militares constituem uma área científica autónoma é reforçada pela afirmação do Professor Doutor Adriano Moreira: “temos de admitir que

5 Anexo à Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março, capítulo IV, p. 2301.

foi avisada a evolução, que foi muito francesa, da autonomização das Ciências Militares na área das Ciências Sociais, porque os valores culturais, a evolução cultural, as exigências de valores são fundamentais no ensino militar e as Forças Armadas têm acompanhado isso” (MOREIRA, 2006: 240). Através de carta expedida em 26 de Julho de 2010, o Presidente da ACL propôs ao Presidente da FCT, a possibilidade de considerar a “Polemologia e Segurança Humana” como área científica a incluir no elenco dos domínios científicos e tecnológicos da FCT argumentando que “... a Academia das Ciências abriu a secção de ciências sociais a especialistas dessa matéria, e inclina-se para que lhe seja dada referência autónoma na área da investigação⁶.”

Segundo o Professor Doutor Severiano Teixeira “... até ao final da década de 70, a ideia entre os historiadores era a de que o fenómeno político e militar não era suscetível de ser tratado cientificamente (...) A partir de fins dos anos 70, por virtude de evoluções noutras disciplinas (a sociologia militar, o pensamento estratégico, a ciência política, a “polemologia”) (...) ficou claro que havia domínios do conhecimento que tratavam o fenómeno militar de uma perspectiva que podemos dizer científica.” (TEIXEIRA, 2010).

Em 1995 surgiu o conceito de Revolução nos Assuntos Militares (RAM) correspondendo à “transição da guerra total industrializada para a guerra de precisão, ‘ciberguerra’, guerra informatizada e ‘guerra de terceira vaga’” (LATHAM apud PUREZA, 2007: 3). A RAM acentuou o carácter científico dos assuntos militares e estimulou o “diálogo entre o meio académico e o estabelecimento de Defesa dos EUA sobre as origens da inovação e adaptação nas organizações militares” (STEPHENSON, 2010: 78).

Atendendo aos vários conceitos analisados, concluímos que as Ciências Militares são um corpo organizado e sistematizado de conhecimentos, possuem princípios, métodos, técnicas e tecnologias próprios, cuja finalidade é o emprego da força armada. Esses conhecimentos dão corpo à doutrina de emprego de Forças, onde avultam os princípios da guerra e das operações militares. A metodologia de abordagem de problemas é específica e traduz-se no processo de decisão militar ao nível tático e na arte operacional ao nível operacional da guerra. A sua finalidade é única e relaciona-se com a organização, o treino e o emprego das FFAA para a condução da guerra e obtenção da paz. Podemos, assim, deduzir que as Ciências Militares são um domínio científico autónomo caracterizado por um sistema de conhecimentos relativos ao estudo do fenómeno bélico, à aplicação da coação militar e ao emprego da força armada.⁷

Do ponto de vista científico, não existe uniformidade nas classificações, mas dando preferência à taxonomia CORDIS, pode considerar-se que as Ciências Militares pertencem, em sentido lato, às Ciências Sociais e, em sentido restrito, às Ciências Políticas, através dos Estudos de Políticas (ver tabela I).

6 Entrevista ao Professor Doutor Adriano Moreira.

7 Em data posterior à elaboração deste TII, a Academia das Ciências de Lisboa reconheceu o conceito/definição de Ciências Militares.

Tabela I – Taxonomias das Ciências Sociais (CORDIS, s.d.) e (OCDE, 2007: 10).

Nível	Áreas Científicas		
	CORDIS ⁸	FOS 2007 ⁹	
1.º	Ciências Sociais (Área científica geral) (código 05)	Ciências Sociais (Grande área científica)	
2.º	Ciências Políticas (Área científica específica) (código 05.11)	Ciências Políticas (Área científica)	Outras Ciências Sociais (Área científica)
3.º	Estudos de Políticas (Subárea científica específica) (código 05.11.02)	Ciência Política	Ciências Sociais Interdisciplinares
4.º	Ciência Militar (código 05.11.02.07)	-	-
5.º	Polemologia (código 05.11.02.07.01)	-	-

c. Disciplinas das Ciências Militares

Ao analisarmos as disciplinas que compõem o núcleo das Ciências Militares, constatamos que existe um conjunto de conhecimentos cuja origem e desenvolvimento remontam à área militar, mas porque encontraram vasta aplicação civil, deixaram de ser considerados do foro estritamente militar. É o caso da “Estratégia”, que na sua génese era a arte do General e hoje é uma disciplina transversal a outras ciências. Também a “Liderança”, desde sempre ensinada nas Escolas Militares, atualmente faz parte do currículo de vários cursos e mesmo a “Logística”, intrinsecamente ligada ao apoio das operações está hoje disseminada em várias atividades civis.

A interação entre os conhecimentos militares e outras ciências “(...) originaram novas disciplinas científicas ou novas áreas do conhecimento, como a sociologia militar, a geopolítica, a polemologia, os estudos de segurança e defesa, e deram novos significados a conceitos como o de estratégia e o de guerra, mas tudo isso não diminuiu, antes pelo contrário, terá aumentado, a importância dos estudos militares, a evidência da sua interligação com muitas outras disciplinas científicas, a necessidade de aproximação desses estudos relativamente aos da ciência política, da sociologia da segurança e defesa” (MARTINS, 2001: 18).

Também no domínio da tecnologia, algumas aplicações que hoje são comuns na vida civil tiveram origem em necessidades militares, como por exemplo a pólvora, as fortificações e a própria *Internet*, enquanto outras tiveram origem civil e foram adaptadas

8 A UP adotou o glossário CORDIS até ao 4.º nível, porque “... permite contemplar um razoável grau de especialização dos segundos e terceiros ciclos” (p. 1). A “Ciência Militar” (p. 28) integra o 4.º nível das Ciências Sociais.

9 O FOS 2007 não explicita as Ciências Militares, no entanto esta taxonomia permite deduzir a sua inclusão nas Ciências Sociais através da Ciência Política, ou das Ciências Sociais Interdisciplinares.

para fins militares, como é o caso das câmaras térmicas na vigilância do campo de batalha, do radar na detecção de objetivos e do laser no guiamento terminal de munições. Esta transferência de conhecimento torna mais difícil a individualização das disciplinas a que podemos atribuir características estritamente militares.

Dado que no âmbito deste estudo há toda a vantagem em identificar as especificidades militares e as correspondentes áreas do saber que lhe dão corpo, vamos procurar individualizar essas disciplinas, através da análise dos planos de estudos dos cursos ministrados nos EESPUM.

Sem sermos exaustivos, poderemos considerar como núcleo de disciplinas das Ciências Militares as seguintes: Comando e Liderança Militar, Doutrina Militar, Estratégia Militar, História Militar, Informações Militares, Logística Militar, Operações Militares, Organização Militar, Planeamento Estratégico Militar, Planeamento de Forças, Planeamento Operacional Militar e Tática Militar.

2. Fundamentação da necessidade do doutoramento em Ciências Militares

“Na ciência moderna o conhecimento avança pela especialização. O conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto sobre que incide¹⁰.”

Professor Doutor Boaventura de Sousa SANTOS

A afirmação transcrita evidencia que a produção de conhecimento novo em qualquer domínio científico depende, em grande parte, da especialização que é típica de um doutoramento. Com efeito, a produção de conhecimento científico resultante das atividades de investigação de um doutoramento, permitirá às FFAA aprofundarem os conhecimentos de natureza militar e uma melhor adaptação às novas tipologias de ameaças. Embora se reconheçam vantagens na incorporação de doutrina estrangeira, especialmente da Aliança Atlântica, as FFAA têm necessidade de produzir doutrina própria e adaptada ao contexto nacional.

Para além das vantagens no campo da investigação, o doutoramento responde também aos requisitos legais necessários para a docência e para o desempenho de determinados cargos nos EESPUM e vem dignificar o ESM, colocando-o em situação de equidade com o conjunto do Ensino Superior.

a. Fundamentos de natureza científica

“O futuro das Forças Armadas passa, necessariamente, pelo aumento das atividades de carácter científico...”

(Ministério da Defesa Nacional (MDN), 2011a)

10 Oração de sapiência proferida na Universidade de Coimbra no ano letivo de 1985/86, p. 46.

(1) Produção de conhecimento novo

O principal fundamento para o doutoramento em Ciências Militares é, pois, de natureza científica e traduz-se na necessidade de aprofundamento dos conhecimentos militares, o que só é possível efetuar, de forma sistemática, através do domínio das competências de investigação.

Embora as FFAA já desenvolvam trabalhos de investigação, os seus resultados confinam-se ao âmbito militar sendo pouco divulgados. “A sociedade civil portuguesa desconhece o trabalho que se faz nas escolas de ensino militar. A atividade não apenas de formação, mas também de investigação não é conhecida.” (...) A contribuição que têm dado para o património científico e técnico português é enorme” (MOREIRA, 2001: 17).

As necessidades operacionais das FFAA, no contexto da atual tipologia de conflitualidade, colocam novos desafios no campo da Investigação e Desenvolvimento (I&D) que têm sido catalisadores para um maior desenvolvimento dos Centros de Investigação (CI) já existentes nos EESPUM.

A qualidade do ESM e a importância das atividades de I&D nas FFAA são enfatizadas pelo MDN: “Sendo inequívoca a alta qualidade dos cursos ministrados nos estabelecimentos de ensino superior militar, torna-se necessário que os conhecimentos adquiridos pelos militares sejam utilizados como forma de dinamização das atividades de investigação científica ligadas à defesa (...)” (MDN, 2011b).

O nível de especialização alcançado por um doutor em Ciências Militares não deixará de ser um fator importante para o desenvolvimento de projetos de I&D com interesse para as FFAA, designadamente, os que se relacionam com a produção de doutrina e os que se situam no domínio dos assuntos classificados na área da Segurança e da Defesa.

(2) Desenvolvimento da investigação científica

Não existe ensino superior universitário sem investigação científica. Os EESPUM, aos quais o conhecimento militar está intrinsecamente ligado, possuem cada um deles o seu próprio CI. Assim, a Marinha tem o Centro de Investigação Naval (CINAV), o Exército dispõe do Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL), a Força Aérea possui o Centro de Investigação da Academia da Força Aérea (CIAFA) e o IESM criou o Centro de Investigação de Segurança e Defesa (CISDI).

Analisando os vários projetos de I&D nos EESPUM verifica-se que não existe ligação ou integração entre os CI e que poucos são os projetos que aproveitam financiamento exterior às FFAA. A integração e interligação entre os projetos de investigação, a criação de sinergias e a dinamização das atividades de investigação seriam potenciadas por um doutoramento em Ciências Militares.

b. Fundamentos de natureza estrutural e legal

(1) Caracterização dos doutoramentos em Portugal

Os doutoramentos em Portugal têm aumentado exponencialmente. No período de 1970 a 2000 realizaram-se em Portugal, ou foram reconhecidos por universidades portu-

guesas, 8.887 doutoramentos em 42 domínios científicos. Entre 2001 e 2009 realizaram-se 11.073 doutoramentos em 44 domínios científicos, elevando para um total de 19.960 doutoramentos, no período de 1970 a 2009. Na última década, a par do aumento do quantitativo de doutorados, surgiram também doutoramentos em novos domínios científicos, como por exemplo, em Biotecnologia, Ciências da Computação e da Informação e Nano tecnologias (GPEAR, 2010b: 1).

A tendência para o aumento de doutorados implicará, a prazo, a redução da importância social do grau de doutor. Contudo, a relevância para as FFAA do doutoramento em Ciências Militares mantém-se, não só por via da necessidade de aprofundamento do conhecimento militar através da investigação, mas também por imposição legal.

(2) Necessidade de doutorados nos EESPUM

Com a adoção do processo de Bolonha, o ESM ficou sujeito às mesmas regras que o Ensino Superior em geral, não só no que diz respeito ao processo de acreditação dos seus cursos, mas também quanto às qualificações exigidas aos docentes e titulares de alguns cargos orgânicos na estrutura dos EESPUM.

No que tange aos condicionalismos legais, com um período de transição até ao ano letivo de 2011/2012¹¹, os EESPUM deverão dotar-se de um corpo docente e de investigadores, numa proporção de um doutor por cada 30 estudantes, devendo pelo menos metade estar em regime de tempo integral¹² e os Conselhos Científicos terão de ser compostos na sua maioria por detentores do grau de doutor¹³. Também os cargos de direção e chefia de órgãos de ensino, de investigação, desenvolvimento e inovação e de estudos, planeamento, avaliação e qualidade devem ser desempenhados por detentores do grau de doutor, com obrigatoriedade a partir do ano letivo de 2013/2014¹⁴. Nos EESPUM os cargos para os quais é obrigatório o grau de doutor são os de Chefe de Departamento de Ensino, de Diretor de Ensino¹⁵, e de Diretor do Centro de Investigação.

O enquadramento jurídico atual coloca aos EESPUM as mesmas exigências que aos restantes estabelecimentos universitários do sistema de Ensino Superior, porém vedadas a possibilidade de organizarem, de forma autónoma, ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor, o que é conceptualmente incoerente. O doutoramento em Ciências Militares corresponde a uma necessidade de aprofundamento do conhecimento militar e do reforço das qualificações tradicionais que são necessárias aos oficiais para o desempenho das funções de comando e direção, ensino, assessoria e investigação. Por isso, “as Ciências Militares devem culminar com doutoramento próprio quando estiverem reuni-

11 No caso da EN, AM e AFA.

12 Art.º 32.º do Anexo I ao Decreto-lei n.º 27/2010, de 31 de Março, Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (remete para o art.º 47.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro).

13 Art.º 12.º do Anexo I ao Decreto-lei n.º 27/2010, de 31 de Março.

14 Art.º 13.º, 15.º e 17.º, do Anexo I ao Decreto-lei n.º 27/2010, de 31 de Março.

15 Cargo existente na EN, AM e AFA.

das todas as condições legais necessárias, o que será a consequência natural da excelência que é reconhecida ao ESM¹⁶”.

Atendendo ao enquadramento legal e ao facto dos EESPUM não possuírem atualmente o quantitativo de doutores requeridos por lei, os doutoramentos que as FFAA necessitarem no curto prazo terão de ser obtidos em associação com uma Universidade e em domínios científicos com interesse para a missão e atribuições das FFAA.

Contudo, sendo as Ciências Militares específicas das FFAA que detêm a exclusividade na execução da componente militar da Defesa Nacional¹⁷, não deve o doutoramento nesta área ser conferido por uma Instituição exterior ao ESM. Assim, compete às FFAA criarem condições que permitam propor alterações legislativas no sentido de poderem vir a ministrar, de forma autónoma, o ciclo de estudos conducente ao grau de doutor em Ciências Militares.

3. O processo educativo nas Forças Armadas Portuguesas

Uma vez encontrados os fundamentos para o doutoramento em Ciências Militares é necessário determinar qual o EESPUM que dispõe de melhores condições para ministrar esse o ciclo de estudos, bem como o universo de aplicação. Para tal vamos caracterizar o processo educativo das FFAA, através da análise da arquitetura do ESM e da tipologia de formação que é ministrada em cada EESPUM.

a. Arquitetura do Ensino Superior Militar

Da estrutura do ESM fazem parte a EN, AM e AFA, as quais estão vocacionadas para a formação inicial dependendo dos respetivos Chefes de Estado-Maior, o IESM, que está vocacionado para a formação complementar e depende do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e o CESM, órgão na dependência do Ministro da Defesa Nacional, que foi criado para “contribuir para a conceção, definição, planeamento e desenvolvimento dos projetos educativos e das políticas relacionadas com o ESM¹⁸”.

O ESM assenta numa fase de formação inicial ministrada na EN, AM e AFA e em várias fases de formação complementar, que ocorrem ao longo da carreira militar e que são ministradas, maioritariamente, no IESM. Para determinar qual o EESPUM que apresenta melhores condições para ministrar um curso de doutoramento em Ciências Militares devem equacionar-se a estrutura curricular dos cursos e as UC na área das Ciências Militares que cada um ministra, o quantitativo de doutorados e a capacidade para desenvolver investigação através dos CI.

16 Entrevista ao Presidente do CESM, Vice-Almirante Sabino Guerreiro.

17 Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de Julho, Lei da Defesa Nacional (art.º 22.º, 59.).

18 De acordo com o Decreto-lei n.º 37/2008, de 5 de Março, republicado pelo Decreto-lei n.º 27/2010, de 31 de Março, “A Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM) é um estabelecimento de ensino superior público politécnico militar” (art.º 1.º, 2.), fazendo também parte da arquitetura do ESM. Porém, dado que “a ESSM confere, por si ou em associação, o grau de licenciado e de mestre” (art.º 18.º, 3.), não é relevante para o presente estudo.

b. Os percursos formativos atuais no Ensino Superior Militar

(1) Escola Naval

A EN ministra cursos de formação inicial, conferindo os graus académicos de licenciado em “Tecnologias Militares Navais¹⁹” e de mestre em “Ciências Militares Navais²⁰”, em várias especialidades e ramos. As UC ministradas na EN não são suscetíveis de serem utilizadas para atribuição de outros graus académicos para além dos que a EN já confere.

A EN integra também o CINAV, que conduz todos os projetos de I&D da Marinha, à exceção dos projetos que são específicos do Instituto Hidrográfico.

(2) Academia Militar

A AM ministra cursos de formação inicial, conferindo os graus académicos de licenciado em “Tecnologias Militares – Exército²¹” e de mestre em “Ciências Militares”, “Administração Militar”, “Engenharia Militar”, “Engenharia Eletrotécnica Militar” e “Engenharia Mecânica Militar²²”, em várias especialidades. As UC ministradas na AM não são suscetíveis de serem utilizadas para atribuição de outros graus académicos para além dos que a AM já confere. A AM ministra também cursos de Pós-Graduação conferindo o grau de mestre em “Guerra da Informação²³”, e organiza em associação o mestrado e o doutoramento em “História, Defesa e Relações Internacionais²⁴”, o mestrado em “História²⁵” e o mestrado em “Ciências da Cognição²⁶”.

A AM dispõe do CINAMIL, o qual conduz todos os projetos de I&D do Exército.

(3) Academia da Força Aérea

A AFA ministra cursos de formação inicial, conferindo os graus académicos de licenciado em “Tecnologias Militares Aeronáuticas²⁷” e de mestre em “Ciências Militares Aeronáuticas²⁸”, em várias especialidades e ramos. As UC ministradas na AFA não são suscetíveis de serem utilizadas para atribuição de outros graus académicos para além dos que já confere.

A AFA dispõe do CIAFA, o qual conduz todos os projetos de I&D da Força Aérea.

19 No âmbito do Ensino Superior Politécnico (art.º 3.º, 1., da Portaria n.º 1099/2009, de 24 de Setembro).

20 Art.º 1.º 1., da Portaria n.º 1099/2009, de 24 de Setembro.

21 No âmbito do ensino superior politécnico (art.º 3.º, 2., da Portaria n.º 1099/2009, de 24 de Setembro).

22 Art.º 1.º, 2. e 3., da Portaria n.º 1099/2009, de 24 de Setembro.

23 Art.º 1.º, da Portaria n.º 1394/2009, de 3 de Dezembro.

24 Com o Departamento de História do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa que confere o grau.

25 Com a Universidade dos Açores que confere o grau.

26 Com a Universidade de Bordéus (*Université Victor Segalen Bordeaux 2*) que confere o grau.

27 No âmbito do ensino superior politécnico (art.º 3.º, 3., da Portaria n.º 1099/2009, de 24 de Setembro).

28 Art.º 1.º, 4., da Portaria n.º 1099/2009, de 24 de Setembro.

(4) Instituto de Estudos Superiores Militares

O IESM ministra vários cursos de promoção, de qualificação e outros cursos e estágios, cuja relação consta na tabela II e dispõe do CISDI com cinco núcleos de investigação²⁹.

Tabela II – Cursos ministrados no IESM.

Cursos de Promoção	Cursos de Qualificação	Outros Cursos e Estágios
<ul style="list-style-type: none"> Curso de Promoção a Oficial Superior da Marinha (CPOS-M). 	<ul style="list-style-type: none"> Curso Complementar Naval de Guerra (CCNG) (encontra-se suspenso). 	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Estudos Africanos, Operações de Paz e “<i>State Building</i>”.
<ul style="list-style-type: none"> Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército (CPOS-E): <ul style="list-style-type: none"> – Armas e Serviços; – Serviço de Saúde e Serviços Técnicos (CPOS SS e ST). 	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Estado-Maior do Exército (CEM-E). 	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Cooperação Civil e Militar.
<ul style="list-style-type: none"> Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea (CPOS-FA). 	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC). 	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Geopolítica.
<ul style="list-style-type: none"> Curso de Promoção a Oficial Superior da GNR (CPOS-GNR). 	-	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Introdução à Comunicação Social.
<ul style="list-style-type: none"> Curso de Promoção a Oficial General (CPOG). 	-	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Planeamento de Operações Psicológicas.
-	-	<ul style="list-style-type: none"> Curso para Comandantes (Exército).

Os cursos de promoção e de qualificação ministrados no IESM estão estruturados em créditos *European Credit Transfer System* (ECTS), mas nenhum deles confere, atualmente, qualquer grau académico.

(a) Curso de Promoção a Oficial Superior

O Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS) tem como finalidade “conferir as competências e conhecimentos técnico-militares necessários para o desempenho de cargos e exercício de funções como oficiais superiores.”³⁰. De acordo com o respetivo plano de curso “a formação comum, conjunta, específica e complementar proporcionada no CPOS aos Oficiais da Marinha, do Exército, da Força Aérea e da Guarda Nacional Republicana adequa-se às exigências do ensino superior universitário” e “... possibilita a realização de outros estudos de interesse no âmbito da Segurança e Defesa.”³¹. Daqui se deduz que o CPOS embora não confira grau académico, poderá contribuir para a sua obtenção.

29 Estratégia, Administração e Recursos de Defesa, Estudos Africanos, Arte Operacional e Direito Internacional Humanitário.

30 Secção I-1. do plano de curso do CPOS, s.d., IESM.

31 Secção I – 2. b. (5) e (6) do plano de curso do CPOS, s.d., IESM.

Da análise dos formulários curriculares verifica-se que existe heterogeneidade entre os vários cursos, quer ao nível da duração que varia entre um e dois semestres, quer ao nível dos créditos que variam entre 36 e 60 ECTS.

Da consulta dos planos de estudos do CPOS infere-se que apenas os cursos do Exército (Armas e Serviços), da GNR (Armas) e da GNR (Serviços e Administração Militar) têm os dois semestres letivos convertidos em 60 ECTS. Os restantes cursos, mesmo com uma duração de dois semestres apresentam um valor de créditos inferior.

Dado que a maior parte das UC do CPOS se relacionam com as Ciências Militares e possuem créditos ECTS é possível equacionar o aproveitamento de algumas UC para a fase curricular do doutoramento em Ciências Militares.

(b) Curso de Estado-Maior Conjunto

O CEMC tem por finalidade “qualificar oficiais superiores das Forças Armadas para o desempenho de funções ao nível operacional e estratégico, em estados-maiores conjuntos nacionais e internacionais, nas estruturas superiores das Forças Armadas e da Defesa Nacional, e em organizações nacionais e internacionais”³².

O plano de estudos do CEMC desenvolve-se em dois semestres correspondentes a 60 ECTS, conferindo uma pós-graduação em “Ciências Militares – Segurança e Defesa”. Permite a opção de prosseguimento de estudos, estando a decorrer um processo tendente a consolidar este curso como parte curricular de um ciclo de estudos conducente a mestrado compreendendo mais dois semestres para elaboração da dissertação.

Neste contexto, e tendo em conta as características das UC do CEMC, é possível equacionar a sua utilização como fase curricular do doutoramento em Ciências Militares.

(c) Curso de Promoção a Oficial General

O CPOG tem por finalidade preparar os oficiais para “... o exercício das funções inerentes aos altos cargos de Comando, Direção e Estado-Maior, no mais elevado escalão”³³.

Este curso desenvolve-se em dois semestres correspondentes a 60 ECTS, tem como área científica predominante as Ciências Militares e não confere grau académico. Contudo, apresenta como opção o prosseguimento de ciclo de estudos conducente a grau académico.

Constata-se que os dois semestres do curso são convertidos em 60 ECTS, os quais poderão vir a ser aproveitados para a fase curricular de um mestrado ou de um doutoramento. Contudo, a utilização do CPOG como fase curricular de um doutoramento em Ciências Militares não é ajustada, por um lado, porque a finalidade do curso é o acesso

32 Secção I – 1. do Plano de Curso do CEMC, de 27 de Agosto de 2010.

33 Secção I – 1. do plano de curso do CPOG, s.d., IESM.

aos postos mais elevados da hierarquia das FFAA e o correspondente desempenho de funções e, por outro lado, porque implicaria pelo menos mais dois anos para completar o doutoramento, prejudicando o aproveitamento dos oficiais para a docência e para a investigação. Assim, não é adequado utilizar este curso como uma possível fase curricular do doutoramento em Ciências Militares.

c. Ciclo de estudos conducente ao grau de doutor em Ciências Militares

Do ponto de vista legal, todos os EESPUM podem conduzir estudos do 3.º ciclo, desde que em associação com uma Universidade o que, na prática, significa que o grau académico é conferido fora do âmbito das FFAA. Esta situação pode ser aceitável para algumas áreas científicas, mas não deve ser para as Ciências Militares.

A EN, AM e AFA estão vocacionadas para a formação inicial com cursos cujas UC contribuem para a atribuição dos graus académicos de licenciado e de mestre. “As Academias têm uma vocação para a formação inicial de ingresso na carreira e para pós-graduações que interessem apenas aos respetivos Ramos, podem dar doutoramentos em associação nas áreas que lhes interessarem, no entanto devem evitar a sobreposição de doutoramentos”³⁴. Deve ainda ter-se em conta que, para a Instituição Militar, é vantajoso que os doutoramentos em Ciências Militares não ocorram imediatamente após a formação inicial, para permitir aos oficiais o desempenho de funções de instrução e de comando de tropas, em especial nos postos que antecedem o acesso a oficial superior.

No que diz respeito ao IESM, os vários cursos que ministra não conferem grau académico, pelo que as respetivas UC poderão ser aproveitadas para a fase curricular do doutoramento em Ciências Militares. Os cursos do IESM ocorrem numa fase da carreira em que o oficial já adquiriu um grau de maturidade e uma experiência profissional consentâneos com os requisitos de uma especialização em Ciências Militares.

O IESM tem por missão “ministrar (...) formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares”³⁵. Assim, sendo um estabelecimento conjunto no qual convergem todos os oficiais dos QP, apresenta características únicas nas FFAA e possui um enorme potencial para conduzir investigação.

A fase curricular de um curso de doutoramento em Ciências Militares deverá abranger as UC diretamente relacionadas com o emprego da componente militar de Defesa que requerem uma investigação mais aprofundada. A maioria das UC dos cursos ministrados no IESM gravita em torno das Ciências Militares. Tendo em conta a duração e os conteúdos programáticos dos cursos, os que mais facilmente poderão configurar a base da parte letiva do doutoramento são o CPOS e o CEMC. No que diz respeito à

34 Entrevista ao Presidente do CESM, Vice-Almirante Sabino Guerreiro.

35 Art.º 2.º 1. do Decreto-lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro, republicado no Anexo I do Decreto-lei n.º 28/2010, de 31 de Março.

investigação, os núcleos do CISDI apresentam uma relação estreita com áreas afins das Ciências Militares, o que facilitará o acompanhamento das teses de doutoramento neste ramo do conhecimento.

Relativamente à fase da carreira militar em que o doutoramento em Ciências Militares deve ter lugar, o mesmo não deverá acontecer numa fase muito adiantada porque limitaria o espaço temporal de utilização do oficial na docência e na investigação. Assim, o doutoramento deve ocorrer numa fase intermédia da carreira, o que corresponde ao período subsequente à frequência do CPOS e do CEMC.

Neste contexto, ao terminar o CPOS e o CEMC, o oficial pode optar por frequentar o doutoramento. Em função das necessidades das FFAA, da vontade do oficial, do cumprimento dos requisitos regulamentares para acesso ao curso e do parecer do Conselho Científico, desenvolver-se-iam no IESM as UC eventualmente necessárias para completar a fase curricular e subsequentemente, teriam lugar as restantes fases do curso, para investigação e para desenvolvimento da tese, em coordenação com o CISDI.

Os factos aduzidos apontam para o IESM como o EESPUM com melhores características para conduzir o doutoramento em Ciências Militares de forma autónoma, desde que sejam criadas as condições legais exigidas.

Os conhecimentos na área das Ciências Militares têm grande especificidade, alicerçam-se na formação inicial ministrada na EN, AM e AFA e desenvolvem-se ao longo da carreira militar. Estes fatores, associados à exclusividade atribuída às FFAA na execução da componente militar da Defesa Nacional, inviabilizam a possibilidade deste curso de doutoramento ser aberto a alunos civis.

4. Os cursos de pós-graduação em Forças Armadas de países aliados e amigos

Neste capítulo far-se-á uma abordagem genérica ao ensino militar pós-graduado em alguns países aliados e amigos que têm afinidade com Portugal, tendo em vista determinar se já existem doutoramentos em Ciências Militares, ou em áreas afins, conferidos no âmbito das respetivas FFAA.

a. Bélgica

A *École Royale Militaire* (ERM) é uma instituição militar de educação universitária responsável por toda a formação dos oficiais das FFAA belgas. Ao nível da formação inicial a ERM ministra o mestrado em “Ciências Sociais e Militares” através da respetiva Faculdade. Genericamente, este curso está organizado em 10 semestres e compreende 300 ECTS, com duas variantes: “Gestão e Sistemas de Armas” e “Ciências Políticas e Militares”. Os cursos de pós-graduação ao nível de 2.º ciclo e 3.º ciclo são ministrados no *Defense College* que está integrado na ERM. Os doutoramentos na ERM são atribuídos nas áreas científicas de “Ciências Aplicadas” e de “Ciências Sociais e Militares” (ERM, 2011).

b. Brasil

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) desde há vários anos que vem conferindo aos alunos dos Cursos de Altos Estudos Militares, o grau de doutor em “Aplicações, Planeamento e Estudos Militares”³⁶.

Em 2001, a ECEME implementou um programa de pós-graduações em Ciências Militares, inicialmente nos níveis de especialização e de mestrado, e a partir de 2005, no nível de doutoramento, conferindo autonomamente os graus de mestre e de doutor em “Ciências Militares”. Atualmente, o curso de doutoramento em “Ciências Militares” tem uma duração de três anos, sendo os dois primeiros anos coincidentes com o Curso de Altos Estudos Militares da ECEME. O doutoramento implica a realização de um trabalho científico e a defesa pública da respetiva tese no fim do terceiro ano. As áreas de estudo do doutoramento em “Ciências Militares” são as seguintes: Administração, Doutrina, Estratégia, História Militar, Liderança, Política de Defesa Nacional, Tecnologia e Relações Internacionais (ECEME, 2011).

c. Estados Unidos da América

Nas FFAA americanas a Academia Militar de *West Point* (USMA) confere o grau académico de licenciado e o *Command and General Staff College* (CGSC) de Leavenworth e a *National Defense University* (NDU) de Washington DC conferem o grau académico de mestre. A USMA ministra uma especialização (Major) em “Military Art and Science”, enquanto o CGSC ministra o mestrado na mesma especialidade, através da *Army School of Advanced Military Studies* e a NDU ministra o mestrado em “Joint Campaign Planning and Strategy”, através do *Joint Forces Staff College* (MASHG, 2010).

No que diz respeito a doutoramentos, o grau académico de doutor é obtido fora do âmbito das FFAA. No entanto, existem os denominados “Military Ph.D. programs”, os quais são coordenados e conduzidos pelas Universidades de modo a permitir a sua frequência por militares que estão no serviço ativo. Alguns graus de doutor conferidos pelas Universidades relacionam-se com especialidades afins da área militar como, por exemplo, o Ph.D. em “Military History” da *Duke University* da Carolina do Norte e o Ph.D. em “Security Studies” da Universidade de Kansas City.

d. Holanda³⁷

O ensino militar na Holanda tem lugar na *Netherlands Defense Academy*, a qual integra o *Netherlands Defense College* (NDC), o *Royal Naval College*, a *Royal Military Academy*, a *Faculty of Military Science*, o *Advanced Defense Management Studies*, o *The Netherlands Institute for Military Studies* e a *Human Resources Management Academy*. O *Advanced Command and Staff Course* (ACSC), com uma duração de um ano letivo (47

36 O General Loureiro dos Santos é doutorado nesta especialidade, grau que lhe foi outorgado pela ECEME.

37 Informação obtida através do Adido Militar da Holanda.

semanas) destina-se a militares e civis, ao nível intermédio e avançado de gestão na área da Defesa. Em 2007, após a acreditação pelo Ministério da Educação, Cultura e Ciência Holandês, o ACSC obteve reconhecimento externo e para além do respetivo diploma tem equivalência ao grau de mestre em “Segurança e Defesa” (*Executive Master of Security and Defense*). Este curso está centrado em três áreas de especialização: os “Estudos de Segurança Internacional”, a “Ciência Militar Operacional” (que integra as Ciências Militares e de Segurança) e as “Ciências de Gestão e Organização”. Estas áreas abrangem o leque de competências que podem ser necessárias ao oficial nas várias situações em que pode desempenhar funções como diplomata, guerreiro e gestor (NDC, 2011: pp. 9 a 16).

e. Hungria

A educação militar de nível superior na Hungria é ministrada na Universidade de Defesa Nacional (UDN), a qual integra a Faculdade de Ciências Militares e a Faculdade de Gestão e Organização Militar. Em termos de pós-graduações, alguns dos mestrados que são ministrados na UDN abrangem as áreas de Liderança Militar, Política de Segurança e Defesa e Defesa Nacional, com uma duração de três a quatro semestres. Os programas de doutoramento têm lugar na Escola de Doutoramento em “Ciências Militares” e, geralmente, têm uma duração de seis semestres abrangendo 18 áreas científicas (UDN, 2011).

f. Reino Unido

A *Defense Academy* é o principal estabelecimento de ensino militar pós-graduado no Reino Unido e engloba 4 colégios, com destaque para o *Royal College of Defense Studies* (RCDS) e para o *Joint Services Command and Staff College* (JSCSC), sendo os programas de pós-graduação acreditados pelo *Kings College* de Londres. Dos cursos ministrados destaca-se, no RCDS, o “Master of Arts in International Strategic Studies” e no JSCSC, o *Advanced Command and Staff Course* que conduz ao mestrado em “Master of Arts in Defense Studies”. O *Kings College* possui um Departamento de Estudos de Defesa que faz parte do JSCSC e ministra vários programas de mestrado, tais como o “Master of Arts in War in Modern World” e o “Master of Arts in Air Power” (NDU, 2010).

Pode, assim, concluir-se que o doutoramento em Ciências Militares, conferido no seio das FFAA, não é uma solução transversal. Contudo, não se trata de uma solução absolutamente inovadora, pois já existe no Brasil e na Hungria e em áreas científicas afins no caso da Bélgica.

5. Modelo de ciclo de estudos conducente ao grau de doutor em Ciências Militares

Atendendo à importância das FFAA e à especificidade das Ciências Militares, não é aceitável que o grau académico de doutor em Ciências Militares possa ser atribuído por uma Universidade exterior às FFAA, pelo que um curso de doutoramento neste ramo do

conhecimento “deve ser estritamente da esfera militar e nenhuma Instituição exterior ao Ensino Superior Militar o pode ministrar.”³⁸

A valorização do ESM passa pela possibilidade de ministrar o curso de doutoramento em Ciências Militares de forma autónoma, como o próprio Ministro da Defesa admitiu: “(...) os estabelecimentos de ensino superior militar podem vir a ministrar doutoramentos de forma autónoma, mas (...) o modelo atual, de cooperação com universidades públicas, ainda precisa de ser consolidado. (...) esta é uma fase apropriada para ir ganhando as competências, as capacidades, o saber fazer necessário para que, no futuro, outras fases possam ser alcançadas”³⁹ (SILVA citado por LUSA, 2010: 1).

O enquadramento legislativo atual refere que um ciclo de estudos conducente ao grau de doutor “integra a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade e a eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, cujo conjunto se denomina curso de doutoramento”⁴⁰. Embora a fase curricular não seja obrigatória, entendemos que o doutoramento em Ciências Militares justifica essa fase, aproveitando sempre que possível a formação pós-graduada que os oficiais obtêm ao longo da carreira militar. Analisado o processo educativo das FFAA verificámos que os cursos cujo conteúdo mais se adapta a esta finalidade são o CPOS se devidamente complementado com outras UC e o CEMC.

a. Pressupostos do modelo

O modelo de doutoramento em Ciências Militares assenta nos seguintes pressupostos:

- A especificidade das Ciências Militares e a exclusividade que as FFAA detêm na componente militar da defesa Nacional, justificam que o curso seja ministrado no seu âmbito e destinado a oficiais;
- A formação ao longo da carreira militar deve ser valorizada, o que implica que os créditos ECTS da formação militar pós-graduada, designadamente do CEMC, sejam aproveitados, tanto quanto possível, para a parte curricular do curso;
- O curso deve ocorrer numa fase intermédia da carreira militar, para permitir o aproveitamento dos doutorados durante um período de tempo mais alargado.

b. Operacionalização do modelo

O IESM é um EESPUM conjunto no qual são ministrados a maioria dos cursos de pós-graduação das FFAA e dispõe do CISDI cujos núcleos de investigação estão orientados para áreas conexas com as Ciências Militares. Pelas razões apontadas, o IESM é o

38 Entrevista ao General Loureiro dos Santos.

39 Declarações proferidas pelo Ministro da Defesa durante uma visita à AM.

40 Decreto-lei n.º 74/2006, de 24 de Março (art.º 21.º).

EESPUM que reúne melhores condições para, a prazo, poder vir a ministrar o curso de doutoramento em Ciências Militares. Atualmente, o IESM dispõe de um doutor a tempo integral, cinco doutores a tempo parcial e sete doutorandos. Tendo em conta o número médio de alunos do IESM, é previsível que a médio prazo venha a dispor do quantitativo de doutores necessário para poder ministrar o curso autonomamente. Eventualmente, poderão ser agregados ao curso militares doutorados que estejam colocados noutros EESPUM, ou noutros órgãos das FFAA.

A médio prazo, os oficiais chegarão ao CPOS com o grau de mestre. Após este curso terão como opção o CEMC e o curso de doutoramento em Ciências Militares.

O CEMC habilita ao desempenho de funções de Estado-Maior e poderá conferir o grau de mestre em “Ciências Militares – Segurança e Defesa”⁴¹.

A frequência do doutoramento em Ciências Militares implica a validação pelo Conselho Científico do IESM de 60 ECTS correspondentes ao primeiro ano e à parte curricular do doutoramento. O CEMC é o curso cujas UC melhor cumprem esta finalidade. No segundo ano do curso e em ligação com o CISDI, o oficial frequenta os Seminários para formação na área de investigação científica e inicia o desenvolvimento da Tese a que correspondem 60 ECTS. O último ano do curso destina-se à conclusão da Tese e à prestação de provas públicas da respetiva defesa, a que correspondem 60 ECTS.

Os doutorados desempenharão as suas funções nos EESPUM durante um determinado período de tempo, em moldes similares aos atuais, pelo que não se visualiza a necessidade nem se julga adequado criar uma carreira docente militar.

c. Implicações do ciclo de estudos

As condições para que as FFAA possam ministrar o ciclo de estudos conducente ao grau de doutor em Ciências Militares, de forma autónoma, no IESM, são as seguintes:

- Definir um projeto educativo, científico e cultural na área das Ciências Militares;
- Apresentar ao MCTES, através do CEMGFA e do MDN, uma proposta para reconhecimento pela FCT das Ciências Militares como domínio científico;
- Criar as condições legais exigidas ao nível de docentes para a acreditação do ciclo de estudos;
- Consolidar o CISDI no campo da investigação e produção de documentação científica no domínio das disciplinas nucleares das Ciências Militares;
- Propor as necessárias alterações legislativas;
- Obter deliberação positiva do Conselho Científico do IESM para a criação do ciclo de estudos e designar o docente responsável pela sua coordenação;
- Elaborar as propostas de estrutura curricular, plano de estudos e regulamento do curso;

41 Projeto de Regulamento do Mestrado em “Ciências Militares – Segurança e Defesa”, Dezembro de 2010, IESM.

- Propor a acreditação do ciclo de estudos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES);
- Propor o registo do curso no MCTES.

Conclusões e recomendações

Conclusões

Ao longo do estudo verificámos que não existe uma definição única de Ciência sendo, no entanto, comumente aceite que o seu conceito está associado à produção de conhecimento, sistematizado e verificável, relativo a um determinado conjunto de fenómenos da mesma natureza. Constatou-se, ainda, que o conhecimento científico tem evoluído ao longo do tempo, sendo essa mesma dinâmica que produz conhecimento novo e permite o avanço científico. A necessidade de sistematização das Ciências conduziu a várias classificações em função da afinidade dos respetivos domínios científicos.

As Ciências Militares têm características que as categorizam como ciência, embora não exista uniformidade quanto à sua classificação ou às suas disciplinas específicas. A CNAEF considera a Ciência Militar como uma área de educação e formação cujo campo de aplicação pertence à área de estudo da Segurança Militar. Por outro lado, a taxonomia do CORDIS considera a Ciência Militar como um ramo científico que pertence, em sentido lato, às Ciências Sociais e, em sentido restrito, à área científica específica das Ciências Políticas através da sub-área científica específica dos Estudos de Políticas. A importância desta classificação resulta do facto do CORDIS ser um organismo com relevância científica a nível internacional de modo que internamente esta taxonomia foi adotada pela UP.

As Ciências Militares constituem um domínio científico, possuem um corpo de conceitos próprio vertido na doutrina de emprego das forças militares, desenvolveram um método próprio de abordagem de problemas quer ao nível tático, quer ao nível operacional e têm uma finalidade única que consiste em preparar e conduzir a Guerra e assegurar a Paz.

Um doutoramento em Ciências Militares justifica-se por razões de índole científica e de natureza legal. As FFAA necessitam de doutorados, sobretudo para aprofundar os conhecimentos militares através da investigação, mas também para cumprir exigências legais na docência e no desempenho de algumas funções orgânicas nos EESPUM. Para além dos fatores apontados, o facto de o ESM estar sujeito ao mesmo grau de exigência do Ensino Superior em geral é razão adicional para valorizar as Ciências Militares e conferir-lhes equidade na atribuição de graus académicos.

O processo educativo das FFAA engloba a formação inicial dos oficiais para acesso aos QP no início da carreira militar e a formação pós-graduada ao longo da mesma. Enquanto os cursos da formação inicial conferem os graus académicos de licenciado e de mestre, o vasto leque de cursos da formação complementar do processo educativo das FFAA, não foram objeto de certificação e equivalência a graus académicos. Com a adoção do processo de Bolonha foi reconhecido o nível universitário dos EESPUM e o ESM foi

integrado no sistema de Ensino Superior. Assim, faz sentido identificar os cursos do processo educativo das FFAA que reúnem condições para conferirem graus académicos, ou contribuir para essa finalidade.

Neste estudo concluímos que o IESM é o EESPUM que reúne melhores condições para, a prazo, ministrar de forma autónoma o ciclo de estudos conducente ao grau de doutor em Ciências Militares. As principais razões aduzidas relacionam-se com o facto de ser um estabelecimento conjunto, onde decorre a maioria dos cursos de pós-graduação na área das Ciências Militares que podem proporcionar o aproveitamento de créditos ECTS para a fase curricular do curso de doutoramento. Os cursos mais adequados à finalidade referida são o CPOS e, sobretudo o CEMC. Tendo em conta a especificidade das Ciências Militares e a exclusividade de utilização dos doutorados no âmbito das FFAA, o doutoramento em Ciências Militares deve ser exclusivo para oficiais que possuam formação inicial neste domínio científico.

Verificou-se que em alguns países aliados e amigos na Europa e na América, as Escolas Militares atribuem os graus académicos de licenciado e de mestre em Ciências Militares, enquanto os doutoramentos decorrem nas Universidades. São exceções a esta regra a Bélgica e a Hungria, países onde existem doutoramentos em “Ciências Sociais e Militares” e “Ciências Militares”, respetivamente, ministrados no âmbito das FFAA. No caso do Brasil, o ensino militar ministra todos os graus académicos, sendo o grau de doutor em “Ciências Militares” conferido, autonomamente, pela ECEME.

No atual enquadramento legislativo, os EESPUM podem associar-se com uma Universidade para o ciclo de estudos conducente ao grau de doutor, o que significa que, na prática, o grau académico é conferido por uma Instituição exterior às FFAA. Esta situação é satisfatória para doutoramentos em áreas científicas que não sejam estritamente militares, mas não se deve aplicar ao domínio das Ciências Militares. Assim, o modelo de curso de doutoramento em Ciências Militares que propomos salvaguarda a possibilidade de o grau académico só poder ser conferido no âmbito do ESM. Obviamente que será necessário criar condições no IESM para tal e apostar numa estrutura curricular academicamente sustentada numa duração de seis semestres a que correspondem 180 ECTS.

O curso de doutoramento em Ciências Militares não constitui um fim em si mesmo. De facto, é uma necessidade das FFAA para aprofundar a investigação e obedecer aos requisitos legais do Ensino Superior. Para permitir o melhor aproveitamento dos doutorados o curso deve ocorrer numa fase intermédia da carreira militar.

Quanto às consequências que advêm para as FFAA da integração, no seu processo educativo, de um ciclo de estudos conducente ao grau de doutor traduzem-se em necessidades de “massa crítica” de docentes e investigadores no ESM e na possibilidade de retirar vantagens do referido curso.

Para suprir as necessidades de recursos humanos é necessário:

- Estabelecer um plano de médio prazo para dotar o IESM com o quantitativo de doutores e mestres, necessário para ministrar o curso de forma autónoma;

- Dinamizar as atividades de investigação do CISDI na área das Ciências Militares.

As vantagens para as FFAA inerentes à criação do curso são as seguintes:

- Maior aprofundamento das competências no campo da investigação científica;
- Geração de conhecimento novo de natureza militar;
- Evolução e aperfeiçoamento de técnicas e tecnologias militares;
- Melhor capacidade de produção de doutrina própria;
- Obtenção de recursos docentes qualificados com os graus académicos exigidos para funções de direção e chefia, para a docência e para a investigação nos EES-PUM.

Recomendações

Como corolário das conclusões do estudo recomenda-se a adoção das seguintes linhas de ação:

- Diligenciar para que as Ciências Militares sejam reconhecidas e inscritas como área científica na FCT;
- Optar por um modelo de doutoramento em Ciências Militares ministrado de forma autónoma no IESM, integrado numa fase intermédia do processo educativo das FFAA e aproveitando, tanto quanto possível, a formação pós-graduada do CPOS ou do CEMC;
- Adotar como base de trabalho o modelo de ciclo de estudos conducente ao grau de doutor em Ciências Militares, desenvolvido ao longo de seis semestres, sendo os dois primeiros destinados à fase curricular para a qual podem contribuir as UC do CPOS ou do CEMC, e os restantes semestres destinados ao desenvolvimento e defesa pública da tese de doutoramento (ver Apêndice 1).

Bibliografia:

- AAVV (2007). Enciclopédia Larousse. Edição de Temas e Debates Lda. e Larousse/VUEF. Lisboa.
- ACL (2011). Portal da Academia das Ciências de Lisboa. [Em linha]. [Referência de 8 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.acad-ciencias.pt/>
- AGAPITO, Célia Maria Caldeira (2002). A formação do futuro Oficial do Quadro Permanente. Dissertação de Mestrado em Ciências do Trabalho. Edição do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Setembro, 2002. Lisboa.
- BASTOS, Coronel Mat Eng João Ernesto Vela (2008). O impacto de Bolonha no Ensino Superior Militar. TII, CPOG 2007/2008. IESM: Pedrouços.
- BELLVÉ, Don Mariano Rubió y (1895). Diccionario das Ciencias Militares. Revista Científico-Militar y Biblioteca Militar. Barcelona.
- BESSA, Coronel Carlos Gomes (2005). O Ensino Superior Militar Português no quadro europeu. Revista Militar n.º 2440. Maio, 2005. Lisboa.

- BISPO, Tenente-General PilAv António de Jesus (2005). Algumas questões relativas ao Ensino Superior Militar. *Revista Militar* n.º 2440. Maio, 2005. Lisboa.
- BORGES, Tenente-Coronel João Vieira (2003a). A especificidade militar nos Estabelecimentos Militares de Ensino Universitário. [Em linha]. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [Referência de 20 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=52
- BORGES, Tenente-Coronel João Vieira (2003b). O Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL). [Em linha]. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [Referência de 20 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=53
- BORGES, Tenente-Coronel João Jorge Botelho Vieira (2005a). Subsídios para a reforma do Ensino Superior Militar em Portugal. *Revista Militar* n.º 2440. Maio, 2005. Lisboa.
- BORGES, Tenente-Coronel João Vieira (2005b). Finalmente a reforma do Ensino Superior Militar em Portugal. [Em linha]. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. Maio, 2005. [Referência de 20 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=208
- BORGES, Tenente-Coronel João Jorge Botelho Vieira, CANAS, Capitão-Tenente António José Duarte Costa (2005). Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal. *Revista Militar* n.º 2440. Maio, 2005. Lisboa.
- BOUTHOU, Gaston (1984). *Tratado de Polemologia*. Ediciones Ejercito, Madrid.
- CAMPOS, Capitão de Mar-e-Guerra José Ribeiro da Silva (2007). A carreira docente militar no contexto da reforma do Ensino Superior Militar. TII, CPOG 2006/2007. IESM: Pedrouços.
- CARVALHO, Coronel Tirocinado Carlos Manuel Teixeira do Rio (2005). O Ensino Superior Militar e o “Processo de Bolonha”: Algumas considerações. *Revista Militar* n.º 2440. Maio, 2005. Lisboa.
- COELHO, Dr. Alberto Rodrigues (2010). Director da Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar. Entrevista em 29 de Outubro de 2010 (por correio electrónico).
- COIMBRA, Major-General António José Pacheco Dias (2010). 2.º Comandante e Director de Ensino da Academia Militar. Entrevista em 28 de Outubro de 2010, Academia Militar, Lisboa.
- CORDIS (s.d.). Classificação de Áreas Científicas. [Em linha]. Serviço Comunitário de Informação para a Investigação e o Desenvolvimento. [Referência de 1 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://cordis.europa.eu/fp6/fp6keywords.htm>
- DARLINTON (2010). Ciência, tecnologia e arte – discussão sobre a definição dos termos e sistemas de classificação. [Em linha]. [Referência de 28 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.darlinton.net/arautaba/ciencia-tecnologia-e-arte-discussao-sobre-a-definicao-dos-termos-e-sistemas-de-classificacao/>
- DECRETO-LEI n.º 678/76, de 1 de Setembro. Licenciatura em Ciências Militares. Diário da República, 1.ª série – A. Lisboa.

- DECRETO-LEI n.º 48/86, de 13 de Março. Criação dos Estabelecimentos Militares de Ensino Superior. Diário da República, 1.ª série – A. Lisboa.
- DECRETO-LEI n.º 236/99, de 25 de Junho (Estatuto dos Militares das Forças Armadas). Diário da República, 1.ª série – A. Lisboa.
- DECRETO-LEI n.º 88/2001, de 23 de Março. Integração do Ensino Superior Militar no Sistema de Avaliação. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 1494 a 1499. Lisboa.
- DECRETO-LEI n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro. Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 1494 a 1499. Lisboa.
- DECRETO-LEI n.º 161/2005, de 22 de Setembro, alterado e republicado através do Decreto-lei n.º 28/2010, de 31 de Março. Criação do Instituto de Estudos Superiores Militares e Anexo II – Estatuto do IESM. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 5674 a 5677. Lisboa.
- DECRETO-LEI n.º 74/2006, de 24 de Março. Regime Jurídico dos Graus e Diplomas. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 2242 a 2257. Lisboa.
- DECRETO-LEI n.º 37/2008, de 5 de Março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 27/2010, de 31 de Março. Aplicação do Decreto-lei n.º 74/2006 ao Ensino Superior Militar. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 1382 a 1387. Lisboa.
- DECRETO-LEI n.º 107/2008, de 25 de Junho. Princípios Reguladores para a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 3835 a 3853. Lisboa.
- DECRETO-LEI n.º 154-A/2009, de 6 de Julho. Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional. Diário da República, 1.ª série – n.º 128, p. 4234 – (9). Lisboa.
- DECRETO-LEI n.º 27/2010, de 31 de Março. Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 1055 a 1069. Lisboa.
- DECRETO-LEI n.º 28/2010, de 31 de Março. Estatuto do Instituto de Estudos Superiores Militares. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 1069 a 1087. Lisboa.
- DELIBERAÇÃO n.º 1506/2006, de 12 de Outubro de 2006. Regulamento de Estudos Pós-Graduados, da Universidade de Lisboa. Diário da República, 1.ª série – A. Lisboa.
- DESPACHO n.º 10 543/2005, de 21 de Abril de 2005. Normas técnicas para a apresentação das estruturas curriculares e dos planos de estudos dos cursos superiores. Diário da República, 1.ª série – A. Lisboa.
- DIAS, Carlos Manuel Mendes (2010). Sobre a Guerra. Política, Estratégia e Tática. Editora Prefácio. Lisboa.
- DIAS, Tenente-Coronel de Artilharia Carlos Manuel Mendes (2010). Chefe do Departamento de Estudos Pós-Graduados da Academia Militar e Doutor em Relações Internacionais. Entrevista em 28 de Outubro de 2010, Academia Militar, Lisboa.
- DUARTE, Major-General Frederico José Rovisco (2010). Chefe de Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército. Entrevista em 7 de Novembro de 2010 (por correio electrónico).

- ECEME (2011). Programas de Pós-graduação em Ciências Militares. [Em linha]. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro. [Referência de 24 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: http://www.eceme.ensino.eb.br/portalicee/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=63&lang=pt
- ERM (2011). École Royale Militaire (Bélgica). [Em linha]. Portal da Academia Militar da Bélgica. [Referência de 15 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.rma.ac.be/fr/>
- FELICIANO, Coronel de Artilharia José António Figueiredo (2010). Adjunto do Director de Ensino da Academia Militar. Entrevista em 28 de Outubro de 2010, Academia Militar, Lisboa.
- FERNANDES, Major-General José Manuel Serôdio (2010). Comandante da Academia da Força Aérea. Entrevista em 10 de Dezembro de 2010, Academia da Força Aérea, Sintra.
- FERREIRA, Tenente-Coronel PilAv João José Brandão (2005). A reestruturação do Ensino Superior Militar; o processo de Bolonha e a Universidade das Forças Armadas. Revista Militar n.º 2440. Maio, 2005. Lisboa.
- FONSECA, Coronel José Nunes da (2010). O conceito de Segurança Nacional perspectivado para 2030. TII, CPOG 2009/2010. IESM: Pedrouços.
- FONSECA, M. J. M. (1994). Em torno do conceito de Ciência. [Em linha]. [Referência de 20 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: www.ipv.pt/millennium/Fonseca_ect1.htm
- FRAGA, Coronel Luís M. Alves de (2003). Universidade das Forças Armadas e Ensino Superior Militar. Revista Militar n.º 2419/2420. Agosto/Setembro, 2003. Lisboa.
- FRAGA, Coronel Luís M. Alves de (2005). Forças Armadas: Uma contradição europeia? Revista Militar n.º 2440. Agosto/Setembro, 2003. Lisboa.
- FRAGOSO, Vice-Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira (2011). Director do Instituto de Estudos Superiores Militares. Entrevista em 12 de Janeiro de 2011, Instituto de Estudos Superiores Militares, Pedrouços.
- FREIXO, Manuel João Vaz (2010). Metodologia Científica. Fundamentos, métodos e técnicas. Instituto Piaget, 2.ª Edição. Lisboa.
- GABINETE DO CEMGFA (General Luís Vasco Valença Pinto) (2011). Entrevista em 4 de Janeiro de 2011 (por correio electrónico).
- GARCIA, Tenente-Coronel de Infantaria Francisco Proença (2011). Conselheiro Militar na Delegação Portuguesa da NATO e Doutor em Estratégia. Entrevista em 19 de Janeiro de 2011 (por correio electrónico).
- GPEARI (2010a). Produção Científica Portuguesa, 1981-2009: Séries estatísticas. Anexo – Classificação dos domínios científicos e tecnológicos, 2007 (FOS). [Em linha]. Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Agosto de 2010, Lisboa. [Referência de 18 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: http://www.gpeari.mctes.pt/archive/doc/pc19902009_serieestatisticas.pdf

- GPEARI (2010b). Produção Científica Portuguesa, 1981 – 2009: Indicadores Bibliométricos. [Em linha]. Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Agosto de 2010, Lisboa. [Referência de 18 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.gpeari.mctes.pt/archive/doc/Indicadoresbibliometricos8109.pdf>
- GROMICHO, Coronel PilAv Carlos Alberto de Carvalho (2006). Ensino superior na Instituição Militar. Modernização e racionalização. TII, CPOG 2005/2006. IESM: Pedrouços.
- GUEDES, Professor Doutor Armando Marques (2010). Entrevista em 27 de Outubro de 2010, Lisboa.
- GUERREIRO, Vice-Almirante Álvaro Sabino (2010). Presidente do Conselho do Ensino Superior Militar. Entrevista em 29 de Outubro de 2010, Instituto de Estudos Superiores Militares, Pedrouços.
- GUIÃO (2011). Relatório de avaliação/acreditação prévia de novos ciclos de estudo. [Em linha]. Portal da A3ES. [Referência de 1 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.a3es.pt/pt/avaliacao-e-acreditacao/guioes-e-procedimentos/acreditacao-previa-de-novos-ciclos-de-estudos>
- INFORMAÇÃO n.º 08/11 (2011). Ciências Militares – Conceitos e definições. Área de Ensino Específico da Marinha. 30 de Março de 2011. IESM: Pedrouços.
- LEI n.º 49/2005, de 30 de Agosto. Lei de Bases do Sistema Educativo. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 5122 a 5138. Lisboa.
- LEI n.º 38/2007, de 16 de Agosto. Regime jurídico da avaliação do ensino superior. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 5310 a 5313. Lisboa.
- LEI n.º 62/2007, de 10 de Setembro. Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 6358 a 6389. Lisboa.
- LEI n.º 53/2008, de 29 de Agosto. Lei de Segurança Interna. Diário da República, 1.ª série – n.º 167, pp. 6135 a 6141. Lisboa.
- LEI ORGÂNICA n.º 63/2007, de 6 de Novembro. Lei da Guarda Nacional Republicana. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 8043 a 8051. Lisboa.
- LEI ORGÂNICA n.º 1-B/2009, de 7 de Julho. Lei da Defesa Nacional. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 4541 a 4550. Lisboa.
- LUÍS, Major de Infantaria Emanuel Jorge de Almeida (2003). A carreira docente militar, sua necessidade e implicações para o Exército. TILD, CEM 2002/2204. IAEM: Pedrouços.
- LUSA (2010). Ministro admite que ensino superior militar pode vir a dar doutoramentos autónomos. [Em linha]. Jornal “Público”. [Referência de 10 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: www.publico.pt
- MADEIRA, Isabel (2006). Educação, Ciência e Sociedade. O impacto do Processo de Bolonha no Ensino Superior Militar. Seminário “O Processo de Bolonha e as Forças Armadas – pretexto para uma reforma necessária?”, Dezembro, Lisboa: IESM.

- MARTINS, Major-General Raul François (2001). *Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares* (Prefácio). Edição Cosmos, 3.^a Edição. Lisboa.
- MASHG (2010). *Military Art and Science Handbook & Guide*. [Em linha]. United States Military Academy, West Point. [Referência de 24 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.usma.edu/dmi/pdf/ma&s08programguide.pdf>
- MDN (2011a). Ministério da Defesa Nacional. [Em linha]. Portal do Ministério da Defesa Nacional. [Referência de 27 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/investigacao/>
- MDN (2011b). Ministério da Defesa Nacional. [Em linha]. Portal do Ministério da Defesa Nacional. [Referência de 31 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/investigacao/>
- MELLO, Tenente do Real Corpo de Engenheiros António Maria de Fontes Pereira de (1849). *Introdução ao Número 1 da Revista Militar*. Revista Militar. Tomo I, Janeiro, 1849. Número 1. Edição Fac-Simile. 1999. Lisboa.
- MELO, Contra-Almirante José Luís Seabra de (2010). Comandante da Escola Naval. Entrevista em 16 de Dezembro de 2010, Escola Naval, Alfeite.
- MONTEIRO, Coronel H. Pires (1953). *Ciência Militar e Arte de Comandar*. Edição da Revista Militar, separata do fascículo 2/3 de 1953. Lisboa.
- MONTEIRO, Tenente-General Fernando Manuel Paiva (2010). Comandante da Academia Militar. Entrevista em 28 de Outubro de 2010, Academia Militar, Lisboa.
- MOREIRA, Adriano (2001). *Introdução à avaliação do Ensino Superior Militar*, Colóquio no Instituto Superior Naval de Guerra. CNAVES. Lisboa.
- MOREIRA, Adriano (2006). *Educação, Ciência e Sociedade. O impacto do Processo de Bolonha no Ensino Superior Militar*. Seminário “O Processo de Bolonha e as Forças Armadas – pretexto para uma reforma necessária?”, Dezembro. Lisboa: IESM.
- MOREIRA, Professor Doutor Adriano (2010). Presidente da Academia de Ciências de Lisboa. Entrevista em 22 de Dezembro de 2010, Academia das Ciências, Lisboa.
- MOREIRA, José, SILVA, Braz da, SANTANA, Eduardo (2008). *O ensino superior militar e o processo de Bolonha*. TIG, CPOG 2008/2009. IESM: Pedrouços.
- NDC (2011). *Netherlands Defense College prospectus ASCS: 2010-2011*. Informação fornecida pelo Adido Militar da Holanda.
- NDU (2011). *National Defense University* (Reino Unido). [Em linha]. [Referência de 27 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: http://www.jfsc.ndu.edu/schools_programs/jaws/default.asp
- OCDE (1993). “*La Mesure des Activités Scientifiques et Technologiques – Méthode Type Proposée pour les Enquêtes sur la Recherche et le Développement Expérimental* (Manuel de Frascati)”. Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Agosto, 2010, Lisboa.
- OCDE (2007). *Revised Field Of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual*. [Em linha]. Classificação dos domínios científicos e tecnológicos da

- OCDE. [Referência de 1 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.oecd.org/dataoecd/36/44/38235147.pdf>
- OLIVEIRA, Capitão de Mar-e-Guerra EMT Paulo Manuel Dinis Mónica de (2009). Coordenação do ensino, da formação e da investigação nas Forças Armadas. TII, CPOG 2008/2009. IESM: Pedrouços.
- PAULO, Capitão-de-Fragata ECN Jorge Manuel Pereira da Silva (2002). Universidade das Forças Armadas. Revista Militar n.º 2411. Dezembro. Lisboa.
- PAULO, Capitão-de-Fragata ECN Jorge Manuel Pereira da Silva (2005). Bolonha e a Escola Naval. Revista Militar n.º 2440. Maio. Lisboa.
- PENA, Coronel António de Oliveira (2005). O Ensino Superior Militar ao longo das páginas da Revista Militar. Revista Militar n.º 2440. Maio. Lisboa.
- PENA, Coronel António de Oliveira (2010). Curso de doutoramento em Ciências Militares. Revista Militar n.º 2499. Abril. Lisboa.
- PENA, Coronel TecManMatTm António de Oliveira (2010). Doutor em Ciências da Comunicação. Entrevista em 25 de Outubro de 2010, Academia Militar, Lisboa.
- PEREIRA, Esteves, BORGES Ramos, FILHO, Medeiros (2009). O ensino superior militar do IESM e a articulação com a investigação e desenvolvimento de Defesa. TIG, CPOG 2009/2010. IESM: Pedrouços.
- PEREIRA, Professor Doutor José Esteves (2011). Entrevista em 24 de Fevereiro de 2011 (por correio electrónico).
- PEREIRA, Coronel Rui, BORGES Coronel Vieira e ARAGÃO, Capitão de Mar-e-Guerra Moniz de (2011). Carreira docente militar no contexto da reforma do Ensino Superior Militar. TIG, Lisboa: IESM.
- PETRAEUS, David H. (2007). To Ph.D. or Not to Ph.D. Beyond the Cloister. [Em linha]. Warrior Wisdom. The American Interest vol. 2, n.º 6, Jul-Ago 2007. [Referência de 31 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.the-american-interest.com/article.cfm?piece=290>
- PIAGET, J. (1973). A situação das Ciências do homem no sistema das Ciências. Editora Livraria Bertrand. Lisboa.
- PLANO DE CURSO (s.d.). Curso de Promoção a Oficial Superior. IESM: Pedrouços.
- PLANO DE CURSO (s.d.). Curso de Promoção a Oficial General. IESM: Pedrouços.
- PLANO DE CURSO (2010). Curso de Estado-Maior Conjunto. IESM: Pedrouços.
- PLANO DE ESTUDOS (2010). Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais. [Em linha]. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. [Referência de 29 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://iscte.pt/doutoramento.jsp?curso=130>
- POMBO, Olga (s.d.). Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. [Em linha]. [Referência de 3 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/vocabulario-interd.pdf>
- PORTARIA n.º 256/2005, de 16 de Março. Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 2281 a 2213. Lisboa.

- PORTARIA n.º 1153/2005, de 11 de Novembro. Regulamento do Instituto de Estudos Superiores Militares. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 6496 a 6498. Lisboa.
- PORTARIA n.º 1099/2009, de 24 de Setembro. Especialidades em que os Estabelecimentos de Ensino Superior Militar conferem os graus académicos de licenciado e de mestre. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 6812 a 6814. Lisboa.
- PORTARIA n.º 1380/2009, de 2 de Novembro. Diploma de formação militar complementar dos cursos de Saúde. Diário da República, 1.ª série – A, n.º 212, p. 8308. Lisboa.
- PORTARIA n.º 1394/2009, de 3 de Dezembro. Aprovação do Mestrado da Academia Militar em Guerra da Informação. Diário da República, 1.ª série – A, pp. 8512 e 8513. Lisboa.
- PORTARIA n.º 734, de 19 de Agosto de 2010, do Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro. Doutoramento em Ciências Militares. [Em linha]. Boletim do Exército n.º 34, 2010. [Referência de 18 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.defesanet.com.br/eb1/estudos.htm>
- PROJECTO DE REGULAMENTO (2010). Mestrado em “Ciências Militares – Segurança e Defesa”, Dezembro de 2010, IESM: Pedrouços.
- PUREZA, José Manuel (2007). Dez anos de guerras e pazes: o velho, o novo e o novíssimo. [Em linha]. Revista Janus. [Referência de 20 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: http://www.janusonline.pt/2007/2007_1_7.html
- QUIVY Raymond e CAMPENHOUDT LucVan (2003). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva. Lisboa.
- SAMPAIO, Tenente-Coronel Armindo Manuel Elias Barroso de, (2005). O Ensino Superior Militar na Força Aérea Portuguesa. Revista Militar n.º 2440. Maio. Lisboa.
- SANTO, General Gabriel Augusto do Espírito (2005). O Ensino Superior Militar – Editorial. Revista Militar n.º 2440. Maio. Lisboa.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1990). Um discurso sobre as Ciências. Edições Afrontamento. 4.ª Edição. Porto.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos (2010). História concisa de como se faz a Guerra. Publicações Europa-América. Mem Martins.
- SANTOS, José Rodrigues dos (2006). Modelos de análise da profissão militar. [Em linha]. [Referência de 18 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/modpro_mil.pdf
- SANTOS, José Rodrigues dos (2007). “Panorama das Ciências Sociais – a noção de ciência”. Academia Militar: 2007.
- SANTOS, Professor Doutor José Rodrigues dos (2010). Entrevista em 17 de Novembro de 2010, Academia Militar, Amadora.
- SGL (2011). Sociedade de Geografia de Lisboa. [Em linha]. Portal da Sociedade de Geografia de Lisboa. [Referência de 8 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.socgeografialisboa.pt/organica/seccoos-profissionais>
- SILVA, Augusto Santos (2009). Intervenção do Ministro da Defesa Nacional na cerimónia de abertura do Ano Académico no IESM, em 4 de Dezembro de 2009. [Em linha]. Portal do MDN. [Referência de 1 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em:

- http://www.mdn.gov.pt/NR/ronlyres/1C5EABC6-8AE8-44E6-88A0-EEB06AA-C61FA/0/20091204_Discurso_MDN_IESM.pdf
- SILVA, Augusto Santos (2010). Intervenção do Ministro da Defesa Nacional na Tomada de Posse do Conselho do Ensino Superior Militar, em 18 de Maio de 2010. [Em linha]. Portal do MDN. [Referência de 1 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: http://www.mdn.gov.pt/NR/ronlyres/34D49155-F5B8-4640-870C-160955FE-6ED6/0/20100518__Discurso_MDN_tomada_de_posse_CESM_PDF.pdf
- SILVA, Coronel de Infantaria Nuno Augusto Teixeira Pires da (2010). As carreiras dos oficiais das Forças Armadas Portuguesas e a articulação com o sistema de formação complementar. TII, CPOG 2009/2010. IESM: Pedrouços.
- SILVEIRA, Fernando Lang da (1996). A Filosofia da Ciência de Karl Popper: o racionalismo crítico. Caderno Catarinense de ensino de Física, volume 13, n.º 3, Florianópolis.
- SOARES, Luís, (2001). Introdução à avaliação do Ensino Superior Militar. Colóquio no Instituto Superior Naval de Guerra. CNAVES. Lisboa.
- STEPHENSON, Tenente-Coronel (Reserva) Ph.D. Scott (2010). A Revolução em Assuntos Militares: 12 Observações sobre uma Ideia Fora de Moda. Military Review de Julho/Agosto de 2010. EUA.
- STOINA, Neculai (2009). Military Sciences from Art to Science. Revista Academiei Fortelor Terestre, NR. 1 (53)/2009. “Nicolae Balcescu” Land Forces Academy, Sibiu, Roménia.
- TALHINHAS, Casimiro Pacheco (2006). Bolonha, o Ensino Superior Militar e a Qualidade. [Em linha]. Jornal Defesa e Relações Internacionais, Setembro, 2006. [Referência de 18 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=361
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2010). Entrevista publicada na revista “Actual”. [Em linha]. Jornal “Expresso”, 25 de Outubro de 2010. [Referência de 21 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://historiaeciencia.weblog.com.pt/arquivo/027417.html>
- TELLES, Sebastião (1887). Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares. Edição Cosmos, Instituto da Defesa Nacional. 3.ª Edição. Dezembro, 2001. Lisboa.
- UDN (2011). Universidade de Defesa Nacional (Hungria). [Em linha]. [Referência de 15 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: http://portal.zmne.hu/pls/portal/docs/PAGE/ZPORTAL/ZMNE_ROOT/KLHTK/ANGOL%20SZOROANYAG%20UKRAJNA%201.PDF
- VAZ, Coronel Tirocinado Pára-quedista Nuno Mira (2010). Doutor em Sociologia. Entrevista em 9 de Outubro de 2010, Lisboa.
- VIANA, Major-General Vítor Daniel Rodrigues (2010). Director do Instituto de Defesa Nacional. Entrevista em 15 de Novembro de 2010, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.
- VIDEIRA, Coronel de Artilharia Carlos Manuel Terron da Silva (2010). Director da Biblioteca da Academia Militar. Entrevista em 28 de Outubro de 2010, Academia Militar, Lisboa.
- VIEIRA, General Guilherme de Sousa Belchior (1983). O Ensino Superior Militar – Política de ensino do Instituto de Altos Estudos Militares. Edição do Estado-Maior do Exército. Lisboa.

Apêndice 1

Modelo de ciclo de estudos conducente ao grau de doutor em Ciências Militares⁴²

Local: IESM.

Ramo do conhecimento e respetiva especialidade: Ciências Militares e Operações Militares.

Finalidade: Proporcionar formação avançada e desenvolver competências na área das Ciências Militares.

Objetivos gerais: Desenvolver capacidades de compreensão sistemática, competências, aptidões e métodos de investigação no domínio científico das Ciências Militares.

Objetivos específicos: Desenvolver competências nos planos científico, doutrinário e técnico das Ciências Militares e realizar atividades de investigação científica nas áreas da Segurança e da Defesa Nacional que potenciem a elaboração da doutrina militar conjunta e da prospetiva estratégica militar.

Condições de ingresso: Detentor do grau de mestre, aprovação no CPOS ou no CEMC e parecer favorável do Conselho Científico do IESM.

Objetivos do ciclo de estudos: Habilitar os alunos para o desempenho das funções de docência, direção e chefia nos EESPUM e possibilitar o desenvolvimento de investigação de alto nível nas FFAA.

Competências a adquirir pelos estudantes: Analisar, avaliar e sintetizar conceitos que permitam produzir novas doutrinas, técnicas e tecnologias para promover o avanço do conhecimento no domínio das Ciências Militares. Desenvolver competências de investigação e de docência.

Conteúdos programáticos das unidades curriculares: Ver estrutura curricular e plano de estudos.

42 O conteúdo do modelo foi adaptado a partir do Regulamento de Estudos Pós-Graduados da Universidade de Lisboa, publicado através da Deliberação n.º 1506/2006, de 12 de Outubro de 2006 e do Estatuto do IESM, publicado através do Decreto-lei n.º 28/2010, de 31 de Março.

Estrutura curricular e plano de estudos do 1.º ano (1.º e 2.º semestre)⁴³

Unidades Curriculares	Área Científica	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)										Créditos	Obs.
			Total	Contacto						O				
				T	TP	PL	TC	S	E					
Administração de Recursos	AR	Semestral	88	45								2	3,5	
Comunicação e Liderança	CL	Semestral	63	30	3							2	2,5	
Logística e Investigação Operacional	AR	Semestral	75	37								2	3,0	
Organização Militar	CJ	Semestral	50	32								2	2,0	
História Militar	HM	Semestral	50	20									2,0	
Estratégia Militar	E	Semestral	191	60			14						7,0	
Enquadramento das Operações Conjuntas e Combinadas	OM	Semestral	162	42	28								6,0	
Planeamento Operacional – PLANOP CRO	OM	Semestral	56	37									2,0	
Doutrina das Operações Táticas	OM	Semestral	50	23			18						2,0	
Técnicas de Estado-Maior	OM	Semestral	138	70	13								5,5	
Brigada em Operações Defensivas	OM	Semestral	88	5	40								3,5	
Brigada em Operações Ofensivas	OM	Semestral	88	5	40								3,5	
Tática de Pequenas Unidades/EFS	OM	Semestral	175	13	77								7,0	
Planeamento e condução de Exercícios Táticos (CPX-CAX)	OM	Semestral	50	18	18								2,0	
Recursos Humanos – Exército	AR	Semestral	50	22						6			2,0	
Logística – Exército	L	Semestral	75	29			6	10					3,0	
Organização e Supervisão da Formação	EEFM	Semestral	63	19	4					8			2,5	
História Militar e Geografia	HM	Semestral	25	13									1,0	
Totais			1537										60,0	

43 O exemplo apresentado baseia-se no plano de estudos do CPOS – Exército (Armas), podendo adoptar-se idêntico racional para o plano de estudos do CEMC. O aproveitamento e validação das UC para a fase curricular do doutoramento depende do parecer favorável do Conselho Científico do IESM.

2.º ano (3.º e 4.º semestres)⁴⁴

Unidades Curriculares	Área Científica	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)										Créditos	Obs.		
			Total	Contacto								O				
				T	TP	PL	TC	S	E	OT						
Seminário de Investigação		3.º Semestre	150						150						6	
Seminário de Projecto de Doutoramento e início da Tese		3.º Semestre	300						300						12	
Ciclo de Conferências sobre temática da Tese		3.º Semestre	300						300						12	
Desenvolvimento da Tese	CM	4.º Semestre	750						750						30	
Totais			1500												60	

3.º ano (5.º e 6.º semestres)

Unidades Curriculares	Área Científica	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)										Créditos	Obs.		
			Total	Contacto								O				
				T	TP	PL	TC	S	E	OT						
Desenvolvimento da Tese	CM	5.º Semestre	750	750											30	
Conclusão e defesa pública da Tese	CM	6.º Semestre	750	750											30	
Totais			1500												60	

Legenda: T – ensino teórico; TP – ensino teórico-prático; PL – ensino prático e laboratorial; TC – trabalho de campo S – Seminário; E – Estágio; OT – Orientação tutorial; O – Outra.
(Despacho n.º 10 543/2005, de 21 de Abril de 2005).

44 A estrutura apresentada é similar ao plano de estudos do doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

9. A SITUAÇÃO ESTRATÉGICA INTERNACIONAL: IMPLICAÇÕES PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA E DEFESA

221

THE INTERNATIONAL STRATEGIC SITUATION: IMPLICATIONS FOR A NEW STRATEGIC CONCEPT ON SECURITY AND DEFENCE

Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Coronel de Infantaria
labs0892@gmail.com

António Inácio Gonçalves Covita

Capitão de Mar-e-Guerra de Administração Naval
goncalves.covita@marinha.pt

Mário Rui Aguiar dos Santos

Coronel Piloto Aviador
santini.1123@hotmail.com

Resumo

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional constitui a principal referência para orientar o Ciclo de Planeamento Estratégico Nacional e mobilizar os recursos a envolver na segurança e defesa da Nação.

Este estudo começa por analisar o enquadramento conceptual e legal da defesa nacional e do CEDN 2003 que resultou das alterações do ambiente estratégico internacional e do contexto nacional ocorridas entre 1994 e 2002, qualitativamente diferentes das atuais circunstâncias.

A evolução do sistema internacional transporta consigo a reafirmação de alguns dos tradicionais “perturbadores” e a emergência de outros que configuram novos centros de poder e “novas” ameaças e riscos, mais imprevisíveis, sendo cada vez menos visível e justificável a tradicional fronteira entre segurança e defesa.

Por outro lado, a atual situação económico-financeira internacional e nacional poderá obrigar a repensar os atuais níveis de ambição político-estratégico e operacional, ajustando-os às disponibilidades do País.

São analisados os conceitos estratégicos da *NATO* e da *UE*, determinando os principais ajustamentos a introduzir ao CEDN, designadamente, a atualização do quadro de ameaças e riscos e dos instrumentos e modos de atuação.

Na parte final do trabalho – que constitui a principal mais-valia do estudo – procede-se à estruturação de uma base conceptual de apoio à elaboração de um futuro Conceito Estratégico de Segurança e Defesa, avaliando e integrando todos os dados obtidos durante a investigação: contexto estratégico internacional; novas circunstâncias relativas ao contexto nacional; conceitos estratégicos da *NATO* e da *UE*; conceitos estruturantes no âmbito da segurança e defesa; avaliação de experiências de outros países (*benchmarking*) na área de estudo; e contributos das entidades entrevistadas (vide bibliografia).

A grande conclusão deste trabalho orienta para um futuro CESD que contemple uma atualização conceptual e reforce o carácter transversal e multidisciplinar da segurança e defesa, reforçando a ligação para com as dimensões política, económica, social, ambiental, entre outras.

Os subsídios finais são apresentados sob a forma de “grandes opções” e “linhas de força estratégicas” a que deverá obedecer o futuro CESD.

Palavras-chave:

Ameaça, Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Conceito Estratégico de Segurança e Defesa, Defesa Nacional, Interesse Nacional, Objetivos Permanentes, Organização do Tratado do Atlântico Norte, Política de Defesa Nacional, Riscos, Segurança Nacional, Situação estratégica internacional, União Europeia.

Abstract

Strategic Defense Concept is the basis for establishing the guidelines of national strategic planning cycle and for mobilizing the required resources to invest in security and defense.

This study begins by analyzing the conceptual and legal framework of national defense and the CEDN 2003, that resulted from changes in international strategic environment and national context occurred between 1994 and 2002, which are quite different from the current ones.

The evolution of international system reaffirms the existence of “disturbing elements” and the emergence of new centers of power and unpredictable new risks and threats, making hard to see separation between security and defense.

The international and national economic and financial situation, may lead to rethink the current level of ambition and adjust it to the existing financial resources.

NATO and EU strategic concepts are analyzed to determine the required adjustments to introduce into CEDN 2003, namely to update the framework of threats and risks, and also the instruments and courses of action.

Finally, a structured conceptual base developed to support the formulation of a new Security and Defense Strategic Concept (CESD), to include evaluation and integration of facts obtained during investigation: new international strategic environment, national context; NATO and EU strategic concepts; benchmarking with allied countries security and defense policies; results of experts interviews.

The main conclusion points to a future CESD with an updated conceptual base and reinforce the transversal and multidisciplinary character of security and defense, to include political, economic, social and environmental dimensions.

Final contributions are set under “big options” and “strategic guidance” which should rule the future CESD.

Keywords:

European Union, International Strategic Situation, National Defense, National Defense Policy, National Defense Strategic Concept, National Interests, National Security, North Atlantic Treaty Organization, Permanent Objectives, Risks, Security and Defense Strategic Concept, Threats.

Introdução

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovado em 2003 e ainda em vigor, tem como “elementos perturbadores” centrais do sistema internacional (SI) a implosão da União Soviética (URSS), a emergência do terrorismo transnacional ao nível global, a capacidade efetiva de proliferação de armas de destruição maciça (ADM) e o crime organizado transnacional como forma de agressão externa. Este cenário internacional continua parcialmente atual, embora aos seus efeitos, atenuados em alguns casos, se venham agora juntar novos “perturbadores”, designadamente, as recentes convulsões do mundo árabe, a crise económica e financeira internacional e nacional ou as incertezas em torno da coesão europeia.

Por outro lado, formalmente, o conceito estratégico de segurança da União Europeia (UE) e o novo conceito estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) de 2010 definem novas circunstâncias para o enquadramento internacional, que haverá que analisar em termos das suas implicações e efeitos.

A pressão em torno da crise económica e financeira internacional agravou a já frágil situação económico-financeira nacional, criando novas limitações ao funcionamento do Estado e às atividades da segurança e da defesa, que haverá que avaliar adequadamente em termos das suas consequências a médio e a longo prazo, muito para além de um mero exercício de racionalização e de agregação de vontades. Se admitirmos que a atual situação de constrangimento ao funcionamento do Estado se manterá por um lapso de tempo alargado, até onde deverão manter-se os atuais níveis de ambição político e estratégico-militar?

O Estado Português e as instituições nacionais que concorrem para o processo de segurança e defesa têm, assim, um grande desafio a vencer, tendo como farol o interesse nacional, a identidade nacional e o conceito de soberania.

O estudo assume uma grande atualidade e uma dimensão nacional e justifica-se por várias ordens de razões:

- Porque, nos termos da Lei de Defesa Nacional (LDN), “A defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os Portugueses” (LDN, 2009, art.º 36.º, § 1), devendo, o exercício desse dever, ser periodicamente reavaliado nos termos da evolução da situação internacional e nacional e dos interesses de Portugal;
- Porque importa determinar até onde o conceito estratégico de segurança da UE e o novo conceito estratégico da *NATO* definem novas circunstâncias em termos de implicações e efeitos em relação ao CEDN em vigor;
- Porque a situação de crise económico-financeira internacional que se vive agravou as limitações internas ao funcionamento do Estado, devendo ser também avaliada a atividade de segurança e defesa, a médio e a longo prazo, a partir do que é, ou deve ser, o interesse nacional e o conceito de soberania;
- Por fim, considera-se importante aproveitar o ensejo para refletir, de modo integrado, sobre a construção de uma “base conceptual” que subsidie a elaboração de um novo Conceito Estratégico de Segurança e Defesa (CESD) que, sob a forma de “Grandes Opções”, incorpore as novas circunstâncias estratégicas e os novos conceitos estruturantes no âmbito da segurança e da defesa.

O objeto de estudo foi delimitado a partir dos seguintes critérios:

- Caracterização da situação estratégica internacional, limitada ao lapso de tempo entre a última década do século transato e o momento atual;
- Caracterização da atual situação económico-financeira internacional e nacional, sobretudo a partir de 2004, com referência ao Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) (MF, 2011b) e, mais recentemente, ao programa de Apoio Económico e Financeiro a Portugal, celebrado com a União Europeia (UE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE);
- Avaliação do conceito estratégico de segurança da UE e do novo conceito estratégico da *NATO* (2010);
- Investigação das consequências em termos dos condicionamentos externos e internos ao nível da segurança e defesa, refletidos sobre a estratégia global e as estratégias gerais.

O objetivo geral deste trabalho consiste em avaliar a necessidade em promover o aperfeiçoamento do CEDN 2003, definindo conceptualmente em que moldes deverá ocorrer, face à evolução da situação estratégica internacional e à situação económico-financeira de Portugal. Para o efeito foram definidos quatro objetivos específicos:

- Caracterizar as atuais enquadramentos do contexto estratégico internacional e determinar até onde o CEDN 2003 mantém a sua relevância;
- Avaliar sumariamente a atual situação económico-financeira de Portugal e definir que alterações deverão ser ponderadas em relação ao atual CEDN;

- Analisar o novo Conceito Estratégico da *NATO* (2010) e o Conceito Estratégico de Segurança da UE e determinar que adaptações poderão ser introduzidas ao CEDN 2003;
- Integrar as novas circunstâncias internacionais e nacionais previamente analisadas e estabelecer em que moldes deverá ser conceptualmente definindo o aperfeiçoamento do CEDN 2003 com vista à elaboração de um futuro CESD.

O conteúdo do presente trabalho, para além da introdução e das conclusões, está organizado em quatro capítulos. No *primeiro capítulo* é apresentada uma breve revisão do enquadramento legal e corresponsabilidades no âmbito da defesa nacional e é analisado o CEDN 2003.

No *segundo capítulo* é caracterizada a atual situação estratégica internacional e a situação económico-financeira nacional e é avaliada a atualidade do CEDN 2003 face às alterações do contexto externo e interno.

No *terceiro capítulo* procede-se a uma análise do novo Conceito Estratégico da *NATO* e do Conceito Estratégico de Segurança da EU e avaliam-se os ajustamentos a introduzir ao CEDN 2003.

O *quarto e último capítulo* é dedicado à construção de uma base conceptual para a elaboração de um futuro CESD nacional.

Inclui-se ainda um apêndice que que complementa a informação do corpo do trabalho.

1. Enquadramento conceptual e legal da Defesa Nacional. Análise do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2003

Neste primeiro capítulo, é analisado sumariamente o enquadramento legal e as corresponsabilidades da defesa nacional e é avaliado o CEDN de 2003, criando, desta forma, um quadro conceptual e legal preambular para o restante trabalho.

a. Defesa nacional. Enquadramento legal e corresponsabilidades

A “segurança ou sobrevivência” e o “progresso e bem-estar” são “finalidades fundamentais” ou “objetivos últimos” de qualquer unidade política, sendo que ao primeiro objetivo se associam, frequentemente, os conceitos de “independência nacional” e de “integridade territorial” (Couto, 1988: 307). O que varia, depois, é a interpretação e a forma de concretização, cabendo à Política: “... definir como esses objetivos últimos devem ser alcançados, isto é, que objetivos ‘concretos’ deverão ser atingidos para o efeito...” (Couto, 1988: 39), podendo sê-lo de forma autónoma ou a partir de um sistema de alianças, de acordo com as capacidades e interesses dos estados e/ou com a complexidade dos contextos político-estratégicos.

As conceções tradicionais separam os conceitos de segurança e de defesa consoante o contexto de atuação, o tipo de ameaça e a tipologia de forças que as deve combater (forças armadas ou forças de segurança). Hoje, a fronteira entre segurança interna e exter-

na é mais ténue, sendo avisado adotar-se um conceito mais abrangente, que integre a segurança interna e a segurança externa (defesa), como resposta às novas ameaças, as quais poderão concretizar-se, simultaneamente, no plano interno e externo. (Silva, 2009: 90-91).

Abordemos agora o enquadramento legal e corresponsabilidades no âmbito da defesa nacional.

Nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) “A defesa nacional tem por objetivos garantir (...) a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (CRP, 2005, art.º 273.º), sendo ainda assegurada através “... do cumprimento dos compromissos internacionais do Estado no domínio militar, de acordo com o interesse nacional.” (LDN, 2009, art.º 8.º).

Cabe ao Estado “... assegurar a defesa nacional” (CRP, 2005, art.º 273.º), exercida num quadro autónomo ou multinacional:

- Por “... todos os meios legítimos, dentro e fora do seu território, das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional e do espaço aéreo sob sua responsabilidade” (LDN, 2009, art.º 2.º, § 2);
- Através do “... exercício do direito de legítima defesa, (...) para o que se reserva o recurso à guerra para os casos de agressão efetiva ou iminente” (LDN, 2009, art.º 2.º, § 4);
- Por “... passagem à resistência, ativa e passiva, nas áreas do território nacional ocupadas por forças estrangeiras...”, tida como “direito e dever” de todos os portugueses (LDN, 2009, art.º 2.º, § 5);
- E ainda “... no quadro dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português na prossecução do interesse nacional.” (LDN, 2009, art.º 3.º).

Compete ao Governo a condução da política de defesa nacional (PDN) (LDN, 2009, art.º 12.º), a qual se operacionaliza a partir de um conjunto coerente de “... princípios, objetivos, orientações e prioridades...” fixados na CRP, na LDN, no Programa do Governo (PGOV) e no CEDN (LDN, 2009, art.º 4.º). A PDN integra a *componente militar* de defesa e as *políticas setoriais do Estado*.

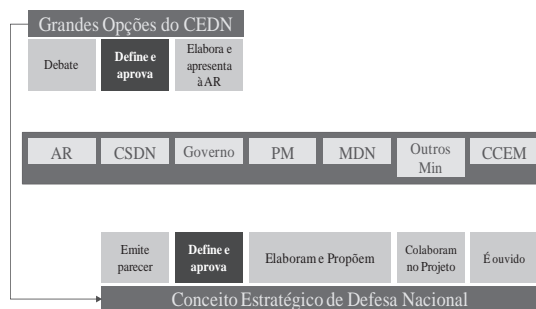


Figura 1 – Processo de elaboração e aprovação do CEDN

A estratégia global do Estado em matéria de defesa deverá estar formalizada em documento próprio que, decorrente do atual enquadramento legal (*e.g.*, LDN, 2009), é concretizada no CEDN, o qual tem sido aprovado por resolução do Conselho de Ministros (RCM). Na figura 1 são sumariadas as principais entidades e corresponsabilidades no que concerne à formulação e aprovação do CEDN¹.

b. Política de Defesa Nacional. Princípios, objetivos, orientações e prioridades

Os princípios, objetivos, orientações e prioridades por que se rege a Defesa Nacional decorrem do disposto na CRP e inscrevem-se na PDN, a qual se socorre, para a sua definição e/ou divulgação, da LDN, do PGOV e do CEDN (LDN, 2009, art.º 4.º).

A LDN (2009, art.º 2.º) define os Princípios gerais da Defesa Nacional, que resumimos como se segue:

- Independência nacional; igualdade dos Estados; respeito pelos direitos humanos e pelo direito internacional; resolução pacífica dos conflitos internacionais; contributo para a segurança, a estabilidade e a paz internacionais;
- Defesa dos interesses nacionais, dentro e fora do território nacional, por todos os meios legítimos;
- Salvaguarda da vida e dos interesses dos Portugueses num quadro autónomo ou multinacional;
- Exercício do direito de legítima defesa, com o eventual recurso à guerra, em caso de agressão efetiva ou iminente;
- Direito e dever de passagem à resistência, ativa e passiva, se, quando e onde for necessário.

Em coerência com o preconizado na CRP (2005, art.º 273.º), a LDN (2009, art.º 5.º) revela os Objetivos Permanentes da PDN:

- Soberania do Estado, independência nacional, integridade do território; valores fundamentais da ordem constitucional;
- Liberdade e segurança das populações, respetivos bens e proteção do património nacional;
- Liberdade de ação dos órgãos de soberania, regular funcionamento das instituições democráticas e possibilidade de realização das funções e tarefas essenciais do Estado;
- Manutenção ou restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais;
- Desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, para fazer face, pelos meios adequados, a qualquer agressão ou ameaça externas.

1 Enquanto atividade de planeamento, o CEDN pode ser precedido de um debate, na Assembleia da República (AR), sobre as respetivas “Grandes Opções”, por iniciativa do Governo ou de um grupo parlamentar.

Quanto às orientações fundamentais da PND elas deverão constar do PGOV, "... em obediência aos princípios fundamentais e aos objetivos permanentes..." definidos na CRP e na LDN (LDN, 2009, art.º 6.º). No PGOV XIX (2011d: 107-108) consideram-se, entre outras, as seguintes orientações para a defesa nacional:

- Carácter estratégico e prioridade das questões relacionadas com o Mar (*e.g.*, extensão da plataforma continental nacional);
- NATO (reforço do relacionamento) e UE (Política Europeia de Segurança e Defesa);
- Missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz – aprofundar a participação (quadro nacional e contexto de alianças);
- Cooperação técnico-militar com os PALOP – valorizar os projetos;
- Lei de Programação Militar – rever, adaptando aos constrangimentos da atual situação económica e financeira;
- Indústrias de Defesa – reestruturar e iniciar o processo de privatização;
- Reorganização e racionalização – reagrupar, rearticular, melhorar a coordenação, as sinergias e a eficiência na utilização de recursos (ao nível do MDN e órgãos superiores de Defesa Nacional; EMGFA; Estrutura Superior das FFAA; Ramos das FFAA; unidades e sistemas de armas não essenciais; recursos humanos);
- Sistema de saúde militar – concretizar a reforma, garantindo apoio de qualidade e aproveitamento completo da capacidade instalada;
- Ensino Militar – realizar o processo de reforma.

c. Análise do Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2003

É fundamental a existência de um documento que defina a matriz estratégica global (ou total) do Estado em questões de segurança e defesa. O CEDN (Governo, 2003) define, nos termos da lei, "... as prioridades do Estado em matéria de defesa, de acordo com o interesse nacional, e é parte integrante da política de defesa nacional" (LDN, 2009, art. 7.º). Um diploma desta natureza serve de referência à "... mobilização dos recursos de defesa, militar e não militar... [e constitui a base para] ... o Ciclo de Planeamento Estratégico Nacional..." (Ruivo, 2010: 6).

Em Portugal o primeiro CEDN data de 1985 (RCM, 1985). Vivia-se na altura o período da Guerra Fria e a confrontação político-militar Leste-Oeste. A matriz de defesa nacional enfatizava, à altura, a indispensabilidade de Portugal reforçar a sua capacidade de defesa autónoma participando na Aliança Atlântica, em coerência com a posição geoestratégica e o tradicional "alinhamento" Ocidental do país.

A queda do muro de Berlim e a implosão soviética transformaram radicalmente o contexto estratégico internacional e conduziram à necessidade de revisão do Conceito Estratégico da NATO em novembro de 1991. Na sequência, a 13 de janeiro de 1994 era aprovado um novo CEDN, onde se considerava uma nova tipologia de respostas às novas ameaças e riscos (RCM, 1994).

O atual CEDN nasceu da necessidade de ajustar o CEDN 1994 à evolução entretanto ocorrida nos contextos internacional e nacional (RCM, 2003; Ruivo, 2010), designadamente:

- A revisão da Constituição da República Portuguesa, em 1997;
- A revisão do Tratado da UE, em 1997;
- A alteração substancial do Conceito Estratégico da Aliança Atlântica (1999);
- Um novo fôlego no desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), consubstanciado pela aprovação, em 1999, do *European Headline Goal* 2003, no quadro das missões de Petersberg;
- As alterações significativas ao enquadramento externo (novo ambiente estratégico);
- As revisões estratégicas ocorridas em alguns países aliados.

A 20 de janeiro de 2003 era aprovado um novo CEDN, o qual foi estruturado como se mostra na figura 2.

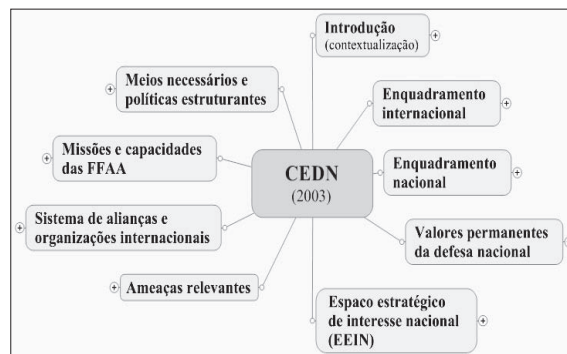


Figura 2 – Estrutura da redação do CEDN 2003

Não obstante as virtualidades do CEDN 2003, designadamente ao nível da salvaguarda das determinantes da PDN (*e.g.*, interesse nacional, defesa e segurança, objetivos permanentes), conforme revisto por Ruivo (2010), uma análise mais pormenorizada ao documento permite concluir que se trata de um diploma extenso, pouco sistematizado, com pormenores desnecessários e com redundâncias que o tornam menos compreensível e operacionalizável (*e.g.*, ao nível da caracterização dos enquadramentos internacional e nacional e dos riscos e ameaças). Por outro lado, não aponta qualquer visão integrada e denota falta de clareza relativamente à definição de alguns conceitos estruturantes (*e.g.*, conceito estratégico; segurança e defesa nacional; ameaças e riscos; interesses nacionais). Contém ainda referências, dispensáveis, a ações passadas e é dirigido, sobretudo, para a componente militar de defesa nacional.

Foi recentemente atribuída ao Instituto de Defesa Nacional (IDN) a missão de promover a alteração do CEDN 2003 (Governo, 2011c). No âmbito deste TIG, importa avaliar se se

justifica essa alteração e em que termos deverá ela ocorrer, para o que, nos capítulos seguintes, é feita uma análise macro à evolução do contexto estratégico internacional e do contexto nacional, é avaliado o novo conceito estratégico da NATO e o conceito estratégico da UE e são revistos os conceitos de segurança e defesa. Na figura 3 é resumido o percurso seguido.

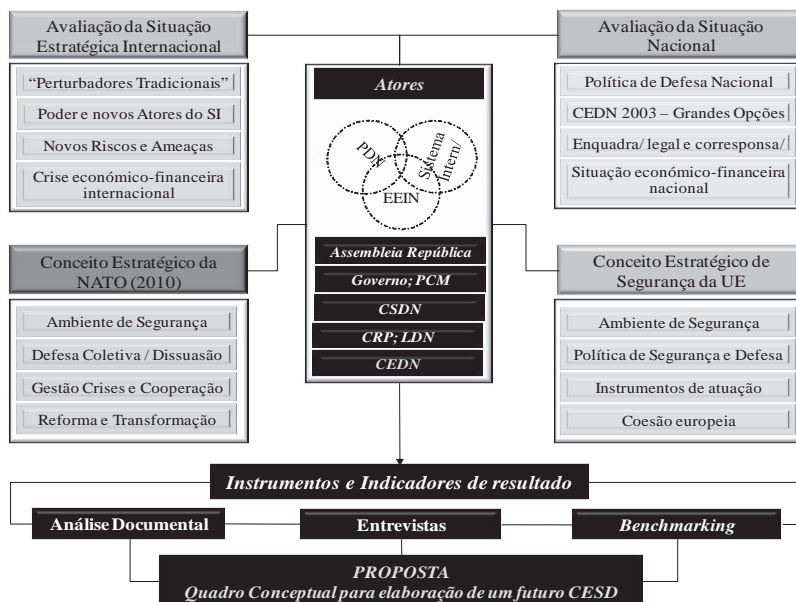


Figura 3 – Estrutura guia da investigação

2. Caracterização da atual situação estratégica internacional e da situação económico-financeira nacional. Impacto na redefinição do Conceito Estratégico

a. Situação estratégica enquadrante: “perturbadores tradicionais” e novos atores do Sistema Internacional

O SI que serviu de base à formulação do CEDN e que tinha como “elementos perturbadores” centrais a implosão da URSS, a emergência do terrorismo transnacional ao nível global, a capacidade efetiva de proliferação de armas de destruição maciça (ADM) e o crime organizado transnacional como forma de agressão externa continua parcialmente atual, embora aos seus efeitos, atenuados em alguns casos, se venham agora juntar novos “perturbadores”, designadamente, as recentes convulsões do mundo árabe, a crise económica e financeira internacional e nacional ou as incertezas sobre a coesão europeia.

A instabilidade continua a ser o denominador comum a todos os cenários. O SI é marcado pela extrema rapidez das mudanças, como demonstram os recentes acontecimentos no Norte de África, no Médio Oriente e, embora noutra vertente, o acidente nuclear no Japão (Anderson *et al.*, 2011).

As revoltas árabes, que puseram fim às ditaduras na Tunísia, no Egito e na Líbia, apoiadas pela Europa e pelos EUA, parecem dar lugar a sistemas que não estão a resultar em democracias do tipo ocidental, mas sim em regimes dominados por partidos religiosos. A incerteza é a dominante, havendo sinais contraditórios dentro dos movimentos religiosos e em partidos neles inspirados. É o exemplo dado pela Irmandade Muçulmana (Tomás, 2011). Segundo esta investigadora, as influências da Irmandade podem assumir o carácter radical do Sheik Yusuf al-Qaradawi, ou dos moderados primeiro-ministro turco, Recep Erdogan e Rachid Ghannouchi, líder do Ennahda da Tunísia.

“Vamos assistir ao longo de 2012 à construção de um novo Médio Oriente. A vitória dos partidos da Irmandade Muçulmana traz a responsabilidade de mostrar que os antigos membros do movimento, e que agora estão eleitos, estão preparados para governar. É necessário que saibam acabar com a corrupção e que solucionem os graves problemas económicos e sociais que os países saídos da Primavera Árabe enfrentam. O desafio está lançado, vamos ver como os irmãos muçulmanos o vão resolver.” (Tomás, 2011).

Ennahda da Tunísia.

No mundo globalizado multilateral, nas dimensões económica, estratégica, política e cultural, e cada vez mais interdependente, surgem novos atores na cena internacional reclamando o seu espaço, de forma mais ou menos pacífica. A Rússia e a China, que pretendem desempenhar novos papéis, são acompanhados pelo Brasil e Índia, o que resulta num deslocamento do poder mais para Leste. Por seu lado, os Estados Unidos da América (EUA) adotaram este ano uma nova estratégia de segurança, que recentra o seu espaço de interesse na Ásia, “exigindo” que a Europa assuma maiores responsabilidades naquele domínio.

A mobilidade e a não vinculação de alguns dos novos atores a qualquer Estado fazem com que “O novo perfil dos riscos (...) que podem produzir dano e, por isso, se tornam em ameaças, (...), a desterritorialização das redes (...) e as várias ofensas a elementos estruturais do Estado [sejam] (...) as grandes preocupações dos Estados...” (Alves, 2006: 32).

A revisão da literatura (e.g., Garcia, 2009; Anderson *et al.*, 2011; IDN, 2011), permitiu identificar um conjunto de ameaças à segurança nacional e internacional, como se sintetizam:

- O terrorismo transnacional, apesar dos resultados positivos, mantém-se como uma ameaça à segurança e estabilidade;
- A proliferação de ADM, na posse de organizações de natureza difusa, constitui igualmente uma grave ameaça à segurança internacional;
- O crime organizado transnacional, com o tráfico de estupefacientes e os tráficos de armas e de seres humanos onde se inclui a imigração ilegal, são ameaças externas e internas;
- Os crimes contra o ambiente, nomeadamente o marinho, afetam os recursos e por essa via a capacidade global do Estado;
- Os estados falhados, fracos ou fragilizados, os conflitos regionais podem determinar desequilíbrios regionais ou mesmo globais e são “hospedeiros” do crime organizado transnacional;

- Os ataques cibernéticos que podem paralisar os serviços baseados na internet, bem como redes de distribuição de energia, de comunicações e de transportes, inserem-se num novo tipo de ameaças transnacionais.

b. Crise económica e financeira internacional e nacional

À crise financeira de 2008 nos EUA e que se transmitiu à Europa, fazendo mergulhar as suas economias numa quase recessão tão baixos são os índices de crescimento, junta-se a crise das dívidas públicas, que ameaça colapsar o sistema bancário.

Na atualização das previsões realizada em janeiro, o FMI reviu em baixa moderada as estimativas de crescimento económico mundial, prevendo a entrada em recessão da zona euro (FMI, 2012a). Ao mesmo tempo, segundo a mesma fonte, e na atualização de janeiro do *Global Financial Stability Report* (GFSR), os riscos de instabilidade financeira aumentaram desde o relatório de setembro de 2011, apesar de todas as medidas tomadas para debelar a crise das dívidas soberanas e sobre as instituições de crédito (FMI, 2012b).

Portugal, membro da UE e da moeda única, estava à data do início da crise financeira mundial em posição muito desfavorável, com finanças públicas muito frágeis, grave défice externo e com os crónicos problemas económicos estruturais, tendo sido fortemente afetado pela alteração das políticas seguidas pelos mercados financeiros.

Na sua recente obra, “Portugal na Hora da Verdade”, Álvaro Santos Pereira, atual Ministro da Economia, identifica três crises que Portugal enfrenta: a crise do crescimento económico, a maior das três; a crise das finanças públicas; e, talvez a mais grave, a crise do endividamento externo (Pereira, 2011). Este autor expressava, na altura, a sua preocupação com o futuro.

Foi neste contexto que surgiu o Programa de Assistência Económica e Financeira EU/FMI (PAEF) a Portugal, que em termos gerais se resume a satisfazer as necessidades de financiamento do país, condicionadas à adoção de medidas reformadoras nos sistemas da Administração Pública, na economia e no sistema bancário (Banco de Portugal, 2011). O PAEF enuncia os pressupostos macroeconómicos do plano, deixando indicadores subjacentes ao acordo, resumidos no quadro seguinte:

Quadro I – Cenário Macroeconómico

2 CENÁRIO MACROECONÓMICO em % do PIB, salvo indicação em contrário								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB (taxa de variação real, em %)	-2,5	1,3	-2,2	-1,8	1,2	2,5	2,2	2,0
Preços no consumidor (taxa de variação, em %)	-0,9	1,4	3,5	2,1	1,4	1,5	1,5	1,6
Taxa de desemprego (em %)	9,6	11,0	12,1	13,4	13,3	12,0	10,8	9,8
Saldo orçamental das Administrações Públicas*	-10,1	-9,1	-5,9	-4,5	-3,0	-2,3	-1,9	-1,8
Dívida bruta das Administrações Públicas	83,0	93,0	106,4	112,2	115,3	115,0	112,9	111,0
Balança Corrente	-10,9	-9,9	-9,0	-6,7	-4,1	-3,4	-2,7	-2,2
Posição de Investimento Internacional	-110,4	-107,5	-116,9	-123,3	-123,4	-121,4	-119,0	-116,4

* Nos termos dos objetivos do programa, o défice orçamental das Administrações Públicas deverá ser inferior a €10 058 milhões em 2011; €7 645 milhões em 2012; €5 224 milhões em 2013 e €4 521 milhões em 2014.

Fonte: Banco de Portugal, PAEF, 2011

No âmbito deste trabalho importa reter as metas estabelecidas para o défice das Administrações Públicas, considerando o condicionamento que impõe ao desenvolvimento de políticas públicas onde se inserem as de segurança e defesa. Se àquele indicador juntarmos as previsões de crescimento que manterão o país em défice orçamental até 2016, a par do clima de incerteza durante este período e para além dele, as perspetivas de investimento em segurança e defesa que confirmam as capacidades ajustadas ao nível de ambição estabelecido não são animadoras.

c. Orientações políticas nacionais

A vontade de alterar o CEDN 2003 foi expressa em discurso proferido pelo Primeiro-Ministro a 23 de novembro de 2011, na abertura solene do ano letivo no IESM (Governo, 2011a) e em comunicação do Ministro da Defesa Nacional (MDN) no Instituto de Defesa Nacional (IDN), em 3 de novembro de 2011 (Governo, 2011c). Também o Programa do XIX Governo induz alterações ao CEDN 2003.

Das intervenções públicas dos responsáveis governamentais mencionados, ressalta, como linha de ação orientadora para o novo Conceito, tratar a segurança e a defesa de forma integrada "... na medida em que esbate a cada vez mais artificial fronteira entre segurança interna e segurança externa..." (Governo, 2011a: 2). Fica ainda implícita a intenção do Governo em promover alterações ao atual CEDN: "... Viver num mundo sujeito a um constante processo de transformação obriga-nos a repensar as nossas práticas e as nossas instituições." (Governo, 2011a: 3).

Quanto ao nível de ambição, admite-se que possa sofrer alterações dado que "... [um dos] grandes desafios que temos pela frente consiste em racionalizar e otimizar a relação entre o produto operacional e os recursos colocados à disposição da Defesa Nacional, num ambiente de forte constrangimento económico e financeiro à escala europeia e nacional. Também na *NATO* se prossegue este esforço visando alcançar o que se designa por *smart defence*." (Governo, 2011a: 4).

As palavras-chave da fase final da intervenção do Chefe do Executivo no IESM são integração, transformação, conjunto, cooperação e recursos, o que parece reforçar a necessidade de revisão do CEDN, devendo refletir, de forma coerente, o nível de ambição decorrente da disponibilidade de recursos.

O MDN, em intervenção pública, manifestou a intenção de proceder à revisão do CEDN, definindo ainda o âmbito geral dessa revisão (Governo, 2011b). Em posterior intervenção pública viria a centra-se na crise financeira e económica e na consequente necessidade de "partilha de capacidades", à semelhança de outros países e no seio das alianças de que fazemos parte (Governo, 2011b).

Por seu lado, o Programa do XIX Governo elenca um conjunto de medidas que poderão induzir uma redução do nível de ambição (Governo, 2011d):

“– Racionalizar a despesa militar, nomeadamente através da melhor articulação entre os seus ramos e uma maior eficiência na utilização de recursos, tomando

- como referência o que está disposto a este respeito no Memorando de Entendimento;
- Reforçar os mecanismos de coordenação com as estruturas dependentes do Ministério da Administração Interna nos domínios em que exista complementaridade e possibilidade de gerar maior eficácia de atuação, bem como economias de escala;
 - Desativar unidades e sistemas de armas não essenciais;
 - Proceder à revisão da Lei de Programação Militar, adaptando-a aos constrangimentos da atual situação económica e financeira.”

3. Conceito Estratégico da NATO e Conceito Estratégico de Segurança da UE

a. Análise do Conceito Estratégico da NATO 2010

Documento de cariz mais político do que militar, o Conceito Estratégico da NATO 2010 afirma-se como a orientação para a próxima fase de evolução da Aliança, continuando a ser atuante num mundo em mudança, contra novas ameaças, com novas capacidades e novos parceiros². (NATO, 2010).

No seu texto, todos os países da NATO afirmam a sua disposição para contribuir para a segurança e estabilidade mundiais, através de uma postura determinada, solidariedade, força e união, defendendo os princípios e valores como a liberdade individual, a democracia, os direitos humanos e o estado de direito (NATO, 2010).

Aprovado na cimeira de Lisboa em Novembro de 2010, substituindo o anterior que estava em vigor desde 1999, este documento é aqui analisado nas diferentes vertentes de segurança e defesa.

(1) Ambiente de Segurança, Princípios e Tarefas Fundamentais

A região euro-atlântica está em paz e a ameaça de um ataque convencional é considerada baixa. No entanto, esta ameaça não pode ser ignorada, considerando que alguns países aumentaram os gastos na defesa, em áreas como os mísseis balísticos, o que terá consequências para a segurança e estabilidade euro-atlânticas difíceis de prever. A proliferação de armas nucleares e de destruição maciça e os seus meios de emprego são também uma preocupação.

O terrorismo é uma ameaça direta à segurança dos cidadãos e à estabilidade internacional. A existência de grupos extremistas radicais em áreas de importância estratégica para a NATO e a possibilidade de terem acesso a novas tecnologias, capacidades nucleares, químicas, biológicas e radiológicas aumentarão de forma significativa o nível da ameaça e os potenciais impactos de um ataque terrorista.

² Traduzido do inglês pelos autores.

A instabilidade criada pelos diversos tipos de conflitos e atividades transnacionais ilegais como o tráfico de armas, drogas e de pessoas em regiões além-fronteiras e áreas de interesse são potenciais ameaças à segurança da *NATO*.

Os ciber-ataques, frequentes e organizados e com custos elevados, tendo como alvos as administrações dos governos, vários setores da economia, redes de transportes e de abastecimentos e outras infraestruturas críticas, podem, por si só, atingir um nível tal que ponha em causa a segurança e a estabilidade.

As rotas de trânsito vitais de transporte e comunicações que são a base do comércio internacional e a segurança energética estão cada vez mais expostas a eventuais ações de interrupção. A dependência energética de fornecedores e de redes de distribuição estrangeiras, são uma área de preocupação. A proteção das vias de comunicação e a segurança energética requerem a cooperação internacional para minimizar os impactos de uma eventual interrupção.

O desenvolvimento tecnológico em áreas como armas laser, guerra eletrônica e limitar o acesso ao espaço, o ambiente e os recursos naturais, os riscos para a saúde humana, as mudanças climáticas, a escassez de água potável e as crescentes necessidades de recursos energéticos terão, por certo, efeitos a nível global e em particular no planeamento e nas operações militares.

Face a este ambiente de segurança, o conceito apresenta três tarefas fundamentais:

- A defesa coletiva, em particular o artigo 5.º do Tratado de Washington, continua a ser a pedra basilar da Aliança; o ataque contra um dos membros é considerado um ataque contra todos; a segurança dos membros da *NATO* dos dois lados do Atlântico é indivisível;
- A gestão de crises que tenham o potencial para afetar a segurança e a estabilidade euro-atlântica terão por parte da Aliança uma intervenção utilizando para o efeito uma mistura adequada de ferramentas políticas civis e militares;
- A segurança cooperativa tem como objetivo privilegiar e reforçar as parcerias com países e organizações internacionais relevantes; o reforço e a observância de tratados e regimes para o controlo dos armamentos, o desarmamento e a não-proliferação e a utilização do artigo 4.º do Tratado de Washington como mecanismo de consulta entre países para assuntos como a integridade territorial, independência política e segurança.

(2) Defesa, Dissuasão e Gestão de Crises

A *NATO* não tem um adversário explícito, no entanto, nenhum país deve ter dúvidas quanto ao seu empenhamento para dar uma resposta cabal, caso a segurança de qualquer dos seus membros seja posta em causa. A dissuasão é baseada em capacidades nucleares e convencionais. As circunstâncias em que as armas nucleares possam ser usadas são extremamente remotas mas, enquanto existirem armas nucleares no mundo, a *NATO* continuará a ser uma aliança nuclear.

A *NATO* tem como objetivo desenvolver e manter forças convencionais robustas, móveis e projetáveis, aptas a desempenhar todo o tipo de missões, incluindo as missões de artigo 5.º. A *NATO Response Force* (NRF) continua a ser o tipo de força referência nas operações militares.

Na gestão de crises, a *NATO* propõe a criação de uma modesta mas apropriada capacidade civil, para interagir mais efetivamente com militares e civis de países parceiros e de organizações internacionais. Esta capacidade deverá estar apta a planear, empregar e coordenar todo o tipo de atividades civis na área de operações até que as condições permitam a transferência dessas responsabilidades e tarefas para outros atores.

(3) Cooperação, Parcerias, Reforma e Transformação

No âmbito da segurança cooperativa, um dos objetivos é o reforço do regime de controlo de armas convencionais na Europa, com base na reciprocidade, transparência e consentimento da nação hospedeira. A *NATO* está disposta a contribuir para os esforços da comunidade internacional na luta contra a proliferação. A redução de armas nucleares na Europa é um objetivo a atingir.

O reforço das parcerias existentes, como o Conselho de Parceria Euro-Atlântica (Euro-Atlantic Partnership Council – EAPC), o diálogo para o Mediterrâneo e a Iniciativa de Cooperação de Istambul, preservando as suas especificidades e criando formatos flexíveis, de forma a melhorar o diálogo político e a cooperação prática. O desenvolvimento das parcerias estratégicas com a ONU e UE, com a Rússia em termos políticos e em áreas como defesa antimíssil, luta contra o terrorismo, narcóticos e pirataria; manter as parcerias com a Ucrânia e a Geórgia.

Para o desempenho das missões essenciais à manutenção da segurança dos territórios e populações devem ser assegurados os meios financeiros, militares e humanos devendo a sua utilização privilegiar a eficácia e a eficiência. O planeamento de defesa deve ser coerente, reduzindo a duplicação. Operar capacidades conjuntamente por razões de custo eficácia e de solidariedade e continuar com o processo de reforma contínua. Aligeirar as estruturas e melhorar os métodos de trabalho.

b. Análise do Conceito Estratégico de Segurança da União Europeia

(1) Ambiente de Segurança

A UE aprovou, em 2003, a sua estratégia de segurança sob o título “Uma Europa segura num mundo melhor”, onde são definidos os desafios globais e as ameaças chave decorrentes da análise do ambiente de segurança e que a seguir se apresentam.

A pobreza e as doenças, em combinação com economias fracas e sociedades pouco desenvolvidas, estão na génese de problemas políticos e conflitos violentos responsáveis pela destruição de infraestruturas, incluindo as sociais, pelo aparecimento da criminalidade organizada, tornando impossível as atividades económicas, de investimento e de desenvolvimento.

A competição pelos recursos naturais, nomeadamente água potável, irá ser agravada pelo aquecimento global, criando regiões de instabilidade e de movimentos migratórios. A dependência energética preocupa a Europa, sendo esta região a maior importadora de petróleo e gás, nomeadamente da região do Golfo, da Rússia e do norte de África.

Agressões em larga escala são improváveis. A Europa enfrenta, no entanto, ameaças mais diversificadas, menos visíveis e difíceis de prever, como: terrorismo, proliferação de ADM, conflitos regionais, estados falhados, crime organizado e grupos extremistas. Em 2008 foram acrescentadas as seguintes ameaças: ciber-segurança, mudanças climáticas e pandemias (UE, 2008). No âmbito do crime organizado são preocupação os tráficos de drogas, humanos, emigrantes ilegais e armas.

(2) Política de Segurança e Defesa Europeia

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 contribuíram decisivamente para que a UE adotasse medidas conducentes a melhorar o sistema legal e de justiça permitindo uma maior eficácia no combate ao terrorismo, nomeadamente nas questões relativas ao seu financiamento. A partilha de informações, a coordenação entre as forças de polícia e militares são alguns dos instrumentos colocados à disposição pelos Estados membros para este combate.

Os instrumentos de atuação preferenciais no tema proliferação são a pressão política e económica e o controlo das exportações.

Os meios militares serão usados para restabelecer a ordem e manter a estabilidade pós-conflito, sendo os instrumentos económicos utilizados para a reconstrução e os meios civis de gestão de crises para o restabelecimento das estruturas de governo.

A resolução das questões de segurança e estabilidade devem privilegiar o multilateralismo, sendo os princípios definidos pela carta da ONU e as decisões do conselho de segurança os guias fundamentais.

Aumentar a boa governação, apoiar reformas políticas e sociais, lidar com a corrupção e o abuso de poder, estabelecer o estado de direito e proteger os direitos humanos são os meios definidos pela UE para melhorar a segurança e a estabilidade mundiais.

(3) A relevância da Coesão Europeia

A coesão europeia começa por assentar numa estabilidade política e económica e num rumo coerente que tarda em aparecer. Depois, sob o ponto de vista da segurança e defesa, a sua relevância pode traduzir-se em ações de análise de ameaças comuns e acordadas por todos. A partilha de informações é o grande desafio da UE.

Reunir os diferentes instrumentos e capacidades, como sejam, os programas de assistência europeus, o fundo de desenvolvimento, as capacidades militares e civis, os esforços diplomáticos, o desenvolvimento, o comércio e as políticas ambientais com objetivos comuns e aceites por todos, são os outros desafios.

Reforço da cooperação com organizações internacionais e as parcerias com atores principais, nomeadamente a relação transatlântica e a NATO são aspetos essenciais. Privilégias as relações com a Rússia, Médio-Oriente, África, América Latina e Ásia e desenvolver relações estratégicas com o Japão e a Índia são ações importantes.

4. Subsídios para a construção de um Conceito Estratégico de Segurança e Defesa

Nos capítulos anteriores concluiu-se sobre a necessidade de atualização do CEDN 2003, aspeto a reforçar neste capítulo, centrado na construção de uma base conceptual subsidiária de um futuro CESD. Para o efeito, incorporam-se, entre outros elementos, as novas circunstâncias relativas ao contexto estratégico internacional e ao contexto nacional, as orientações decorrentes dos Conceitos da NATO e da UE, conceções estruturantes no âmbito da segurança e ainda experiências de outros países (*benchmarking*). Os subsídios finais emergem sob a forma de um quadro conceptual e de grandes linhas estratégicas a que deverá obedecer o futuro Conceito (figura 4).

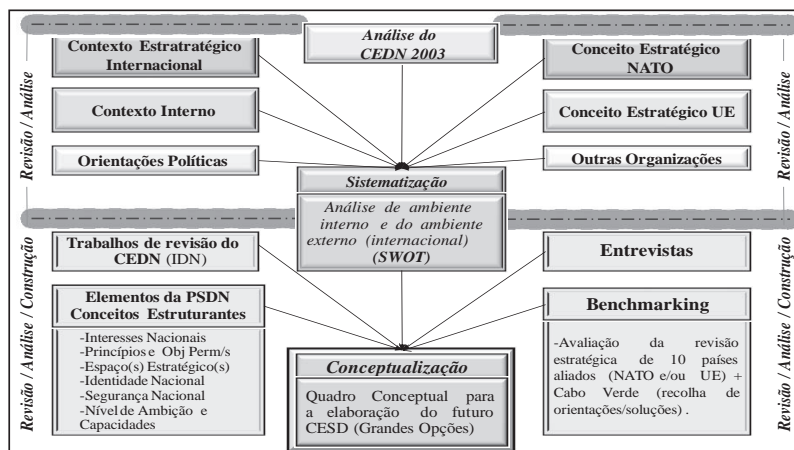


Figura 4 – Construção de uma base conceptual para um futuro Conceito Estratégico

a. Sistematização das novas circunstâncias relativas ao contexto estratégico internacional e ao contexto nacional

A sistematização que de seguida se apresenta, corporalizada numa análise SWOT³ (figura 5), constitui o primeiro “elemento” do contributo para a construção conceptual do futuro CESD, permitindo identificar as potencialidades e as oportunidades a desenvolver

3 Avaliação do contexto interno e externo (SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*).

e os pontos fracos e ameaças a proteger/mitigar no âmbito da política de segurança e defesa nacional.

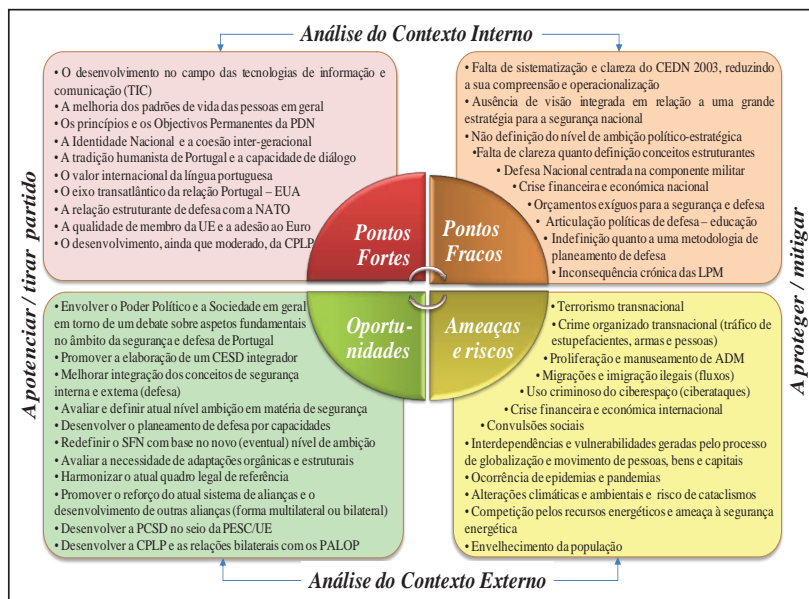


Figura 5 – Matriz SWOT – Contexto nacional e envolvente estratégica internacional

b. Trabalhos em curso a nível nacional para a revisão do CEDN 2003

No ano transato foi dada ao IDN a missão de rever o CEDN 2003. Os dados acedidos mencionam ter sido designado um grupo de trabalho (GT), constituído por alguns especialistas, a quem foram atribuídos, para análise, os vetores que se referem na figura 6.



Adaptado de IDN (2011).

Figura 6 – Vetores estratégicos – correlação com segurança e defesa

Os vetores foram analisados, de per si, numa ótica abrangente, embora se note alguma falta articulação e sistematização, nesta fase. Desconhece-se se existe um corpus conceptual orientador dos trabalhos e entende-se que algumas das áreas/vetores mereciam ser integrados desde o início. Por outro lado, a designação dos núcleos – vital, crítico, sobrevivência – pode induzir alguma confusão epistemológica, dificultando a agregação e/ou a separação dos vetores. Aguarda-se o desenvolvimento dos trabalhos.

c. Benchmarking: avaliação e incorporação de experiências de outros países?

Os sucessivos atentados de Nova Iorque (11Set01), Bali (12Out02), Madrid (11Mar04), Londres (07Jul05) e Mumbai (26Nov08) reforçaram a convicção de que os Estados teriam de fazer mais em matéria de segurança, levando vários países da UE e da NATO a reformularem as respetivas estratégias de segurança nacional (Fonseca, 2010:1). As orientações e soluções encontradas por outros países poderão subsidiar a construção conceptual que se pretende para o caso nacional. Foram analisados vários países aliados⁴: EUA, Canadá (CAN), Espanha (ESP), França (FRA), Reino Unido (UK), Holanda (NL), Alemanha (GER), Polónia (POL) e Finlândia (FIN).

As soluções encontradas pelos países aliados consultados na área da segurança e defesa, recolhidas a partir da matriz da figura 7, resumem-se em Apêndice e são ponderadas, adiante, na construção do quadro conceptual nacional.

Parâmetros de avaliação									
Motivos da revisão	Interesses nacionais básicos	Ameaças e riscos relevantes	Conceitos estruturantes	Nível de ambição	Sistema de planeamento de defesa	Áreas de Soberania e Áreas de Interesse	Objetivos estratégicos	Outros aspetos	
Países avaliados									
EUA	CAN	ESP	FR	UK	NL	GER	POL	FIN	

Figura 7 – Opções estratégicas de segurança definidas por alguns países aliados – Parâmetros de avaliação.

d. Quadro Conceptual de referência

(1) Elementos essenciais de uma Política de Segurança e Defesa Nacional

Sem prejuízo de outros fatores, na presente investigação consideraram-se elementos essenciais da Política de Segurança e Defesa Nacional (PSDN) os referidos da figura 8.

4 Critérios que presidiram à escolha: ser membro da UE e/ou da NATO; ter formalizado/revisto recentemente a sua estratégia de segurança; tê-lo feito de uma forma conceptualmente integrada/abrangente.

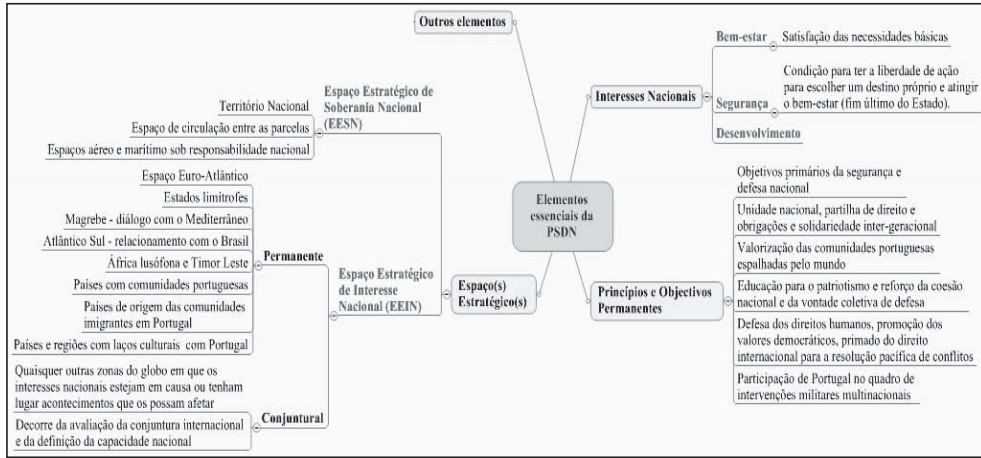


Figura 8 – Elementos essenciais da Política de Segurança e Defesa Nacional
(Construído a partir de: RCM, 2003; Fonseca, 2010; Ruivo, 2010; IDN, 2011)

(2) Conceitos estruturantes da Política de Segurança e Defesa Nacional

Considera-se indispensável para a (re)construção de um Conceito Estratégico a definição de um *corpus* conceptual, estruturante e orientador dos trabalhos de revisão. Por razões de espaço, referem-se, em forma de diagrama, apenas alguns dos conceitos que consideramos mais importantes, bem como as respetivas dimensões integrantes (figura 9).

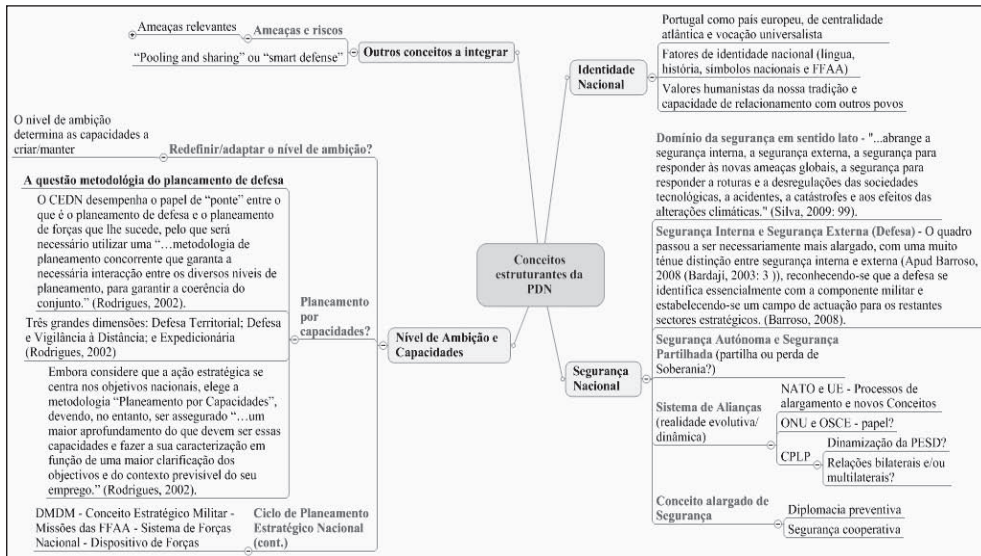


Figura 9 – Conceitos estruturantes da Política de Segurança e Defesa Nacional
(Construído a partir de Rodrigues, 2002 e 2011; RCM, 2003; Barroso, 2008; Silva, 2009; Fonseca, 2010; Ruivo, 2010; IDN, 2011)

(3) Esboço de Modelo Conceptual

O modelo que se sugere (figura 10) incorpora os elementos essenciais e os conceitos estruturantes da PSDN e respeita genericamente a doutrina e a lógica do planeamento de defesa⁵.

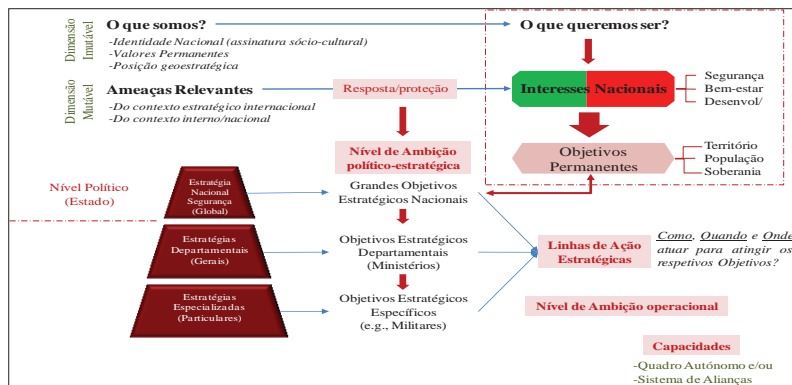


Figura 10 – Modelo Conceptual de base para a construção de um futuro CESD

(Construído a partir de: Rodrigues, 2002 e 2011; RCM, 2003;

Barroso, 2008; Ribeiro, 2009; Fonseca, 2010; Ruivo, 2010)

e. Grandes Opções e linhas de força para a edificação de uma estratégia nacional de segurança e defesa

Na sequência da revisão de literatura, da análise documental, das entrevistas, da avaliação de experiências de países aliados e das reflexões no seio do GT, sugerem-se oito Grandes Opções para a edificação de um futuro CESD (figura 11), a que correspondem algumas Linhas de Força Estratégicas (Rodrigues, 2002, 2011 e 2012; RCM, 2003; Martins, 2007; Barroso, 2008; Ribeiro, 2009; Silva, 2009; Fonseca, 2010; Ruivo, 2010; IDN, 2011; Afonso, 2012; Barrento, 2012; Gomes, 2012).

Dada a abrangência e complexidade de um exercício desta natureza situaremos a reflexão ao nível dos princípios e das grandes orientações, qualificando-os como uma sistematização e mais um contributo para o debate em curso. Assim, nos quadros seguintes levantam-se questões e sugerem-se algumas “linhas de força” estratégicas em relação às Opções selecionadas.

Os contributos resultam de uma breve análise de conteúdo sobre os dados obtidos a partir das fontes referidas, cujos critérios e conteúdos específicos são apresentados no corpo e/ou nos apêndices ao presente trabalho. Seguindo uma das possibilidades sugeridas por Bardin (2000), foram definidas dimensões, categorias e parâmetros para a análise

5 Este “Modelo Conceptual para a construção de um futuro CESD” servirá de ponto de partida para a definição das opções e linhas de força da futura estratégia nacional de segurança e defesa.

de conteúdo. Para efeitos desta investigação, as dimensões correspondem às “grandes opções” previamente enunciadas, sendo as categorias de cada dimensão as orientações macro adiante sugeridas.



Figura 11 – Grandes Opções para a edificação de um futuro CESD

Quadro II – Opções e orientações para a edificação de um futuro CESD – Visão estratégica

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
<p>Visão estratégica (ao nível da estratégia global/total do Estado)</p>	<p>Conceito proposto: materializa uma <u>concepção prospetiva</u> em relação ao que se pretende obter (futuro) e à forma como se deve lá chegar, nos termos das orientações seguintes.</p> <p>Orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Construir e divulgar uma <u>prospetiva sistémica mobilizadora</u>, a que corresponda um modelo de conceito estratégico de segurança nacional integrador e orientador da acção estratégica total do Estado e das estratégias gerais (departamentais) como um todo e não meramente focada na dimensão militar; -Considerar o <u>domínio da segurança em sentido lato</u>, abrangendo “...a segurança interna, a segurança externa, a segurança para responder às novas ameaças globais, a segurança para responder a roturas e a desregulações das sociedades tecnológicas, a acidentes, a catástrofes e aos efeitos das alterações climáticas.” (Silva, 2009: 99); -Definir de uma forma clara e operacionalizável os principais <u>conceitos estruturantes</u> que enformam a concepção do futuro CESD (e.g., Conceito Estratégico; Segurança Nacional; Interesses Nacionais; Objetivos Permanentes); -Planear os <u>aspectos económicos e financeiros nacionais</u> em coerência com as necessidades e exigências do modelo estratégico adoptado e em seu apoio (e.g., compromissos plurianuais, papel da indústria na segurança...) -Prever um adequado <u>balanceamento entre a segurança autónoma e a segurança partilhada</u>, decorrente das capacidades nacionais e do Sistema de Alianças a considerar, como resposta mais adequada às atuais e futuras ameaças e desafios do contexto externo e interno.

Quadro III – Opções e orientações para a edificação de um futuro CESD

– Sistema de Valores Identitários

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
Sistema de Valores Identitários	<p>Conceito proposto: constitui a “assinatura” biológica e sócio-cultural nacional e o sistema de valores identitários específicos.</p> <p>Orientações: importa que o sistema de valores identitário seja adequadamente clarificado e explicitado, designadamente, a partir de fatores como:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Língua, História, Símbolos Nacionais, FFAA; -Espaço geocultural de Portugal enquanto país euro-atlântico; -País com forte emigração e com relevantes comunidades de imigrantes; -Valores humanistas e vocação universalista que enformam a tradição nacional, a idiosincrasia do povo (hospitalidade e forte componente social) e a capacidade de relacionamento com outros povos e culturas; -Primado dos direitos humanos e do direito internacional, suportado no conceito de igualdade entre os Estados e na resolução pacífica dos conflitos internacionais.

Quadro IV – Opções e orientações para a edificação de um futuro CESD

– Interesses Nacionais

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
Interesses Nacionais	<p>Conceito proposto: <u>objetivos, conveniências ou utilidades</u> que poderão constituir-se em importantes vantagens se forem satisfeitos. Deverão ser definidos a partir do sistema de valores identitários nacionais, dos princípios e objetivos permanentes e dos espaços estratégicos de soberania e interesse nacional.</p> <p>Orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -<u>Interesses nacionais permanentes</u> (“finalidades fundamentais” ou “objetivos últimos”): garantir a “segurança ou sobrevivência” e o “progresso e bem-estar” do Estado-Nação (Couto, 1988: 307) e aspetos associados; há quem inclua também a “Justiça”; -<u>Outros interesses nacionais</u>: a definir/clarificar, de carácter permanente ou conjuntural, pelo poder político, com relação ao sistema de valores identitários, aos princípios e objetivos permanentes e aos espaços estratégicos nacionais.

– Princípios e Objetivos Permanentes

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
<p>Princípios e Objetivos Permanentes</p>	<p>Conceito proposto: <u>qualidade, condição, propriedade ou circunstância</u> associada ao planeamento e satisfação/realização dos interesses nacionais permanentes.</p> <p>Os objetivos nacionais permanentes devem ser explicados através de "estudos de base objectiva", procurando "...<i>uma explicação dos acontecimentos internos e externos contemporâneos(...)</i> [e da sua]...<i>evolução no espaço e no tempo</i>" (Ribeiro, 2009: 41).</p> <p>Os objetivos podem ser: Vitais, Importantes e Secundários. Pelos objetivos vitais morre-se, pelos importantes combate-se e pelos secundários negocia-se (Couto, 1988).</p> <p>Orientações:</p> <p>-<u>Soberania</u> do Estado, <u>independência</u> nacional, <u>integridade</u> do território; <u>valores fundamentais</u> da ordem constitucional;</p> <p>-Liberdade e segurança das <u>populações</u>, respetivos <u>bens</u> e protecção do <u>património nacional</u>;</p> <p>-Liberdade de ação dos <u>órgãos de soberania</u>, regular funcionamento das <u>instituições democráticas</u> e possibilidade de realização das funções e tarefas essenciais do <u>Estado</u>;</p> <p>-<u>Manutenção ou restabelecimento da paz</u> em condições que correspondam aos interesses nacionais;</p> <p>-Desenvolvimento das <u>capacidades morais e materiais da comunidade nacional</u>, para fazer face, pelos meios adequados, a qualquer agressão ou ameaça externas;</p> <p>-Educação para o patriotismo <u>e reforço da coesão nacional e da vontade coletiva de defesa</u>;</p> <p>-<u>Unidade nacional</u>, partilha de direito e obrigações e solidariedade inter-geracional;</p> <p>-Valorização das <u>comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo</u>;</p> <p>-Afirmação da <u>presença de Portugal no mundo</u> tendo por base o seu carácter e posicionamento euro-atlântico.</p>

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
<p>Espaços Estratégicos (soberania e interesse)</p>	<p>Conceito proposto: os elementos de cada "Espaço Estratégico" definem por si só os conceitos, sendo que entendeu-se renomear o EEIN (P) considerando-o EESN, porque é disso mesmo que se trata – espaço de soberania – conceito mais forte e explicativo do que se pretende significar (embora possa ser visto como uma mera questão conceptual).</p> <p>Orientações:</p> <p><u>Espaço Estratégico de Soberania Nacional</u> (EESN):</p> <ul style="list-style-type: none"> -Território Nacional -Espaços aéreo e marítimo sob responsabilidade nacional -Espaço de circulação entre as parcelas <p><u>Espaço Estratégico de Interesse Nacional</u> (EEIN):</p> <p>PERMANENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> -Espaço Euro-atlântico -Estados limítrofes -Magrebe - diálogo com o Mediterrâneo -Atlântico Sul - relacionamento com o Brasil -África lusófona e Timor Leste -Países com comunidades portuguesas -Países de origem das comunidades imigrantes em Portugal -Países e regiões com laços culturais com Portugal <p>CONJUNTURAL</p> <ul style="list-style-type: none"> -Quaisquer outras zonas do globo em que os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afetar, -Decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional; <p><u>Exemplos:</u> reforço da cooperação bilateral com a China, a Rússia, a Coreia do Sul, a Índia; Espanha, Sérvia, Ucrânia.</p> <p>Questão mais recente (embora recorrente):</p> <p>Carácter estratégico e prioridade das <u>questões relacionadas com o Mar</u> (e.g., extensão <u>da plataforma continental nacional</u>).</p>

– Ameaças e riscos relevantes

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
<p>Ameaças e riscos relevantes</p>	<p>Conceitos propostos:</p> <p>Ameaça: "...qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais; é o produto de uma possibilidade por uma intenção" (Couto, 1988: 329).</p> <p>Risco: "...é a probabilidade de ocorrência de um perigo – ameaça ou desastre natural – indesejável; é o produto de um perigo pela vulnerabilidade" (Apud Fonseca, 2010: 15 (Mesjasz, 2008: 14)).</p> <p>Nota: as ameaças e os riscos deverão ser considerados de uma forma integrada em relação à segurança (interna e externa);</p> <p>Orientações:</p> <p>-Identificar as <u>ameaças e riscos relevantes</u>, decorrentes da caracterização do <u>ambiente de segurança</u> (contexto externo e interno);</p> <p>-Considerar que o <u>conjunto das ameaças com que Portugal se confrontará no futuro será genericamente, o mesmo a que os restantes países da OTAN e da UE</u> terão que fazer face;</p> <p>-Incorporar e/ou reforçar, entre outras, as <u>seguintes ameaças e riscos</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Terrorismo transnacional • Crime organizado transnacional (tráfico de estupefacientes, armas e pessoas; promoção e exploração da imigração ilegal) • Proliferação e manuseamento de ADM • Migração e imigração desregulada (fluxos) • Uso criminoso do ciberespaço (ciber-ataques) • Crise financeira e económica internacional • Efeitos gerados por estados falhados, fracos ou fragilizados • Convulsões sociais e violência planeada e os riscos inerentes a eventuais interrupções da atividade de sectores vitais à vida nacional decorrente de violência social programada • Riscos relativos a infraestruturas críticas • Interdependências e vulnerabilidades geradas pelo processo de globalização e pela facilidade de movimento de pessoas, bens e capitais (economias mais frágeis) • Ocorrência de epidemias e pandemias • Alterações climáticas e ambientais e risco de cataclismos • Atentados ao ecossistema (e.g., destruição florestal; poluição marítima; utilização abusiva dos recursos) • Competição pelos recursos energéticos e ameaça à segurança energética • Envelhecimento da população nacional

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
<p>Nível de Ambição (tipologia de respostas)</p>	<p>Conceito proposto: designa o nível máximo em que o Estado português está disposto a participar/dar no âmbito das alianças a que pertence (NATO e UE) em prol de uma defesa coletiva (<u>conceito político-estratégico</u>); corresponde a um máximo de empenhamento de forças (<u>conceito operacional</u>).</p> <p>Orientações:</p> <p>-<u>Definir conceptualmente “nível de ambição”</u>, resolvendo e integrando as orientações explícitas ou implícitas seguidas nos ramos das FFAA, na LDN, na LPM e no CEDN e plasmar o conceito (unicidade conceptual) no futuro CESD;</p> <p>-<u>“Definir claramente o nível de ambição do Estado Português, na medida do possível, sem estar sujeito à actual crise económico-financeira, tendo em conta que as crises são cíclicas”</u> (Afonso, 2012);</p> <p>-<u>Reavaliar, se necessário/adequado, o nível de ambição</u> no âmbito da segurança e defesa nacional em coerência com o quadro de ameaças (respostas adequadas) e com a situação económica e financeira nacional (disponibilidade de recursos);</p> <p>-<u>Integrar no Conceito Estratégico</u> (nível político-estratégico) – <i>“trata-se de uma omissão grave: deve ser definido no CEDN para que os cidadãos tenham uma ideia do que se espera das FFAA”</i> (Rodrigues, 2012);</p> <p>-Prever as suas consequências ao nível do CEM e do eventual reajustamento do SFN e das Missões das FFAA;</p> <p>-Reavaliar o conceito num quadro autónomo e num sistema de alianças (balanceamento)</p> <p><u>No âmbito do sistema de alianças:</u></p> <p>-Promover o reforço do atual sistema de alianças e o desenvolvimento de outras alianças, de uma forma multilateral e bilateral;</p> <p>-Prever o reforço da ligação à NATO como eixo estruturante da segurança nacional – renovar o <u>eixo transatlântico</u> da relação Portugal – EUA;</p> <p>-Reafirmar o contributo nacional para a PCSD no seio da PESC/UE, numa perspetiva de complementaridade em relação à NATO;</p> <p>-Considerar a <u>ONU</u> como a sede obrigatória de legitimação de todas as operações de paz;</p> <p>-Encarar a <u>OSCE</u> como uma organização privilegiada para o aumento da confiança e diálogo internacionais;</p> <p>-Aumentar o investimento na <u>CPLP</u>, enquanto fórum de discussão e cooperação de questões de desenvolvimento e de segurança, potenciando a rede de organizações internacionais que integra: ONU, UE, MERCOSUL, UA, NATO, OSCE, CEDEAO, CEEAC e SADC.</p> <p><u>Missões internacionais</u> de carácter humanitário e de manutenção da paz – aprofundar a participação (quadro nacional e contexto de alianças);</p> <p>-<u>Cooperação técnico-militar</u> com os PALOP – valorizar os projectos em curso e desenvolver outras relações bilaterais.</p>

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
<p><i>Metodologia de planeamento de defesa</i></p>	<p>Conceito proposto: <u>método usado para planear as necessidades no âmbito da segurança e defesa</u>, como forma de <u>resposta às ameaças e aos contextos em que ocorrem</u>, definindo os objetivos, as capacidades que deverão ser adquiridas/desenvolvidas e os respetivos meios para o cumprimento das missões das FFAA que vierem a ser definidas. O conceito não se pode confundir com “oferta de forças” ou com “plataformas” (e.g., Carros de Combate). Integra, entre outros aspetos: doutrina, emprego, plataformas, instalações, aptidão técnica (treino), disponibilidade, sustentabilidade, reconhecimento e certificação.</p> <p>Orientações:</p> <p>-<u>Definir qual a opção metodológica:</u> Cenários, Ameaças, Objetivos, Nível de Ambição, Capacidades, outro?</p> <p>-<u>Opção que reúne maior aprovação</u> (decorrente das entrevistas, conferências e documentação consultada): planeamento por Capacidades (depois de definidos as ameaças e o nível de ambição, dado que estes determinam as capacidades a criar/desenvolver); este método facilita o planeamento em cascata e o aperfeiçoamento do SFN e a atuação e eficácia das FFAA;</p> <p>-<u>Definir conceptualmente “Capacidade”</u>, integrando as orientações, explícitas ou implícitas, seguidas nos ramos das FFAA, na LDN, na LPM e no CEDN e plasmar o conceito (unicidade conceptual) no futuro CESD; avaliar o conceito num quadro autónomo e preferencialmente num sistema de alianças. No caso português seria desejável uma visão a 10 anos (e.g., Navio Polivalente Logístico para 2017?).</p> <p>-Associar ao planeamento de defesa os <u>conceitos de “pooling and sharing”</u> / “smart defense” (ponderar estes conceitos) – definindo áreas de necessidade, parceiros e circunstâncias de atuação; estudar a possibilidade real de aderir aos conceitos e avaliar previamente as vantagens e inconvenientes daí decorrentes.</p> <p>-Admite-se que em 2015 o planeamento de defesa nacional esteja alinhado com o planeamento de defesa da NATO, designadamente ao nível da edificação de capacidades necessárias.</p> <p>Exemplo – Três grandes dimensões (Rodrigues, 2002):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de Defesa Territorial; • Capacidade Defesa e Vigilância à Distância e controlo do território nacional e do espaço interterritorial; e • Capacidade Expedicionária. <p><u>Que impacto</u> no Conceito Estratégico Militar, nas Missões das FFAA, no Sistema de Forças Nacional e no Dispositivo de Forças (necessária reformulação/atualização)?</p>

Quadro X – Opções e orientações para a edificação de um futuro CESD

– Objetivos Estratégicos

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
(Grandes) Objetivos Estratégicos	<p>Conceito proposto (âmbito estratégia global/total do Estado): <u>finis últimos a atingir pelo Estado</u> no sentido de preservar os Objetivos Permanentes e defender o Interesse Nacional. Enquanto passo do planeamento estratégico, constituem os "Objetivos Atuais" a definir pela PSDN, em linha com os Objetivos Permanentes e em ordem a responder às solicitações/exigências (e.g., ameaças, riscos e desafios) do contexto estratégico internacional e do contexto interno vigente.</p> <p>Orientações – exemplos de Objetivos Estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Garantir a segurança no fornecimento de recursos básicos (alimentares e energéticos), diversificando os mercados; -Prever uma eficaz gestão em situações de crise ou catástrofe (dentro ou fora do território nacional) que envolva cidadãos portugueses; -Contribuir para a manutenção da paz e a estabilidade internacional; -Reforçar os laços históricos, culturais e comerciais com os países de expressão portuguesa; -Incrementar a projeção da imagem e influência internacional; -Reforçar as relações com os EUA; -Sensibilizar a Sociedade para as questões da segurança e defesa; -Planear e conduzir de forma coerente a transformação das FFAA, tornando-as mais integradas, eficazes e projetáveis; <p>...</p>

Concorrentemente, deverão ser definidas as missões e capacidades das FFAA.

Quadro XI – Opções e orientações para a edificação de um futuro CESD

– Missões e capacidades das FFAA

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
Missões e capacidades das FFAA	<p>Orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -As <u>missões</u> constarão em documento próprio, elaborado na sequência do Conceito Estratégico Militar, e constituirá referência para o Sistema de Forças Nacional e o Dispositivo de Forças (necessária reformulação/atualização?); -Definir a <u>colaboração e cooperação das FFAA com as forças e serviços de segurança</u>, em atuação supletiva, salvaguardando o core das FFAA; -Clarificar a relação de <u>cooperação das FFAA com a proteção civil</u> em situação de catástrofe e calamidade; definir outras situações importantes (e.g., a quem deve caber a <u>defesa de instalações críticas e de pontos sensíveis?</u>) -Clarificar a questão do <u>apoio às populações</u>, definindo os limites da complementaridade e a aplicabilidade do conceito do "duplo uso" e/ou a eventual constituição de forças e meios dedicados; -Definir explicitamente o <u>nível de ambição</u>, para que os cidadãos tenham uma ideia do que se espera das FFAA; -Definir com clareza e sentido de consequência o <u>processo de racionalização e transformação das FFAA</u>, rejeitando tendências que privilegiem o curto prazo e os resultados imediatos; racionalizar evitando duplicações desnecessárias e consumidoras de recursos; reforço do conjunto e de uma maior integração, salvaguardando as especificidades instrumentais em ordem a obter maior eficiência e eficácia; -Salvaguardar a lei do reequipamento (LPM) enquanto instrumento de planeamento coerente e consequente em relação ao que se pretende das FFAA e aos seus efeitos.

Supletivamente, deverá ser planeada a necessária adaptação orgânica e estrutural, bem como a atualização/adequação do quadro de referência legal.

Quadro XII – Opções e orientações para a edificação de um futuro CESD
– Adaptação orgânica e estrutural e harmonização do Quadro Legal

Grandes Opções	Linhas de força estratégicas/orientações macro
Adaptação orgânica e estrutural	<p>Orientações:</p> <p>Deverá ser avaliada a necessidade de introduzir <u>adaptações orgânicas e estruturais</u>, definindo com rigor:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Que alterações/adaptações concretas e a que níveis? -Como poderão os ramos das FFAA e o EMGFA serem afetados? -Qual o papel da Indústria nacional? -Que apoio a Economia nacional poderá dar ao futuro Conceito estratégico? -...
Harmonização do Quadro Legal	<p>Orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Avaliar a necessidade de introduzir <u>alterações ao quadro legal</u> de referência em vigor aos diversos níveis, após definido e aprovado um futuro CESD; -Rever as <u>Missões das FFAA</u>; -Clarificar as <u>atribuições das FFAA no domínio da segurança interna</u>; -Clarificar a relação de <u>cooperação das FFAA com a proteção civil</u> em situação de catástrofe e calamidade; -Clarificar a questão do <u>apoio às populações</u> (duplo uso ou forças e meios dedicados?); -Harmonizar a <u>Lei de Serviço Interno</u>; -Adaptar/rever o SFN;
Recomendações Finais/ Transição	<ul style="list-style-type: none"> -Considerar o debate das Grandes Opções do CESD (GOCESD); -Recolher o apoio da opinião pública de uma forma extensiva.

Conclusões

Avaliam-se agora os resultados obtidos, conclui-se sobre as principais asserções metodológicas e apontam-se alguns contributos de ordem prática.

A PDN, da responsabilidade do Governo, é operacionalizada a partir de um conjunto de princípios, objetivos, orientações e prioridades, fixados em vários diplomas (*e.g.*, LDN; Programa de Governo; CEDN) e integra a componente militar e as políticas sectoriais do Estado, no sentido da realização do interesse estratégico de Portugal e do cumprimento dos objetivos da defesa nacional. A existência formal de uma matriz estratégica do Estado em questões de segurança e defesa (*eg.*, do tipo CEDN ou CESD) constitui a principal referência para orientar o Ciclo de Planeamento Estratégico Nacional e mobilizar os recursos a envolver na segurança e defesa da Nação. As sucessivas revisões do CEDN têm resultado das alterações do ambiente estratégico internacional e do contexto nacional, necessidade que se verifica agora em relação ao CEDN 2003.

Esta necessidade funda-se em vários fatores, alguns dos quais são, simultaneamente, causa e orientação para a edificação de um futuro CESD:

- A reafirmação parcial dos tradicionais “perturbadores” do SI e a integração das novas ameaças e riscos, mais imprevisíveis, relevantes para a segurança – terrorismo, proliferação de ADM, radicalismos e ciber-ameaças, são as principais preocupações; o crime organizado, os tráficos ilegais, a segurança energética,

as emigrações ilegais e o ambiente constituem preocupações a partilhar com a comunidade internacional, a que se juntam os recentes acontecimentos no Norte de África, cuja evolução parece estar longe da estabilização e dos modelos de democracia desejados pelos apoiantes ocidentais;

- O esbatimento, cada vez maior, da tradicional fronteira entre segurança e defesa, dada a natureza das ameaças e as formas e locais em que podem manifestar-se;
- A grave crise económica e financeira ocidental e europeia, à qual Portugal junta os seus endémicos problemas económicos – tendo por pano de fundo a ajuda financeira, a revisão do CEDN deverá considerar a presente e a futura situação do País, avaliando a efetiva capacidade de gerar recursos que permitam o investimento em segurança e defesa, pelo que se admite a eventual reavaliação dos níveis de ambição política, estratégico-militar e operacional, ajustando-os às disponibilidades atuais e futuras e afastando definitivamente qualquer género de ambiguidade sobre esta questão;
- A recente revisão do conceito estratégico da NATO e a estratégia de segurança da UE, que criaram formalmente novas circunstâncias que importa ponderar e integrar, designadamente ao nível da atualização/redefinição das ameaças e do tipo de instrumentos usados na resolução de conflitos e na gestão de crises;
- A revisão dos conceitos estratégicos nacionais de vários países aliados, objeto de avaliação, permitindo a construção de uma base importante para comparação e eventual *benchmarking* em relação à realidade nacional – ver Apêndice;
- A oportunidade de encarar o futuro Conceito numa perspetiva holística e adaptativa, assumindo-se a possibilidade de, finalmente, integrar, de forma coerente e consequente, todos os sectores governamentais que contribuem para a segurança nacional e no sentido de uma alteração do paradigma em relação à separação entre segurança e defesa, mesmo que se admita que as FFAA possam ter pouca vocação em relação ao combate a algumas das novas ameaças (*e.g.*, terrorismo; tráfico de estupefacientes) – informação esta obtida nas entrevistas (Afonso, 2012; Barrento, 2012; Gomes, 2012) e sistematizada a partir de uma análise de conteúdo.

Temos, assim, que a integração das novas circunstâncias relativas ao contexto estratégico internacional e ao contexto nacional orientam para a criação de um futuro CESD que contemple uma atualização conceptual e reforce o carácter transversal e multidisciplinar da segurança e defesa. Os subsídios finais centram-se na estruturação da base conceptual (modelo) e na definição de grandes linhas estratégicas a que deverá obedecer o futuro Conceito – este é o principal contributo do estudo para o debate em torno deste importante tema, cuja reflexão se deseja alargada aos vários setores da Sociedade.

Estes aspetos dão ainda abertura para o surgimento de novas questões (*e.g.*, nível de ambição; metodologia de planeamento de defesa; cooperação entre FFAA e forças e

serviços de segurança; limites do conceito de duplo uso; caracterização geral do modelo de FFAA pretendidas), como se explicitou anteriormente.

A título de corolário, deixam-se três ideias chave que, supletivamente, deverão ser acauteladas no processo de revisão e atualização do CEDN 2003:

- Embora se admita que continue a ser exercido um esforço na racionalização de todo o tipo de recursos e que possa, inclusivamente, ser revisto/reavaliado o atual nível de ambição, terão que continuar a ser preservados os interesses nacionais e os objetivos permanentes da política de segurança e defesa nacional;
- Qualquer estratégia que venha a ser definida no âmbito da segurança, em sentido lato, deverá estabelecer uma articulação direta efetiva com outras vertentes de atuação do Estado, designadamente, diplomática, económica, social, psicológica;
- A elaboração de uma verdadeira estratégia para a segurança e defesa nacional, integrada e mais adaptada ao atual contexto, não substitui de forma alguma a “construção” de um conceito estratégico nacional, orientador das políticas sectoriais do Estado e motivo de maior agregação de convicções, de vontades e dos interesses nacionais.

Bibliografia:

- AFONSO, António José Vaz – A situação estratégica internacional: implicações para um novo conceito estratégico de segurança e defesa. Entrevistado por COR Aguiar dos Santos. Lisboa, 07 mar. 2012.
- ALVES, Luís da Franca de Medeiros – O Exercício do Poder Público em Espaços de Soberania e Jurisdição Marítima: Autoridade Marítima (Temas e Discursos Doutrinários). Temas e Reflexões. Lisboa : Edições Culturais da Marinha, 2006. ISBN 972-8004-92-3.
- ANDERSON, Jan Joel, Brattberg, Erik, Häggqvist, Malin, Ojanen, Hanna, Rhinard, Mark – The European Security Strategy: Reinvigorate, Revise or Reinvent? 1st edition. Estocolmo : The Swedish Institute of International Affairs, 2011. ISBN 978-91-86704-19-3.
- Banco de Portugal: PORTUGAL PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA UE / FMI 2011- 2014. [Em linha]. [Consult. 18 fev. 2012]. Disponível em : http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ProgramaApoioEconomicoFinanceiro/Documents/Brochura_pt.pdf.
- BARDIN, Laurence – Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa : Edições 70, 2000, ISBN 9789724415062.
- BARRENTO, António Eduardo Queiroz Martins Barrento – A situação estratégica internacional: implicações para um novo conceito estratégico de segurança e defesa. Entrevistado por COR Barreiros dos Santos. Lisboa, 09 mar. 2012.
- BARROSO, Luís Fernando Machado – Análise Conceptual do Conceito Estratégico de Defesa Nacional [em linha]. Revista Militar. [Lisboa]. 21 de setembro de 2008. [Consult.

- 15 fev. 2012]. Disponível em : <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=274>.
- CEM – Conceito Estratégico Militar. Aprovado pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional (MEDN) em 22 de dezembro de 2003. Confirmado em CSDN em 15 de janeiro de 2004.
- CESDF – Conceito Estratégico de Segurança e Defesa da França [em linha]. (2008), [Consult. 2 mar 2012]. Disponível em : www.globalsecurity.org/military/library/report2008/livre-blanc_france_2008-02.htm.
- CESED – Hacia una Estrategia de Seguridad Nacional para España [em linha]. (2009), [Consult. 11 fev. 2012]. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional. [Madrid]. Disponível em : http://www.ceseden.es/centro_documentacion/documentos/25.pdf.
- COUTO, Abel Cabral Couto – Elementos de Estratégia Vol. I – Apontamentos para um curso. Pedrouços : IAEM, 1988.
- FONSECA, José Nunes da – O Conceito de Segurança Nacional Perspetivado para 2030. Trabalho de Investigação Individual. Pedrouços : IESM, 2010.
- Fundo Monetário Internacional : Global Financial Stability Report. [Em linha]. (2012b). [Consult. 18 de fev. de 2012]. Disponível em <http://www.imf.org/External/Pubs/FT/GFSR/2011/02/pdf/ch1.pdf>.
- Fundo Monetário Internacional: [Em linha]. (2012a). [Consult. 11 fev. 2012]. World Economic Outlook, Update. Disponível em : <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/update/01/pdf/0112.pdf>.
- GARCIA, Francisco Proença – A nova polemologia. Negócios Estrangeiros. ISSN 1645-1244. 14 (Abril 2009), 76-111.
- GOMES, Fernando Ribeiro de Melo – A situação estratégica internacional: implicações para um novo conceito estratégico de segurança e defesa. Entrevistado por CMG Covita. Lisboa, 08 mar. 2012.
- GOVCAN – Securing an Open Society: Canada’s National Security Policy [em linha]. (2004), [Consult. 11 fev. 2012]. Privy Council Office. Disponível em : <http://www.pco-bcp.gc.ca/docs/information/Publications/natsec-secnat/natsec-secnat-eng.pdf>.
- Governo – Intervenção do Ministro da Defesa Nacional na Sessão Solene de Abertura do Ano Académico do Instituto da Defesa Nacional. [Em linha]. (2011c), [Consult. 01 fev. 2012]. Disponível em : http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=Interven%C3%A7%C3%A3o+do+Ministro+da+Defesa+Nacional+na+Sess%C3%A3o+Solene+de+Abertura+do+Ano+Acad%C3%A9mico+do+Instituto+da+Defesa+Nacional.&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mdn.gov.pt%2FNR%2Frdonlyres%2F7983728F-D7CE-47D5-9324-1136FCA8A92E%2F0%2F20111103_MDN_discurso_IDN.pdf&ei=SxRLT5vnHoP18QO1KC8CA&usq=AFQjCNG9vAqVcKImxOeCePIWkd2sE01NoQ.
- Governo – Programa do XIX Governo Constitucional. [Em linha]. (2011d), [Consult. 30 jan. 2012]. Disponível em : <http://www.parlamento.pt/Documents/prg-XII-1.pdf>.

- Governo – Discurso do Primeiro-Ministro na abertura solene do ano letivo do Instituto de Estudos Superiores Militares. [Em linha]. (2011^a), [Consult. 18 fev. 2012]. Disponível em : http://www.portugal.gov.pt/media/443296/20111123_pm_int_iesm.pdf.
- Governo – Discurso do Ministro da Defesa Nacional no encerramento do seminário “O impacto da crise financeira na Defesa da Europa; Pooling & Sharing; Do Conceptual à Prática – Presente e Futuro”. [Em linha]. (2011b), [Consult. 18 fev. 2012]. Disponível em : <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-defesa-nacional/mantenha-se-atualizado/20111123-mdn-partilha-recursos.aspx>.
- GOVFIN – Finnish Security and Defence Policy 2009. Government Report [Em linha]. (2009) [Consult. 11 fev. 2012]. Prime Minister Office Publications. [Helsinki]. 26.2.2009. Disponível em : <http://www.vnk.fi/julkaisukansio/2009/j11-turvallisuus-j12-sakerhets-j13-finnish/pdf/en.pdf>.
- GOVGER – White Paper 2006 on German Security Policy and the Future of the Bundeswehr [em linha]. (2006), Federal Ministry of Defence. [Em linha]. [Consult. 11 fev. 2012]. Disponível em : http://merln.ndu.edu/whitepapers/Germany_White_Paper_2006.pdf.
- GOVNL – National Security Strategy and Work Programme 2007-2008 [Em linha]. (2007), [Consult. 11 fev. 2012]. National Security Program. Ministry of the Interior and Kingdom Relations of Netherlands. The Hague]. Disponível em : <http://www.minbzk.nl/english/subjects/public-safety/nationalsecurity/publications/@106955/national-security>.
- GOVPOL – National Security Strategy of the Republic of Poland. Warsaw. [Em linha]. (2007), [Consult. 11 fev. 2012]. Disponível em : <http://merln.ndu.edu/whitepapers/Poland-2007-eng.pdf>.
- GOVUK – The National Security Strategy of the United Kingdom: Update 2009. Security for the Next Generation. Presented to Parliament by the Prime Minister, by command of Her Majesty. Cm 7590. June 2009. [em linha]. (2009), [Consult. 11 fev. 2012]. Disponível em : http://interactive.cabinetoffice.gov.uk/documents/security/national_security_strategy.pdf, [Consult. 11 fev. 2012].
- IDN – Síntese dos Contributos para os vários Vetores Estratégicos. GRUPO DE ESTUDOS “ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA”. 14 de Dezembro de 2011. (Documento de trabalho fornecido pela AEE, em 26Jan12).
- Lei Constitucional n.º 1/2005 – Constituição da República Portuguesa. Sétima Revisão. “D.R. Série I” n.º 155 (2005-08-12) 4642-4686.
- Lei Orgânica n.º 1-B/2009 – Lei de Defesa Nacional. “D.R. Série I” n.º 129 (2009-07-07) 4344 (9)-4344 (18).
- MARTINS, Raul François Ribeiro Carneiro – A Transformação das Forças Armadas no Contexto dos Conceitos de Segurança e Defesa Nacionais: Algumas reflexões acerca de como a evolução socio-política conduz à transformação Militar. Revista Militar. (junho/julho 2007), 685-718.

- Ministério da Defesa Nacional, 2010. Aprovação da Diretiva Ministerial para a Implementação da Reforma (Despacho n.º 7770/2010 de 16 de abril). [Em linha]. [Consult. 14 dez. 2011]. Lisboa : Diário da República. Disponível em : <http://dre.pt/pdfgratis2s/2010/05/2S086A0000S00.pdf>.
- Ministério das Finanças – Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015. [Em linha]. (2011a), [Consult. 2 dez. 2011]. Lisboa : Ministério das Finanças. Disponível em : <http://www.min-financas.pt/informacao-economica/informacao-economica-diversa/documento-de-estrategia-orcamental-2011-2015>.
- Ministério das Finanças – Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PRE-MAC). [Em linha]. (2011b), [Consult. 3 dez. 2011]. Lisboa : Ministério das Finanças. Disponível em : <http://www.min-financas.pt/informacao-geral/premac/relatorio-plano-de-reducao-e-melhoria-da-administracao-central-do-estado-premac>.
- MONTEIRO, Nuno Sardinha – Varietate Concórdia: O Novo Quadro de Segurança e Defesa Resultante do Tratado de Lisboa. Anais do Clube Militar Naval. Abril-Junho CXL (2010), 301-332.
- NATO – NATO Active Engagement, Modern Defence. Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization. [Em linha]. (2010), Disponível em : www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_68580.htm. [Consult. 2 mar 2012].
- PEREIRA, Álvaro Santos – Portugal na Hora da Verdade: Como Vencer a Crise Nacional. 5.ª ed. Lisboa : Gradiva, 2011. ISBN 978-989-616-413-3.
- PRATA, Vítor Manuel Gil – As Ameaças à Segurança Nacional e a Guerra Preventiva [Em linha]. (2009), [Consult. 11 fev. 2012]. Disponível em : http://www.alamedadigital.com.pt/n5/guerra_preventiva.php.
- Presidência do Conselho de Ministros, Proposta de Lei para o Orçamento do Estado para 2012 (PL 90/2011 de 13 de outubro). [Em linha]. (2011), [Consult. 16 nov. 2011]. Lisboa: DGO. Disponível em : <http://www.dgo.pt/oe/2012/proposta/Lei/Lei-2012.pdf>.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc. – Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa : Gradiva, 1995.
- RCM n.º 10/85 – Conceito Estratégico de Defesa Nacional. “D.R. Série I” n.º 42 (1985-02-20) 377-380.
- RCM n.º 163/06 – Estratégia Nacional para o Mar. “D.R. Série I” n.º 237 (2006-12-12).
- RCM n.º 6/03 – Conceito Estratégico de Defesa Nacional. “D.R. Série I” n.º 16 (2003-01-20) 279-287.
- RCM n.º 73/09 – Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento. “D.R. Série I” n.º 165 (2009-08-26).
- RCM n.º 9/94 – Conceito Estratégico de Defesa Nacional. “D.R. Série I” n.º 29 (1994-02-04) 550-552.
- RIBEIRO, António Silva – Política de Defesa Nacional e estratégia Militar – Modelo de Elaboração. Segurança e Defesa. Loures : Diário de Bordo. 2009.

- RODRIGUES, Alexandre Reis – A situação estratégica internacional: implicações para um novo conceito estratégico de segurança e defesa. Entrevistado por COR Barreiros dos Santos. Lisboa, 07 mar. 2012.
- RODRIGUES, Alexandre Reis – Discussão pública das Bases do CEDN. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [Em linha]. (2002), Disponível em : http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=25, [Consult. 11 fev. 2012].
- RODRIGUES, Alexandre Reis – Forças Armadas. Uma estratégia de mudança. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [Em linha]. (2010), Disponível em : http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=791, [Consult. 7 set. 2011].
- RODRIGUES, Alexandre Reis *et al.* – Forças Armadas. Uma visão para Portugal. *Segurança e Defesa*. Instituto Humanismo e Desenvolvimento. Loures : Diário de Bordo, 2009.
- RODRIGUES, Alexandre Reis *et al.* – Forças Armadas: A continuação do processo de transformação. Grupo de Reflexão “Segurança e Defesa”. Instituto Humanismo e Desenvolvimento. Loures : Diário de Bordo, 2011.
- RUIVO, Luís António Flor – Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Contributos para uma revisão. Trabalho de Investigação Individual. Pedrouços : IESM, 2010.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos – As guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem. Mem-Martins : Publicações Europa-América, 2009.
- SILVA, Eduardo Mateus – Uma Visão. In: Forças Armadas. Uma visão para Portugal. *Segurança e Defesa*. Instituto Humanismo e Desenvolvimento. Loures : Diário de Bordo, 2009.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – O Tratado de Lisboa e a Segurança Europeia. *Relações Internacionais*. Julho de 2008, 88-89.
- TOMÁS, Maria João – O ano da Irmandade Muçulmana. *Diário de Notícias*, 24 dez. 2011.
- EU – A Secure Europe in a Better World. *European Security Strategy*. European Union Institute for Security Studies, Brussels. [Em linha]. (2003), [Consult. 11 fev. 2012]. 12 December 2003. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/78367.pdf>.
- UE – Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança: Garantir a Segurança num Mundo em Mudança. Conselho da União Europeia. [Em linha]. (2008), [Consult. 11 fev. 2012]. Disponível em : http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf.
- UE – The European Security Strategy 2003-2008. Building on Common Interests. European Union Institute for Security Studies, Paris. [Em linha]. (2009), [Consult. 11 fev. 2012]. February 2009. Disponível em : <http://www.policypointers.org/Page/View/8849>.
- VIANA, Vítor Daniel Rodrigues – A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo. Pedrouços : IAEM, 1996.
- WHUSA – The National Security Strategy of the United States of America. The White House, Washington. [Em linha]. (2006), [Consult. 11 fev. 2012]. March 2006. Disponível em : <http://merln.ndu.edu/whitepapers/USnss2006.pdf>.

Apêndice – Análise de conceitos estratégicos de países aliados

Nos quadros seguintes são apresentados alguns aspetos que poderão ser objeto de *benchmarking* para o caso nacional. Este apêndice termina com um resumo integrado do que poderá ser mais relevante

Espanha (ESP) 2009

Parâmetros	Descritivo
Motivos da revisão	Explicar melhor o nível superior da estratégia; Obter uma segurança unitária coordenada e centralizada para reduzir riscos, ordenar prioridades, identificar problemas e reduzir a margem de improvisação na alocação dos recursos necessários; Face à diversidade e gravidade dos riscos existentes importa melhorar a sua sistematização para aumentar a eficiência do sistema; Definir claramente o nível de ambição do Estado no contexto internacional; Obter sinergias entre as entidades intervenientes, definindo claramente as entidades e as respetivas responsabilidades e capacidade de atuação; Definir o papel da indústria como um todo; Trazer para a sociedade o debate sobre a relevância da segurança; Gerar transparência e consenso político.
Interesses nacionais básicos	Soberania, independência, integridade territorial e ordenamento constitucional; Vida, liberdade e prosperidade; Paz e segurança internacional.
Ameaças e riscos relevantes	Reivindicações territoriais sobre Ceuta e Melilla e ilhas e possessões no norte de África; Terrorismo; proliferação de ADM; Efeitos gerados pelos estados falhados ou em decomposição; Redes transnacionais de crime organizado.
Conceitos estruturantes	Segurança; Defesa Perspectiva integrada da segurança e da liderança do chefe do Executivo
Nível de ambição	É a 8.ª potência económica mundial (?) e a 13.ª em desenvolvimento (?); Redefinição de relações com os países asiáticos e do Cáucaso (razões energéticas); Ponto de encontro e posição de liderança da atividade do Mediterrâneo; Ser ator global com capacidade de influência mundial.
Sistema de planeamento de defesa	Metodologia de planeamento por Capacidades (?)
Áreas de Soberania e Áreas de Interesse	<i>Soberania:</i> Território Ibérico; Ceuta e Melilla; Ilhas e possessões no norte de África; <i>Interesse:</i> Mediterrâneo; África Sub-sahariana; Atlântico Sul (América Latina); Posição no contexto internacional (alianças).

(continuação)

Parâmetros	Descritivo
Objetivos estratégicos	Irradicação do Terrorismo; Segurança no fornecimento de recursos básicos (energéticos) diversificando os mercados; Segurança de Ceuta e Melilla; Gestão de situações de crise/catástrofe que ponham em perigo a segurança de cidadãos espanhóis; Estabilidade na bacia do Mediterrâneo; Contributo para a manutenção da paz e da estabilização na área da África Sub-sahariana; Manutenção dos laços históricos, culturais e comerciais ibero-americanos; Luta contra o crime organizado; Incremento na projeção e influência internacional; Intervenção solidária e credível na defesa da paz e da segurança internacional; Desenvolvimento e consolidação da UE como ator internacional global; Desenvolvimento de relações com os EUA; Sensibilização da Sociedade espanhola e europeia para as questões da segurança; Transformação das FFAA, tornando-as mais integradas, operativas e projetáveis.
Outros aspetos	Adaptações orgânicas e estruturais; Papel da Indústria; Apoio da economia nacional ao novo Conceito.

Estados Unidos da América (EUA) 2010

Parâmetros	Descritivo
Motivos da revisão	Os novos desafios do século 21 que poderão pôr em causa a segurança nacional e a necessidade de determinar um novo rumo por forma a desenvolver os meios e capacidades que melhor reforcem o papel de influenciar e desenhar a nova ordem internacional, que permitam responder a esses desafios
Interesses nacionais básicos	A defesa e a segurança dos cidadãos e território, dos seus aliados e parceiros; Economia forte, inovativa e em crescimento, promovendo oportunidade e prosperidade no sistema internacional; Respeito pelos valores universais; Ordem internacional proposta pela liderança americana que promova a paz, a segurança e oportunidades através de uma forte cooperação para lidar com os desafios globais
Ameaças e riscos relevantes	Armas de destruição maciça; Proliferação nuclear; Terrorismo; Mudanças climáticas; Pandemias; Ciber-segurança

(continuação)

Parâmetros	Descritivo
Conceitos estruturantes	Parcerias estratégicas com nações, instituições e povos de todo o mundo com base em interesses e respeito mútuos; Reforço da legitimidade e autoridade do direito internacional e das suas instituições, nomeadamente a ONU; Apoio à evolução do G8 para o G20; Continuação do desenvolvimento de capacidades militares que respondam a todo o espectro de ameaças; Diplomacia como instrumento fundamental para a segurança e defesa; Economia como instrumento fundamental para o desenvolvimento, prosperidade e influência, Reforço do sistema de informações nacional e das parcerias internacionais; Reforço das parcerias com o sector privado.
Nível de ambição	Superpotência
Sistema de planeamento de defesa	Por tipologias de Ameaças e por Capacidades
Áreas de Soberania e Áreas de Interesse	Reforço da segurança a nível interno; Derrotar e dismantelar a Al-Qaeda e todos os seus aliados em qualquer parte do mundo; Reforço do tratado de não proliferação e perseguir o objetivo de um mundo sem armas nucleares; Continuar a política de paz no médio oriente; Ajudar à reconstrução e reforço de estados fracos, tornando-os mais fortes e capazes; Reforço da ciber-segurança; Reforço da educação e do capital humano; Desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação; Atingir um crescimento equilibrado e sustentável; Acelerar o desenvolvimento sustentável; Promover a democracia e os direitos humanos; Reforço das alianças nomeadamente com a NATO, países asiáticos como a Austrália, Japão, Coreia do Sul, Filipinas e Tailândia, América do Norte Canadá e México; Desenvolvimento de relações bilaterais com a China, Índia e Rússia
Objetivos estratégicos	Manter uma cooperação alargada em assuntos globais fundamentais tais como: mudanças climáticas, operações de paz, conflitos armados, pandemias e doenças infecciosas, crime organizado transnacional, uso partilhado do mar, ar e espaço, Ártico.

Canadá (CAN) 2004

Parâmetros	Descritivo
Motivos da revisão	Abordagem integrada dos assuntos de segurança pelos vários órgãos do governo; Equilíbrio entre os interesses da segurança nacional e a proteção dos valores fundamentais canadianos como abertura à sociedade, diversidade e respeito pelas liberdades individuais
Interesses nacionais básicos	Proteção do território e dos seus cidadãos; Assegurar que o Canadá não é um local de onde possam partir ameaças aos seus aliados; Contribuir para a segurança internacional

(continuação)

Parâmetros	Descritivo
Ameaças e riscos relevantes	Terrorismo; Pandemias; Crime organizado; Proteção de infraestruturas críticas; Ciber-crime; Proliferação armas nucleares, biológicas, químicas e radiológicas
Conceitos estruturantes	Segurança e defesa e abordagem integrada por todos os órgãos governamentais
Nível de ambição	Atuação global privilegiando o multilateralismo, nomeadamente a ONU e a NATO
Sistema de planeamento de defesa	Criação de um centro integrado de análises de ameaças; Criação de um Conselho de Aconselhamento sobre assuntos de segurança, constituído por especialistas da sociedade civil; Estabelecimento de um grupo de aconselhamento sobre os aspetos sociais, culturais e religiosos e a sua relação com a segurança; Designação do Departamento de Segurança Pública como o órgão responsável por testar e auditar todos os órgãos que desempenhem ou tenham responsabilidades na área da segurança; Criação de um centro nacional de gestão de emergências
Áreas de Soberania e Áreas de Interesse	Ártico e Atlântico Norte
Objetivos estratégicos	Contribuir juntamente com a comunidade internacional para a segurança e defesa e estabilidade mundiais.

França (FR) 2008

Parâmetros	Descritivo
Motivos da revisão	Integração da segurança e defesa; Respostas a ameaças e riscos provenientes de atores estatais e não estatais; Uso de ferramentas conjuntas militares e civis; Integrar a estrutura militar da NATO
Interesses nacionais básicos	Defesa da população e do território; Contribuir para a segurança europeia e internacional; Defesa dos valores republicanos tais como a democracia, liberdades individuais e coletivas, respeito pela dignidade humana, solidariedade e justiça
Ameaças e riscos relevantes	Terrorismo; Armas de destruição maciça; Mísseis balísticos e de cruzeiro; Ciber-ataques; Espionagem; Crime organizado; Pandemias, desastres naturais, industriais e tecnológicos
Conceitos estruturantes	Conhecimento antecipado das situações potenciais geradoras de instabilidade; Capacidades militares e civis de proteção, intervenção e prevenção de conflitos

(continuação)

Parâmetros	Descritivo
Nível de ambição	Atuação global; Multilateralismo privilegiando a UE e a <i>NATO</i>
Sistema de planeamento de defesa	Forças armadas equilibradas e flexíveis Capacidades civis-militares integradas; Manutenção da capacidade nuclear independente
Áreas de Soberania e Áreas de Interesse	Oceanos Atlântico e Índico e Mar Mediterrâneo; Golfo Pérsico África subsaariana; Leste europeu incluindo os Balcãs e a Rússia; Ásia
Objetivos estratégicos	Desarmamento nuclear e luta contra a proliferação; Reforço da UE e da complementaridade com a <i>NATO</i> ; Desenvolvimento da indústria de defesa europeia; Desenvolvimento da parceria entre a Europa e a África na área da segurança e defesa

Reino Unido (UK) 2009

Parâmetros	Descritivo
Motivos da revisão	Integração em um único documento de todos os objetivos e planos de todos os departamentos do governo que têm ligação à segurança nacional
Interesses nacionais básicos	Proteção do Reino Unido e dos seus interesses, permitindo ao seu povo uma vida em liberdade e em segurança num mundo mais estável, justo e próspero
Ameaças e riscos relevantes	Terrorismo; Armas nucleares e de destruição maciça; Crime organizado transnacional; Conflitos e instabilidade globais; Estados falhados e fracos/fragilizados; Mudanças climáticas; Competição pelos recursos energéticos; Pobreza, desigualdades e má governação; Desastres naturais e pandemias
Conceitos estruturantes	Visão integrada da segurança e defesa. Coordenar a utilização de todos os meios à disposição do Estado com vista à obtenção de um ambiente seguro e próspero; Princípios como direitos humanos, estado de direito, boa governação, justiça, liberdade, tolerância e igualdade de oportunidades são a base para a segurança, estabilidade e prosperidade.
Nível de ambição	Atuação global de preferência em coligações internacionais da ONU, UE e <i>NATO</i> mas, se necessário, podemos atuar sozinhos.
Sistema de planeamento de defesa	Forças armadas equilibradas e flexíveis Capacidades integradas civis-militares; Manutenção da capacidade nuclear independente

(continuação)

Parâmetros	Descritivo
Áreas de Soberania e Áreas de Interesse	Área da "Commonwealth"; Ásia
Objetivos estratégicos	Luta contra o terrorismo; Reforço das instituições internacionais como o G-8, o Banco Mundial e o Sistema Monetário Internacional; Reforço da NATO, ONU e UE; Ajuda ao desenvolvimento das capacidades de organizações regionais de segurança como a União Africana
Outros aspetos	Nas relações bilaterais os EUA são considerados os mais importantes na área da segurança e defesa; Desenvolver parcerias com a China e a Índia

Alemanha (GER) 2006

Parâmetros	Descritivo
Motivos da revisão	O tempo decorrido desde a aprovação do conceito anterior; As alterações produzidas no ambiente internacional, com novos riscos e ameaças, a destabilização regional e mundial, mas também as oportunidades criadas pela globalização.
Interesses nacionais básicos	Preservar a justiça, a liberdade e a democracia, bem como a segurança e o bem-estar dos cidadãos, e protegê-los das ameaças; Assegurar a soberania e integridade do território; Prevenir crises e conflitos regionais; Ajudar no suporte dos direitos humanos e reforçar a ordem internacional na base da lei; Promover o livre comércio mundial como base do desenvolvimento, ajudando a ultrapassar a divisão entre regiões pobres e ricas.
Ameaças e riscos relevantes	Terrorismo internacional; Proliferação de ADM; Conflitos regionais; Tráfico de armas; Segurança energética; Pandemias; Imigração.
Conceitos estruturantes	Manutenção da paz; A unidade da Europa; Respeito pela lei internacional e resolução pacífica das disputas; Conceito abrangente de segurança;
Nível de ambição	Atuação global privilegiando o multilateralismo, nomeadamente a ONU e a NATO.
Sistema de planeamento de defesa	Capacidades

(continuação)

Parâmetros	Descritivo
Áreas de Soberania e Áreas de Interesse	Soberania; Território nacional; Interesses nacionais
Objetivos estratégicos	Moldar a parceria transatlântica com a <i>NATO</i> e cultivar relações de confiança com os EUA, com quem os assuntos de segurança da Europa terão sempre de ser conduzidos; Desenvolver parceria com a Rússia; Reforçar a Europa, através da consolidação e expansão da UE; Aprofundar parcerias de segurança com as regiões mais distantes;

Polónia (POL) 2007

Parâmetros	Descritivo
Motivos da revisão	Adesão à <i>NATO</i> e à União Europeia e a libertação do bloco comunista.
Interesses nacionais básicos	É um interesse vital, garantir a sobrevivência do Estado e dos cidadãos. São interesses importantes: garantir o desenvolvimento civilizacional e económico do país, criar condições para um maior crescimento da sociedade, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e para uma adequada proteção do património e da identidade nacional e também ambiental. Outros interesses da Polónia envolvem os esforços para garantir que mantém uma posição internacional forte e é efetivamente capaz de promover os interesses Polacos internacionalmente.
Ameaças e riscos relevantes	Proliferação de ADM, o terrorismo e o crime organizado e também os estados falhados. Ameaças aos sistemas de comunicações e dados da administração pública e às infraestruturas de telecomunicações. Ameaças ambientais.
Conceitos estruturantes	Integração, coesão e método. Definição clara das responsabilidades (implica alterações constitucionais).
Nível de ambição	Atuar sempre que estiver em causa a segurança dos cidadãos e território, em colaboração com as organizações em que o país está inserido, nomeadamente a <i>NATO</i> e a UE.
Sistema de planeamento de defesa	Abrangente no longo prazo; Baseado em objetivos e requisitos de todas as componentes.
Áreas de Soberania e Áreas de Interesse	O País As áreas adjacentes; A Europa de Leste; A União Europeia
Objetivos estratégicos	Garantir a independência e a inviolabilidade territorial e a soberania; Criar condições para o desenvolvimento; Garantir que os cidadãos exercem os seus direitos constitucionais; Garantir a segurança dos cidadãos polacos no estrangeiro e providenciar assistência; Proteger a herança cultural; Proteger o ambiente e as consequências de desastres naturais;

Finlândia (FIN) 2009

Parâmetros	Descritivo
Motivos da revisão	Face às novas ameaças não é possível dar resposta com os instrumentos tradicionais (polícias e militares)
Interesses nacionais básicos	Manter a integridade territorial.
Ameaças e riscos relevantes	Agressão contra o território; Terrorismo e ciber-ataques; ADM; Pandemias.
Conceitos estruturantes	Conceito de defesa abrangente.
Nível de ambição	Prevenir e repelir o ataque contra o seu território.
Sistema de planeamento de defesa	Capacidades.
Áreas de Soberania e Áreas de Interesse	<i>Soberania:</i> Território Nacional; <i>Interesse:</i> região envolvente; UE
Objetivos estratégicos	Garantir a independência e a soberania.
Outros aspetos	Conscrição.

Holanda (NL) 2007

Parâmetros	Descritivo
Motivos da revisão	Mudança do ambiente estratégico, nomeadamente ao nível de quatro eventuais cenários: multilateral, multipolar, fragmentação e globalização, com consequências para os próximos vinte anos.
Interesses nacionais básicos	Proteger e defender o território da NATO, da UE, da Holanda e dos seus cidadãos.
Ameaças e riscos relevantes	Estados frágeis; Catástrofes ambientais de origem natural ou outras; Escassez de recursos naturais; Segurança energética; Terrorismo; Crime organizado transnacional; Proliferação; Extremismo radical; Emigração.

(continuação)

Parâmetros	Descritivo
Conceitos estruturantes	Conhecimento antecipado das situações potenciais geradoras de instabilidade; Desenvolvimento de capacidades militares e civis de proteção, intervenção e prevenção de conflitos; Visão integrada da segurança e defesa, com vista à obtenção de um ambiente seguro e próspero; Multilateralismo centrado na ONU; Melhoria da governação global, reforço e defesa dos direitos humanos e do estado de direito.
Nível de ambição	Atuar fora das suas fronteiras sempre que estiver em causa a segurança dos seus cidadãos, em defesa dos seus interesses e de acordo com os princípios e regras estabelecidos na lei internacional e que devem ser salvaguardados.
Sistema de planeamento de defesa	Cenários; Capacidades.
Áreas de Soberania e Áreas de Interesse	Território nacional e das Caraíbas (Curaçau e Aruba); Atlântico Norte, linhas vitais de abastecimento.
Objetivos estratégicos	Antecipação, prevenção, dissuasão, proteção, intervenção, estabilização e normalização.

Quadro-resumo

Parâmetros	Descritivo
Motivos da revisão	Obter uma segurança unitária coordenada e centralizada para reduzir riscos, definir prioridades, identificar problemas e reduzir a margem de improvisação na alocação dos recursos necessários; Face à diversidade e gravidade dos riscos existentes melhorar a sua sistematização para aumentar a eficiência do sistema; Abordagem integrada dos assuntos de segurança pelos vários órgãos do Governo; Equilíbrio entre interesses da segurança nacional e proteção dos valores fundamentais; Uso de ferramentas conjuntas militares e civis; Integração num único documento de todos os objetivos e planos de todos os departamentos do governo que têm ligação à segurança nacional; Alteração do ambiente estratégico
Interesses nacionais básicos	Defesa da população e do território; Contribuir para a segurança europeia e internacional; Respeito pelos valores universais; Privilegiar o multilateralismo e o respeito pela carta da ONU na resolução dos conflitos

(continuação)

Parâmetros	Descritivo
Ameaças e riscos relevantes	Terrorismo; Armas nucleares e de destruição maciça; Crime organizado transnacional; Conflitos e instabilidade globais; Estados falhados e fracos; Mudanças climáticas; Competição pelos recursos energéticos; Pobreza, desigualdades e má governação; Ciber-segurança; Pandemias, desastres naturais, industriais e tecnológicos; Proteção de infraestruturas críticas
Valores permanentes	Soberania; Espaço territorial; Coesão nacional; Valores nacionais; Dimensão humana nas relações internacionais
Nível de ambição	Multilateralismo privilegiando a ONU, a NATO, a UE [e a CPLP].
Sistema de planeamento de defesa	Forças armadas com uma organização flexível e modular e com capacidade de projeção e sustentação, comando e controlo, comunicações e informações; Requisitos de emprego conjunto e combinado e privilegiar a interoperabilidade de meios; Capacidades integradas civis-militares;
Áreas de Soberania e de Interesse	Áreas a definir
Objetivos estratégicos	Contribuir, de forma cooperativa, para a segurança e defesa e estabilidade mundiais; Manter cooperação alargada em assuntos globais fundamentais: clima, operações de paz, conflitos armados, pandemias, crime organizado transnacional, uso do mar e do ar; Gerir situações de crise ou catástrofe que ponham em perigo a segurança dos cidadãos; Contribuir para a estabilidade na bacia do Mediterrâneo; Reforçar as parcerias existentes e desenvolver outras julgadas adequadas; Manter os laços históricos, culturais e comerciais com outros países [PALOP e Brasil]; Incrementar a projeção e influência internacional; Promover a boa gestão dos recursos económicos, industriais, científicos e tecnológicos; Constituir reservas estratégicas em áreas vitais; Desenvolver as comunicações e os transportes internos e para o exterior; Aumentar a eficácia e o prestígio das Forças Armadas; Promover o fortalecimento da consciência nacional e dos valores éticos, morais e culturais, através do desenvolvimento da educação, do ensino e da cultura.

António Pedro Vieira da Silva Cordeiro de Menezes

Major de Infantaria Pára-quedista

Email: menezes.apvsc@iesm.pt



O Major de Infantaria Pára-quedista António Pedro Vieira da Silva Cordeiro de Menezes nasceu em Torres Novas, em 17 de Março de 1971, é casado e tem dois filhos.

Mestre em História, Defesa e Relações Internacionais, ingressou na Academia Militar no Curso de Licenciatura em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria. Ao longo da sua carreira militar frequentou vários cursos de especialização ao nível nacional e internacional, de onde se destacam o Curso de Estado-Maior, no Instituto de Estudos Superiores Militares.

No âmbito da atividade profissional, desempenhou funções de natureza diversa, – realçando-se as funções de comando e Estado-Maior na Brigada de Reação Rápida. Colocado no Instituto de Estudos Superiores Militares em 2008 é presentemente professor de História Militar.

Possui artigos publicados em diversos jornais e revistas e livros publicados em co-autoria. Colabora com várias universidades, enquanto professor convidado.

Infantry Major (Paratrooper) António Pedro Vieira da Silva Cordeiro de Menezes was born in Torres Novas, on March 17, 1971. He is married and has two children.

He joined the Military Academy and graduated in Military Sciences (Infantry Branch). He holds a Masters in History, Defence and International Relations. Along his military career, he attended several specialization courses (national and international), such as the Staff Course, from the Portuguese Joint Command and Staff College.

In the professional scope, he performed several tasks, including command and staff at the Rapid Reaction Brigade.

Placed at the Portuguese Joint Command and Staff College since 2008, he is presently professor of Military History.

He has published articles in several newspapers and journals and has also co-authored books. He collaborates as visiting professor at several universities.

1 Organizado por ordem de publicação dos artigos.



Pedro Passos Coelho

Primeiro-Ministro

Email: gabinete.pm@pm.gov.pt

Pedro Passos Coelho nasceu em Coimbra, em 1964.

Viveu até aos 9 anos em Angola e passou a sua adolescência em Vila Real.

Casado, é pai de três filhas e reside em Lisboa.

É licenciado em Economia pela Universidade Lusíada de Lisboa.

Desde cedo envolvido na política, foi durante cinco anos membro do Conselho Nacional da Juventude Social Democrata.

Em 1991 desempenhou as funções de Vice-Presidente e Porta-Voz do Partido Social Democrata (PSD) na Assembleia da República.

Entre 1997 e 2001 foi Vereador na Câmara Municipal da Amadora e durante este período fundou o Movimento Pensar Portugal.

Na última década conciliou a gestão de empresas – no campo da energia e ambiente – com a docência e a Presidência da Assembleia Municipal de Vila Real.

Em 2008 fundou a Plataforma de Reflexão Estratégica “Construir Ideias” para a análise e debate dos grandes temas da agenda política nacional.

Em 2010 foi eleito Presidente do PSD.

Tomou posse como Primeiro-Ministro do XIX Governo Constitucional em 21 de junho de 2011, na sequência do resultado das eleições legislativas realizadas em 5 de junho do mesmo ano.

Pedro Passos Coelho was born in Coimbra in 1964.

He lived in Angola until the age of nine and spent his teenage years in Vila Real.

He is married, has three daughters and lives in Lisbon.

He holds a degree in Economics from the Lusíada University, Lisbon.

Pedro Passos Coelho became involved in politics at an early age and for five years was a member of the National Council of Social Democratic Youth.

In 1991 he held the positions of Deputy Leader and Spokesman for the Social Democratic Party (PSD) in the Assembly of the Republic, the Portuguese Parliament.

He served as a Councillor on Amadora City Council between 1997 and 2001, when he founded the “Movimento Pensar Portugal” (Think Portugal Movement).

For the past decade he has held senior management positions in several companies in the energy and environment fields, in conjunction with lecturing and serving as Chairman of the Vila Real Municipal Assembly.

In 2008 he founded the Strategic Reflection Platform “Construir Ideias” for analysis and discussion of the main topics on the national political agenda.

In 2010 he was elected Leader of the Social Democratic Party.

Pedro Passos Coelho took office as Prime Minister of Portugal’s 19th Constitutional Government on 21st June 2011 following parliamentary elections on 5th June the same year.



Luís Vasco Valença Pinto

General na situação de Reserva

Email: luisvalencapinto@gmail.com

O General Luís Vasco Valença Pinto entrou para a Academia Militar em 1963, seguindo Engenharia Militar.

Ao longo da sua carreira cumpriu duas comissões de serviço na Região Militar de Angola e prestou serviço em diversas Unidades e Estabelecimentos do Exército.

Mais recentemente, em 1997, desempenhou as funções de Representante Militar Nacional junto do Quartel-General do Alto Comando Aliado da Europa (SHAPE) e em 2000 foi o Diretor do Instituto da Defesa Nacional. Em Abril de 2001, foi promovido a Tenente-general, passando a desempenhar as funções de Comandante da Logística do Exército. Foi promovido ao seu posto atual em 6 de Agosto de 2003, assumindo as funções de Chefe do Estado-Maior do Exército, cargo que desempenhou até Dezembro de 2006, passando a assumir as funções de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, até Fevereiro de 2011, altura em que passou à situação de reserva.

Na área de Segurança e Defesa é autor de numerosos estudos e artigos de opinião, já publicados, mantém uma atividade de conferencista e, com regularidade, apresenta comunicações em colóquios, seminários e simpósios em Portugal e no estrangeiro.

É sócio efetivo da “Revista Militar” e membro dos Conselhos Consultivos das revistas “Nação e Defesa” e “Relações Internacionais”.

General Luís Vasco Valença Pinto joined the Army as a Cadet in 1963 at the Military Academy and was commissioned into the Engineer Branch.

Since his commissioning, General Valença Pinto has served in a variety of command and staff assignments to include two combat tours, in the former Portuguese colony of Angola.

More recently, in 1997, he became the Portuguese National Military Representative at SHAPE (Mons, Belgium) and in 2000 Director of the National Defence Institute. On April

2001, General Valença Pinto was promoted to Lieutenant General and took over functions as the Army Logistics Commander. He was promoted to his current rank on August 6th, 2003 and assumed office as Chief of Staff of the Army, a post he held until December 2006, when he took up the position of Chief of Defence, until February 2011, when he retired from active duty.

He has published many studies and opinion articles on Security and Defence issues, is also a regular lecturer both in Portugal and abroad. Currently he is member of the monthly “Revista Militar” (Military Review) and Advisory Board member of the quarterlies “Nação e Defesa” (Nation and Defence) and “Relações Internacionais” (International Relations).



Jorge Manuel Lopes Nunes dos Reis

Coronel de Administração Militar

Email: reis.jmln2@mail.exercito.pt

O Coronel de Administração Militar “CMD” JORGE MANUEL LOPES NUNES DOS REIS nasceu em Lourenço Marques (Moçambique), em 03 de Agosto de 1960.

Está habilitado com o Curso de Administração Militar da Academia Militar, o Curso de Promoção a Oficial General, o Curso de Estado-Maior, o Curso de Promoção a Oficial Superior. Entre outros, destacam-se o Curso de Comandos, o Curso de Patrulhas de Longo Raio de Ação (CIOE) e o Curso de Operações de Apoio à Paz (IDN). Está igualmente habilitado com a licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (ISCTE-1987).

Foi Observador da Comunidade Europeia para a Ex-Jugoslávia em 1992 (ECMMY). Foi oficial de Estado-Maior na Divisão de Pessoal e na Divisão de Logística do Estado-Maior do Exército e na EUROFOR (Itália). Desempenhou as funções de Diretor de Curso do Serviço de Administração Militar e professor na Academia Militar, de 2000 a 2003 e ainda Comandante do Destacamento da Academia Militar na Amadora, de 2001 a 2003. Foi Chefe do Centro de Finanças da Região Militar do Sul, de 2003 a 2005. No Ministério da Defesa Nacional foi Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, de 2005 a 2006. Chefiou o Centro de Finanças do Comando da Logística, de 2006 a 2007. Foi Diretor das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, de 2007 a 2010. Desde 01 Agosto de 2011 é Inspetor-adjunto na Inspeção-geral do Exército.

Colonel “CMD” JORGE MANUEL LOPES NUNES DOS REIS was born in Lourenço Marques (Mozambique) on August 03, 1960.

He is a graduate in Military Sciences (Administration Branch) from the Military Academy. Among other courses, he is qualified with the Flag Officer Promotion Course (Joint Command and Staff College), the Staff Course (Army War College) and the Senior Officers Course (Army War College). He attended as well the Commandos Course, the Long Range Patrol Course and the Peace Operations Course (Defence College). Moreover, he got a degree in Organization and Business Administration (ISCTE-1987).

He served as Monitor in the European Community Monitor Mission in the former Yugoslavia in 1992 (ECMMY) and as a Staff Officer in the Army Staff Personnel Division, in the Army Staff Logistics Division and at the EUROFOR HQ (Florence, Italy). He was posted at the Military Academy, from 2000 to 2003, as the Director of the Administration Branch Course and as a Teacher. From 2001 to 2003 he also commanded the Military Academy Detachment in Amadora. He then became the Chief of the Finance Center in the South Military Region from 2003 to 2005. In 2005 he was nominated the Head of Cabinet to the Secretary of State for National Defence and Sea Affairs in the Ministry of Defence, until 2006. After serving as Chief of the Finance Center in the Logistics Command, from 2006 to 2007, he was appointed Director of the Equipment and Uniforms General Factory (OGFE), from 2007 to 2010. Since August 01, 2011 he is the Assistant Inspector in the Army General Inspection.



João Vieira Borges

Coronel Tirociano de Artilharia

Email: joaovieiraborges@gmail.com

João Vieira Borges é Coronel de Artilharia, licenciado em “Ciências Militares – Artilharia” pela Academia Militar (AM), Mestre em Estratégia pelo ISCSP e Doutorando pela Universidade dos Açores. Entre os cursos que frequentou destacam-se o “Curso de Estado-Maior” (no IAEM), o “Curso de Defesa Nacional” (no IDN) e o Curso “*Terrorism and Security Studies*” (no Marshall Center). Serviu na EPA, no CIAAC, na AM, no Estado-Maior do Exército, no Instituto da Defesa Nacional e no Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, onde foi Comandante entre 2006 e 2008. É professor, conferencista e autor de várias obras e artigos nas áreas da Estratégia, História Militar, e Segurança e Defesa.

Joao Vieira Borges is Colonel of Artillery, graduated in “Military Sciences – Artillery” by the Military Academy (MA), Master of Strategy by ISCSP and candidate to a Ph.D. by Azores’s University. Among the courses attended include the “General Staff Course”

(IAEM), the “National Defence Course” (IDN) and the “Terrorism and Security Studies Course” (Marshall Center). He served in EPA, CIAAC, MA, Army General Staff, National Defence Institute and Antiaircraft Artillery Regiment, where he was Commander from 2006 to 2008. He is a professor, lecturer and author of several books and articles in the areas of Strategy, Military History, and Security and Defence.

Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade

Coronel Tirocinado de Engenharia

Email: andrade.jfmmc@mail.exercito.pt



O Coronel Tirocinado de Engenharia Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade é Diretor do Centro de Investigação da Academia Militar.

Está habilitado com o Curso de Estado-Maior e o Curso de Promoção a Oficial General. É Doutorado em Engenharia de Sistemas – Apoio à Decisão (2000) –, Mestre em Construção – Sistemas Periciais (1995) –, ambos pelo Instituto Superior Técnico.

Prestou serviço em várias Unidades do Exército, designadamente na Brigada Mecanizada Independente, e comandou a Escola Prática de Engenharia.

Exerceu funções de docência na Academia Militar e no Instituto de Altos Estudos Militares.

Foi Adjunto do General Chefe do Estado-Maior do Exército e, temporariamente, de Chefe do seu Gabinete. Foi Chefe de Gabinete do Comandante da Logística.

Exerceu funções no SHAPE/NATO, nos domínios das relações NATO-União Europeia, do Diálogo do Mediterrâneo e da Iniciativa de Cooperação de Istambul.

Colonel Jorge Filipe Marques Moniz Corte-Real Andrade is the Director of the Military Academy Research Centre.

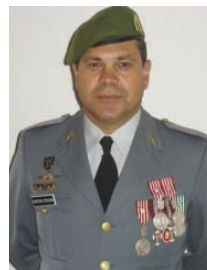
He holds a Ph.D. in Systems Engineering – Decision Support (2000) – and a Master in Construction – Expert Systems (1995), both from Instituto Superior Técnico.

He served in various Army units, including in the Independent Mechanized Brigade, and commanded the School of Military Engineers.

He lectured at the Military Academy and at the Institute for Advanced Military Studies.

He was Deputy for the Army Chief of General Staff and temporarily head of his Cabinet. He was head of Cabinet of the Army Logistics Commander.

At SHAPE / NATO he worked in the fields of EU-NATO, Mediterranean Dialogue and Istanbul Cooperation Initiative.



António Martins Pereira

Coronel Tirocinado de Infantaria
 Email: pereira.am@mail.exercito.pt

Coronel de Infantaria, graduado pela Academia Militar. É pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade Portucalense e membro da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa.

É o atual Comandante do Quartel-General de Operações Especiais no Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Infantry Colonel, graduated from the Military Academy. He is post-graduated in International Relations by Portucalense University and member of International Relations Commission of Lisbon Geography Society.

Colonel Martins Pereira is working as Special Operations HQ Commander at the Portuguese Armed Forces General Staff.



Manuel Fernando Rafael Martins

Coronel Piloto-Aviador
 Email: martins.mfr@iesm.pt

Manuel Fernando Rafael Martins, (51 anos), ingressou na FAP em 1979, tendo desempenhado funções na Base Aérea de Monte Real a pilotar o A-7P Corsair, durante cerca de 10 anos. Posteriormente exerceu funções de docente e de Diretor dos Cursos de Pilotagem Aeronáutica na Academia da Força Aérea (AFA).

Em 1996 alcançou o grau académico de Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa.

Em 1997 foi colocado na Base Aérea NATO, em Geilenkirchen – Alemanha, para pilotar o avião AWACS/Boeing 707, tendo participado em Operações Apoio à Paz, sobre os Balcãs – “Allied Force” e na operação “Enduring Freedom” sobre os EUA.

Em 2002 passou a chefiar a Área de Segurança de Voo da Inspeção-geral da Força Aérea, tendo integrado a Comissão Central de Investigação, e a docência nos Cursos de Segurança de Voo.

Alcançou a qualificação de Instrutor de “*Crew Resource Management*” no Reino Unido e de “*Enqueteur Technique D’Accident D’Aviation*” pelo “*Institut Français de Sécurité Aérienne – IFSA*”.

Em 2006 foi nomeado Diretor do Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e em 2008 Comandante da Base Aérea de Beja.

Durante a sua carreira militar acumulou cerca de 3650 horas de voo.

Está habilitado com o Curso de Promoção a Oficial General e desempenha atualmente funções de Coordenador da Área de Ensino de Operações no Departamento de Ensino do IESM.

Manuel Fernando Rafael Martins, born in 1961, has joined the Portuguese Air Force in 1979 and graduated military pilot in USA, in 1985. He held several positions at Monte Real Air Base flying the A-7P Corsair.

Upon completion of the Air War General Course he worked in the Air Force Academy; has a Master’s degree in Strategic Studies, from Technical University of Lisbon.

In 1997, was posted in Geilenkirchen NATO Air Base, Germany, to fly the AWACS, participating in Peace Support Operations, such as Operation Allied Force in the Balkans conflict, and the Operation Enduring Freedom, after the 11 September, 2001 in the USA.

In 2002, he returned to Portuguese Air Force, to become Head of Flight Safety Area at Portuguese Air Force General Inspection Agency; was qualified “Crew Resource Management Instructor” in the United Kingdom, and “Enqueteur Technique d’Accident d’Aviation”, from the Institut Français de Sécurité Aérienne.

In 2006 he became Director of the Portuguese Air Force Senior Officer Promotion Course at Portuguese Joint Command and Staff College, and in 2008 Commander of Beja Air Base.

Throughout his military career he accumulated around 3650 flying hours.

He is qualified with the Flag Officer Course and works at the Portuguese Joint Command and Staff College, as Coordinator of the Operations Education Area – Education Department.



António Cândido

Capitão-de-mar-e-guerra

Email: coelho.candido@gmail.com

O Capitão-de-mar-e-guerra António Cândido é licenciado em Ciências Militares Navais, curso de Marinha e especializado em Eletrotécnia. Está habilitado, entre outros, com os cursos de Defesa Nacional e de Promoção a Oficial General.

Prestou serviço no navio patrulha “Cuanza” e nas fragatas “Roberto Ivens”, “Álvares Cabral”, e “Vasco da Gama”, tendo comandado a corveta “João Roby”.

Em terra, entre outras funções, foi comandante da Zona Marítima da Madeira e, por inerência, capitão do porto do Funchal e do Porto Santo e comandante regional da Polícia Marítima. Desde outubro de 2011, exerce as funções de chefe do Departamento Marítimo do Centro e, por inerência, capitão de Porto de Lisboa e comandante Regional da Polícia Marítima.

Captain António Cândido graduated from the Portuguese Naval Academy in 1984, and completed electronics training for service afloat as a weapons engineering officer. He holds the National Defence Course from the National Defence Institute and completed the Flag Officer Course at the Joint Command and Staff College.

He served on board patrol boat “Cuanza”, frigates “Roberto Ivens”, “Alvares Cabral”, and “Vasco da Gama”, and commanded the corvette “João Roby”.

In addition to various assignments, he commanded the Maritime Zone of Madeira and, inherently, captain of the port of Funchal and Porto Santo and regional commander of the Maritime Police. Cândido became the captain of the Port of Lisbon and regional commander of Maritime Police since Oct., 2011.



Maurício Simão Tendeiro Raleiras

Coronel Tirocinado de Artilharia

Email: raleiras.mst@iesm.pt

O Coronel Tirocinado de Artilharia, Maurício Simão Tendeiro Raleiras é natural de Elvas, onde nasceu em 12 de Setembro de 1961.

Ingressou na Academia Militar (AM) em 1979, tendo concluído o Curso de Artilharia em 1984.

Possui vários cursos nacionais de que se salientam o Curso de Estado-Maior e o Curso de Promoção a Oficial General e no estrangeiro o *Field Artillery Officer Advanced Course* (Fort Sill/ EUA), o *Command and General Staff Officer Course* (Fort Leavenworth/ EUA) e vários cursos da NATO School em Oberammergau.

Ao longo da sua carreira prestou serviço em diversas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, nomeadamente na Escola Prática de Artilharia (EPA), na AM, no Estado-Maior do Exército, no Instituto de Altos Estudos Militares, no Estado-Maior General das Forças Armadas e no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

Desempenhou várias funções de que destacam no Estado-Maior da *European Rapid Deployment Force* (EUROFOR), e na “Operação Concórdia”, na ex-República Jugoslava da Macedónia, como *Military Assistant* do Comandante da EUFOR.

Mais recentemente desempenhou as funções de Comandante da EPA, Chefe do Departamento de Ciências e Tecnologias Militares da AM e, atualmente, é o Coordenador na Área de Ensino de Administração do IESM.

Colonel (Promotable) Maurício Tendeiro Raleiras was born in Elvas, in September 12, 1961.

He joined the Military Academy (MA) in 1979 and graduated in Military Sciences (Artillery Branch) in 1984.

He took several courses both in Portugal, such as the Staff Course and the General and Flag Officer Course, and abroad: the Field Artillery Officer Advanced Course (Fort Sill/ USA), the Command and General Staff Officer Course (Fort Leavenworth/ USA) and also several courses from the NATO School Oberammergau – Germany.

Along his military career, he served in several Units, Establishments and Bodies, such as Artillery School, Military Academy, Army Staff, Portuguese High Military Studies Institute, Portuguese Armed Forces General Staff and in the Portuguese Joint Command and Staff College.

He held several positions to include the European Rapid Deployment Force Headquarters (EUFOR) and, in the former Yugoslav Republic of Macedonia, participated in the Concordia Operation, as Military Assistant to the EUFOR Commander.

More recently, he was the Commandant of the Artillery School and in the MA he was Head of the Military Sciences and Technologies Department. Nowadays, he is placed at the Portuguese Joint Command and Staff College as Coordinator of the Administration Education Area.



Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Coronel de Infantaria

Email: labs0892@gmail.com

Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos é Coronel de Infantaria, licenciado em “Ciências Militares – Infantaria” pela Academia Militar (AM), licenciado em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusófona e doutorando pela Universidade Lusíada. Entre os outros cursos que frequentou destacam-se o “Curso de Estado-Maior” no IESM e o Diploma de Especialização em Liderança e Gestão de Pessoas no INA. Serviu na EPI, no RI19, no Estado-Maior do Exército, no IAEM, no IESM, no RI2, na AM e na ESE onde foi Comandante entre 2008 e 2010.

O Coronel Barreiros dos Santos é auditor do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) 2011/2012 no IESM.

Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos is Colonel of Infantry, graduated in “Military Sciences – Infantry” from the Military Academy (MA), also has a degree in Human Resource Management from Lusófona University, and is a Ph.D. candidate from the Lusíada University. Among other courses attended, include the “General Staff Course” (IESM) and a Diploma of Specialization in Leadership and People Management from the National Institute for Public Administration (INA). He served in Infantry School (EPI), 19th Infantry Regiment (RI19), Portuguese Army General Staff, Portuguese High Military Studies Institute (IAEM), 2nd Infantry Regiment (RI2), Portuguese Joint Command and Staff College (IESM), Military Academy, and Army School of Non-commissioned Officers where he was Commandant from 2008 to 2010.

Colonel Barreiros dos Santos is auditor in General and Flag Officer Course (CPOG) 2011/2012 in IESM.



António Inácio Gonçalves Covita

Capitão-de-mar-e-guerra

Email: goncalves.covita@marinha.pt

O Capitão-de-mar-e-guerra Gonçalves Covita nasceu em Almada, em 2 de Junho de 1957, ingressando na Marinha em 1977 e em 1980 iniciou o curso de Administração Naval na Escola Naval.

No mar serviu em diversas unidades navais, acumulando cerca de 16000 horas de navegação em diferentes tipos de missões, com especial realce a viagem comemorativa os 450 anos da chegada dos portugueses ao Japão, a bordo do N.R.P. “Sagres”, a participação com o N.R.P. “Corte-Real” na “Operação Sharp Guard”, tendo embarcado o comando da *Standing Naval Force Atlantic* (SNFL), pela primeira vez comandada por um oficial português e diversas comissões com o N.R.P. “João Roby” na Região dos Açores.

Em terra chefiou diversos serviços e departamentos financeiros, foi oficial do Estado-Maior da Armada, diretor de serviço da Direção-Geral da Autoridade Marítima e subdiretor da Direção de Abastecimento.

Da sua formação constam os Cursos Geral e Complementar Naval de Guerra, Curso de Gestão de Recursos Humanos, Diploma de Especialização em Avaliação do Desempenho do INA e Pós-graduação em Finanças Públicas do ISEG.

Atualmente frequenta o Curso de Promoção a Oficial General.

Captain Gonçalves Covita was born at Almada, on the 2nd of June 1957, joined Navy in 1977 and begins the Supply Course at Navy School in 1980.

He served on different types of navy ships and missions, with specially highlight the celebrations of the 450th anniversary of the arrival of the Portuguese at Japan, on “Sagres”, the participation on “Sharp Guard Operation” with “Corte-Real” as flagship of STANAV-FORLANT, for the first time commanded by a Portuguese Navy Officer, and deployment periods on Azores Region with “João Roby”.

Shore assignments include the head of supply and finance services, Navy Staff Officer and deputy of Supply Directorate.

He holds a post-graduation in Public Financial, career courses and a degree in Performance Evaluation of Public Organizations.

Captain Gonçalves Covita is auditor in Flag Officers Promotion Course (CPOG), in the Portuguese Joint Command and Staff College.



Mário Rui Aguiar dos Santos

Coronel Piloto Aviador

Email: santini1123@hotmail.com

O Coronel Aguiar dos Santos nasceu em Novembro de 1963, em Luanda, Angola. Ingressou na Academia da Força Aérea em Setembro de 1981. Frequentou o UPT (Undergraduate Pilot Training) no Texas, Estados Unidos da América, tendo sido brevetado em Maio de 1987.

Ao longo da sua carreira como piloto militar desempenhou funções como piloto operacional e instrutor de voo em diversos tipos de aeronaves a reacção, tais como FIAT-G91, T-33, T-38 e Alpha-Jet tendo efetuado mais de 3000 horas de voo.

Foi comandante do Grupo Operacional na Base Aérea n.º 11 em Beja e comandante da Base Aérea n.º 1 em Sintra.

Da sua formação constam, entre outros, o Curso Geral de Guerra Aérea e o “Senior Course 108” do Colégio de Defesa NATO em Roma, Itália.

Colonel Aguiar dos Santos was born in Luanda-Angola, on the 23rd of November 1963, joined Air Force Academy in 1981 and graduated from Undergraduate Pilot Training in Texas, USA in May 1987.

During his career as a military pilot, he flew different types of aircrafts such as FIAT G-91, T-33, T-38 and Alpha-Jet with a total of 3000 flying hours.

As a career officer he was Operations Group Commander of Air base 11 in Beja and Base Commander of Air base 1 in Sintra.

He holds different career courses to include “Senior Course 108” from NATO Defence College in Rome, Italy.

1. Política Editorial

- a. Objetivo e âmbito – O Boletim – Ensino e Investigação é uma publicação periódica científica interdisciplinar no âmbito da segurança e defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares que tem por objetivo entre outras matérias, dar atenção às questões da estratégia, operações e administração das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, tanto no plano nacional como internacional. De igual forma constitui um fórum de reflexão, debate e divulgação da produção académica, científica e de investigação realizado no IESM, através da apresentação de temas e artigos de relevante qualidade, interesse e oportunidade, podendo incluir artigos de revisão, estudos de caso, conclusões de seminários ou *workshops* e resenhas.
- b. Os temas dos artigos são selecionados por uma Comissão Editorial e validados no seu conteúdo, por revisores convidados de entre os membros do Conselho Científico do Boletim, conducentes ao reconhecimento do Boletim como publicação de elevado valor acrescentado e especialmente destinada aos militares e à comunidade científica ligada às matérias de segurança e defesa.
- c. A política editorial do IESM segue no aplicável as recomendações do *CSE's White Paper on Promoting Integrity in Scientific Journal Publications, 2009 Update*, emitido pelo Conselho de Editores Científicos (Council of Science Editors)¹.

1 Disponível em http://www.councilscienceeditors.org/files/public/entire_whitepaper.pdf

2. Normas de autor

- a. O artigo deve ser enviado para o seguinte correio eletrónico: biblioteca@iesm.pt
- b. A morada da Comissão Editorial é a seguinte:
Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)
Comissão Editorial do Boletim (CEB)
A/C do Editor Chefe
Rua de Pedrouços
Pedrouços 1149-027
- c. O rigor e exatidão do conteúdo, assim como a opinião expressa são da exclusiva responsabilidade do autor.
- d. O autor do artigo publicado confere ao IESM, através de uma licença não exclusiva, o direito de publicação sob qualquer forma, inclusive no seu Repositório Institucional. A concessão não invalida que o autor do artigo possa proceder à sua divulgação através de outros repositórios.
- e. A submissão de um artigo deve seguir as normas que seguidamente se apresentam:
 - (1) O artigo deve ser original e não pode ter sido anteriormente publicado noutra revista.
 - (2) O artigo que inclua figura, tabela ou texto retirado de outra publicação, deve requerer a permissão do proprietário do *copyright* desse material e anexa-la ao artigo enviado, excetuando-se desta obrigação o material que já se encontra em livre acesso. Qualquer material que não seja acompanhado dessa autorização é considerado original do autor.
 - (3) O autor deve submeter o seu documento enviando-o em formato digital com as seguintes configurações:
 - (a) Folha A4;
 - (b) Com espaço de 1,5 linhas;
 - (c) Margens de 3 cm (esquerda) e 2,5 cm (superior, inferior e direita);
 - (d) Texto justificado;
 - (e) Sem avanço por parágrafo;
 - (f) Fonte Arial, tamanho 12;
 - (g) Todas as páginas devem ser numeradas.
 - (4) O texto deve ser organizado da seguinte forma:
 - (a) Título em português e inglês. Quando o título é extenso, utilizar um título breve em cabeçalho das páginas ímpar;
 - (b) Autor: nome e sobrenome, afiliação (organização), correio eletrónico, fotografia (tipo passe) e um breve resumo curricular (600 caracteres – 10 linhas) em português e inglês;
 - (c) Resumo e *abstract* em português e inglês respetivamente que não deve exceder 350 palavras cada;

- (d) Palavras-chave e *keywords* em português e inglês que não devem exceder 6 termos (simples ou compostos);
 - (e) Na apresentação do texto considerar introdução, desenvolvimento, conclusão e bibliografia e uma estrutura de parágrafos adequada e preferencialmente simples.
 - (f) O documento original deverá entre 8 e 24 páginas ou seja entre 15000 e 45000 palavras (a partir das 30000 palavras, incluindo notas de rodapé, bibliografia e quadros) e um máximo de até 6 figuras/tabelas e de até 60 referências;
 - (g) Todo o material inserido no texto deve ser referenciado;
 - (h) Utilizar preferencialmente a nota de rodapé (no fim da página) em detrimento da nota final (no fim do artigo), com fonte Arial, com tamanho 10;
 - (i) A tabela deve ser assinalada no texto em numeração romana e deve apresentar um título sucinto mas informativo acima da própria tabela, em fonte Arial, com tamanho 10;
 - (j) A figura e o diagrama devem ser assinalados no texto em numeração árabe e devem apresentar uma legenda sucinta mas informativa abaixo da própria figura ou diagrama, em fonte Arial, com tamanho 10 e não devem ultrapassar a dimensão do espaço do texto (180 mm x 130 mm). A figura ou diagrama devem ser enviados separadamente num formato de ficheiro do tipo “aberto” (não proprietário) (ex: JPEG);
- (5) A citação no texto e as referências bibliográficas devem seguir a NP 405, conforme os exemplos que se apresentam:
- (a) Citação no texto
 - (i) Citação – Forma breve de referência colocada entre parênteses no interior do texto ou anexada ao texto como nota de rodapé. Permite identificar a publicação onde foram obtidos a ideia, o excerto, etc. e indicar a sua localização exata na fonte.
 - (ii) Autor-data-página
(AUTOR, ano : página)
Ex.: (MOREIRA, 2008 : 18)
 - (iii) Citações de obras não consultadas pelo autor.
Segundo a norma NP405-1 de 1994, sempre que o extrato ou a obra citados não foram vistos pelo autor e a citação é feita por intermédio de outro autor, devem fazer-se anteceder as citações de Apud (segundo, conforma) ou Cit. por (citado por).
Ex.: Apud MOREIRA, Adriano – *A Piedade e o Estado do Mundo*, p. 18

(b) Referências bibliográficas**Artigo impresso (NP405-1)**

AUTOR(ES) – Título. *Título da Revista*. ISSN. Volume : Número (ano), Páginas

Ex.: VICENTE, João Paulo Nunes – Contribuição do poder aéreo em operações de estabilização, segurança, transição e reconstrução. *Boletim : Ensino, Investigação*. ISSN 1647-9645. 8 (Maio 2010), 173-222

Artigo eletrónico (NP405-4)

AUTOR(ES) – Título. *Título da revista* [Em linha]. Volume, Número (ano), Páginas. [Consult. Data de consulta]. Disponível em WWW:<URL:>. ISSN

Ex.: COSTE, Philippe – Le retour de la Tactique. *Doctrine Tactique*. [Em linha]. 18 (2009), 4-6. [Consult. 10 Fev. 2011]. Disponível em WWW:<URL: http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/doctrine/doctrine18/version_fr/Doctrine18fr.pdf>. ISSN 1959-6340

Livro impresso (NP405-1)

AUTOR(ES) – Título: *complemento de título*. Edição. Local de publicação: Editor, ano de publicação. ISBN

Ex.: CAPELA, José – *A República militar da Maganja da Costa: 1862-1898*. 2.^a ed. Porto : Afrontamento, 1992. ISBN 972-36-0203-2

Parte ou volume de livro impresso (NP405-1)

AUTOR(ES) – Título da parte ou do volume: *complemento de título*. In *Título do livro*. Local de publicação: Editor, Ano de publicação. ISBN. Localização no livro

Ex.: FERREIRA, Fernando Tavares – Trabalhar com camadas. In *Photoshop CS2: curso completo*. Lisboa : FCA – Editora de Informática, 1996. ISBN 972-722-536-5. p. 151-201

Livro electrónico (NP405-4)

AUTOR(ES) – Título [Em linha]. Edição. Local de edição : Editor, ano de edição. [Consult. Data de consulta]. Disponível em WWW:<URL:>. ISBN

Ex.: ASHWIN, Paul – *Changing Higher Education: The Development of Learning and Teaching* [Em linha]. 2nd ed. London: Taylor & Francis, 2005. [Consult. 9 Fev. 2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://lib.myilibrary.com?ID=24441>>. ISBN 0-203-47929-7

Portal/página Web (Recurso electrónico – NP405-4)

Título [Em linha]. Local de publicação : Editor. [Consult. data]. Disponível em WWW:<URL:>

Ex.: IESM : *Instituto de Estudos Superiores Militares* [Em linha]. Lisboa : IESM. [Consult. 9 Fev. 2011]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.iesm.mdn.gov.pt/>>

Filme ou documentário vídeo (NP405-2)

Título [Registo vídeo]. Realização de. a ed. Edição. Local de publicação : Editor, Ano de publicação. Designação específica e extensão do material

Ex.: *Cartas de Iwo Jima* [Registo vídeo]. Realização de Clint Eastwood. EUA: Amblin Entertainment, 2006. 1 DVD vídeo (141 min.)

CD-ROM e DVD-ROM (NP405-4)

AUTOR(ES) – *Título* [Recurso electrónico]. Edição. Local de publicação : Editor, Ano de publicação. Designação específica e extensão do material

Ex.: Centro Nacional de Cultura – *Cidades históricas de Portugal* [Recurso electrónico]. Lisboa : CNC, 1996. 1 CD-ROM

Documentos legais (NP405-1)

TIPO DE DIPLOMA n.º / ano. “D. R. Série “ n.º (ano-mês-dia) página

Ex.: DECRETO-LEI n.º 48/1986. “D. R. Série I” n.º 60 (86-03-13) 608-609

3. Processo de arbitragem

- a. O processo de revisão dos artigos é “*single-blind*”, ou seja, o autor desconhece a identidade do(s) revisor(es).
- b. O revisor é convidado pelo Editor-Chefe, devendo nessa função considerar os seguintes aspetos:
 - (1) Confidencialidade: O material em apreciação não deve ser partilhado ou divulgado;
 - (2) Crítica Construtiva: O comentário do revisor deve reconhecer os aspetos positivos e identificar os negativos de forma construtiva;
 - (3) Competência: O revisor que verifique que a sua especialização é limitada, tem a responsabilidade de alertar o Editor-Chefe desse facto;
 - (4) Imparcialidade: Os comentários e conclusões devem ser elaborados de forma objetiva e imparcial sobre os factos, excluindo considerações pessoais ou profissionais.
 - (5) Integridade: O revisor não deve obter vantagem científica, financeira, pessoal ou outra por estar a desempenhar esta função ou por ter acesso ao material em apreciação.
 - (6) Conflito de interesses: Na seleção do revisor deverá ser acautelado um eventual conflito de interesses.
 - (7) Prazo: O revisor deverá cumprir o prazo acordado.
- c. A publicação do artigo original enviado está condicionada pela avaliação por parte de um a dois revisores, a ser enviada ao Editor-Chefe por *email* ou carta. Decorrente dessa avaliação o artigo pode ser:
 - (1) Aceite sem alteração;

- (2) Aceite após serem introduzidas as alterações propostas pelo revisor;
- (3) Recusado.
- d. As alterações propostas pelo revisor, são encaminhadas através do Editor-Chefe ao autor, que deverá enviar via correio eletrónico ao Editor-Chefe, no prazo de 5 dias úteis, a versão revista do artigo com as alterações inseridas destacadas a vermelho.

1. Editorial Policy

- a. Aim and Scope – The Journal – Education and Research is an interdisciplinary, scientific journal about security and defence of Portuguese Joint Command and Staff College whose goal, among others, is to focus on matters such as strategy, operations and administration of Armed Forces and National Republican Guard, both nationally and internationally. It also constitutes a forum of reflexion, debate and dissemination of academic, scientific and investigation output, carried out at IESM, through presentation of subjects and articles of relevant quality, interest and timeliness, it may, also, include review articles, case studies, seminar conclusions or workshops and recensions.
- b. Articles' subjects are selected by an Editorial Board and validated on its content, by guest reviewers among Scientific Council members of the Journal, leading to the recognition of the Journal as a high value-added publication and, particularly intended for military and scientific community connected to security and defence matters.
- c. IESM Editorial Policy follows the recommendations of CSE'S White Paper on Promoting Integrity in Scientific Journal Publications, 2009 Update, issued by the Council of Science Editors².

2. Author Guidelines

- a. The article should be sent to the following email address: biblioteca@iesm.pt
- b. The Editorial Board address is:
 - Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)
 - Journal Editorial Board (JEB)
 - C/O Editor-in-Chief
 - Rua de Pedrouços
 - 1149-027 Lisboa
 - Portugal

2 Available at http://www.councilscienceeditors.org/files/public/entire_whitepaper.pdf

- c. Content rigor and accuracy, as well as the opinion expressed are author's sole responsibility.
- d. The author of the published article, through a non-exclusive license, gives IESM the right of publication under any form, including in its Institutional Repository. The grant does not invalidate the article' author to retain the right to disseminate it through other repositories.
- e. The submission of an article must follow the following rules:
 - (1) The article must be original and must not have been previously published in other journal.
 - (2) The article that includes a figure, table or text taken from other publication, must request permission to use it to the copyright owner and attach it to the article, except for material that already is in open access. Material sent without that authorization will be considered as an original of the author.
 - (3) The author must submit his manuscript by sending it in digital format with the following settings:
 - (a) A4 sheet;
 - (b) With 1,5 line spacing;
 - (c) 3 cm margins (left) and 2,5 cm (top, bottom and right)
 - (d) Justified;
 - (e) Paragraphs with no indents;
 - (f) Arial Font, size 12;
 - (g) All pages must be numbered.
 - (4) The text must be organized as follows:
 - (a) Title in Portuguese and English. When the title is long, use a short title in the header of odd pages;
 - (b) Author: name and surname, affiliation (organization), electronic mail, photo (pass type) and a brief curriculum abstract (600 characters – 10 lines) in Portuguese and English;
 - (c) Abstract in Portuguese and in English, respectively, that should not exceed 350 words each;
 - (d) Keywords in Portuguese and English that should not exceed 6 terms (simple or compound);
 - (e) In text presentation consider introduction, body, conclusion, references and a structure of paragraphs adequate and, preferably, simple.
 - (f) The original document must have between 8 to 24 pages, i.e., between 15000 to 45000 words (from 30000 words, including footnotes, references and frameworks) and a 6 figures/tables maximum and 60 references;
 - (g) All material inserted must be referred to in the text;

- (h) Preferably, use the footnote (in the end of the page) rather than endnote (in the end of the article), with Arial font, size 10;
 - (i) The table must be signed in the text in roman numbers and must present a brief title, but with information, above the table, Arial font, size 10;
 - (j) The figure and the diagram must be signed in the text with Arabic numbers and must present a brief but informative caption below the figure or diagram, Arial font, size 10 and must not surpass the text space dimension (180mm x 130mm). The figure or diagram must be sent separately in an “open” type file format (non proprietary) (e.g.: JPEG);
- (5) Text citation and bibliographic references must follow the portuguese standard NP405, as examples bellowed:
- (a) Text Citation
 - (i) Citation – Brief form of reference placed in parentheses inside the text or as a footnote appended to the text. That allows identifying the publication where the idea, the excerpt, etc. were obtained and indicate in the source its exact location.
 - (ii) Author-date-page
(AUTHOR, year: page)
E.g.: (SMITH, 2008: 18)
 - (iii) Citations of works not consulted by the author.
In accordance with the norm NP405-1 of 1994, whenever the cited extract or work have not been seen by the author and the citation is made by other author, citations must precede of Apud (according to, as) or Cit. by (cited by).
E.g.: Apud MOREIRA, Adriano – A Piedade e o Estado do Mundo, p. 18

(b) Referências bibliográficas

Printed paper (Portuguese standard NP405-1)

AUTHOR(S) – *Title. Journal Title*. ISSN. Volume: Number (year), Pages

E.g.: VICENTE, João Paulo Nunes – Contribuição do poder aéreo em operações de estabilização, segurança, transição e reconstrução. *Boletim : Ensino, Investigação*. ISSN 1647-9645. 8 (Maio 2010), 173-222

Web article (Portuguese standard NP405-4)

AUTHOR(S) – *Title. Journal Title* [Online]. Volume, Number (year), Pages. [Accessed date]. Available at: WWW:<URL:>. ISSN

E.g.: COSTE, Philippe – Le retour de la Tactique. *Doctrine Tactique*. [online]. 18 (2009), 4-6. [Accessed 10 FEV. 2011]. Available at WWW: <URL: http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/doctrine/doctrine18/version_fr/Doctrine18fr.pdf >. ISSN 1959-634

Printed book (Portuguese standard NP405-1)

AUTHOR(S) – *Title* : *subtitle*. *Edition*. Place of publication: Publisher, year of publication.
ISBN

E.g.: CAPELA, José – *A República militar da Maganja da Costa : 1862-1898*. 2.^a ed. Porto : Afrontamento, 1992. ISBN 972-36-0203-2

Chapter or volume of a printed book (Portuguese standard NP405-1)

AUTHOR(S) – Title of the book chapter or volume: *Subtitle*. In *Book title*. Place of publication: Publisher, Year of publication. ISBN. First and last page numbers.

E.g.: FERREIRA, Fernando Tavares – *Trabalhar com camadas*. In *Photoshop CS2: curso completo*. Lisboa : FCA – Editora de Informática, 1996. ISBN 972-722-536-5. p. 151-201

E-book (Portuguese standard NP405-4)

AUTHOR(S) – *Title* [online]. *Edition*. Place of publication: Publisher, year of publication. [Accessed date]. Available at WWW:<URL:>. ISBN

E.g.: ASHWIN, Paul – *Changing Higher Education: The Development of Learning and Teaching* [Online]. 2nd ed. London: Taylor & Francis, 2005. [Accessed 9 Feb. 2011]. Available at WWW:<URL:http://lib.myilibrary.com?ID=24441>. ISBN 0-203-47929-7

Portal / Web page (Electronic resource – Portuguese standard NP 405-4)

Title [Online]. Place of publication : Publisher. [Accessed date]. Available at WWW:URL:

E.g.: IESM : *Instituto de Estudos Superiores Militares* [Online]. Lisboa : IESM. [Accessed 9 Feb. 2011]. Available at WWW:<URL: http://www.iesm.mdn.gov.pt/>

Video documentary or film (portuguese standard NP405-2)

Title [type of medium]. Director. *Edition*. Place of publication: Editor, Year of release. Specific designation and material extent.

E.g.: *Cartas de Iwo Jima* [Video Recording]. Direct by Clint Eastwood. USA: Amblin Entertainment, 2006. 1 DVD video (141 min.)

CD-ROM and DVD-ROM (Portuguese standard NP405-4)

AUTHOR(S) – *Title* [Electronic resource]. *Edition*. Place of publication : Publisher, Year of release. Specific designation and material extent.

E.g.: Centro Nacional de Cultura – *Cidades históricas de Portugal* [Electronic resource]. Lisboa : CNC, 1996. 1 CD-ROM

Legal documents (Portuguese standard NP405-1)

DIPLOMA TYPE no. / year “D.R. Série” no. (year-month-day) page

E.g.: Decree-Law no. 48/1986. “D.R. Série I”, no. 60 (86-03-13) 608-609

3. Reviewer's Instructions

- a. Papers undergo a "single-blind" process, i.e., reviewer(s)'s identity remains unknown to the author(s).
- b. The reviewer is invited by the Editor-in-Chief, and should consider the following aspects:
 - (1) Confidentiality: The material under review should not be shared or discussed;
 - (2) Constructive Criticism: Reviewer comments should acknowledge the positive aspects and identify negatives in a constructive manner;
 - (3) Competence: Reviewer who realizes that his expertise is limited, has the responsibility to alert the Editor-in-Chief about that fact;
 - (4) Impartiality: Comments and conclusions should be made in a subjective and impartial way about the facts, without personal or professional considerations;
 - (5) Integrity: Reviewer should not take scientific, financial, personal or other advantage by being in this role or to have access to the material under review.
 - (6) Conflict of interest: in the reviewer selection, a possible conflict of interest should be safeguarded.
 - (7) Deadline: The reviewer should meet the deadline.
- c. The sent original paper to be published is conditioned by an assessment by one to two reviewers, to be sent by email or letter to the Editor-in-Chief. Due to this assessment, the paper may be:
 - (1) Accepted without amendment;
 - (2) Accepted after being introduced the amendments proposed by the reviewer;
 - (3) Rejected;
- d. Amendments proposed by the reviewer are routed through the Editor-in-Chief to the author, which should send the paper reviewed version with the amendments highlighted in red, via electronic mail to the Editor-in-Chief, within 5 working days.

Nota de Abertura

Abertura Solene do Ano Letivo 2011-2012 em 23 de Novembro de 2011

Discurso do Diretor do IESM,

Tenente-general António C. Mimoso e Carvalho

Lição Inaugural: Guerra Subversiva e Contra-Subversão. O Saber Português.

Major António Cordeiro de Menezes

1. Strategic Resources and the Future
General Luís Valença Pinto
2. Guerra Subversiva – Lições Aprendidas e Contributos para o Reajustamento da Doutrina Nacional
Coronel Jorge Manuel Lopes Nunes dos Reis
3. A Importância da Formação em Liderança das Forças Armadas: Subsídios para um Modelo Renovado
Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges
4. A Inovação como Alavanca da Sustentabilidade e Valorização das Forças Armadas
Coronel Filipe M. Moniz Côrte-Real Andrade
5. Reconstrução e Edificação do Pilar de Defesa Nacional
Coronel António Pereira
6. Utilização de Armamento Não-Letal: um Vetor de Desenvolvimento de Capacidades para as Forças Armadas
Coronel Rafael Martins
7. A Convenção de Montego Bay e Portugal – Delimitação das Zonas Marítimas da Madeira
Capitão-de-mar-e-guerra António Manuel de Carvalho Coelho Cândido
8. O Doutoramento em Ciências Militares. Um Fim ou Fase do Processo Educativo das Forças Armadas
Coronel Maurício Simão Tendeiro Raleiras
9. A Situação Estratégica Internacional: Implicações para um Novo Conceito Estratégico de Segurança e Defesa
Coronel Lúcio Barreiros dos Santos;
Capitão-de-mar-e-guerra António Gonçalves Covita;
Coronel Mário Aguiar dos Santos



